



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**  
**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**



**ROSA ANGÉLICA DOS SANTOS**

**CATEGORIAS GRAMSCIANAS: ANÁLISE A PARTIR DE TESES E  
DISSERTAÇÕES DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO NA ÁREA DE  
SERVIÇO SOCIAL NO NORDESTE (2003 – 2017)**

**São Cristóvão - SE**

**2019**

**ROSA ANGÉLICA DOS SANTOS**

**CATEGORIAS GRAMSCIANAS: ANÁLISE A PARTIR DE TESES E  
DISSERTAÇÕES DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO NA ÁREA DE  
SERVIÇO SOCIAL NO NORDESTE (2003 – 2017)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

**Orientadora:** Maria da Conceição Vasconcelos Gonçalves

**São Cristóvão - SE**

**2019**

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

S237c Santos, Rosa Angélica dos  
Categorias gramscianas : análise a partir de teses e dissertações dos Programas de Pós-Graduação na área de Serviço Social no nordeste (2003 - 2017) / Rosa Angélica dos Santos ; orientadora Maria da Conceição Vasconcelos Gonçalves. – São Cristóvão, SE, 2019.  
293 f. : il.

Dissertação (mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Sergipe, 2019.

1. Serviço Social – Brasil, Nordeste. 2. Teoria do conhecimento. 3. Universidade e faculdades – Pós-graduação - Pesquisa. I. Gramsci, Antonio, 1891-1937. II. Gonçalves, Maria da Conceição Vasconcelos, orient. III. Título.

CDU 364-12:141.82(812/813)

**ROSA ANGÉLICA DOS SANTOS**

**CATEGORIAS GRAMSCIANAS: ANÁLISE A PARTIR DE TESES E  
DISSERTAÇÕES DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO NA ÁREA DE  
SERVIÇO SOCIAL NO NORDESTE (2003 – 2017)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Serviço Social. Aprovada em: 27/06/2019.

**BANCA DE DEFESA**

---

Prof. Dr<sup>a</sup> Maria da Conceição Vasconcelos Gonçalves (Orientadora)  
Departamento de Serviço Social/Universidade Federal de Sergipe

---

Prof. Dr<sup>a</sup> Marina Maciel Abreu (Examinadora externa)  
Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas/Universidade Federal do Maranhão

---

Prof. Dr<sup>a</sup> Vera Núbia Santos (Examinadora interna)  
Departamento de Serviço Social/Universidade Federal de Sergipe

---

Prof. Dr<sup>a</sup> Maria da Conceição Almeida Vasconcelos (Examinadora interna - Suplente)  
Departamento de Serviço Social/Universidade Federal de Sergipe

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, toda a honra e glória a ti, por ter proporcionado a realização de mais um objetivo e pela força que tem me dado a todo o momento.

Não tenho como deixar de agradecer aos meus familiares pelo apoio e compreensão nos momentos de ausência, em especial a meu companheiro Diogo, pela companhia e carinho dispensados nesses dois anos.

Agradeço aos docentes do PROSS, pelas aulas e socialização do conhecimento, especialmente a Maria Helena, Vera Núbia, Josefa Lusitânia, Lica, Nailsa e Josiane, profissionais competentes e compromissadas pela educação e formação profissional.

Agradecimento especial a minha orientadora Lica, pela disposição e paciência em aceitar essa tarefa, és um ser humano ímpar.

A banca de qualificação e defesa: Marina Maciel e Vera Núbia, pelas suas contribuições a este trabalho e ao Serviço Social brasileiro. Ainda a Vera, pelo acompanhamento do estágio de docência e por me permitir vivenciar esse momento na formação.

A Walter, por sempre ser prestativo e auxiliar nos nossos “aborrecimentos”.

As meninas e menino (rs) da turma do mestrado: Daniela, Diléa, Jéssica, Jane, Edson, Flávia, Regiane, Mayara, Anne. Cada um tornou essa jornada mais leve, principalmente Jane, pelas dúvidas e compartilhamento de angústias durante a escrita.

Agradeço a CAPES pelo financiamento dos dois anos de mestrado e ao Grupo Bolsistas Capes do facebook, pelos momentos de descontração e pela solidariedade com as dimensões da vida acadêmica.

Aos meus amigos: Fabiana, Valmira, Gilmar, Ákylla, Aline, Carol pela torcida de sempre.

A todos que tornaram esse percurso mais leve.

Por fim, a realização desse objetivo representa muito na minha vida pessoal e profissional, assim como é carregado de uma trajetória de vida. Essa conquista tem muitos significados, representa o sonho daqueles que não têm acesso à educação superior; daqueles que cotidianamente sentem a desigualdade; dos meus colegas de infância e adolescência que não partilham da vida acadêmica; representa também a ascensão social da filha de agricultores. Portanto, obrigada por ter me permitido ter acesso a educação, ela que tem o potencial transformador e libertador. Para mais que agradecer, há que lembrar a origem.

## RESUMO

Essa dissertação tem como objeto de pesquisa o pensamento de Antonio Gramsci na produção de conhecimento constituída por teses e dissertações no âmbito da Pós-Graduação na área de Serviço Social no nordeste. O objetivo consistiu na análise das categorias gramscianas presentes na produção de teses e dissertações em Serviço Social na intenção de apreender as discussões empreendidas e suas devidas contribuições nas reflexões para a profissão. Parte-se do entendimento da importância da interlocução do pensamento gramsciano nas reflexões teóricas do Serviço Social. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, de natureza quanti-qualitativa orientada pelo método crítico-dialético por permitir o movimento de aproximações sucessivas entre sujeito-objeto. Constituiu o campo empírico do estudo e fonte de pesquisa, a produção de conhecimento na área de Serviço Social, resultante de teses e dissertações. O universo da pesquisa abrangeu um quantitativo de 189 trabalhos com apropriação das categorias gramscianas, sendo 53 teses e 136 dissertações, obtido através do levantamento documental nos domínios públicos das Universidades Públicas (Federais e Estaduais) no nordeste. Compôs a amostra com um total de 20 trabalhos de três universidades federais do nordeste: Pernambuco, Piauí e Maranhão, nas quais, a condição de teses e dissertações defendidas até o ano de 2017 foi o critério principal. A pesquisa bibliográfica permitiu elaborar considerações sobre a inserção do pensamento de Gramsci no Brasil, captar as discussões teóricas referentes às categorias de Estado, sociedade civil, hegemonia, intelectual e política. Essas categorias foram as mais frequentes durante a pesquisa documental. Os resultados oriundos da análise das teses e dissertações, com centralidade na utilização das categoriais acima, evidenciaram uma profunda articulação entre as questões que envolvem os objetos de estudo e também revelam como as categorias gramscianas presentes nos diferentes temas são alvos de investigação e intervenção profissional. A pesquisa documental ainda permitiu traçar um panorama da utilização das categorias gramscianas agregadas por temática e a caracterização da pós-graduação na área de Serviço Social na região. Os dados analisados revelam a contemporaneidade do pensamento gramsciano no desvelamento dos complexos da realidade social, bem como as categorias gramscianas de Estado, sociedade civil, hegemonia, políticas, intelectuais e a produção de conhecimento, campo conceitual da pesquisa, contribuem para pensar realidades particulares. As teses e dissertações indicam que o Serviço Social tem se apropriado do pensamento gramsciano na compreensão e desvendamento da totalidade da vida social.

**Palavras-chave:** Produção de conhecimento. Serviço Social. Categorias gramscianas. Pós-Graduação na área de Serviço Social no nordeste.

## ABSTRACT

This dissertation has as object of research the thought of Antonio Gramsci in the production of knowledge constituted by theses and dissertations in the postgraduate in the area of Social Work in the northeast. The objective was to analyze the gramscian categories present in the production of theses and dissertations in Social Work in order to apprehend the discussions undertaken and their due contributions in the reflections for the profession. It starts from the understanding of the importance of gramscian thought dialogue in the theoretical reflections of Social Work. This is a bibliographic and documentary research, of quantitative and qualitative nature guided by the critical-dialectical method for allowing the movement of successive approximations between subject-object. It constituted the empirical field of study and research source, the production of knowledge in the Social Work area, resulting from theses and dissertations. The research universe comprised a total of 189 works with appropriation of gramscian categories, being 53 theses and 136 dissertations, obtained through the documentary survey in the public domains of the Public Universities (Federal and State) in the northeast. The sample consisted of a total of 20 works from three northeastern federal universities: Pernambuco, Piauí and Maranhão, in which the condition of theses and dissertations defended until 2017 was the main criterion. The bibliographic research allowed to elaborate considerations about the insertion of Gramsci thought in Brazil, to capture the theoretical discussions concerning the categories of State, civil society, hegemony, intellectual and political. These categories were the most frequent during documentary research. The results from the analysis of theses and dissertations, focusing on the use of the above categories, showed a deep articulation between the issues that involve the study objects and also reveal how the gramscian categories present in the different themes are targets for professional investigation and intervention. The documentary research also allowed us to draw an overview of the use of gramscian categories aggregated by theme and the characterization of postgraduate studies in the area of Social Work in the region. The data analyzed reveal the contemporaneity of gramscian thought in the unveiling of social reality complexes, as well as gramscian categories of State, civil society, hegemony, politics, intellectuals and the production of knowledge, conceptual field of research, contribute to thinking particular realities. The theses and dissertations indicate that Social Work has appropriated gramscian thinking in understanding and unveiling the totality of social life.

**Key words:** Knowledge production. Social Work. Categories gramscianas. Postgraduate in the area of Social Service in the northeast.

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 01</b> – Quantitativo de teses e dissertações mapeado nas Universidades com cursos de Mestrado e de Doutorado na área de Serviço Social no nordeste.....	19
<b>Quadro 02</b> – Quantitativo das teses e dissertações vinculadas aos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social com Mestrado e Doutorado no nordeste.....	20
<b>Quadro 03</b> – Quantitativo de teses e dissertações da amostra.....	22
<b>Quadro 04</b> – Programas de Pós-Graduação em Serviço Social no nordeste.....	88
<b>Quadro 05</b> – Universidade Federal do Maranhão: teses identificadas.....	90
<b>Quadro 06</b> – Universidade Federal do Maranhão: dissertações identificadas.....	91
<b>Quadro 07</b> – Universidade Federal de Pernambuco: teses identificadas.....	93
<b>Quadro 08</b> – Universidade Federal de Pernambuco: dissertações identificadas.....	96
<b>Quadro 09</b> – Universidade Federal do Piauí: teses identificadas.....	100
<b>Quadro 10</b> – Universidade Federal do Piauí: dissertações identificadas.....	101
<b>Quadro 11</b> – Amostra: quantidade de trabalhos por ano.....	102
<b>Quadro 12</b> – Amostra das teses e dissertações.....	103
<b>Quadro 13</b> – Universidade Federal de Alagoas: dissertações identificadas.....	106
<b>Quadro 14</b> – Universidade Federal do Rio Grande do Norte: dissertações identificadas..	107
<b>Quadro 15</b> – Universidade Federal de Sergipe: dissertações identificadas.....	110
<b>Quadro 16</b> – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte: dissertações identificadas.....	111
<b>Quadro 17</b> – Universidade Federal da Paraíba/João Pessoa: dissertações identificadas...	112
<b>Quadro 18</b> – Universidade Estadual da Paraíba: dissertações identificadas.....	113
<b>Quadro 19</b> – Universidade Estadual do Ceará: dissertações identificadas.....	114
<b>Quadro 20</b> – Temática Políticas Públicas: categorias gramscianas identificadas.....	120
<b>Quadro 21</b> – Temática Formação Profissional: categorias gramscianas identificadas.....	122
<b>Quadro 22</b> – Temática Organização Política e Participação: categorias gramscianas identificadas.....	124
<b>Quadro 23</b> – Temáticas Exercício Profissional: categorias gramscianas identificadas....	126
<b>Quadro 24</b> – Temática Espaço Urbano e Desenvolvimento: categorias gramscianas identificadas.....	128
<b>Quadro 25</b> – Temática Mídia e Comunicação: categorias gramscianas identificadas.....	129



<b>Quadro 26</b> – Temática Gestão e Controle Social: categorias gramscianas identificadas..	131
<b>Quadro 27</b> – Temática Democracia: categorias gramscianas identificadas.....	133
<b>Quadro 28</b> – Temática Trabalho: categorias gramscianas identificadas.....	135
<b>Quadro 29</b> – Temáticas Movimentos Sociais: categorias gramscianas identificadas.....	137
<b>Quadro 30</b> – Temática Serviço Social: fundamentos e produção de conhecimento: categorias gramscianas identificadas.....	139
<b>Quadro 31</b> – Temática Terceiro Setor e ONGs: categorias gramscianas identificadas.....	141
<b>Quadro 32</b> – Temática Questão Ambiental: categorias gramscianas identificadas.....	143
<b>Quadro 33</b> – Temática Direitos: categorias gramscianas identificadas.....	145
<b>Quadro 34</b> – Temática Gênero: categorias gramscianas identificadas.....	147
<b>Quadro 35</b> – Teses e dissertações fundamentadas na categoria Política.....	154
<b>Quadro 36</b> – Teses e dissertações fundamentadas na categoria Hegemonia.....	168
<b>Quadro 37</b> – Teses e dissertações fundamentadas na categoria Intelectual.....	202
<b>Quadro 38</b> – Teses e dissertações fundamentadas na categoria Estado.....	216
<b>Quadro 39</b> – Teses e dissertações fundamentadas na categoria Sociedade Civil.....	246

## SUMÁRIO

<b>1.INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2. O PENSAMENTO DE ANTONIO GRAMSCI:</b> apontamentos teóricos acerca das categorias Política, Hegemonia, Intelectuais e Estado e Sociedade Civil.....	<b>25</b>
2.1 A inserção do pensamento de Gramsci no Brasil.....	26
2.2 Gramsci e a Política .....	35
2.3 A Hegemonia em Gramsci.....	47
2.4 A questão dos intelectuais em Gramsci.....	57
2.5 A concepção de Estado e Sociedade Civil em Gramsci.....	70
<b>3. CATEGORIAS GRAMSCIANAS:</b> um panorama dos Programas de Pós-Graduação na área de Serviço Social no nordeste.....	<b>79</b>
3.1 Programas de Pós-Graduação em Serviço Social no nordeste.....	82
3.2 Caracterização dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social que compõem a amostra – UFMA, UFPE, UFPI.....	89
3.3 Programas de Pós-Graduação com oferta de mestrado e doutorado que não compõem a amostra.....	105
3.3.1 Programas de Pós-Graduação com oferta de mestrado.....	109
3.4 Temáticas constitutivas do objeto de pesquisa: um panorama das categorias gramscianas nas teses e dissertações.....	116
3.4.1 Temáticas Políticas Públicas: categorias gramscianas identificadas.....	120
3.4.2 Temática Formação Profissional: categorias gramscianas identificadas.....	122
3.4.3 Temática Organização Política e Participação: categorias gramscianas identificadas.....	124
3.4.4 Temática Exercício Profissional: categorias gramscianas identificadas.....	126
3.4.5 Temática Espaço Urbano e Desenvolvimento: categorias gramscianas identificadas.....	128
3.4.6 Temática Mídia e Comunicação: categorias gramscianas identificadas.....	129
3.4.7 Temática Gestão e Controle Social: categorias gramscianas identificadas.....	131
3.4.8 Temática Democracia: categorias gramscianas identificadas.....	133
3.4.9 Temática Trabalho: categorias gramscianas identificadas.....	135
3.4.10 Temática Movimentos Sociais: categorias gramscianas identificadas.....	137

3.4.11 Temática Serviço Social: fundamentos e produção de conhecimento: categorias gramscianas.....	139
3.4.12 Temática Terceiro Setor e ONGs: categorias gramscianas identificadas.....	141
3.4.13 Temática Questão Ambiental: categorias gramscianas identificadas.....	143
3.4.14 Temática Direitos: categorias gramscianas identificadas.....	145
3.4.15 Temática Gênero: categorias gramscianas identificadas.....	147
<b>4. O PENSAMENTO DE GRAMSCI NAS TESES E DISSERTAÇÕES NA REGIÃO NORDESTE:</b> análise de categorias mais frequentes.....	153
4.1 A categoria Políticas nas produções acadêmicas de teses e dissertações.....	154
4.2 A categoria Hegemonia nas produções acadêmicas de teses e dissertações.....	168
4.3 A categoria Intelectual nas produções acadêmicas de teses e dissertações.....	202
4.4 A categoria Estado nas produções acadêmicas de teses e dissertações.....	216
4.5 A categoria Sociedade Civil nas produções acadêmicas de teses e dissertações.....	246
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	279
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	285

## 1. INTRODUÇÃO

O Serviço Social ao longo de sua trajetória histórica recebeu influência de diferentes abordagens teórico-metodológicas, no entanto, há reconhecimento de que é a partir do currículo de 1982 que a teoria social de Karl Marx assume a direção social da formação e do exercício profissional. Entre os muitos intelectuais presentes nessa abordagem, destaca-se Antonio Gramsci, teórico marxista italiano que desenvolveu conceitos originais fortalecendo a tradição marxista, cujo pensamento tem influenciado o meio acadêmico e o ambiente político.

O presente trabalho tem como objeto de estudo o pensamento de Antonio Gramsci na produção de conhecimento dos Programas de Pós-Graduação na área de Serviço Social no nordeste, privilegiando como fonte empírica as teses e dissertações dos referidos programas, no período de 2003 a 2017. Busca-se apreender como as categorias do pensamento gramsciano são discutidas nas teses e dissertações e suas contribuições nas reflexões teóricas no âmbito do Serviço Social. Enfatiza-se a dificuldade no estabelecimento de um recorte temporal para a pesquisa tendo em vista os tempos distintos de criação dos programas no nordeste, sendo o mais antigo criado em 1978 (Universidade Federal da Paraíba) e os mais recentes, em 2018 (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e Universidade Federal da Bahia). A escolha do tempo esteve articulada a disponibilização dos trabalhos nos sites das universidades do nordeste.

O objetivo geral é investigar as categorias gramscianas presentes na produção de conhecimento em Serviço Social, constituída por teses e dissertações dos Programas de Pós-Graduação na área de Serviço Social na região nordeste. Para atingi-lo, definiram-se três objetivos específicos: identificar quais categorias do pensamento de Antonio Gramsci são utilizadas como aportes teóricos nas teses e dissertações; verificar a interlocução do Serviço Social com o pensamento gramsciano nas dissertações e teses, a sua contribuição para desvelar a realidade social e para o debate teórico-metodológico na produção do conhecimento; discutir as concepções teóricas que envolvem as principais categorias e a inserção do seu pensamento no Brasil.

Parte-se do entendimento da importância e a necessidade da interlocução das categorias gramscianas nas reflexões teóricas dos assistentes sociais. O Serviço Social enquanto área de conhecimento e profissão se aproxima e se apropria dos pensadores nos quais seus substratos teóricos oportunizam crítica à realidade, à complexidade dos objetos e

possibilita a compreensão das temáticas que a profissão intervém no seu cotidiano. O pensamento de Gramsci também oferece possibilidades de apreensão dos movimentos e dos complexos sociais submersos na totalidade. Como destaca Simionatto (2011b), a partir de 1970 Gramsci torna-se um marco referencial nas elaborações teóricas do Serviço Social, progressivamente suas ideias foram incorporadas para pensar os referenciais teóricos e suas ações interventivas.

As motivações pela temática advêm das discussões ocorridas no Grupo de Estudos sobre o pensamento de Antonio Gramsci vinculado ao Programa de Educação Tutorial (PET) em 2014, e também da participação no Programa Institucional de Iniciação Científica (PIBIC), cujo tema versou sobre “A relação entre ideologia e hegemonia: um estudo dessas categorias a partir do pensamento de Antonio Gramsci”, pesquisa finalizada no primeiro semestre de 2015.

Justifica-se o estudo pela sua relevância teórica em evidenciar um panorama da discussão das categorias gramscianas no âmbito das produções acadêmicas da Pós-Graduação na área de Serviço Social no nordeste, considerando que a profissão recebeu – e ainda recebe – influência das contribuições gramscianas desde o processo de renovação profissional<sup>1</sup>. Além disso, Gramsci é um teórico marxista cujas reflexões realizadas no seu tempo histórico permanecem atuais, contribuindo significativamente na explicitação e compreensão de questões da sociedade perpassadas pelo desenvolvimento capitalista.

Abordar a temática do pensamento gramsciano na produção do conhecimento do Serviço Social significa reafirmar a atualidade do seu pensamento tendo em vista a trajetória de sua contribuição e assimilação das suas ideias pela profissão. Seu pensamento político propicia entender e interpretar as contradições da realidade contemporânea, evidenciando a atualidade do autor dos *Cadernos do cárcere*.

Ressalta-se também, que a escolha do objeto foi inspirada na tese de Fabiana Negri (2016), defendida pelo programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. A autora buscou no estudo os aportes teóricos que o Serviço Social tem buscado na obra de Gramsci, no período entre os anos 2000 e 2012. Para tal, fez uma pesquisa do tipo bibliográfica e documental nos periódicos das revistas Qualis A e B

---

<sup>1</sup> Em linhas gerais, compreende-se a renovação do Serviço Social como a aproximação da profissão com outros aportes teóricos, entre eles com a teoria social crítica, possibilitando a ruptura com o tradicional conservadorismo profissional. Na concepção de José Paulo Netto (2011, p. 131, supressão nossa), “entendemos por renovação o conjunto de características novas que [...] o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições e da assunção do contributo de tendência do pensamento social contemporâneo, procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de validade teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais”.

do Serviço Social (Katálýsis, Temporalis e Serviço Social e Sociedade) e do Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social, procurando identificar as categorias gramscianas trabalhadas e sua interlocução com a profissão. Em parte, o objeto do estudo da autora motivou o interesse de pesquisar o mesmo objeto, cujo foco versa sobre a apreensão e a identificação das categorias gramscianas nas produções acadêmicas – teses e dissertações – dos cursos de pós-graduação na área de Serviço Social no nordeste. Constata-se nos resultados da pesquisa realizada para esta dissertação a incidência do pensamento de Gramsci nas referenciadas produções acadêmicas.

As contribuições teóricas desta pesquisa para o Serviço Social são na perspectiva do mapeamento da produção acadêmica do nordeste, cujo aporte teórico seja o pensamento de Gramsci, bem como a continuidade do adensamento teórico-metodológico da profissão por meio das reflexões das categorias gramscianas presentes nesse estudo. Assim, tais contribuições pautam-se no entendimento de que o pensamento de Gramsci ainda é utilizado para interpretação e discussão de problemáticas vinculadas ao exercício profissional e à compreensão das dimensões da sociedade capitalista.

O pensamento de Antonio Gramsci no Serviço Social tornou-se referência na elaboração de discussões e problematizações das questões que envolvem as esferas econômica, política, cultural e ideológica. No Serviço Social, a contribuição da sua obra é pertinente na análise e interpretação da realidade. Tais contribuições foram incorporadas ainda no processo de ruptura, de forma a se pensar a dimensão interventiva e a superação do pragmatismo da profissão (NEGRI, 2016), bem como na análise da realidade político e social do período. Dessa forma, a obra gramsciana contribuiu no processo de renovação do Serviço Social, com alterações no estatuto teórico-político e técnico-operativo, além do fortalecimento da atitude investigativa (SIMIONATTO, 2011a).

Na atualidade, verifica-se a apropriação das categorias gramscianas nas produções de conhecimento do Serviço Social, qualificando o perfil profissional na articulação das dimensões constitutivas da profissão. As reflexões dessas categorias são importantes tanto para a análise da realidade social quanto para o adensamento teórico-metodológico e político da profissão.

A partir da compreensão de que a produção do conhecimento em Serviço Social se amplia e adensa com a criação dos cursos de pós-graduação e com a interlocução de assistentes sociais na área das Ciências Sociais, o resultado se desdobra na socialização desse conhecimento em diversas fontes, evidenciando a aproximação com teóricos do campo marxista e seus intérpretes contemporâneos.

O pensamento de Gramsci, guiado pelo pressuposto crítico-dialético, continua sendo importante para o Serviço Social brasileiro enquanto mediação para intervenção profissional e área de produção de conhecimento, no subsídio de elementos indispensáveis para pensar aspectos da profissão e suas esferas de atuação.

A obra gramsciana analisa os elementos e complexos que estão situados na esfera da superestrutura, não centralizando nos *Cadernos* as discussões das determinações econômicas como as realizadas por Karl Marx, embora, não indique uma cisão entre Marx e Gramsci. A singularidade de sua obra reside na observação dos fenômenos superestruturais, como a política, a cultura e o sistema de valores no contexto da ordem capitalista. Como Gramsci enfatiza a esfera da superestrutura não significa que seja o teórico das superestruturas, da cultura. O teórico pôde dar atenção a esses aspectos apreendendo a realidade como uma totalidade unitária entre estrutura e superestrutura.

A aproximação do Serviço Social com o pensamento de Gramsci é substancial, uma vez que possibilita o entendimento dos fenômenos superestruturais, da esfera política e da cultura, assim como tais expressões são debatidas na ordem capitalista. Para Simionatto (2001, p.12), o conjunto das categorias gramscianas permite ao Serviço Social,

[...] interrogar-se sobre questões relativas às instâncias estrutural e superestrutural, com a problematizações não somente na esfera econômica, mas também política, ideológica e cultural o que tem permitido a profissão, o encaminhamento de propostas efetivas no âmbito das políticas sociais públicas, privadas e nas diferentes formas organizativas da sociedade civil.

O movimento de reconceituação<sup>2</sup> e o processo de renovação profissional<sup>3</sup>, durante a década de 1970 se aproximaram dos fundamentos teóricos do pensamento de Gramsci, que

---

<sup>2</sup> O Movimento de Reconceituação da profissão se institui na América Latina entre a década de 1965 e 1975, representando uma ruptura com o Serviço Social Tradicional, isto é, a profissão passou por um processo de revisão dos fundamentos teóricos-metodológicos que orientavam a profissão (NEGRI, 2016). Foi um fenômeno sociocultural, reflexo da crise estrutural que afetou os padrões de dominação vigentes no continente. O movimento questionava a metodologia e teoria que não respondiam à nova realidade, assim como, a necessidade de encontrar novos fundamentos, novos conhecimentos e um posicionamento ideológico condizente com uma concepção de homem e de mundo. O Movimento de Reconceituação não foi homogêneo, tendências heterogêneas e conflitantes estavam presentes em seu interior.

<sup>3</sup> Com base em Netto (2011), a renovação do Serviço Social no Brasil se desenvolve nos marcos da modernização conservadora quando redefine a base da legitimidade profissional ao mesmo tempo em que se redefinem as exigências do mercado de trabalho e o quadro de sua formação. A inserção do Serviço Social na universidade e a interação com as Ciências Sociais resultam num profissional moderno, com formação teórico-técnica laica, sendo a laicização, um dos elementos que caracteriza a renovação do Serviço Social. Netto (2011) identificou no processo de renovação do Serviço Social três direções: Perspectiva Modernizadora - se caracteriza pela continuidade do acúmulo profissional anterior, mantendo relação com a tradição positivista, representada nos textos dos seminários de Araxá e Teresópolis; Reatualização do Conservadorismo - que recupera componentes da herança conservadora, recusa o positivismo e tem

possibilitaram “um amplo processo de renovação, de revisões teóricas e posições políticas no debate crítico ao ‘marxismo vulgar’<sup>4</sup>” (NEGRI, 2016, p. 91). As referências de Gramsci serviram como possibilidade de pensar a atuação profissional enquanto intelectual orgânico. Suas ideias foram incorporadas pelo Serviço Social no questionamento dos referenciais teóricos e atuações profissionais, assim como indicaram, no lastro da tradição marxista, o compromisso do assistente social com a classe trabalhadora.

A partir dos anos de 1980, se intensifica a inserção dos ideais gramscianos no âmbito acadêmico e suas categorias de análises impulsionaram a produção acadêmica no Serviço Social. A relevância do pensamento de Gramsci consiste no fortalecimento do estatuto teórico-metodológico da profissão e na qualificação das ações, ou seja, nas respostas profissionais, no qual o assistente social é desafiado no atendimento às demandas das expressões da questão social, bem como na vinculação à classe subalterna na luta por uma outra sociabilidade.

Aprofundar o conhecimento acerca dessa realidade torna-se fundamental na luta pela transformação social, o que implica articular a intervenção profissional com outros sujeitos e movimentos sociais, dado que se trata de uma tarefa mais ampla que aquela que corresponde ao universo particular de uma categoria.

De acordo com Simionatto (2011a), Gramsci foi o pensador que mais discutiu temas que perpassam diversas áreas sem perder de vista a dimensão da totalidade. Seu legado no Serviço Social revela categorias e elementos que são indispensáveis para pensar a profissão e as esferas de intervenção, desfetichizando os objetos e realidades em que atua.

As reflexões de Gramsci no plano do método e seus elementos de análise oferecem novas possibilidades na investigação profissional envolvendo as dimensões universal, particular e singular, o que exige um rigor teórico, histórico e metodológico na análise da realidade social na compreensão dos problemas e dos desafios, no qual o profissional participa nas relações no âmbito da produção e reprodução da vida social.

---

inspiração fenomenológica, onde o Serviço Social se inscreve nas fronteiras da ajuda psicossocial e recurso à fenomenologia; Intenção de Ruptura - possui uma crítica ao Serviço Social tradicional e manifesta a pretensão de romper com a herança do pensamento das duas direções anteriores. No processo de renovação profissional, a aproximação com o pensamento de Gramsci se dá nos marcos da articulação do Serviço Social com as outras áreas das Ciências Sociais. Alguns apontamentos da disciplina Fundamentos de Serviço Social serviram de subsídios para as notas 2 e 3.

<sup>4</sup> O marxismo vulgar diz respeito ao marxismo sem Marx. Isto é, as aproximações com a teoria marxista ocorreram sem a leitura dos escritos de Marx e por autores que sofriam forte influência das inspirações positivistas, assim como a interlocução com o marxismo por meio de diferentes apropriações de correntes teórico-filosóficas (NEGRI, 2016).



A partir dessas reflexões, o problema de pesquisa é colocado em forma de perguntas: Quais categorias centrais do pensamento gramsciano são objeto de pesquisa no Serviço Social?<sup>5</sup> Como se desenvolve a interlocução do pensamento gramsciano com a produção do conhecimento que resulta nas teses e dissertações vinculados aos programas de pós-graduação na área de Serviço Social no nordeste?

Na realização desse estudo parte-se da seguinte hipótese: os aportes teóricos do pensamento de Antonio Gramsci são apropriados no debate da profissão como interlocução necessária para o desvelamento da realidade social, contribuindo assim, para o adensamento teórico-metodológico do Serviço Social.

### **Procedimentos Metodológicos**

A perspectiva teórica do estudo é orientada pelo método crítico-dialético, que por mediações, possibilita aproximações sucessivas entre o sujeito e objeto de estudo, integrantes de uma totalidade. A abordagem teórico-metodológica escolhida permite situar a essência dos fenômenos na realidade social sob o ponto de vista da totalidade concreta. O método adotado orienta todo o processo de investigação e de análise do estudo.

As aproximações sucessivas entre sujeito-objeto, a partir de teses e dissertações, permitem visualizar diferenças paradigmáticas no trato de algumas categorias gramscianas. Por essa razão, oportunamente, o método crítico-dialético contribui a capturar as contradições que possivelmente envolvem o objeto em questão, considerando que tal método implica também numa revisão crítica das interpretações pré-existentes sobre o objeto e que não partilhe da reflexão realizada por Gramsci.

A pesquisa desenvolvida neste estudo é qualitativa do tipo bibliográfica e documental, de natureza exploratória. De acordo com Gil (2002, p. 44), “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”, abrange bibliografias públicas que são relacionadas ao tema de estudo nas quais se encontram qualquer tipo de fontes. A pesquisa bibliográfica é necessária para o aprofundamento dos elementos da reflexão gramsciana. Salienta-se que a pesquisa bibliográfica não é a repetição das produções sobre determinado tema, sendo a análise desenvolvida ter diferentes perspectivas e conclusões.

---

<sup>5</sup> No levantamento bibliográfico realizado, as categorias gramscianas mais frequentes nos trabalhos são: Hegemonia, Sociedade Civil, Estado, Intelectuais e Política.

A pesquisa bibliográfica fez-se presente em todo o processo de desenvolvimento da dissertação, destacando duas etapas interligadas. A primeira envolveu a elaboração do capítulo teórico (capítulo II),<sup>6</sup> que serviu de subsídio tanto nas análises como para a aproximação ao pensamento de Gramsci, com consulta aos textos dos *Cadernos do cárcere*, cujo objetivo foi identificar, apreender e compreender as categorias analíticas mais evidenciadas durante o levantamento documental, tais como: Estado ampliado, hegemonia, sociedade civil, política e intelectuais. Para complementar essa etapa recorreu-se a alguns intérpretes de suas obras vinculados ao Serviço Social e áreas afins, a exemplo de Ivete Simionatto (2011b); Carlos Nelson Coutinho (1985, 2006, 2008); Santos (2012); Hugues Portelli (2002); e Guido Liguori (2007).

A segunda etapa foi constituída da análise do pensamento gramsciano na produção de teses e dissertações na pós-graduação na área de Serviço Social no nordeste. Para atender ao objetivo, foi fundamental a consulta e o levantamento bibliográfico e documental no site das Universidades Federais situadas na região que possuem os cursos de mestrado e de doutorado na área.

O Relatório de Avaliação Quadrienal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – área de Serviço Social –, divulgado em 2017, serviu de base na identificação das universidades que ofertam cursos de mestrado e doutorado, bem como na elaboração de um panorama<sup>7</sup> dos cursos e subsidiou a constituição da amostra. Os programas com mestrado e doutorado estão localizados nos seguintes estados: Maranhão, Piauí, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Alagoas<sup>8</sup>. Já os cursos de mestrado se localizam nos estados de Sergipe, Bahia, Ceará e Paraíba.

Conforme dados oficiais do Relatório Quadrienal da CAPES (2017, p. 4), existiam 11 programas de pós-graduação na área de Serviço Social no nordeste, número correspondente a 33,3% dos 34 programas existentes na área. Desses programas, cinco possuíam mestrado e doutorado e seis ofertavam apenas mestrado<sup>9</sup>, número alterado nos

<sup>6</sup> O capítulo II foi organizado para a qualificação e incorporou algumas sugestões da banca.

<sup>7</sup> O capítulo III trabalha a elaboração deste panorama.

<sup>8</sup> O curso de doutorado em Serviço Social na Universidade Federal de Alagoas foi aprovado pela CAPES na 168ª Reunião do Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC-ES) em novembro de 2016 em Brasília, com o ingresso da primeira turma em meados de 2017. Por essa razão, ainda não há teses defendidas. A mesma observação serve para a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, que teve o curso de doutorado aprovado em março de 2016, registra também que houve qualificação no ano corrente, mas, sem tese defendida no período de realização do levantamento documental.

<sup>9</sup> Os programas que só ofertam cursos de mestrado em Serviço Social estão presentes nas Universidades Federais de Sergipe e da Paraíba; e nas Universidades Estaduais da Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte. Não foi inserida no campo empírico a Universidade Federal Rural de Pernambuco, com o Programa de Pós-Graduação em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social vinculado ao Departamento de Ciências

anos subsequentes de acordo com o apresentado no capítulo III. Compõem a amostra somente os programas de pós-graduação com dissertações e teses defendidas conforme esclarecimentos abaixo.

Inicialmente, fez-se um levantamento das dissertações e teses nos sites das universidades observando os seguintes itens: título do trabalho, palavras-chaves e verificação nos resumos com o objetivo de verificar a aproximação com o pensamento de Gramsci. A estratégia utilizada para o levantamento do material foi o recurso de informática CTRL+F na busca do nome de Gramsci ao longo das dissertações e teses<sup>10</sup>. Quando localizado o nome, fez-se a leitura do parágrafo no qual é citado para entender o contexto e identificar a categoria utilizada. Aliado a esse recurso, verificou-se nas referências bibliográficas a presença de sua obra. Salienta-se que os resumos e as palavras-chave foram pistas na identificação da utilização das categorias. O levantamento documental envolveu a leitura de reconhecimento do material, na qual se verifica o tema e objeto de pesquisa das produções.

Foi observado que algumas dissertações e teses abordam categorias vinculadas ao pensamento de Gramsci para fundamentar o trabalho, outras estudam especificamente algumas categorias e há ainda as que apenas utilizam citações do autor ou comentários em nota de rodapé. A proposta de pesquisa desenvolvida privilegia as duas primeiras situações na constituição da amostra.

O trabalho foi selecionado e agrupado por universidade para composição do universo em que o nome de Gramsci e/ou as categorias de seu pensamento apareciam mais de três vezes. O resultado mostra um quantitativo de 189, sendo 53 teses e 136 dissertações das Universidades que ofertam o curso de mestrado e de doutorado na área de Serviço Social (UFMA, UFPI, UFAL, UFS, UFPE, UERN, UFRN, UFPB/J. P., UEPB, UECE), conforme o Quadro 01.

---

Domésticas. Na avaliação quadrienal da CAPES divulgado em 2017, o Programa obteve conceito 02. Acresce a esses dados, dois cursos de mestrado em Serviço Social aprovados em 2018 no Estado da Bahia, sendo um na Universidade Federal da Bahia e o outro na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

<sup>10</sup> É importante destacar que o nome de Gramsci foi utilizado através desse recurso por ser uma alternativa mais fácil na identificação de alguma de suas categorias, dada a impossibilidade de ler todos os trabalhos no momento de aproximação dos dados empíricos da pesquisa e para ter uma noção da constituição do universo e consequentemente, da amostra.

**Quadro 01** – Quantitativo de teses e dissertações mapeado nas Universidades com cursos de Mestrado e de Doutorado na área de Serviço Social no nordeste (2003-2017)

<b>Estado</b>	<b>Universidade</b>	<b>Dissertações</b>	<b>Teses</b>	<b>Total</b>
Maranhão	Universidade Federal do Maranhão (UFMA)	12	08	20
Pernambuco	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	38	41	79
Piauí	Universidade Federal do Piauí (UFPI)	07	04	11
Rio Grande do Norte	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	28	-	28
Alagoas	Universidade Federal de Alagoas (UFAL)	11	-	11
Sergipe	Universidade Federal de Sergipe (UFS)	11	-	11
Rio Grande do Norte	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)	07	-	07
Paraíba	Universidade Federal da Paraíba/João Pessoa (UFPB/J.P.)	11	-	11
Paraíba	Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)	3	-	3
Ceará	Universidade Estadual do Ceará (UECE)	8	-	8
<b>Total</b>		136	53	189

Fonte: Elaboração com base no levantamento das teses e dissertações nos sítios eletrônicos das Universidades (2019).

O Quadro 01 mostra a extensão do campo empírico do universo da pesquisa e o quanto Gramsci está presente nas produções (teses e dissertações), com destaque para o quantitativo de trabalhos vinculados à UFPE – 79 trabalhos entre teses e dissertações. Este quadro reforça a tendência encontrada por Negri (2016) na análise dos periódicos (Katálysis, Temporalis e Serviço Social e Sociedade) e anais do Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, no período de 2000 a 2012. Por essa razão, teve prioridade na formação do universo da pesquisa, os programas de mestrado e doutorado em Serviço Social com teses e dissertações defendidas, quais sejam UFMA, UFPE e UFPI, que no seu conjunto totaliza um quantitativo de 110 trabalhos, como se observa no Quadro 02. Apesar de a UFRN e UFAL terem cursos de mestrado e de doutorado (Cf. nota 08), na ocasião do levantamento documental não possuíam teses defendidas, por essa razão e em comum acordo com a orientadora e pela sugestão de um dos componentes da banca de qualificação, decidiu-se pela não inserção no campo da amostra. Dessa forma, o universo de pesquisa é constituído de 110 trabalhos dos programas com teses e dissertações defendidas até 2017. A partir desse universo foram definidos critérios para a composição da amostra, esclarecidos após o Quadro 02.

**Quadro 02** – Quantitativo das teses e dissertações vinculadas aos Programas de Pós-Graduação na área de Serviço Social com Mestrado e Doutorado em Serviço Social no Nordeste (2003-2017)

Estado	Universidade	Dissertações	Teses	Total
Maranhão	Universidade Federal do Maranhão (UFMA)	12	08	20
Pernambuco	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	38	41	79
Piauí	Universidade Federal do Piauí (UFPI)	07	04	11
<b>Total</b>		57	53	110

Fonte: Elaboração com base no levantamento das teses e dissertações nos sítios eletrônicos das Universidades (2019).

Ressalta-se que essa amostra foi definida para a análise ampliada das categorias gramscianas mais frequentes identificadas nos trabalhos, quais sejam: Estado, sociedade civil, hegemonia, política e intelectuais. É fundamental esse esclarecimento por causa da inclusão no estudo desta dissertação, uma apresentação e análise de teses e dissertações identificadas durante a pesquisa documental que discutem outras categorias além das citadas. A riqueza do material encontrado – um total de 189 dissertações e teses – no qual as categorias e o pensamento gramsciano se fazem presentes, conduziu a inserção de um item para visualizar esse panorama da influência do autor na produção de conhecimento oriunda dos programas referenciados.

Após reflexões foram utilizados alguns passos no processo de constituição da amostra a partir do levantamento documental, conforme o detalhamento a seguir.

- **1º passo:** O primeiro passo de seleção das teses e dissertações teve como referência principal a presença de pelo menos duas categorias gramscianas trabalhadas no capítulo II e as que foram mais identificadas nos trabalhos, quais sejam: Estado ampliado, sociedade civil, hegemonia, intelectuais e política.

Vale ressaltar que do levantamento documental realizado nos sites das universidades, especialmente no Repositório Institucional, foram identificadas outras categorias gramscianas: Senso Comum, Revolução passiva, Americanismo e Fordismo, Classes Subalternas, Partido Político, Vontade Política, Vontade Coletiva, Cultura, Educação, Religião, Relações de Forças, Ideologia, Filosofia da Práxis, Transformismo, Bloco Histórico, Coerção, Consenso, Catarse.

- **2º passo:** Na sequência, fez-se leituras da introdução dos trabalhos selecionados na tentativa de identificar a interlocução com Gramsci. Existem trabalhos que não realizam

reflexões com base na centralidade das categorias gramscianas como fundamento para o tema da pesquisa. Por isso, observa-se a existência de trabalhos que fazem uma sinalização rápida do autor, seja como citação indireta ou direta, alguns inclusive, traz o conceito de alguma categoria apenas em nota de rodapé, mas sem reflexões profundas do pensamento de Gramsci com a proposta do trabalho que está sendo apresentado. Os que apresentam essas características não foram incluídos na amostra. Sendo assim, esse procedimento contribuiu na seleção de dissertações e teses que recorrem às obras originais e/ou de intérpretes de Gramsci e que o utilizam de forma mais profunda.

Aqui, os tipos de leituras exploratória e seletiva foram fundamentais durante a seleção dos trabalhos. Nessa perspectiva, o acesso aos trabalhos teve como foco, o resumo, palavras-chave, sumário, introdução e referência bibliográfica com a finalidade de identificar as categorias trabalhadas, a interlocução com o Serviço Social, os objetivos das teses e dissertações e as indicações da presença de Gramsci no texto. Nesse momento alguns dados foram sistematizados, tais como: objetivo, categorias utilizadas, autores/intérpretes e as obras gramscianas<sup>11</sup>.

- **3º passo:** O terceiro passo foi utilizado especificamente para a UFPE tendo em vista o quantitativo em relação aos demais programas (79 trabalhos). Nesse sentido, o critério adotado foi o de selecionar apenas 01 trabalho (uma tese ou uma dissertação) por ano.
- **4º passo:** O último passo consistiu na realização das leituras do tipo seletiva e reflexiva do material da amostra. O tipo da leitura reflexiva abrangeu a tese e/ou dissertação na sua íntegra, sistematizando o objetivo, as categorias utilizadas, os autores/intérpretes, as obras gramscianas, as páginas que continham as reflexões com as categorias e/ou pensamento do pensador italiano. Esses dados foram fundamentais para a realização da análise em atendimento ao objeto da dissertação.

Com a adoção desses passos, da totalidade de 110 teses e dissertações (Cf. Quadro 02) localizadas nos três programas com dissertações e teses defendidas até o ano de 2017, tem-se um quantitativo de 20 trabalhos como amostra, assim distribuídos (Quadro 03): 12 teses, sendo 02 (duas) da Universidade Federal de Maranhão, 08 (oito) da Universidade Federal de Pernambuco e 02 (duas) da Universidade Federal do Piauí; e 08 (oito) dissertações, sendo 02 (duas) da UFMA, 05 (cinco) da UFPE e 01 (uma) da UFPI.

---

<sup>11</sup> Essa técnica de sistematização foi utilizada nesse momento e durante a leitura dos trabalhos da amostra.

**Quadro 03** – Quantitativo de teses e dissertações da amostra

Universidade	Tese	Dissertação	Total
UFMA	02	02	04
UFPE	08	05	13
UFPI	02	01	03
<b>Total</b>	09	12	20

Fonte: Elaboração própria (2019).

O uso de distintas técnicas de leitura foi fundamental na constituição do universo e da amostra. De acordo com Miotto e Lima (2007), são identificados vários tipos de leituras: Leitura de reconhecimento do material bibliográfico; Leitura exploratória; Leitura seletiva; Leitura reflexiva ou crítica; Leitura interpretativa.

Na concepção de Gil (2002, p. 77), a leitura do material na pesquisa bibliográfica serve aos seguintes objetivos: “a) identificar as informações e os dados constantes do material impresso; b) estabelecer relações entre as informações e os dados obtidos com o problema proposto; c) analisar a consistência das informações e dados apresentados pelos autores”.

Foi adotada a técnica de análise de conteúdo que segundo Bardin (2010, ps. 33, 44),

[...] é um conjunto de técnicas de análise das comunicações, [...] visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo de mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens.

A análise de conteúdo auxiliou nas reflexões realizadas, durante a interpretação e análise das interlocuções das categorias gramscianas na produção de conhecimento por meio das teses e dissertações.

Nessa etapa de análise houve a possibilidade da articulação das categorias Hegemonia, Estado ampliado, Sociedade Civil, Intelectuais, Política e Ideologia com os diferentes objetos de discussão dos trabalhos, evidenciando como os pesquisadores refletem estas categorias. Sempre que necessário, fez-se reflexão junto aos *Cadernos do cárcere* a respeito da categoria em questão.

A dissertação se estrutura em três capítulos, além da introdução e considerações finais. O primeiro capítulo compõe esta introdução. O capítulo II, intitulado *O Pensamento de Antonio Gramsci: apontamentos teóricos acerca das categorias Política, Hegemonia, Intelectuais e Estado e sociedade civil*, tem foco nas aproximações ao pensamento de



Antonio Gramsci, onde discute a inserção de seu pensamento no Brasil no século XX e apresenta reflexões acerca das categorias Intelectuais, Hegemonia, Estado e Sociedade Civil e a Política, tendo em vista serem as mais recorrentes no levantamento documental no início da pesquisa.

O capítulo III, sob o título *Categorias gramscianas: um panorama dos Programas de Pós-Graduação na área de Serviço Social no nordeste* apresenta um panorama da pós-graduação em Serviço Social, com foco numa breve situação dos programas de pós-graduação na área e na caracterização específica dos programas no nordeste, destacando o início dos cursos, conceito CAPES, área de concentração e o quantitativo de teses e dissertações identificadas.

Também é apresentado neste capítulo um panorama das temáticas trabalhadas nas teses e dissertações que utilizaram o pensamento de Gramsci, incorporando os demais trabalhos do universo da pesquisa (a totalidade dos 189 trabalhos), nos quais foram selecionados dois trabalhos (teses e/ou dissertações) por temática na ilustração da análise. A definição das temáticas pela autora teve como base os temas/objetos das teses e dissertações. Esse panorama justifica-se pela necessidade de agregar os trabalhos das demais universidades com a intenção de enfatizar a contemporaneidade do pensamento de Gramsci nesse tipo de produção.

O quarto capítulo intitulado, *O pensamento de Gramsci nas teses e dissertações na região nordeste: análise de categorias mais frequentes* foi organizado de modo a contemplar a análise das teses e dissertações da amostra. Isto é, os trabalhos selecionados que tiveram o mínimo de duas categorias mais frequentes, entre elas, Estado, sociedade civil, hegemonia, política, intelectuais. Mas essa separação é um tanto metodológica, pois, todos os trabalhos discutem outras categorias. A análise desse capítulo envolveu a articulação das categorias gramscianas com questões dos objetos de estudos dos trabalhos, objetos esses diferentes e caros ao Serviço Social, tais como as políticas sociais, o sistema capitalista, exercício profissional, o controle social. Essas questões fazem parte do escopo da profissão, pois, esta se insere na contradição dos interesses de classes e enfrenta cotidianamente tais questões, seja no campo da formação profissional, na defesa dos direitos sociais e ainda no atendimento para viabilização dos direitos da classe trabalhadora.

Por fim, as considerações finais retomam questões centrais discutidas nos capítulos e ressaltam a importância do pensamento gramsciano enquanto fundamento na explicitação dos processos sociais, políticos e econômicos assim como a contemporaneidade desse pensamento na área do Serviço Social.



Essa dissertação resulta de um esforço intelectual – em processo de amadurecimento –, no qual aproximou-se do pensamento de Gramsci e da produção de teses e dissertações através de sucessivas leituras na tentativa de interpretar a relação das questões que envolvem os objetos de pesquisa e as categorias gramscianas e torná-la objeto de análise neste trabalho. Não se pretende esgotar as diversas discussões relativas ao pensamento gramsciano. Dados os limites do objetivo da dissertação, a intenção é trazer uma análise da apropriação de suas categorias no âmbito da produção de teses e dissertações da pós-graduação na área de Serviço Social no nordeste. Portanto, qualquer ideia, apropriação ou interpretação equivocada é de inteira responsabilidade da autora.

Gramsci tem inestimável contribuição à teoria política, isto é, suas ideias foram pensadas tendo como fim a construção da revolução pelas classes operárias, nisto, o autor traz provocações e diálogos fecundos que contribuem no amadurecimento da teoria marxista. Na área do Serviço Social, a contribuição deste trabalho se encontra como uma mediação teórica e didática para estudantes, assistentes sociais e o coletivo que queiram aproximar-se do pensamento de Gramsci.

## 2. PENSAMENTO DE ANTONIO GRAMSCI: apontamentos teóricos acerca das categorias Política, Hegemonia, Intelectuais e Estado e Sociedade Civil

Antonio Gramsci<sup>12</sup> foi um pensador italiano marxista que vivenciou o contexto político, cultural, social e econômico europeu no primeiro terço do século XX. Da tradição marxista, suas obras buscam desvendar a multiplicidade de significados, os antagonismos e as contradições da sociedade capitalista em constante transformação. Nessa lógica, o autor dos *Cadernos do Cárcere* contribui significativamente com reflexões que possibilitam a organização política dos sujeitos com vista à superação dessa sociabilidade.

A reflexão gramsciana sobre aspectos sociais e políticos é atravessada pela totalidade, mostrando que essas esferas não estão desvinculadas do fator econômico. A política é entendida como esfera de mediação entre a produção material e a reprodução da vida humana. O princípio da totalidade explica a realidade social sem desvencilhar das especificidades e determinantes políticos, culturais ou econômicos.

---

<sup>12</sup> Antonio Gramsci nasceu no ano de 1891, em Alghero, pequena cidade agrícola da província de Cagliari, na Sardenha, Itália. Filho de Francesco Gramsci e de Giuseppina Marcias, de origem albanesa e espanhola respectivamente. Gramsci teve sete irmãos, sendo o quarto dos filhos. Origem familiar pobre e numerosa, aos dois anos de idade, foi acometido de uma doença que o deixou corcunda e prejudicou seu crescimento. Apesar disso, fora um estudante brilhante e levou uma vida difícil desde adolescente, tendo que enfrentar situações árduas e difíceis. Tem consciência das difíceis situações do contexto italiano, acompanhando desde cedo as movimentações políticas, sociais e econômicas da Itália. Gramsci ensaia os primeiros passos da sua caminhada intelectual a partir das contradições e antagonismos dos acontecimentos históricos vivenciados que marcaram profundamente o século XX, tais como: a Primeira Guerra Mundial, a Revolução Russa, o fascismo na Itália, os levantes operários em alguns países europeus, a hegemonia norte-americana, a formação dos partidos políticos, a crise econômica de 1929. Procura entender e se aproximar de movimentos dos trabalhadores italianos e fez parte dos Conselhos de Fábrica. Aos 21 anos consegue um prêmio para estudar Letras na Universidade de Turim. Frequentou círculos socialistas e entrou para o Partido Socialista em 1913. Também escreveu para jornais dos partidos socialistas italiano. Conheceu sua esposa Giulia Schucht na Rússia, com quem teve dois filhos, quando de uma missão do partido, o Partido Comunista Italiano, que ajudou a fundar em 1921. O período coincidia com o advento do fascismo na Itália e quando do seu retorno perseguiu o objetivo de unir os partidos de esquerda no país. Apesar de eleito deputado em 1924 e ter imunidade parlamentar, foi preso pelo regime fascista de Benito Mussolini em 08 de novembro de 1926, junto com outros deputados comunistas, com sentença de cinco anos de confinamento, mas no ano seguinte, recebe uma sentença de 20 anos na prisão de Turim. Obtém permissão para escrever na cela, na qual faz leituras sistemáticas e de aprofundamentos de temas diversos. Em 1934 é concedida liberdade condicional para se tratar em hospital, já bastante doente, mas morre em 1937 de derrame cerebral, aos 46 anos, em Roma. Durante a prisão, escreveu mais de 30 cadernos que ficaram conhecidos como “Cadernos do Cárcere”, contendo elementos, ideias, problematizações de natureza teórico-política sobre educação, cultura, política, filosofia, literatura, desenvolvimento nacional. Para evitar a censura fascista, adotou uma linguagem cifrada em torno de alguns conceitos ou de expressões novas. As correspondências escritas por Gramsci a seus familiares, especialmente sua cunhada Tatiana Schucht, foram reunidas nas “Cartas do Cárcere”, nas quais contém notas sobre a situação de prisioneiro e as solicitações pessoais em termos de livros, revistas e jornais para leituras e escrita dos Cadernos, bem como reúne elementos e a vivência durante o período carcerário. Essas informações foram extraídas dos textos de Coutinho (1999); Simionatto (2011b); Santos (2012).

Sua análise é orientada por temas fundamentais que se desenrolam em direções diversas, cujas reflexões das categorias partem do abstrato ao concreto, do singular ao universal, apreendendo a processualidade histórica e as relações que possibilitam desvendar a realidade e suas contradições inerentes.

Antonio Gramsci é um dos pensadores marxista e intelectual italiano mais influente no pensamento social brasileiro, e também o mais lido e traduzido em todo o mundo. Os textos dos *Cadernos do cárcere* possuem caráter de apontamentos, com trechos que indicam reflexões a serem revistas, podendo deixar margens para interpretações e assimilações diversas. Mesmo assim, seus escritos despertaram e continuam despertando o interesse de diversos estudiosos.

O presente capítulo visa uma reflexão teórica sobre algumas das categorias desenvolvidas por Antonio Gramsci nos *Cadernos do cárcere*<sup>13</sup>, sendo apresentados alguns elementos para discussão de natureza aproximativa. Para tal, faz-se uma breve recuperação da inserção do pensamento de Antonio Gramsci no Brasil, partindo da compreensão de que a interlocução do seu pensamento no país ocorre pela esquerda em meados do século XX com a necessidade de um postulado teórico com vistas ao progresso social na tentativa de superar uma conjuntura repressiva no campo teórico, político e cultural. São abordados também alguns conceitos e categorias centrais do pensamento gramsciano tais como: a política, a hegemonia, o papel dos intelectuais, a concepção de Estado e sua relação com a sociedade civil.

## 2.1. A inserção do pensamento de Gramsci no Brasil

As obras de Antônio Gramsci (1891-1937) tiveram muita influência no meio intelectual no contexto brasileiro. Certamente, as obras desse marxista foram as mais lidas e debatidas no Brasil. Suas ideias contribuíram para a renovação do pensamento marxista, o que possibilitou manter vivo o legado de Marx numa época marcada pela ofensiva conservadora e liberal. Suas categorias de reflexões e análises adentraram nas Universidades, exercendo influência no campo das Ciências Sociais, tais como, Sociologia,

---

<sup>13</sup> As obras escritas no cárcere por Gramsci encontram-se organizadas por temática em seis volumes, organizados por Carlos Nelson Coutinho com colaboração de Marco Aurélio Nogueira e Luiz Sérgio Henriques sob o tema de *Cadernos do cárcere*: Introdução a filosofia. A Filosofia de Benedetto Croce; Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo; Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política; Temas de cultura. Ação Católica. Americanismo e Fordismo; O Risorgimento. Notas sobre a história da Itália; Literatura. Folclore. Gramática. Acresce a esses, dois volumes das Cartas do cárcere, também organizados pelos autores acima.

Educação, Antropologia e Serviço Social. A inserção do pensamento de Gramsci na realidade brasileira ocorre em meados da década de 1960, a partir do debate acontecido na Europa em 1950, por ocasião da realização do XX Congresso do Partido Comunista na extinta União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

Para Simionato<sup>14</sup> (2011b) a primeira referência a Gramsci foi realizada por intermédio de Godoffredo Rosini, um preso político do regime fascista que tinha sido parceiro de Gramsci no cárcere. Depois de liberto, sai da Itália e vem para o Brasil na década de 1930, onde se filia ao PCB, sendo também forte influenciador do jornal *O Homem Livre*.

As primeiras referências a Gramsci no Brasil vieram de exilados italianos, de trotskistas e de antifascistas na década de 1930. No ano de 1935, Segatto (1998) registra que houve a publicação do manifesto “*Os que morrem nas prisões de Mussolini*” de Romain Rolando, denunciando a repressão fascista e com apelo à libertação de Gramsci do cárcere fascista, bem como a divulgação de um artigo na revista *Literatura* em 1947, sob o tema “*As novas cartas de Gramsci*”, mas que passou quase despercebida.

É possível identificar a trajetória da difusão do pensamento gramsciano e das suas ideias no Brasil na obra de Lincoln Secco (2002), onde se verifica as primeiras alusões no que se refere a sua personalidade política e posteriormente, os seus escritos. O autor recupera a trajetória de Gramsci enquanto político, colaborador de artigos para o jornal italiano, da publicação das suas obras no Brasil e a disseminação de seu pensamento através das suas obras e estudos em vários países.

O primeiro exemplo de análise da obra gramsciana no Brasil ocorre em 1947, com a publicação de um artigo de E. Carrera Guerra sobre as cartas de Gramsci na revista *Literatura*<sup>15</sup>, com alusão as críticas de Gramsci nas Cartas do cárcere à Benedetto Croce (SECCO, 2002). Segundo o autor, o artigo analisou aspectos da obra de Gramsci, superando até então as referências biográficas e de alguma forma, mostrando o percurso do estudo de Gramsci da obra de Croce. Em 1950 teve continuidade a difusão das ideias de Gramsci no Brasil através de revistas e esta divulgação alcança à direção do Partido Comunista Brasileiro.

---

<sup>14</sup> O livro *Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social* de Ivete Simionato é a primeira tentativa de analisar o itinerário do pensamento de Gramsci no Brasil por meio da reconstrução da influência de Gramsci no debate político e universitário.

<sup>15</sup> A revista *Literatura* foi fundada e dirigida por Astrojildo Pereira em 1946. (SECCO, 2002).

Na década de 1960 foram publicadas as obras gramscianas no Brasil, quando ainda havia margem de liberdade no campo filosófico e cultural, antes da decretação do AI-5<sup>16</sup> em 1968 (SIMIONATTO, 2011b). É traduzida e publicada parte da obra de Gramsci no Brasil por iniciativa de Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder e Luiz Mário Gazzaneo. Foram publicadas as seguintes obras: *II Materialismo storico e la filosofia de Benedetto Croce* – traduzida por Coutinho – e as *Cartas do cárcere* – traduzidas por Noênio Spínola. Em 1968 são traduzidas as obras: *Os intelectuais e a organização da cultura*; *Literatura e vida nacional*; *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. As obras *II Risorgimento e Passado e presente* não foram traduzidas no período em função da decretação do AI-5.

Considera-se relevante enfatizar que a primeira tentativa de discussão política da obra de Gramsci foi realizada por Michel Löwy e publicada em 1962<sup>17</sup>, sendo o primeiro intelectual brasileiro a publicar um estudo político do pensamento gramsciano, embora outros intelectuais já conhecessem as obras gramscianas antes desse episódio, a exemplo de Carlos Nelson Coutinho (SECCO, 2002).

Coutinho (1999) evidencia que em 1965, tem início a coordenação para edição dos primeiros volumes dos escritos de Gramsci – *Cartas do cárcere e Concepção dialética da história* – os quais seriam publicados em 1966. Já em 1967, Enio Silveira<sup>18</sup> comunica ao Instituto Gramsci o interesse pela publicação de mais dois volumes das obras de Gramsci: *Notas sobre Maquiavel* e uma edição de *Os intelectuais e organização da cultura, Literatura e vida nacional*. Em suma, com o empenho de Enio Silveira, são publicados entre 1966 e 1968, quatro dos seis volumes extraídos da edição temática dos *Cadernos* e também uma significativa antologia das *Cartas do cárcere*.

Enquanto pensador, as ideias de Gramsci jamais haviam sido citadas por autores brasileiros. Elas se efetivam enquanto aporte teórico para se pensar a realidade brasileira a partir da década de 1960. Anterior a esse período, as referências eram mencionadas na imprensa socialista com destaque ao martírio vivido na prisão fascista.

---

<sup>16</sup> O Ato Institucional nº 5 (AI-5), baixado em 13 de dezembro de 1968, durante o governo do general Costa e Silva, foi à expressão mais acabada da ditadura militar brasileira. Teve efeitos arbitrários duradouros e vigorou até dezembro de 1978. Foi o momento mais duro do regime concedendo poder de exceção aos governantes para punir arbitrariamente os considerados inimigos. O regime é considerado o período mais enérgico no combate as ideias e manifestações populares. O AI-5 autorizava o presidente da República a decretar o recesso no Congresso Nacional; intervir nos estados e municípios; cassar mandatos parlamentares; suspender os direitos políticos dos cidadãos; suspensão do habeas-corpus e o confisco de bens considerados ilícitos.

<sup>17</sup> Consciência de classe e Partido Revolucionário, publicado pela Revista Brasiliense, São Paulo, nº 41, maio-jun. 1962. (SECCO, 2002).

<sup>18</sup> Enio Silveira coordenou a Editora Enaudi, responsável pela publicação e divulgação da primeira edição dos escritos gramscianos no Brasil.

Coutinho (1999) relata que a publicação das obras de Gramsci no Brasil partiu da necessidade de junto a editora Einaudi (essa manifestação se explicita numa troca de correspondência entre o Enio Silveira e o Instituto Gramsci – Itália na década de 60) por causa do engajamento na formação de forças nacionalistas contra o imperialismo americano no Brasil, o golpe militar e a oligarquia reacionária. Para a direção da editora, “a publicação das obras de Gramsci em português representa, em nossa opinião, uma contribuição muito importante para a formação de um novo espírito revolucionário nos quadros da esquerda brasileira.” (COUTINHO, 1999, p. 34).

A inserção das obras de Gramsci na esquerda brasileira é transcorrida por dificuldades, tais como: a falta de cultura generalizada<sup>19</sup>, a visão fragmentada das obras de Gramsci, falta de explicação da introdução de seu pensamento no país e a ideia de que sua obra era um ataque ao trotskismo (DIAS apud SIMIONATTO, 2011b). Além disso, o italiano não era visto como teórico do Estado ampliado<sup>20</sup>, tão somente como o teórico da filosofia da práxis, logo, suas ideias não tiveram um significado neste momento, dado que sua difusão não tinha uma vinculação direta com um projeto político. Outro elemento destacado pela autora, além do cerceamento da liberdade filosófico-cultural e a cultura dominante na esquerda brasileira, é a influência do marxismo da Terceira Internacional, denominado de marxismo-leninismo.

O marxismo no país tinha como fonte teórica os manuais soviéticos do marxismo-leninismo. As primeiras referências a Gramsci ocorreram num contexto marcado pela forte influência do marxismo-leninismo na esquerda, assim como os aspectos políticos e

---

<sup>19</sup> É conveniente lembrar que um dos partidos que representa essa esquerda, o Partido Comunista do Brasil, foi fundado em 1922. Desde a sua criação oscilou em momentos de clandestinidade e de legalidade. Os ideais do comunismo no Brasil se processam com atuação do PCB, cuja influência é a Revolução Soviética, numa tentativa de se pensar a revolução socialista no país. O objetivo do partido era promover a revolução proletária para assim, conquistar o poder político com o intento de realizar a passagem do sistema capitalista para o socialista. As estratégias de luta nas quais se concentravam a esquerda se baseavam em formulações de marxistas de base militar. Também eram ausentes as reflexões teóricas e programáticas sobre a realidade brasileira que pudessem basilar as estratégias de revolução, então, as referências eram com base nas orientações da Internacional Comunista, nas quais os comunistas brasileiros apreenderam sobre a questão nacional-colonial nos países dependentes numa versão acrítica. Simionatto (2011b) apresenta que a tradição da Internacional Comunista se manifesta como concepção de marxismo e de suporte para compreender a realidade brasileira. Disponível em: <http://revistaprincipios.com.br/artigos/24/cat/2144/evolu%C3%A7%C3%A3o-da-estrat%C3%A9gia-comunista-no-brasil-.html>; <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-comunista-brasileiro-pcb>. Acesso em: 31 Mai. 2019.

<sup>20</sup> Gramsci não usou o termo Estado Ampliado, usou a expressão Estado Integral. Como teórico do Estado em seu sentido amplo, teoriza e identifica novas funções, ampliando a noção de Estado. A expressão ou concepção de “Estado Ampliado” foi usada pela primeira vez por Christine Buci-Glucksmann a partir de 1975 para caracterizar as reflexões gramscianas sobre o Estado. (COUTINHO, 2006). A nomenclatura de Estado Restrito e Estado Ampliado não é criação própria de Gramsci, é dada posteriormente por estudiosos marxistas.

culturais num período pós-varguista e a irrupção da Ditadura Militar. Essas referências à Gramsci devem-se, sobretudo, aos jovens intelectuais filiados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Para Coutinho (2009), tais referências são emblemáticas quanto às obras de Gramsci, pois, elas apresentam um Gramsci teórico da filosofia da práxis com uma leitura mais humanista e histórica do marxismo, diferente da leitura dos manuais “marxista-leninista”. Isso indica que o Gramsci mencionado não era o teórico do “Estado ampliado”, da teoria da “revolução passiva”.

Segundo Simionatto (2011b, p. 100), houve compreensão equivocada dos termos gramsciano pelo PCB.

As ideias de Gramsci, nesse período, não foram compreendidas e assimiladas pelos seus interlocutores de forma global. A compreensão da realidade brasileira por parte do PCB não levava em conta as novas condições estruturais e conjunturais desencadeadas pelo capitalismo [...]

Diante da não assimilação dos termos gramscianos, Coutinho (2009) lembra que inconscientemente, se formava uma ‘divisão de trabalho’ nos campos da cultura e da política na esquerda levando a “coexistência entre ‘marxismo ocidental’ na cultura e ‘marxismo-leninismo’ na política.” (COUTINHO, 2009, p. 38). Essa situação favorece a publicação de outros autores no Brasil além de Gramsci, tais como György Lukács, Lucien Goldmann, Adam Schaff, Walter Benjamin, Theodor W. Adorno, Herbert Marcuse, entre outros. Com a publicação desses autores, finaliza o monopólio teórico dos manuais soviéticos e abria-se o pluralismo do marxismo no Brasil.

Coutinho assinala dois momentos da inserção de Gramsci no Brasil: o primeiro na década de 1960, no qual teve fraca repercussão e uma concepção equivocada da obra gramsciana, até em função de sua publicação incompleta. Há que considerar nesse primeiro momento, a particularidade brasileira, numa radicalização tanto da esquerda – representada filosófica, política e culturalmente pelo PCB – quanto da ditadura militar. Outro motivo foi o entendimento do pensamento de Gramsci como nacionalista e populista, assim como as propostas de Lukács, sendo vistas como expressões anacrônicas e conservadoras, o que favoreceu as reedições das obras de Marcuse e Althusser (COUTINHO, 2009).

O segundo momento da inserção do pensamento de Gramsci no Brasil ocorre entre 1975 e 1980 com o impulso da publicação de 24 títulos do marxista sardo, bem como



reedições dos volumes publicados nos anos de 1960. O impulso teve duas causas principais:

Em primeiro lugar, o processo inicial de “abertura” política, que gradualmente erodiu o regime militar, criando um clima de relativa liberdade na vida cultural. Em segundo lugar - e este é certamente o fator mais importante -, a esquerda brasileira adota uma perspectiva de autocritica radical dos seus velhos modelos, sejam aqueles ancorados na Terceira Internacional, sejam aqueles (maoísta, castrista, trotskista) que defenderam e, em muitos casos, colocaram em prática a luta armada. (COUTINHO, 2009, p. 40).

É oportuno salientar que a cultura dominante no campo da intelectualidade era o marxismo-leninismo da Terceira Internacional, significando o empobrecimento e codificação do marxismo, bem como o campo da esquerda era fortemente influenciado pela vertente da Terceira Internacional. “As obras aqui traduzidas contêm, claramente, a reflexão crítica que Gramsci estava fazendo à Terceira Internacional. Certamente, o PCB não poderia estar discutindo isso, uma vez que a linha geral do partido estava em consonância com as diretrizes da URSS.”. (DIAS, 1991 apud SIMIONATTO, 2011b, p. 98).

Para a esquerda, o marxismo da Terceira Internacional constituiu-se como teoria para explicar a realidade brasileira. Coutinho (1989 apud Simionatto, 2011b) caracteriza a realidade brasileira como uma formação social atrasada, semicolonial e semifeudal, e não como uma formação em seus aspectos econômicos e social do tipo ocidental, cuja necessidade era superar suas contradições e buscar o progresso social através da “revolução ‘democrático-burguesa’ ou de ‘libertação nacional’”, ou seja, a luta armada.

Para estes segmentos de esquerda, era difícil compreender que estratégias mais prolongadas poderiam ser melhor viabilizadas do que a velha tática das revoltas; e, para isso, nada melhor do que os modelos de bolchevismo, do maoísmo ou do castrismo. Naquele período, não eram muitos os intelectuais brasileiros que possuíam uma clara compreensão de que o Brasil alcançara um nível de desenvolvimento capitalista pleno, conforme evidencia a própria política econômica do regime militar. (SIMIONATTO, 2011b, p. 98).

As obras de Gramsci se difundem num contexto de “vazio cultural” ocasionado pela ascensão do regime militar, monopolização da cultura e cooptação dos intelectuais para o serviço do poder. O perfil assumido pelo golpe – acumulação capitalista vinculado ao capitalismo selvagem e financeiro internacional – excluiu as forças populares dos processos



de tomadas de decisão política e social, bloqueando sua participação por considerá-las ameaça à segurança nacional.

Segatto (1998) apresenta um conjunto de condições que tanto favoreciam a renovação do marxismo – denúncias contra o stalinismo, quebra do monopólio dos partidos comunistas etc. – como as que esbarravam a difusão e incorporação do pensamento de Gramsci assim como de outros intelectuais não dogmáticos ou heterodoxos – guevarismo, maoísmo, movimentos de libertação nacional. Em suma, foram os vários acontecimentos, a nível nacional e internacional, que caracterizam o bloqueio da difusão e incorporação do pensamento de Gramsci. Nesse viés, foram consideradas mais adequadas pela cultura da esquerda, as proposições de Althusser, Marcuse e outros influentes da luta armada para derrotar a Ditadura Militar.

Sem dúvida, Gramsci foi o maior teórico marxista no Brasil durante a década de 1970 e a recuperação de seu legado se tornava um instrumento para pensar a realidade brasileira, mas tal apropriação foi acompanhada pela complexidade de seu pensamento. A partir de então, o pensamento de Gramsci foi amplamente difundido com adesão e consenso de amplos setores políticos, culturais e universitários.

Salienta-se que um dos conceitos com apropriação e entendimento arbitrário diz respeito ao termo ‘Sociedade Civil’. No contexto de Ditadura Militar vivenciado no Brasil, a leitura equivocada de sociedade civil se contrapunha ao Estado Ditatorial, sendo vista como elemento positivo. Nesse sentido, prevalecia uma dicotomia radical, com ênfase maniqueísta do termo, enquanto que para Gramsci, é ‘identidade-distinção’.

Para Coutinho (2009, p. 41), “de acordo com essa leitura, em clara oposição ao que foi desenvolvido em Gramsci, tudo aquilo que advém do conceito de ‘sociedade civil’ é visto de forma positiva, enquanto, o contrário, qualquer referência ao Estado aparece impregnada de conotações negativas”.

Favoreceram a esta interpretação, a recepção acrítica do conceito de sociedade civil do liberal Norberto Bobbio<sup>21</sup> e o desvio conceitual contribuiu, no momento de transição do estado ditatorial para o estado democrático, para a obstrução do “caráter contraditório das forças sociais que formavam a nova sociedade civil brasileira”. (COUTINHO, 2009, p. 41).

<sup>21</sup> Coutinho (2006, p. 31) reconhece o mérito de Bobbio sobre a análise filológica da sociedade civil em Gramsci e em Marx. No entanto, sua análise leva a falsas conclusões teóricas. Marx identifica a sociedade civil a partir do momento estrutural e Gramsci a concebe como o momento superestrutural. “Contudo, partindo dessa correta premissa, Bobbio chega a uma falsa conclusão: já que Marx afirma ser a sociedade civil (que nele é sinônimo de base econômica) o fator ontologicamente primário na explicação da história, Bobbio supõe que a alteração efetuada por Gramsci o leva a retirar da infra-estrutura esta centralidade ontológico-genética, que passaria a caber a um elemento da superestrutura, precisamente a sociedade civil: ‘Em Marx este momento ativo e positivo é estrutural, ao passo que em Gramsci é superestrutural’”.

Outro aspecto que descaracteriza esse conceito ocorre com a ascensão do neoliberalismo na década de 1980, quando se apropria do termo maniqueísta de Sociedade Civil para transformar em “demoníaco” o que provém do Estado, mesmo que este seja maleável quanto aos interesses das classes subalternas, esta posição despolitiza o termo e converte no mítico terceiro setor, falsamente inserido entre o Estado e o mercado.

Na passagem da década de 1970 a 1980, com a crise do regime autoritário, as ideias de Gramsci recebem um tratamento mais adequado e sistemático. Especificamente na Itália, por influência do Partido Comunista Internacional, ocorriam também debates em torno das propostas gramscianas. Já no Brasil, com a recuperação dos espaços de reflexão e de expressão, passou a ter uma nova compreensão da realidade brasileira acerca do processo de ocidentalização, tendo assim, a reavaliação da questão democrática e adoção de um novo vínculo entre democracia e socialismo.

De acordo com Segatto (1998), houve um fascínio teórico e uma espécie de “*boom* gramsciano<sup>22</sup>”. Suas categorias foram bastante utilizadas para explicação de situações diversas, bem como quase todos ‘malabarismos teóricos’ foram justificados no campo tanto da esquerda quanto da direita e no espaço universitário.

Descontados os usos indevidos e os abusos, as formulações de Gramsci tiveram, naquele momento e com desdobramentos posteriores, um papel importante na renovação do pensamento e na prática da esquerda brasileira. Colaborou para que setores ponderáveis da esquerda rompessem com as rígidas normas do marxismo-leninismo ou com a dogmática stalinista/trotskista/maoísta. Agiu como um elemento desintoxicador e revitalizador, ao colocar novas questões, categorias, noções, análises no horizonte teórico-político. Conceitos e categorias, antes pouco frequentes ou usados de forma imprópria passaram a ser discutidos e a fazer parte do vocabulário, das análises e da prática política: hegemonia, sociedade civil, revolução passiva, bloco histórico, Estado ampliado, socialização da política, democracia etc. (SEGATTO, 1998, p. 180-1).

No debate de ideias marcado pelo marxismo difuso e volúvel ao extremo, bem como da ascensão liberal, o pensamento de Gramsci ganhou força e teve um sentido utilitário. Nesse sentido, houve a reavaliação da esquerda e uma nova leitura da realidade

---

<sup>22</sup> O *boom* gramsciano correspondeu a intensa discussão das obras e reflexões acerca de suas categorias dada a realidade brasileira, além de ser um evento isolado, respondia a um influxo internacional em meados da década de 1970. Após meados dos anos de 1970 até 1984, Secco (2002) salienta que houve vários artigos de brasileiros sobre Gramsci, inúmeros excertos e coletâneas da sua obras, além de textos, livros traduzidos sobre seu pensamento, reedição dos volumes dos *Cadernos do cárcere* publicados em 1966-68, dissertações e teses acadêmicas. Apesar de o debate manter-se restrito ao âmbito acadêmico, houve um elemento novo: a introdução nas discussões dos elementos políticos da sua obra que transcendia a descrição e exaltação de sua vida.

brasileira, possibilitando a revisão dos posicionamentos anteriores e o encaminhamento de novas propostas de luta para construção do projeto socialista (SIMIONATTO, 2011b). Nesse retorno, Gramsci foi considerado o maior filósofo marxista no âmbito da política.

[...] a política é o ponto focal de onde Gramsci analisa a totalidade da vida social, os problemas da cultura, da filosofia etc. é na esfera da teoria política – ou de modo mais amplo, na elaboração de uma ontologia marxista da práxis política – que parece residir a contribuição essencial de Gramsci ao marxismo. (COUTINHO, 1990 apud SIMIONATTO, 2011b, p. 102).

As propostas de Gramsci foram incorporadas no âmbito da política brasileira tanto no campo intelectual de direita quanto de esquerda. No campo da direita, a reação a Gramsci não era necessariamente de aversão. Coutinho (2009) menciona o carinho particular em referência a Gramsci dos liberais, em que procura valorizar a força motriz de sua reflexão – sua posição socialista e revolucionária. Por outro lado também se encontravam liberais aversivos, considerando Gramsci o verdadeiro inimigo e que sua teoria de hegemonia volta-se para destruir o senso comum e alcançar o comunismo.

Necessita destacar que as aproximações dos elementos teóricos de Gramsci pelo PCB ocorreram por vias tortas e com dubiedades. Segatto (1998) pondera que o termo ‘Guerra de Posição’ passou a ser entendida como acumulação de forças. Uma tática orientada no sentido de construir aliança com vista a enfrentar o regime democrático. Já na década de 1970, por orientações do PCI (Partido Comunista Italiano) esta relação tornou-se mais precisa e com novo significado: passa a ter uma concepção do viés democrático, entendendo que a luta pela democracia faz parte da luta pelo socialismo.

Pelo entendimento estabelecido, a luta pela democracia não significa apenas representação parlamentar, mas prima pelo fortalecimento da sociedade civil, onde os cidadãos expressem suas ideias e estabeleçam organizações capazes de intervir na solução de pequenos problemas e assim, em questões nacionais. Em suma, só esta democracia de massa organizada de baixo para cima, poderá assegurar a formação e a participação cada vez maior de um amplo bloco democrático, anti-imperialista e anti-monopolista na política nacional. (PCB, 1980 apud SEGATTO, 1998, p. 183-4).

No âmbito acadêmico, vários foram os temas trabalhados pelos intelectuais das diversas áreas das Ciências Sociais, como bem situa a trajetória realizada por Simionatto (2011b). Nas áreas da Antropologia, Educação, Filosofia, Política, Ciências da Religião foram realizadas incursões das categorias do pensamento de Gramsci, tais como:

hegemonia, revolução, filosofia da práxis, ideologia, cultura, religião além da aproximação da obra de Gramsci pelos intelectuais conservadores e liberais.

No trânsito de 1970 a 1980 houve aproximações por intermédio de professores universitários no país e pela necessidade da discussão gramsciana por parte dos discentes, embora os primeiros germes ocorrem por volta de 1960 na universidade. No Serviço Social, especificamente no curso de pós-graduação, o debate sobre Gramsci ocorreu a partir de outras áreas. De acordo com Simionatto (2011b), a ponte para o debate foi intermediado pela professora da área de Ciências Sociais, Miriam Limoeiro Cardoso e pelo professor de Filosofia, Vilmar Barbosa. Este aspecto será evidenciado, na presente dissertação, no item 3.4 *Temáticas constitutivas do objeto de pesquisa: um panorama das categorias gramscianas nas teses e dissertações*. Antes, porém faz-se necessária a apresentação de reflexões sobre as principais categorias identificadas na literatura e nas teses/dissertações analisadas. Desse modo, os itens seguintes trazem discussões referentes a: Política, Hegemonia, Intelectuais, Estado e Sociedade Civil. Esse diálogo é imprescindível no estudo da dissertação.

## **2.2. Gramsci e a Política**

Nesse item são consideradas algumas discussões sobre a política. Um dos destaques na tematização da política é a influência de Nicolas Maquiavel. Gramsci parte da discussão sobre a obra *O Príncipe* de Maquiavel, em que a problematização é de um organismo ideal que venha a existir na realidade italiana. Já que o Estado havia se constituído na Europa (o autor especifica Espanha e França pós-feudal) com suas funções e elementos constitutivos. Gramsci chama atenção da expressão de Maquiavel, ponderando sua elaboração com conceitos gerais que se apresentam sob forma “aforística e assistemática”, com uma concepção de mundo original, não reconhece os elementos transcendentais e baseia-se na ação concreta do homem.

Apesar de Maquiavel não ter levado em conta o ‘direito constitucional’, encontra-se em sua obra a clareza da necessidade do Estado dominar a lei, os princípios, a fim de que os cidadãos fiquem seguros e não caiam em golpes arbitrários (GRAMSCI, 2011). Nesse sentido, preza-se pela política com vistas à arte de governar, buscar o consenso permanente de fundar os ‘grandes Estados’. O apelo de Maquiavel ao Estado está relacionado à constituição do Estado moderno, uma vez que a dinâmica histórica continha elementos que

afirmavam a necessidade de tal. Isso se fazia necessário porque o Estado era a expressão da Igreja e o Papado no contexto político na Itália até início do século XX.

Quando Gramsci escreve sobre o *Príncipe* de Maquiavel<sup>23</sup>, destaca que a discussão da formação e desenvolvimento da vontade coletiva não se representa por disquisições e classificações de princípios do método de ação, mas pelas necessidades de uma pessoa concreta e as condições para o desenvolvimento desta vontade. O que foge da premissa do *Príncipe* como mito, utopia, mas um ‘livro vivo’. O *Príncipe* deve ser estudado como ideologia política, o devir da vontade coletiva (GRAMSCI, 1991).

No entendimento de Gramsci, o *Príncipe* representa o *condottiero* ideal, embora ressalte a invocação do *condottiero* real que se personifica historicamente, ou seja, passe a ter existência concreta na sociedade e ultrapasse o caráter utópico. O *condottiero* representa a vontade coletiva, então Maquiavel o visualiza na forma fantástica e artística, algo utópico – não existia objetivamente –, expressando o caráter dramático da política dado por Maquiavel. Para ele, “os elementos passionais, míticos, contidos em todo o pequeno livro, com movimento dramático de grande efeito, sintetizam-se e tornam-se vivos na conclusão, na invocação de um príncipe ‘realmente existente’”. (GRAMSCI, 2011, p. 237).

O moderno príncipe se refere ao partido político, é fruto da vontade coletiva e deve organizar a questão da reforma intelectual e moral, significa propiciar o terreno para o desenvolvimento da vontade coletiva nacional-popular (GRAMSCI, 2007). O autor discute acerca da utopia e mito nas discussões sobre a política, quando de certa forma aparece as necessidades concretas de organização, mas que o discurso ainda é de utopia e de mito, sendo que já se reconhece a figura de um líder (*condottiero*). O caráter utópico do *Príncipe* consiste em que não existe na realidade histórica, não tinha objetividade imediata, era pura abstração doutrinária, tanto que Gramsci exemplifica como analogia ao “mito soreliano”<sup>24</sup>. No entanto, ele já se apresentava com um caráter de líder, símbolo de chefe.

---

<sup>23</sup> Gramsci se refere a obra *O Príncipe* de Maquiavel. Considera-se pertinente a explicação de Gramsci acerca da noção de Príncipe na linguagem da política moderna. Da forma que aparece em Maquiavel, é necessário algumas distinções. Para o sardo italiano, “príncipe poderia ser um chefe de Estado, um chefe de governo, mas também um chefe político que pretende conquistar um Estado ou fundar um novo tipo de Estado; nesse sentido, a tradução de ‘príncipe’ em linguagem moderna poderia ser ‘partido político’. Na realidade de qualquer Estado, o ‘chefe do Estado’, isto é, o elemento equilibrador dos diversos interesses em luta contra o interesse predominante, mas não exclusivista em sentido absoluto, é exatamente o ‘partido político’; ele [...] exerce a função hegemônica (e, portanto, equilibradora de interesses diversos) na ‘sociedade civil’, mas de tal modo esta se entrelaça de fato com a sociedade política que todos os cidadãos sentem que ele reina e governa. (GRAMSCI, 2011, p. 235).

<sup>24</sup> Georges Sorel foi um pensador francês socialista mas não marxista. A atribuição que Gramsci faz sobre o mito soreliano se refere a sua postura idealista, concebia o mito como uma ideia força que criaria uma vontade coletiva.

Refletindo sobre o pensamento de Maquiavel, Gramsci evidencia a postura de Maquiavel em relação ao papel do Príncipe na condução do povo na fundação do novo Estado, que deve ter razão lógica e relevo científico. Na conclusão da reflexão, Maquiavel faz-se e confunde-se com o povo, “mas não como o povo ‘genericamente’ entendido, mas com o povo que Maquiavel convenceu com o seu desenvolvimento anterior, do qual ele se torna e se sente consciência e expressão” (GRAMSCI, 1991, p. 04). Eis que, o que parece ser trabalho lógico, não passa de uma reflexão do povo, um raciocínio interior que externaliza afeto, fanatismo de ação, apesar dessa característica, se apresenta como necessário para lançar verdadeira luz sobre a ação e a transforma em um ‘manifesto político’.

A respeito do moderno príncipe (partido político) e da vontade coletiva na determinação histórica da sociedade, Gramsci (1991, p. 6) argumenta,

O moderno príncipe, o mito-príncipe, não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto; só pode ser um organismo; um elemento complexo de sociedade no qual já tenha se iniciado a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e fundamentada parcialmente na ação. Este organismo já é determinado pelo desenvolvimento histórico, é o partido político: a primeira célula na qual se aglomeram os germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais.

O moderno príncipe nos escritos de Gramsci está relacionado ao jacobinismo na compreensão da formação concreta e da atuação da vontade coletiva, entendendo o termo vontade como uma “consciência atuante da necessidade histórica, como protagonista de um drama histórico real e efetivo” (GRAMSCI, 1991, p. 7). A associação do moderno Príncipe ao jacobinismo ocorre porque este último originou de uma vontade coletiva consciente e atuante da necessidade histórica, foi a ação concreta e atuante de uma vontade coletiva.

A vontade é a consciência que atua conforme a necessidade histórica. De acordo com o pensamento do autor, a vontade política é o processo de formação de uma vontade coletiva representada pela necessidade das pessoas concretas que põe em movimento as ideias e dar concretude às paixões políticas.

A vontade coletiva se origina das condições que derivam dos aspectos históricos, que na realidade gramsciana, se apresenta nas tentativas de criar uma vontade coletiva nacional-popular a partir da dissolução da burguesia comunal no Império Romano. Numa dada realidade concreta, a vontade nacional popular funda os Estados modernos, embora

tenham que existir as condições para que a vontade venha a ocorrer, assim como as forças que a ela se opõe<sup>25</sup>.

Para Gramsci (1991, p. 8-9), o moderno Príncipe tem uma parte importante que se refere “à questão de uma reforma intelectual e moral, isto é, à questão religiosa ou de uma concepção de mundo”. Nisso, o moderno Príncipe tem o papel de organizar a reforma intelectual e moral no desenvolvimento de uma vontade coletiva no alcance de uma forma superior da civilização moderna. Na formação da vontade coletiva nacional-popular, o moderno Príncipe é “o organizador e a expressão ativa e atuante, e reforma intelectual e moral”. A reforma intelectual está relacionada a uma reforma econômica, incumbindo ao Príncipe a possibilidade de tomar o lugar nas consciências de concepção de mundo, do laicismo moderno.

Dadas as premissas da existência da política, pensa-se na ciência política, principalmente quando a inovação proporcionada pela filosofia da práxis ao termo, refere-se ao aspecto da historicidade, concebendo a natureza humana como concreta, não abstrata. Nisso postula que a natureza humana é o conjunto das relações sociais determinadas historicamente, ultrapassagem transcendente, é fato histórico e inovação conceitual da filosofia da práxis. Diante desse aspecto, a ciência política deve ser concebida como organismo concreto, um organismo desenvolvido.

Acerca da ciência e filosofia, Gruppi (2000) questiona a ciência enquanto elemento histórico, uma vez que para o marxismo, a relação do homem com a natureza é uma relação histórica que em algum momento, é determinada pelas relações de produção. Logo, o meio de o homem conhecer a natureza é pela ciência, o que lhe confere historicidade, ao mesmo tempo em que para transformar [a natureza] utiliza a tecnologia e os meios, considerando o desenvolvimento das forças produtivas. Epistemologicamente, a história não pode se separar da filosofia a fim de não reduzir esta relação numa questão metafísica.

Ainda nessa discussão da filosofia, da história e da política, apontando a relação dialética entre filosofia e política, Gruppi (2000, p. 136) nota que Gramsci estabelece uma relação de identidade ao afirmar que “a política é filosofia e a filosofia de cada um se encontra na sua política. Essa afirmação é justa: não há dúvida que, na ação de cada um, encontra-se concretamente aquela que é a sua filosofia efetiva”. Esse argumento conforma

---

<sup>25</sup> Gramsci cita como exemplo de forças contrárias a aristocracia fundiária e em geral o latifúndio. As condições favoráveis são identificadas pela existência de grupos sociais urbanos desenvolvidos no campo da produção industrial que alcançaram um nível de cultura histórico-política. Esses exemplos são da realidade italiana.



a unidade da ação política: a unidade da teoria e prática. E coloca como resultado a verdade da filosofia: a tendência à práxis<sup>26</sup>.

A política é entendida como ação permanente e considera-se como formação política permanente, o Estado-maior, os partidos e os exércitos nacionais. A expressão política ultrapassa as paixões e se torna racionalidade e reflexão ponderada. A paixão política se refere a um impulso imediato da ação. Essa relação da paixão e política é mediada pelo desejo da ação concreta, que nasce no terreno orgânico e permanente. Nesse sentido, “a política é ação permanente e dá origem a organizações permanentes, na medida em que efetivamente se identifica com a economia” (GRAMSCI, 1991, p. 14).

Quanto à designação concreta-abstrata da política, Gramsci traz a concepção de Maquiavel que a considera como ciência autônoma, ou seja, o lugar que a ciência política ocupa numa concepção de mundo. Já a filosofia da práxis<sup>27</sup> a considera como organismo concreto, porque trata de estabelecer a posição dialética da atividade política na superestrutura. A atividade política “é efetivamente o primeiro momento ou primeiro grau, o momento em que a superestrutura está ainda na fase imediata de mera afirmação voluntária, indistinta e elementar”. (GRAMSCI, 1991, p. 12).

Gramsci coloca o problema do significado que Maquiavel teve a seu tempo, bem como dos fins de seus escritos, em especial o *Príncipe*. Ele pretende impulsionar ação no sentido político. Observa que os escritos de Maquiavel foram aplicados pelos homens na história, por isso, pretende educar politicamente ‘quem não sabe’. Gramsci (1991, p. 11) pondera que seu pressuposto é acerca da “educação política não-negativa, dos que odeiam tiranos [...], mas positiva, de quem deve reconhecer como necessários meios, mesmo se próprio dos tiranos, porque deseja determinados fins”.

Neste ponto menciona o contraponto de quem sabe, numa referência aos nascidos na tradição do governo, absorvendo conhecimento familiar sobre os interesses dinásticos e patrimoniais e os que não sabem, exemplificando a classe revolucionária, o povo e a nação italiana.

---

<sup>26</sup> “Disso resulta a relação entre interpretação do mundo e sua modificação. Para Marx, a modificação do mundo é o resultado da práxis revolucionária. Mas seria um modo errado de interpretar Marx supor que, para ele, só a ação seja importante e que o momento da interpretação carece de valor. Para Marx, os dois momentos são intimamente ligados e esse fato altera também o caráter da interpretação. (GRUPPI, 2000, p. 136).

<sup>27</sup> Notam-se no glossário do livro de Gramsci *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*, algumas expressões e pseudônimos usados pelo pensador em substituição de nomes e termos que podiam ser censurados no cárcere. Quando nas suas reflexões, Gramsci se referia a Marx: o corifeu da filosofia da práxis, o fundador da filosofia da práxis e o autor da economia crítica; quando se referia ao *Capital* de Marx: crítica da economia política; a filosofia da práxis: o materialismo histórico e o marxismo; a economia crítica: a economia política marxista.



Uma observação feita por Gramsci à Maquiavel que se repete na filosofia da práxis diz respeito a pretensão deste de “persuadir estas forças da necessidade de ter um ‘chefe’ que saiba aquilo que quer e como obtê-lo, e de aceitá-lo com entusiasmo, mesmo se as suas ações possam estar ou parecer em contradição com a ideologia difundida na época: a religião”. (GRAMSCI, 1991, p. 11).

Na necessidade de ser “antimaquiavélico”, desenvolvem-se teoria e técnicas políticas que sirvam as partes em lutas, mesmo que sirvam também a parte que ‘não sabia’, considerando que nela reside a força progressista da História. Logo, o resultado se traduz na ruptura com a ideologia tradicional e a força nova adquire consciência própria e personalidade independente.

Nos escritos sobre Maquiavel, Gramsci nota seus postulados na condição de homem a seu tempo, seu estilo é de homem de ação, de quem se interessa em impulsionar a ação, não de doutrina puramente ‘livresca’. “O próprio Maquiavel nota que as coisas que ele escreve são aplicadas, e foram sempre aplicadas, pelos maiores homens da História”. (GRAMSCI, 1991, p. 11). Atenta-se para o período histórico na Europa, uma vez que o Estado moderno italiano ainda não havia se constituído em função das fortes ideologias religiosas e do resquício feudal, enquanto em outros países o Estado moderno já era realidade.

Os elementos essenciais existentes na política referem-se a separação entre governantes e governados, dirigentes e dirigidos, já contestando a aparição “diabólica” de Maquiavel frente a instituição da Igreja, entendida como classe dirigente. Para Gramsci (2011), o primeiro elemento da política é a existência real de governantes e governados, dirigentes e dirigidos. Esse fato é irreduzível e base para a ciência e arte política. Dado o fato, verifica-se como dirigir de modo mais eficaz e preparar bem os dirigentes, assim como conhecer as linhas de menor resistência com fins de conseguir a obediência dos dirigidos e governados.

Uma premissa fundamental na formação e existência entre dirigentes e dirigidos é questionada por Gramsci (2011, p. 232): “pretende-se que sempre existam governados e governantes ou pretende-se criar as condições nas quais a necessidade dessa divisão desapareça?”. Isto significa questionar também a premissa da divisão perpétua do gênero humano ou se essa divisão é fato histórico correspondente à determinada condição.

De acordo com Gramsci (1991, 2011), a divisão entre dirigentes e dirigidos em última instância se refere a uma divisão de grupos sociais mesmo em grupo socialmente homogêneos. Também se refere a esse fato como sendo uma criação da divisão do trabalho,

constituindo num fato técnico. No princípio da existência entre dirigidos e dirigentes, atribui a capacidade de direção e da elaboração dos dirigentes aos partidos, considerado o modo mais adequado para aperfeiçoar tais tarefas.

O partido político torna-se o herói no Estado moderno. Nas diferentes relações das diversas nações, ele tende a ser determinado para fundar um novo tipo de Estado. Essa situação é explicitada nas reflexões gramscianas acerca das fundações de Estado-nação bem como nas relações internas do país do qual analisa.

Para Gramsci, cada partido é expressão de um grupo social e em determinadas condições, os partidos agem de acordo com interesses do seu grupo e/ou outros grupos, embora a premissa seja da função de equilíbrio e arbitragem entre eles, além de “na medida em que buscam fazer com que o desenvolvimento do grupo representado se processe com o consentimento e com a ajuda dos grupos aliados, e muitas vezes dos grupos decididamente inimigos”. (GRAMSCI, 1991, p. 22).

Em termos institucionais, o rei ou o presidente da república governa e é o aparato jurídico que exprime a função de arbitragem, evitando que percam o posto. Logo, “as fórmulas” sobre a responsabilidade ministerial constituem causa da tutela da concepção da unidade estatal e do consentimento dos governados à ação estatal (GRAMSCI, 1991).

A ação política se manifesta em várias frações e funções no mundo moderno, como nos partidos políticos, nos jornais, nas revistas, que possuem funções ou são frações de partido. Nisso reside o porquê do Estado-Maior não pertencer a nenhuma fração de partido, mas atua como uma força dirigente superior aos partidos com o reconhecimento do público. Por isso, “a função política é indireta, pois se não existem outros partidos legais, existem sempre outros partidos de fato e tendências legalmente incoercíveis, contra as quais a polêmica e a luta é travada como se num jogo de cabra-cega”. (GRAMSCI, 1991, p. 23).

Apresentam-se duas formas de partido: o constituído por uma “*élite*” de homens de cultura, que tem a função de dirigir do ponto de vista da ideologia, da cultura e um grande movimento de partidos; e o partido da “*não-élite*”, ou seja, das massas, cuja função política é uma fidelidade genérica. Para Gramsci (1991), essa massa é de manobra, porque é conquistada com estratégias e discurso de que as contradições e misérias do presente serão resolvidas.

Um aspecto do partido político diz respeito à sua história, que não pode deixar de ser a história de determinado grupo social. Esse grupo não é isolado, possui adversário, aliados, amigos, afins. A história de determinado partido tem a ver com o complexo de todo conjunto social e estatal.

Assim, pode-se dizer que escrever a história de um partido significa exatamente escrever a história geral de um país, de um ponto de vista monográfico, destacando um seu aspecto característico. Um partido terá maior ou menor significado e peso na medida em que a sua atividade particular pese mais ou menos na determinação da história de um país. Dessa forma, chegamos à conclusão de que do modo de escrever a história de um partido resulta o conceito que se tem daquilo que é e deve ser um partido. (GRAMSCI, 1991, p. 24-25).

Quando um partido se forma com uma missão, abre-se o leque para discussões e gera vaidade. Ele não existe por conta própria, parte de uma necessidade histórica a partir do momento em que se estabelecem as condições de seu triunfo, quando da sua transformação em Estado, o que prever seu desenvolvimento ulterior. Pode-se dizer que os partidos não existem por força própria, por isso não devem ser ignoradas a luta entre nações e os interesses em questão. Eles são os elementos das lutas internas travadas pelos interesses das nações. Por isso Gramsci considera o movimento histórico e dialético dos Estados-nação, onde existem as interferências políticas entre elas.

Para deixar de existir, também há uma série de condições, que se dá a partir da confluência de três elementos fundamentais:

1. Um elemento difuso, de homens comuns, médios, cuja participação é oferecida pela disciplina e pela fidelidade, não pelo espírito criador e altamente organizativo. [...] Eles constituem uma força na medida em que existe algo que os centraliza, organiza e disciplina; mas na ausência dessa força eles se dispersariam e anulariam numa poeira impotente. [...]
2. O elemento de coesão principal, que centraliza no campo nacional, que torna eficiente e poderosos um conjunto de forças que, abandonadas a si mesmas, representariam zero ou pouco mais; este elemento é dotado de uma força altamente coesiva, centralizadora e disciplinadora e, também, talvez por isto, inventiva [...]
3. Um elemento médio, que articule o primeiro com o segundo elemento, colocando-os em contato não só 'físico', mas moral e intelectual. Na realidade, para cada partido existem 'proporções definidas' entre estes elementos, e o máximo de eficiência é alcançado quando tais 'proporções definidas' são realizadas. (GRAMSCI, 1991, p. 26, supressão nossa).

Conclui-se que um partido não pode ser destruído por meios normais, necessariamente precisam desses elementos que estão interligados e formam as condições materiais objetivas para que isso ocorra.

Outro elemento dos partidos políticos é sua função de polícia, ou seja, de tutela de uma determinada ordem política de polícia. O sentido da função é questionado por Gramsci (1991) se ela é de caráter repressivo ou difuso, reacionário ou progressista. Nisso, diz que

um partido exerce a função de polícia quando se infringe uma lei segundo três fatores: “entre os elementos sociais reacionários que a lei destronou; entre os elementos progressistas que a lei comprime; entre os elementos que não alcançaram o nível de civilização que a lei pode representar”. (GRAMSCI, 1991, p. 28). No entanto, a função de polícia do partido pode ser progressista ou reacionária. A primeira diz respeito à manutenção na órbita da legalidade as forças reacionárias longe do poder e a segunda é quando comprime as forças vivas da História e as mantém numa legalidade ultrapassada.

Um dos aspectos da política tratado por Gramsci é sobre a pequena política e a grande política. A diferença entre essas duas se encontra no nível de abrangência na tomada de decisões. A pequena política compreende os acontecimentos do dia-a-dia, as pequenas questões parciais no interior de uma estrutura já estabelecida. A grande política compreende questões maiores, como as questões ligadas à fundação de novos Estados.

No entanto, Gramsci afirma ser grande política a tentativa de excluir a grande política do âmbito interno da vida estatal numa tentativa de reduzir tudo a pequena política. “Ao contrário, é coisa de diletantes pôr as questões de modo tal que cada elemento de pequena política deva necessariamente tornar-se questão de grande política, de reorganização radical do Estado” (GRAMSCI, 2011, p. 243-244). Algo semelhante ocorre na política internacional, onde a grande política se vincula às questões relacionadas à estrutura estatal e a pequena política nas questões diplomáticas que ocorrem no interior de um equilíbrio estabelecido.

Na política também sobrevêm os momentos de previsão e perspectiva. Na ação política e na vida estatal da dupla perspectiva que variam dos graus mais elementares aos mais complexos: “da força e do consentimento, da autoridade e da hegemonia, da violência e da civilidade, do momento individual e do momento universal (da ‘Igreja’ e do ‘Estado’), da agitação e da propaganda, da tática e da estratégia” (GRAMSCI, 1991, p. 41). A dupla perspectiva tem relação com aspectos do imediatismo e da maior ou menor proximidade. Na exemplificação dessa situação, Gramsci diz que na vida humana, o indivíduo é obrigado a defender a própria existência imediata, mas também há necessidade de defender o ponto de vista de todos os complexos e os valores da civilização e da humanidade.

A previsão no âmbito da política tem a ver com a capacidade de identificar os elementos fundamentais e permanentes do presente e do passado como movimento. Não se pode ter uma previsão puramente objetiva, quem prevê tem um programa que deseja triunfar e a previsão é um elemento desse triunfo. A este respeito, Gramsci (1991, p. 41) assinala: “isto não significa que a previsão deve ser sempre arbitrária e gratuita ou

puramente tendenciosa. Ao contrário, pode-se dizer que só na medida em que o aspecto objetivo da previsão está ligado a um programa, esse aspecto adquire objetividade”.

Na atividade política, o político baseia-se na realidade factual, existente, assim como o diplomata – o diplomata não poder deixar de se mover na realidade factual, sua atividade convém em manter um equilíbrio – e o cientista – se move na realidade atual como mero cientista. Assim, o político também se utiliza da realidade fatual<sup>28</sup>, visto que é um criador, um homem de ação, que não cria do nada nem se move no vazio dos sonhos.

Gramsci (1991) também teoriza sobre alguns elementos relacionados ao modo de fazer política, entre eles, as análises das situações e as relações de força. Sobre a análise das situações, importa dizer que deve ser observado os graus de relação de forças e como são estabelecidos os diversos níveis de forças, que expressam as relações internacionais, as relações sociais objetivas, grau de desenvolvimento das forças produtivas, relações de força política e de partido, relações políticas imediatas.

As relações de forças internacionais seguem as relações sociais fundamentais porque toda inovação orgânica na estrutura reflete nas relações absolutas e relativas no campo internacional. Elas também reagem positivamente e ativamente na hegemonia dos partidos. Então, na medida em que a vida econômica de uma nação é subordinada às relações internacionais, o partido que representa tal situação, explora-a e impede o predomínio dos partidos adversários.

Sobre as relações de forças e análise das situações, Gramsci (1991, p.45, supressão nossa) considera:

É o problema das relações entre estrutura e superestrutura que deve ser situado com exatidão e resolvido para assim se chegar a uma justa análise das forças que atuam na história de um determinado período e à definição da relação entre elas. É necessário movimentar-se no âmbito de dois princípios: 1) o de que nenhuma sociedade assume encargos para cuja solução ainda não existam as condições necessárias e suficientes, [...]; 2) o de que nenhuma sociedade se dissolve e pode ser substituída antes de desenvolver e completar todas as formas de vida implícitas nas suas relações.

Nesse íterim também se destacam os elementos que são de conjuntura e os movimentos orgânicos. Embora os fenômenos de conjuntura dependam dos movimentos orgânicos, não sugere que seu significado tenha amplo alcance histórico. Nas análises

---

<sup>28</sup> Gramsci (1991, p. 43) questiona sobre o que seja a realidade fatual e conclui: “aplicar a vontade à criação de um novo equilíbrio das forças realmente existentes e atuantes, baseando-se numa determinada força que se considera progressista, fortalecendo-a para levá-la ao triunfo, é sempre mover-se no terreno da realidade fatual, mas para dominá-la e superá-la (ou contribuir para isso)”.

histórico-políticas pode ocorrer o risco da não identificação do que seja ocasional ou orgânico, podendo levar a erros de superestimação, exagero, ideologismo, por isso que essas situações devem ser aplicadas a todos os tipos de situação: de processo regressivo ou de crise aguda, de desenvolvimento progressista ou de estagnação.

As questões de relações de força sejam favoráveis ou desfavoráveis a tal tendência, devem ser distinguíveis os vários momentos ou graus fundamentais: uma relação de forças que se processa no âmbito da estrutura, ou seja, baseada no grau de desenvolvimento das forças produtivas; uma relação de forças políticas no que se refere a homogeneidade, autoconsciência e de organização; outra relação de forças que corresponde ao aparato das forças militares.

Esses graus e momentos de relações de forças estão relacionados às crises econômicas, pois, as questões de mal-estar ou bem-estar econômico são aspectos parciais das relações de forças (GRAMSCI, 1991). Os elementos que se inter-relacionam nesse âmbito são as manifestações concretas das flutuações no conjunto das relações sociais de forças. As implicações das análises dessas relações são de que elas não podem ser fins em si mesmas, só adquirem significados na justificativa da atividade prática, iniciativa de vontade coletiva.

Gramsci compara a luta política ao movimento das guerras, nas quais suas táticas podem ser usadas na luta política. Gramsci (2011) argumenta que a estratégia na guerra é derrotar o inimigo e não ter dúvida de que o exército não possa mais lutar e o lado vitorioso ocupe o território inimigo. Já no âmbito da política, a luta é mais complexa. Ele até compara com as guerras coloniais, onde, além de conquistar e ocupar o território vencido, “a luta continua no terreno político e da ‘preparação’ militar” (GRAMSCI, 2011, p. 295). Este tipo de luta conhece três formas de guerra, a de movimento, de posição e a subterrânea.

Gramsci vivenciou o período movimento das guerras, os conflitos históricos, os atos revolucionários na Rússia, o antagonismo entre o Ocidente liberal e a Revolução Soviética. Nesse momento também se aproxima dos movimentos operários, simpatizando com as classes e os povos mantidos em condição de subalternidade. Torna-se clara sua ligação com as classes subalternas, soldada pela sua origem social e pela experiência das privações cotidianas, as quais, por uma sensibilidade e seriedade moral, o nutre de atitude empática em relação aos que são submetidos a uma vida de sofrimentos.

Tais eventos históricos dramáticos possibilitaram à reelaboração da sua bagagem teórica ainda no período juvenil. Já no Gramsci maduro, com uma consciência mais

objetiva da situação e da vontade revolucionária, faz análise histórica e social do contexto em que se desenvolve a luta. Dessa análise conclui a não repetição da revolução do tipo soviético, isto é, da tomada de assalto o poder.

No cárcere, Gramsci faz uma distinção morfológica entre Oriente e Ocidente, entre guerra de movimento e guerra de posição. E afirma que a Revolução Russa não pode ocorrer na Europa em função do avanço do capitalismo e do Estado nacional. Nos *Cadernos* há passagem dedicada a esse movimento da guerra de movimento e guerra de posição, incluindo, a posição de Lênin na revolução russa:

Parece-me que Ilich [Lênin] compreendeu que se verificara uma modificação da guerra manobrada, aplicada vitoriosamente no Oriente em 1917, para a guerra de posição, que era a única possível no Ocidente, onde, como observa Krasnov, num espaço estreito podiam acumular quantidades indiscriminadas de munição, onde os quadros sociais eram per si ainda capazes de se tornarem trincheiras municiauíssimas. Parece que esta seja a fórmula da ‘frente única’, que corresponde à concepção de uma única frente de *Entente* sob o comando único de Foch. (GRAMSCI, 1991, p. 74).

E continua falando da estratégia de Lênin por ter visto a necessidade de uma estratégia diferente:

Só que Ilich [Lênin] não teve tempo de aprofundar a sua fórmula, mesmo levando em conta que ele podia aprofundá-la teoricamente apenas, desde que a missão fundamental era nacional, exigia um reconhecimento do terreno e uma fixação dos elementos de trincheira e de fortaleza representados pelos elementos de sociedade civil, etc. (GRAMSCI, 1991, p. 74-75).

Gramsci distingue metodologicamente o Oriente do Ocidente em termos das condições da realização da revolução<sup>29</sup>, tendo em vista a situação da Rússia e os países capitalistas desenvolvidos. Na visão de Gruppi (2000) esse é um momento importante da posição de Gramsci, pois, visualiza as condições objetivas nacionais para o desenvolvimento da estratégia revolucionária.

---

<sup>29</sup> Essa distinção pode ser visto no item 2.3. Mas considera-se importante repetir: “No Oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primordial e gelatinosa; no Ocidente, havia entre o Estado e a sociedade uma justa relação e em qualquer abalo do Estado imediatamente descobria-se uma poderosa estrutura da sociedade civil”. (GRAMSCI, 1991, p. 75).



Ainda quanto às diferenças, no Ocidente, a estrutura burocrática era delegada pela aristocracia – classe dominante – à burguesia nascente e, no Oriente (Rússia<sup>30</sup>), a aristocracia se identificava com a burocracia e os graus de nobreza correspondiam aos graus burocráticos, e havia também a justa relação Estado-Igreja. Como bem pondera Gruppi (2000, p. 141), no Ocidente “há equilíbrio entre os dois elementos: sociedade civil e Estado”, e “não basta conquistar o Estado, é preciso conquistar as trincheiras e casamatas da sociedade civil”. Por essa razão, é possível a guerra de movimento no Oriente e no Ocidente, deve-se fazer a guerra de posição. O conceito de guerra de movimento e de guerra de posição corresponde a estratégias substancialmente diferentes relativas a dois momentos históricos também diferentes (GRUPPI, 2000).

Em suma, as percepções de Gramsci quantos aos aspectos revolucionários, a estrutura da sociedade, os aparatos de consenso e articulação da sociedade civil e do Estado os leva a uma concepção de revolução. A vontade coletiva e revolucionária torna-se indispensável na luta pela transformação social e política, sem perder de vista a dimensão do conhecimento do ambiente em que se trava a revolução e coaduna com o que o teórico (1991, p. 09) chama de “reforma intelectual e moral”.

### 2.3. A Hegemonia em Gramsci

A hegemonia é uma das categorias centrais do pensamento político de Gramsci. Gruppi (2000) considera o teórico marxista que mais deu atenção ao conceito de hegemonia. O termo corresponde a direção de um grupo social exercida sobre os demais grupos bem como da direção e domínio na sociedade. Guido Liguori (2007) acredita no consenso dos estudiosos em reconhecer a hegemonia como a mais importante categoria teórico-política presente nos *Cadernos*.

Para Liguori (2007) o debate sobre a hegemonia torna-se evidente depois de 1956, quando da necessidade de uma reflexão teórico-estratégica sobre o “*que fazer?*”, “volta assim o debate sobre Gramsci, cuja obra é vista como *terreno* de reflexão e aprofundamento das questões políticas que estão diante do movimento operário (socialista e comunista) internacional.” (LIGUORI, 2007, p. 207-208, *italicos originais*)<sup>31</sup>. Nem sempre

---

<sup>30</sup>“Na Rússia, a sociedade civil era gelatinosa, fluida, pouco estratificada: um núcleo operário consistente, em algumas cidades, e uma enorme massa de pequenos camponeses dispersos, uma ampla pequena burguesia.”. (GRUPPI, 2000, p. 141).

<sup>31</sup>O autor faz uma incursão em torno das interpretações, reflexões e problematizações acerca da categoria hegemonia pensada por vários autores, num lastro temporal de 1956 a 1990. São eles: Giuseppe Tamburrano,



a hegemonia esteve enquanto foco primário no plano de estudo dos teóricos gramscianos, a consciência da sua relevância emerge nos anos 1970.

O caráter essencial do bloco histórico é a organicidade da estrutura e superestrutura sem reduzi-la ao aspecto mecanicista, mas entendendo como uma relação orgânica, onde são consideradas as superestruturas historicamente necessárias a estrutura, ou seja, que lhe conferem homogeneidade e organização. A dimensão estrutural não é imediatamente operante, mas forma o instrumento da superestrutura<sup>32</sup>. Nesse sentido, “a análise da relação estrutura-superestrutura conduz praticamente à necessidade de não considerar essa relação como mecânica, mas ao contrário, de distinguir seu caráter orgânico”. (PORTELLI, 2002, p. 71).

A articulação do bloco histórico permite a distinção metodológica entre as duas esferas – “a estrutura sócio-econômica e a superestrutura ideológica e política” (PORTELLI, 2002, p. 71) – onde o vínculo orgânico é assegurado pelos intelectuais, cujo papel essencial na dinâmica do bloco histórico, é assegurar o exercício da hegemonia.

A constituição de classe é submetida à dialética subalternidade/hegemonia e é no processo da correlação de forças sociais que se dá a passagem da classe subalterna à classe hegemônica, no terreno da estrutura e superestrutura. As forças sociais são ligadas estritamente à estrutura em função do grau do desenvolvimento das forças materiais de produção, logo, é na esfera das forças políticas que se verifica o grau de homogeneidade, de organização e consciência dos vários grupos sociais.

A noção de hegemonia não era utilizada na literatura marxista antes dos *Cadernos do cárcere*. Fora pensada na obra e ação política de Lênin, na qual Gramsci afirma que a maior contribuição teórica à filosofia da práxis<sup>33</sup>, foi o “princípio teórico-prático da hegemonia” de atribuído por Lênin. (PORTELLI, 2002, p. 72). Ainda no aspecto da hegemonia, Gramsci considera a importância do alcance gnosiológico bem como do princípio teórico prático, por isso, a tentativa de reconhecer a contribuição teórica de Lênin à filosofia da práxis, onde este progrediu o marxismo enquanto filosofia prática e política.

---

Noberto Bobbio, Luciano Gruppi, Nicola Auciello, Buci-Glusckmann, Massimo Salvadori, Perry Anderson, Giuseppe Vacca, entre outros.

<sup>32</sup> Aqui cabe destacar uma passagem onde Gramsci fala sobre a “validade das ideologias” no terreno do bloco histórico com base em Marx na relação estrutura e superestrutura: “as forças materiais são o conteúdo e as ideologias são a forma, distinção entre forma e conteúdo puramente didática, já que as forças materiais não seriam historicamente concebíveis sem forma e as ideologias seriam fantasias individuais sem as forças materiais”. (GRAMSCI, 2011, p. 185-6).

<sup>33</sup> A filosofia da práxis é um termo utilizado por Gramsci para designar o marxismo para evitar a censura do cárcere, pois, os diretores da prisão tinham acesso aos cadernos. A partir do Caderno 10, iniciado em 1932, Gramsci substitui materialismo dialético ou marxismo por filosofia da práxis.

Nisso, reside “a realização de um aparelho hegemônico” porque cria um terreno ideológico, ocasiona reforma das consciências e dos métodos de conhecimento. (GRAMSCI, 2011, p.195).

Portelli (2002) adverte que o texto de Lênin no qual Gramsci se refere, fala em ‘direção’ e também na ditadura do proletariado, embora Gramsci distinguisse hegemonia de ditadura do proletariado<sup>34</sup>. Mesmo com a influência de Lênin na noção de hegemonia, ela é vista sob a perspectiva da direção política, ideológica, econômica e social por Gramsci.

O conceito de hegemonia apresentado por Gramsci é amplo, ou seja, é algo que opera não apenas sobre estrutura econômica e sobre a organização política da sociedade, opera também sobre a forma de pensar, sobre as orientações ideológicas e o modo de conhecer. (GRUPPI, 2000). Com base em Gramsci, Gruppi (2000, p. 5) a define como

a capacidade de direção, de conquistar alianças, capacidade de fornecer uma base social ao Estado proletário. Nesse sentido, pode-se dizer que a hegemonia do proletariado realiza-se na sociedade civil, enquanto a ditadura do proletariado é a forma estatal assumida pela hegemonia.

Para entender o conceito da categoria hegemonia, Gruppi apud Portelli (2002) analisa os vínculos dos estudos de Gramsci com a obra de Lênin resultando em quatro aspectos essenciais: o primeiro corresponde à base de classe da hegemonia, onde Lênin desenvolve o caráter de classe que as formas de governo assumem no regime capitalista. No estudo gramsciano da sociedade civil e da hegemonia, importa a direção cultural e ideológica, nesse sentido, Gramsci complementa a análise de Lênin quanto ao aspecto de classe: “Se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo essencial da atividade econômica” (GRAMSCI, 2007, p. 48).

O segundo aspecto está relacionado à organização intelectual da hegemonia. A discussão de Lênin sobre o partido foi retomada por Gramsci, atribuindo um caráter mais educativo. O terceiro aspecto se refere à base social, ou seja, a classe fundamental precisa está apoiada a grupos aliados. Tanto em Lênin quanto em Gramsci, analisa-se a questão do apoio de grupos aliados na direção, o que constitui a ‘base social’. Já o quarto aspecto em comum diz respeito à análise da correlação de forças no sistema hegemônico. Quanto a esse aspecto é possível exemplificar o movimento da Unificação na Itália, o qual Gramsci

---

<sup>34</sup> A ditadura do proletariado vem a ser a forma política que expressa o processo da conquista e do exercício da hegemonia. (GRUPPI, 2000).

denomina de *Risorgimento*<sup>35</sup> e, Lênin que reflete sobre a revolução burguesa na Rússia, em se tratando da organização do sistema hegemônico. (PORTELLI, 2002).

Quanto “as formas da hegemonia”, Liguori (2007) evidencia as posições da intelectualidade a partir do que chama de encontros gramscianos realizados em 1977, por ocasião do quadragésimo ano da morte de Gramsci. Desse encontro surgem as posições sobre a hegemonia, ora apresentada tematicamente como instrumentos e institutos não independentes dos sujeitos históricos, onde as forças sociais influenciam as formas históricas da hegemonia, ora, os instrumentos e instituições se referem ao aparelho da hegemonia.

Se uma classe exploradora precisa de ‘formas de hegemonia que suscitem um consenso traduzível em delegação, um consenso próprio de aliados subalternos’, uma classe que luta para pôr fim a toda exploração pretende ‘uma hegemonia sem aliados subalternos, uma hegemonia que seja educação permanente para o autogoverno’, o que requer institutos e instrumentos [...] ‘com características profundamente inovadoras’. (GERRATANA, 1977 apud LIGUORI, 2007, p. 214).

O autor identifica que o conceito de hegemonia definido por Gramsci é muito próximo do pensado por Lênin, mas, “ambos divergem em um ponto capital: a preeminência da direção cultural e ideológica.” (PORTELLI, 2002, p. 78). Enquanto o aspecto hegemônico para Lênin era puramente político, assim como defendia a ditadura do proletariado e a derrubada pela violência do aparelho de Estado através da hegemonia política por considerá-la mais necessária e importante do que a sociedade civil, Gramsci pensa a hegemonia da sociedade civil, “situa o terreno essencial da luta contra a classe dirigente na sociedade civil: o grupo que a controla é hegemônico e a conquista da sociedade política coroa essa hegemonia, estendendo-a ao conjunto do Estado” (PORTELLI, 2002, p. 78).

A contribuição teórica máxima de Lênin à filosofia da práxis foi torná-la filosofia prática, ou seja, fez com que ela progredisse enquanto filosofia ao mesmo tempo em que fez progredir a doutrina e a prática política. Por essa razão, Gruppi (2000, p. 4) entende que

---

<sup>35</sup> Momento histórico da unificação italiana. Dois partidos estavam em luta. Um deles, o Moderado (burguês, aliado à Casa de Savoia), que representava um grupo social homogêneo; outro era o Partido da Ação (Republicano, ligado a Mazzini e Garibaldi), expressão das camadas populares que não se apoiava em nenhuma classe histórica, com oscilações sofridas pelos órgãos dirigentes, assim como não era capaz de apresentar uma força política autônoma com capacidade de se tornar dirigente. A atuação dirigente do Partido Moderado levou adiante sua hegemonia sobre o Partido da Ação e uniu-se aos organizadores no novo aparelho estatal. O *Risorgimento* pode ser traduzido também como um processo de consolidação do capitalismo na Itália sem atacar o atraso histórico do campo, considerado problema social da Itália. (GRAMSCI, 2002).

numa mudança da estrutura deriva a mudança do modo de pensar e consequentemente, da consciência, “a hegemonia do proletariado (e aqui se entende a ditadura do proletariado), que transforma a sociedade, transforma também o modo de pensar”. É importante ressaltar que Lênin fez parte da Revolução Russa de 1905 e de 1917, vivenciou os movimentos histórico-concretos da Rússia, integrou o movimento operário e as bases materiais do seu pressuposto do conceito de hegemonia partem da análise da sociedade russa e do desenvolvimento capitalista no país.

Lênin não usou o conceito de hegemonia como Gramsci se apropria. Gruppi (2000, p. 11) comenta da diferença entre eles:

Gramsci – quando fala de hegemonia – refere-se por vezes à capacidade dirigente, enquanto outras vezes pretende referir-se simultaneamente à direção e à dominação. Lênin, ao contrário, entende por hegemonia sobretudo a função dirigente. O termo ‘hegemonia’ aparece em Lênin pela primeira vez, num escrito de 1905, no início da revolução. Diz ele: ‘Segundo o ponto de vista proletário, a hegemonia pertence a quem se bate com maior energia, a quem se aproveita de toda ocasião para golpear o inimigo; pertence àquele a cujas palavras correspondem os fatos e que, portanto, é o líder ideológico da democracia’ [...].

Verifica-se no exposto, a condição indispensável à realização da hegemonia: o elemento da decisão, a ação revolucionária, os fatos. Deve existir a unidade da teoria e ação, tal como Lênin, Gramsci também insiste. Sem essa unidade, a hegemonia é impossível, pois, “ela só se dá com a plena consciência teórica e cultural da própria ação; com aquela consciência que é o único modo de tornar possível a coerência da ação, de emprestar-lhe uma perspectiva, superando a imediatez empírica”. (GRUPPI, 2000, p. 11).

Concretamente, pensar o significado da hegemonia a partir das elaborações gramscianas permite relacioná-lo à direção econômica, a direção política, cultural, bem como a nova concepção de mundo, quando da organização da cultura das classes subalternas na construção de uma nova hegemonia. As classes subalternas são constituintes de um novo movimento histórico real na qual preza pela superação, o rompimento da ideologia dominante e a conquista da própria consciência, “a qual se consubstancia na elaboração de uma concepção de mundo e de vida” (ABREU, 2002, p. 23).

No campo mais imediato das classes subalternas, é importante a articulação na construção de uma nova hegemonia que supere a sociedade capitalista e a dominação de classes. Nesse sentido, a compreensão crítica é obtida na “luta de ‘hegemonias’ políticas”,

no campo da ética e depois no campo da política para uma elaboração superior da concepção do real. Portanto, para Gramsci (1999) a consciência em participar da força hegemônica é a primeira fase da autoconsciência, onde a prática e teoria se unificam, fato de devir histórico.

Abreu (2002, p. 24) observa em Gramsci a categoria hegemonia como “direção intelectual e moral e domínio político exercidos por uma classe, em determinadas condições históricas.” Sobre a construção da hegemonia na perspectiva gramsciana, continua:

No pensamento gramsciano, as exigências históricas da construção da hegemonia pelas classes subalternas como estratégia revolucionária redefinem o lugar da cultura como condição necessária do processo de emancipação político-ideológica dessas classes, do qual faz parte a luta pela constituição e redimensionamento das relações de força e a conquista do poder do Estado. Este processo integra o amplo movimento ideológico-político-militar de superação da ordem burguesa e da construção de uma nova sociabilidade pelas referidas classes [...].

A autora posiciona a hegemonia a partir de Gramsci no nexo entre pedagogia e cultura, destacando duas polêmicas nesses nexos: primeiro a redução das funções da hegemonia somente à direção intelectual e moral, excluindo a função de domínio e segundo, a restrição da sociedade civil a dimensão superestrutural. Essas polêmicas tendem a equívoco num viés politicista, voluntarista, esvaziando a discussão sobre a questão pedagógica<sup>36</sup>.

O nexo da cultura e da pedagogia no interior das classes subalternas se vincula no processo de luta dessas classes pela conquista da hegemonia na sociedade. A relação de hegemonia é vista por Gramsci como uma relação pedagógica, onde não se limita “as relações especificamente escolásticas”, “mas situando-a ‘em toda a sociedade no seu conjunto e para cada indivíduo em relação a outros indivíduos, entre grupos intelectuais e não intelectuais, entre governantes e governados’ [...]” (ABREU, 2002, p. 19). Essa relação vai além do interior de uma nação, alcançando conjuntos de civilizações nacionais e continentais.

---

<sup>36</sup> Cabe observar que a partir desse nexo, a autora insere a discussão sobre a função pedagógica do assistente social na sociedade burguesa, integrada a uma dinâmica de racionalização da produção e reprodução social e o exercício do controle social no âmbito das políticas assistenciais que ao mesmo tempo é mistificada e mistifica as relações sociais, “das quais a prática profissional é parte e sobre as quais esta prática se concretiza”. (ABREU, 2002, p. 22).

Gramsci sublinha a hegemonia como uma relação pedagógica porque envolve as massas e a cultura, uma relação entre intelectuais e massa. Por essa razão, a filosofia é caracterizada por todo o conjunto social, uma vez que não envolve apenas um grupo de intelectuais ou parte de uma massa, mas todo tecido social. A direção da filosofia culmina em norma de ação coletiva, faz parte da história, da concreticidade.

A ideia do aspecto cultural expressa o modo de vida que tem suas raízes na base econômica que Gramsci (apud ABREU, 2002, p. 29) considera métodos de trabalho. Esses métodos estão intimamente ligados a determinado modo de viver, ao conjunto da vivência e de sentir a vida, por isso, “‘não é possível obter êxito num campo sem obter resultados tangíveis no outro’.”. Tendo em vista esse marco, o princípio educativo se adéqua ao processo político-ideológico de formação de uma cultura às necessidades da racionalização produtiva, sendo resultado do movimento contraditório num determinado momento histórico.

Quanto à noção de hegemonia, assume relevância o ensaio “*Alguns temas da questão meridional*”, escrito antes da prisão, cuja tema foi uma preocupação política de Gramsci na organização da hegemonia da classe operária (SIMIONATTO, 2011b). Para a autora, antes de escrever o ensaio, Gramsci pensa o caminho a ser trilhado na luta pela conquista da hegemonia. No III Congresso da Internacional Comunista em 1921, as discussões sobre a política de ‘frente única’ lhe possibilitaram a formulação da categoria de hegemonia na direção de um novo patamar teórico. Nesse formato de aliança política, pauta-se pela aliança dos comunistas com as demais forças operárias e socialistas e é a partir dessa forma de política que

Gramsci terá a brilhante intuição da diferenciação entre as sociedades orientais e ocidentais; ou seja, as condições da revolução socialista nos países da Europa Central e Ocidental apresentavam-se de forma diversa das da Rússia de 1917. Isto significa, na prática, o encaminhamento de uma análise histórica, o reconhecimento do terreno nacional e uma reflexão voltada para a compreensão do Estado capitalista em suas especificidades históricas. (SIMIONATTO, 2011b, p. 44-5).

A diferenciação de Ocidente e Oriente é de estratégia e de tática na forma de condução da revolução e da luta pela conquista do poder. Nas análises da diferenciação entre Ocidente e Oriente, Gramsci apreende as dimensões políticas e econômicas desses dois modelos de formações sociais e ao observar as transformações históricas da sociedade, argumenta:

No Oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa; no Ocidente, havia entre Estado e a sociedade civil uma relação apropriada e, ao oscilar o Estado, podia-se imediatamente reconhecer uma robusta estrutura da sociedade civil. O Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual se situava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas; em medida diversa de Estado para Estado, é claro, mas exatamente isto exigia um acurado reconhecimento de caráter nacional. (GRAMSCI, 2011, p. 297).

A distinção Oriente/Ocidente é sócio-histórica, mostrando o nível político, econômico ou cultural das diferentes formações sociais (SIMIONATTO, 2011b). No Ocidente, a sociedade civil é mais articulada com o Estado porque este ampliou suas funções, já no Oriente, a sociedade civil era gelatinosa e o Estado era tudo. A revolução no Ocidente se daria progressivamente com a tática da Guerra de Posição, “um processo de luta pela conquista da direção político-ideológica e do consenso dos setores mais expressivos da população, como caminho para a conquista e conservação do poder” (SIMIONATTO, 2011b, p. 46), desse modo, a conquista dos espaços é paulatina e o embate gira em torno da conquista da hegemonia.

Na sociedade do tipo oriental, o jogo é pela conquista imediata do Estado, a luta de classe é explosiva, de choque frontal ao poder, essa direção é denominada de Guerra de Movimento. Esta tática não é uma estratégia adequada onde a relação Estado e sociedade civil é equilibrada, visto que se tornado uma estrutura complexa e resistente aos elementos de crise revolucionária (SIMIONATTO, 2011b).

No contexto em que Gramsci viveu, o modo de ser da sociedade capitalista estava em profundas transformações sociais, políticas e econômicas, o que exigia direcionamento de ação político-revolucionária (SIMIONATTO, 2011b). Tendo em vista a relação estrutura-superestrutura, uma das dimensões da hegemonia diz respeito às relações e as funções exercidas pelas classes sociais no bloco histórico. Num processo da oposição sofrida das forças dominantes pelas forças emergentes num envolvimento para a construção de uma nova ordem social, a hegemonia dominante entra em crise, por causa do enfraquecimento da direção política da classe dominante. Nesse contexto, Gramsci (2011, p. 291, supressão nossa) caracteriza a crise de autoridade:

Se a classe dominante perde o consenso, ou seja, não é mais ‘dirigente’, mas unicamente ‘dominante’, detentora da pura força coercitiva, isto significa exatamente que as grandes massas se destacaram das ideologias



tradicionais, [...]. A crise consiste justamente no fato de que o velho morre e o novo não pode nascer.

A recomposição da hegemonia em situações de crises pode ocorrer com a rearticulação da classe dominante que mediante a coerção por ter maior capacidade de organização e de outro lado, as classes dominadas podem se articular e buscar o consenso com a intenção de obter as relações hegemônicas, tão logo, ocupar espaços para se tornar dirigente e dominante. Dialeticamente, esse movimento é analisado por Gramsci no *Risorgimento*<sup>37</sup>.

Destacam-se do pensamento de Liguori (2007) as discussões relativas à hegemonia como direção política e cultural. Observa-se que a direção cultural é exercida no âmbito da sociedade civil por meio das “organizações ditas privadas”, como a igreja, a escola, os sindicatos, etc., organizações responsáveis pela elaboração e difusão da cultura, complexos que a classe dominante repassa sua ideologia e forma o consenso. Nesse sentido, Liguori (2007, p. 209, grifos originais) chama a atenção para o seguinte: se até 1926, a peculiaridade da hegemonia em Gramsci estava alinhada com a tradição leninista “‘no sentido de *direção política* da classe operária sobre as classes aliadas’, nos *Cadernos* há uma ampliação do termo hegemonia e passa a significar ‘também *direção cultural*’”.

Na visão de Gruppi (2000), Gramsci quer sinalizar com o significado de hegemonia, a direção da ditadura do proletariado e a capacidade de dirigir um sistema de alianças. Pois, o conceito de hegemonia na compreensão do teórico, pressupõe direção e domínio ao mesmo tempo. Com esse argumento, Gramsci (2011) analisa que a supremacia de um grupo se manifesta através do domínio e da direção intelectual e moral.

Essa direção é exercida no campo das ideias e da cultura, expressando a capacidade de um grupo na formação de uma base social e do consenso, não há o exercício da direção política sem a o consenso (SIMIONATTO, 2011b). A hegemonia pode criar a subalternidade de outros grupos por meio da submissão das ideias, não apenas da força, através dos organismos de difusão da cultura e da ideologia – ‘aparelhos privados de hegemonia’ –, cuja finalidade é imprimir nas classes exploradas a ideologia dominante, subordinando-as passivamente. “Quando isso ocorre, a subalternidade social também significa subalternidade política e cultural”. (SIMIONATTO, 2011b, p. 49).

---

<sup>37</sup> O *Risorgimento* se caracterizou como uma experiência privada de hegemonia ocorrida na Itália. “Foi um movimento que excluiu da vida democrática amplos setores populares, principalmente os camponeses”. O movimento constituiu numa revolução “onde os principais sujeitos históricos são excluídos do processo e cooptados pela hegemonia de classes totalmente alheias aos seus interesses”. (SIMIONATTO, 2011b, p. 49).



A apropriação da categoria hegemonia induz aproximação com a realidade e à articulação com as profundas mudanças operadas pelo capitalismo, entre elas o neoliberalismo. Este traz rebatimentos distintos, inclusive no exercício profissional dos assistentes sociais, principalmente no que concerne a centralidade das políticas sociais frente à precarização e as alterações no mundo do trabalho.

Na história do desenvolvimento do capitalismo constata-se mudanças fundamentais relacionadas à expansão, crises e acumulação do capital. Entre elas, pode-se fazer referência aos “anos dourados”<sup>38</sup>, após a Segunda Guerra Mundial e os impactos provocados pelo neoliberalismo no contexto da década de 1970 em diante. A ideologia neoliberal legitima o projeto do capital monopolista e rompe com as restrições sociopolíticas que limitam sua liberdade de movimento, ganhando forma a redução do Estado, tido como “um trambolho anacrônico que deveria ser reformado” e opera-se um conjunto de contrarreformas conduzido pelo grande capital, que reduz e suprime os direitos sociais a partir dos anos de 1970 (NETTO; BRAZ, 2012).

Especialmente no Brasil a repercussão da hegemonia do neoliberalismo se faz presente a partir da década de 1990 no governo Fernando Collor, sendo implementado e consolidado nos governos subsequentes, em que, a conquista dos direitos sociais inscrita na Constituição Federal de 1988 é constantemente ameaçada, ao mesmo tempo em que se promove a contrarreforma do Estado brasileiro com a retórica da redução do Estado no financiamento das políticas sociais, considerada pelos intelectuais do capital como gasto público.

Com esses elementos que remontam as profundas mudanças sociais engendradas pelo capitalismo monopolista é possível notar a hegemonia do grande capital em dois momentos: seja nos “anos dourados” seja no neoliberalismo. Hegemonia essa que não é só econômica, como salienta Gramsci (2007), é também política, uma vez que tais rebatimentos recaem diretamente na forma de organização e consciência dos trabalhadores, conduzindo uma “reforma intelectual e moral”.

---

<sup>38</sup> A designação “anos dourados” ou “três décadas gloriosas” se refere a um lapso temporal de quase 30 anos, que compreende o final da Segunda Guerra Mundial até a passagem dos anos de 1960 a 1970, em que o capitalismo viveu uma fase única em sua história de plena expansão, onde se concentrou pleno emprego e taxa de crescimento de lucro. Para Netto e Braz (2012), foi um período em que o sistema obteve resultados econômicos nunca vistos e que não se repetiu mais na história. Para os autores, nesse período se conjugou [não cabe aqui adentrar em detalhes, visto não ser a proposta para o momento] amplas mudanças que caracterizam os “anos dourados”: a vitória contra o fascismo, a ascensão da União Soviética com a Guerra Fria e a corrida armamentista, legitimidade do movimento sindical e operário, aumento da produção industrial nos países capitalistas desenvolvidos, mobilização anticolonialista e a intervenção estatal nos setores básicos não rentáveis.

## 2.4. A questão dos intelectuais em Gramsci

Antonio Gramsci trata de conceitos amplos, como a política e a relação com a hegemonia para assim, delimitar-se num tratamento sistemático sobre os intelectuais aliado a ampliação do conceito de Estado. Isso não anula o fato de suas reflexões serem articuladas organicamente com as considerações sobre a política. Longe de ser um cientista político, filósofo ou sociólogo, adota o ponto de vista da totalidade e não segue a divisão acadêmica, sua concentração teórica é acerca da elaboração de uma teoria geral da práxis social e política.

Gramsci foi o único na tradição marxista que se preocupou a fundo sobre a questão dos intelectuais. De acordo com Simionatto (2011b), nos escritos juvenis encontram-se a preocupação com a temática da cultura e dos intelectuais, preocupação amadurecida ao longo do seu estudo teórico-político. As reflexões e compreensão da cultura na construção de um novo projeto social através das vivências na sua juventude levaram o teórico a pensar a questão dos intelectuais “[...] como momento fundamental da estratégia na luta pelo socialismo”. (SIMIONATTO, 2011b, p. 57).

No argumento de Dias (2013), o problema dos intelectuais está presente no debate do marxismo desde as obras de Marx, de Engels, de Lênin, de Gramsci, entre outros. A preocupação com esse debate possui reflexos na questão da formação das direções para a prática social, por isso que nas reflexões gramscianas, o intelectual está relacionado a interferência na prática social.

Gramsci questiona a formação dos intelectuais enquanto grupo autônomo, independente e se determinado grupo social fundamental tem uma categoria especializada de intelectuais. Essa problematização é imprescindível uma vez que a partir desse postulado, Gramsci teoriza sobre a condição da categoria dos intelectuais no bloco histórico. O bloco histórico é compreendido como o vínculo orgânico entre estrutura e superestrutura, isto é, a unidade entre a natureza (estrutura) e esfera política-jurídica (superestrutura), “[...] unidade dos contrários e dos distintos.” (GRAMSCI, 2007, p. 26).

A condição de intelectual é complexa devido às formas que tem assumido o processo histórico real de formação dessa categoria. Importante assinalar a preocupação de Gramsci, em articular o processo histórico das relações sociais, não desvincilhando suas categorias do movimento histórico da realidade.

São apresentadas duas formas da formação dos intelectuais no processo histórico:

1. Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc., etc. 2. Todo grupo social ‘essencial’, contudo, emergindo na história a partir da estrutura econômica anterior e como expressão do desenvolvimento desta estrutura, encontrou - pelo menos na história que se desenrolou até nossos dias - categorias intelectuais preexistentes, as quais apareciam, aliás, como representantes de uma continuidade histórica que não foi interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas. (GRAMSCI, 2001a, p. 15-16).

É importante a reflexão de Portelli (2002, p. 103) sobre o papel dos intelectuais no seio do bloco histórico, quando afirma que situar os problemas dos intelectuais é, em consequência, colocar a questão do bloco histórico:

Se a relação entre intelectual e povo-nação, entre dirigentes e dirigidos – entre governantes e governados –, é dada por uma adesão orgânica, na qual o sentimento paixão torna-se compreensão e portanto saber (não mecanicamente, mas de forma viva), é somente então que a relação é de representação e que se produz o intercâmbio de elementos individuais entre governados e governantes, entre dirigidos e dirigentes, isto é, que se realiza a vida conjunta que, só ela, é a vida social; cria-se um bloco histórico. (GRAMSCI, 2011, p. 202).

Gramsci ainda aborda nesse contexto da relação e nexos entre intelectual e povo-nação. Sem esse nexo de sentimento, as relações entre intelectuais e povo são meramente burocrática e formal, tornando os primeiros numa casta, um “centralismo orgânico”<sup>39</sup>.

Pensar a questão dos intelectuais é evidenciar a sua relação orgânica com o bloco histórico. Gramsci amplia a noção de intelectual concebendo como agente/funcionário da superestrutura. No seio do bloco histórico, a função do intelectual se apresenta em triplo aspecto: o vínculo orgânico com o grupo que representa e sua função na superestrutura; as relações dos intelectuais orgânicos e os do sistema hegemônico anterior (intelectuais

<sup>39</sup> O centralismo orgânico se configura como uma forma de direção política, é concebido e ligado a uma concepção mecânica da história. Diz respeito à forma como os grupos dirigentes constroem o consentimento das massas. O comando do tipo autoritário e abstratamente concebido é tido como centralismo orgânico, acrescentando a concepção mecânica do movimento e da história. Conceitualmente, “[...] baseia-se no princípio de que um grupo político é selecionado por ‘cooptação’ em torno de um ‘portador infalível da verdade’, de um ‘iluminado pela razão’, que encontrou as leis naturais infalíveis da evolução histórica, infalíveis mesmo que a longo prazo e mesmo que os acontecimentos imediatos ‘pareçam’ não lhes dar razão.” (GRAMSCI, 2007, p. 108).

tradicionais); a organização no seio do bloco intelectual no bloco histórico. (PORTELLI, 2002).

O caráter orgânico do intelectual no seio da superestrutura e estrutura é porque somente cabe considerar as superestruturas necessárias a uma estrutura, por isso o caráter orgânico entre elas. Gramsci identifica dois aspectos que caracteriza a organicidade da superestrutura: “por um lado, sua permanência – ‘é preciso distinguir os movimentos orgânicos, relativamente permanentes’ – e, por outro lado, sua função de organização da estrutura – ‘enquanto historicamente necessárias, elas têm uma validade que é psicológica, e organizam as massas humanas’”. (PORTELLI, 2002, p. 104).

Antes de explicitar a função dos intelectuais nos grupos sociais, discute o conceito de intelectual, a partir do “lugar e função que exerce na estrutura social e pelo local e função que desempenha em um determinado processo histórico.” (SIMIONATTO, 2011b, p. 58). A partir desses critérios derivam duas categorias de intelectuais: o intelectual tradicional e o intelectual orgânico.

Se na concepção de Gramsci, o intelectual se define pelo lugar e pela função que ocupa no conjunto de determinadas relações sociais, portanto, entende-se por intelectual não apenas as camadas sociais chamadas tradicionalmente de intelectuais, mas toda massa social que participa das funções de organização de modo mais amplo, isto é, da produção, da administração pública, da cultura. (SIMIONATTO, 2011b).

Na compreensão da formação dessas duas categorias de intelectuais, é importante entender como o intelectual orgânico e o intelectual tradicional desempenham suas funções e quais seus papéis enquanto integrantes de grupos sociais. Nesse sentido, todo grupo social cria intelectuais para legitimação de sua posição de classe e suas funções na vida social são orgânicas no sentido da teoria e ação, ou seja, a função dos intelectuais não é distante das determinações do mundo real<sup>40</sup>. (DURIGUETTO, 2014).

No entendimento de Gramsci, o intelectual tradicional é independente e autônomo em relação ao grupo social dominante. Exemplificando, o teórico cita a categoria dos eclesiásticos<sup>41</sup>, que além de ser intelectual tradicional, concebe-se como uma categoria autônoma. Sobre esse aspecto, Gramsci (2001a, p. 17, supressão nossa) escreve: “Dado que estas várias categorias de intelectuais tradicionais sentem com ‘espírito de grupo’ sua

---

<sup>40</sup> Por considerar os intelectuais como elementos do bloco histórico é que Gramsci amplia a noção de intelectual além da concepção vulgar. Por essa razão, a articulação orgânica deve-se a inserção orgânica nas relações superestruturais. (PORTELLI, 2002).

<sup>41</sup> Gramsci cita outras categorias de intelectuais tradicionais além dos eclesiásticos: administradores, cientistas, teóricos, filósofos não eclesiásticos, etc.

ininterrupta continuidade histórica e sua ‘qualificação’, eles se põem a si mesmos como autônomos e independentes do grupo social dominante [...], dotados de características próprias, etc.”.

A respeito da autonomia que os intelectuais tradicionais reclamam, se refere que mesmo na formação de um novo bloco histórico, ou seja, apesar da perda da base social anterior (sistema hegemônico anterior) a qual estavam vinculados organicamente, essa categoria se sente organizada como “espírito de corpo”, isso significa dizer que forma uma casta, cujo perigo está no uso dessa autonomia para se afirmar ideológica e politicamente a um projeto classista conservador.

Simionatto (2011b) partindo de Gramsci ressalta que o intelectual tradicional não é apenas do tipo conservador e reacionário na vinculação com o grupo social, ele pode ser também revolucionário, quando da passagem de uma formação histórica a outra, faz a defesa dos interesses da classe subalterna. Iluminando o entendimento, a autora cita que o professor universitário, do ponto de vista gramsciano é um intelectual tradicional, podendo desempenhar suas funções tanto a favor das classes subalternas ou a favor da burguesia, “ele não pode ser definido como intelectual orgânico, uma vez que a função que exerce não foi criada por nenhuma das duas classes fundamentais” (SIMIONATTO, 2011b, p. 190).

O grupo que aspira ao poder tende a atrair os intelectuais a seu serviço para o fortalecimento da hegemonia. Uma das características do grupo que almeja o domínio é a luta pela assimilação e conquista ideológica dos intelectuais tradicionais, cuja conquista é mais rápida quando este elabora ao mesmo tempo seus intelectuais orgânicos.

O intelectual tradicional não está, portanto, preso ao passado; ele se articula ao presente porque é, ao mesmo tempo, depositário de uma tradição cultural. Proveniente de épocas pretéritas, ele analisa o presente à luz de valores que foram desenvolvidos no passado. Não há dúvida de que as classes dominantes, na medida em que têm força política, econômica e às vezes até cultural, possuem uma imensa capacidade de atrair intelectuais. Uma classe dominante é tanto mais forte e sólida em sua dominação quanto mais é capaz de assimilar os intelectuais mais importantes das classes subalternas. O exercício de dominação da burguesia exige, portanto, em larga medida, a capacidade de absorver os intelectuais oriundos dessas classes. (SIMIONATTO, 2011b, p. 59).

Na ampliação do entendimento de intelectual tradicional, Portelli expõe esse tipo de intelectual em oposição ao orgânico. Como o orgânico se vincula a classe fundamental do novo sistema hegemônico, o tradicional existiu antes do surgimento da nova classe fundamental, onde esta tenta suprimi-lo ou absolvê-lo para estabelecer sua hegemonia. “A

‘liquidação’ coercitiva ou legal é utilizada para os intelectuais tradicionais que dirigiam a antiga sociedade política”. (PORTELLI, 2002, p. 112).

Para o autor, a absorção dos intelectuais tradicionais pela nova classe fundamental torna-se mais fácil quando este é difuso, não organizado, quando não forma uma casta, como os cleros. Embora estes se digam autônomos, foram ligados a uma classe social e numa sociedade anterior, tiveram função de direção social. Logo, sua absorção é mais difícil, porque, nas palavras de Gramsci, quando o grupo social que emerge numa estrutura econômica precedente, encontrou categorias de intelectuais que existiam anteriormente e aparecem como “representantes de uma continuidade histórica que mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas” (GRAMSCI, 2011, p. 204). É nesse processo que se insere a categoria dos eclesiásticos, no qual a burguesia entrou em luta para controlar a sociedade civil<sup>42</sup>.

Pelo princípio da função e lugar nas relações sociais, o intelectual orgânico é aquele criado por determinado grupo social que lhe confere homogeneidade e consciência da própria função no campo econômico, social e político. Gramsci segue argumentando que todo grupo social que nasce originariamente com uma função no âmbito da produção econômica, cria para si organicamente, simultaneamente, uma ou mais camadas de intelectuais que visa conferir hegemonia e consciência de sua existência nas relações sociais. É nessa dimensão que se firmam os intelectuais orgânicos.

[...] o empresário representa uma elaboração social superior, já caracterizada por uma certa capacidade dirigente e técnica (isto é, intelectual): ele deve possuir uma certa capacidade técnica, não somente na esfera restrita da sua atividade e de sua iniciativa, mas também em outras esferas, pelo menos nas mais próximas da produção econômica (deve ser um organizador de massa de homens, deve ser um organizador da “confiança” dos que investem em sua empresa, dos compradores de sua mercadoria etc.). Se não todos os empresários, pelo menos uma elite deles deve possuir a capacidade de organizar a sociedade em geral, em todo o seu complexo organismo de serviços, até o organismo estatal, tendo em vista a necessidade de criar as condições mais favoráveis à expansão da própria classe [...]. (GRAMSCI, 2001a, p. 15).

---

<sup>42</sup> Aqui cabe exemplificar o conflito entre a burguesia e a Igreja na França, onde a luta entre os intelectuais orgânicos e a Igreja caracterizou aspecto essencial entre a burguesia e a aristocracia fundiária. Nesse momento, o clero era o intelectual orgânico da aristocracia fundiária e a burguesia pretendia enquanto objetivo obter a hegemonia da sociedade civil, criar sua própria concepção de mundo e atrair o clero para seu lado ou combatê-lo. “O primeiro esforço dos intelectuais da burguesia foi, assim, ‘nacionalizar’ a Igreja e colocá-la sob a tutela do Estado.” Nesse cenário evidencia-se a luta entre Estado e Igreja. (PORTELLI, 2002, p. 114).

Na interpretação de Simionatto (2011b), o intelectual orgânico não se justapõe a classe, grupo ou empresa; esses são os criadores dos seus intelectuais na medida em que se defrontam com realidades que precisam do desempenho de atividades intelectuais. Os intelectuais que são criados por uma classe no seu processo de desenvolvimento compreendem especializações de atividades intelectuais relativas a sua origem e função no âmbito da produção. Nesse aspecto, para Gramsci (2001a, p. 15), “o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc.”.

O intelectual orgânico se vincula no que confere sua função e lugar no âmbito da produção econômica, como organizador da divisão técnica do trabalho, isso significa que é o organizador da função econômica da classe social na qual está ligado. “A concepção de organicidade é inerente à formação mesma das suas competências e das funções que desenvolvem no interior do modo de produção capitalista, inclusive o encaminhamento das lutas junto à classe a que está vinculado” (SIMIONATTO, 2011b, p. 63). A organicidade do intelectual com a burguesia ou proletariado não significa agir de fora, é participar efetivamente de um projeto junto a essas classes.

A organicidade se dá tanto em relação ao proletariado quanto junto à burguesia, logo, o caráter de orgânico depende da relação estabelecida, assim como o lugar que o intelectual ocupa na organização política, econômica e civil. O caráter de vínculo orgânico é dado, prioritariamente, em função da origem de classe na qual o intelectual representa<sup>43</sup>. A origem de classe do intelectual pode ser diferente da que ele se vincula, bem como pode migrar da vinculação de uma classe para outra. Apesar de possuir relação com a classe de origem, é livre para se vincular a outra classe distinta.

A esse respeito Gramsci discute a origem dos intelectuais, ou seja, de onde os grupos extraem a massa de intelectuais. Ele observa a importância da massa dos camponeses no mundo da produção, mas ela não elabora seus próprios intelectuais. Pode-se dizer que os intelectuais não formam uma classe propriamente dita, mas são grupos que se vinculam às diversas classes. Cada grupo social toma para si uma camada de intelectuais.

De acordo com a opinião de Simionatto (2011b), na crise de hegemonia da classe que está no poder, há a assimilação dos intelectuais tradicionais aos intelectuais orgânicos e que o processo depende do caráter progressista da classe bem como da fragilidade de

---

<sup>43</sup> No entendimento de Portelli (2002, p. 107), “a concepção orgânica do intelectual provoca, pois, a rejeição de qualquer concepção autônoma que considere os intelectuais como uma categoria cristalizada”, ou seja, que se conceba como categoria independente da luta dos grupos sociais.



organização dos intelectuais tradicionais. A crise de hegemonia ocorre porque são dadas as condições históricas, nas quais,

[...] a classe dirigente fracassou em algum grande empreendimento político para o qual pediu ou impôs pela força o consenso das grandes massas (como a guerra), ou por que amplas massas [...] passaram subitamente da passividade política para uma certa atividade e apresentam reivindicações que, em seu conjunto desorganizado, constituem uma revolução.” (GRAMSCI, 2007, p. 60, supressões nossa).

A crise de hegemonia é expressão em que a classe dirigente não consegue manter a sua direção, até então hegemônica. Exemplo dessa situação é a classe dirigente brasileira, que no pacto de conciliação de classes do governo de esquerda operada desde meados da década de 2000 até 2013/2014, não consegue mais se manter como dirigente de forma consensual na sociedade, colocando em cheque a crise de hegemonia no Brasil que, desde 2013, vem se consolidando no país. Vale trazer aqui a passagem dos *Cadernos* em que Gramsci (2007, p. 184) comenta o seguinte: “A crise consiste justamente no fato de que o velho morre e o novo não pode nascer: neste interregno, verificam-se os fenômenos patológicos mais variados.”.

Gramsci discute sobre o limite máximo de aceção de intelectuais e no erro metodológico de caracterizar as diversas atividades intelectuais e a distinção das atividades dos demais grupos sociais. O erro metodológico consiste em distinguir no que constitui atividade intelectual ao invés de buscá-los no conjunto de sistema no qual as atividades estão inseridas, ou seja, que “[...] se encontram no conjunto geral das relações sociais” (GRAMSCI, 2001a, p. 18). Nesse sentido, exemplifica que o trabalho manual ou instrumental, degradante ou não, tem um mínimo de atividade intelectual e o que caracteriza o proletário ou operário nessa direção não é o tipo de atividade, “[...] mas o trabalho em determinadas condições e em determinadas relações sociais” (GRAMSCI, 2001a, p. 18).

Com esse entendimento, Gramsci afirma que todos os homens são intelectuais, no entanto, nem todos exercem a função de intelectual na sociedade. São formadas historicamente categorias especializadas para o exercício intelectual numa conexão com os grupos sociais mais importantes, que sofre influência do grupo social dominante. A respeito dos intelectuais e não intelectuais, Gramsci (2001a, p. 52) pondera:



Quando se distingue entre intelectuais e não-intelectuais, faz-se referência, na realidade, somente à imediata função social da categoria profissional dos intelectuais, isto é, leva-se em conta a direção sobre a qual incide o peso maior da atividade específica, se na elaboração intelectual ou se no esforço muscular-nervoso. Isto significa que, se pode falar de intelectuais, é impossível falar de não-intelectuais, porque não existem não-intelectuais.

Com isso, na concepção do teórico não é possível excluir a intervenção intelectual da atividade humana. Assim, todo homem desenvolve uma atividade intelectual porque participa de uma concepção de mundo.

São várias as questões que Gramsci reflete sobre os intelectuais. Com o desenvolvimento das instituições escolares durante o processo histórico, a função de intelectual tem grande importância, possibilitando a especialização e o aperfeiçoamento. Nisso apresenta-se a função da escola, entendida como instrumento na elaboração de intelectuais de diversos níveis e da existência do processo de complexificação,

[...] da função intelectual nos vários Estados pode ser objetivamente medida pela quantidade das escolas especializadas e pela sua hierarquização: quanto mais extensa for a ‘área’ escolar e quanto mais numerosos forem os ‘graus’ ‘verticais’ da escola, tão mais complexo será o mundo cultural, a civilização, de um determinado Estado. (GRAMSCI, 2001a, p. 19).

Na formação dos intelectuais mediada pelas instituições escolares, Gramsci situa a relação não imediata entre os intelectuais e o mundo da produção, mas que ela é mediatizada pelo conjunto das superestruturas, conferindo os intelectuais como funcionários. Outro ponto das reflexões dos intelectuais é sua função no vínculo da organização social estrutura-superestrutura<sup>44</sup> no bloco histórico<sup>45</sup>. Portelli (2002) realiza um profícuo debate sobre o papel dos intelectuais e o bloco histórico a partir de Gramsci.

---

<sup>44</sup> Economia e ideologia, respectivamente. Para Gramsci (2011) a estrutura e superestrutura formam um ‘bloco histórico’. A estrutura abrange a sociedade econômica, enquanto a superestrutura envolve o campo das ideias. Elas fazem parte do nexos orgânico e dialético da sociedade. Outro elemento que as remetem é que os homens tomam consciência de sua posição social, assim como de seus objetivos no campo das ideias (superestrutura), isso significa que a relação entre estrutura e superestrutura é um nexos vital e necessário (GRAMSCI, 1999). Portanto, depreende-se que não dá para operar o campo da superestrutura como somente o campo das ideias. Acredita-se que essa diferenciação é de natureza qualitativa, metodológica. Por isso, que quando se pensa na práxis política, não indica um conjunto de ideias, mas envolve a ação prática dos sujeitos coletivos.

<sup>45</sup> Por bloco histórico compreende que “o conjunto complexo e contraditório das superestruturas é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção”. (GRAMSCI, 2011, p. 187-188). O conceito de bloco histórico pensado por Gramsci parte do teórico francês Georges Sorel, que o amplia e utiliza em sentido conjuntural, ou seja, a noção de bloco histórico inclui a articulação da infraestrutura e superestrutura (SIMIONATTO, 2011b).

Para o autor, Gramsci qualifica esse vínculo – estrutura e superestrutura – como orgânico que “corresponde a uma organização social concreta”, considerando o bloco histórico numa situação histórica global. Nessa situação tem-se uma estrutura social operando em vínculo, em que, de um lado, são estabelecidas as relações de produção e de outro, a superestrutura ideológica e política. Ressalta-se que a superestrutura ideológica não se resume ao campo das ideias, ela forma uma dimensão do momento ideal que tem afinidade orgânica com a base material, por sua vez, a conforma. Isso indica que a superestrutura ideológica e política são as determinadas formas de consciência sociais e se expressam organicamente com o conjunto das relações sociais de produção.

O vínculo orgânico reside na realização por grupos sociais, cuja função é operada no nível estrutural pelos intelectuais. Esse grupo compõe a camada social dos funcionários da superestrutura, ou seja, a classe dos intelectuais.

Eis como aparece a articulação interna de um bloco histórico. Quando mostra o significado social do vínculo orgânico que une seus diferentes elementos, Gramsci torna possível um estudo da superestrutura e da função dos intelectuais para a análise estrutural imediata de qualquer situação política – a análise econômica séria só seria possível *a posteriori*. (PORTELLI, 2002, p. 14-15, grifos originais).

O bloco histórico é ponto de partida da análise gramsciana de como um sistema de valores integra um sistema social, cuja integração ocorre pela edificação de um sistema hegemônico dirigido pelos intelectuais. A partir desses elementos, realiza-se um bloco histórico. Identifica-se nos *Cadernos* uma observação gramsciana de bloco histórico referente a não separação entre estrutura e superestrutura em articulação com a filosofia da práxis. A crítica gramsciana incide na afirmação de Benedetto Croce<sup>46</sup> sobre a filosofia da práxis de que há separação entre estrutura e superestrutura, vigorando a desagregação do processo real. Portanto, comenta Gramsci (1999, p. 369): “[...] não é verdade que a filosofia da práxis ‘destaque’ a estrutura das superestruturas; ao contrário, ela concebe o desenvolvimento das mesmas como intimamente relacionado e necessariamente inter-relativo e recíproco.”. Disto, destaca a unidade da relação da ação do homem sobre a estrutura, como afirmação do processo real, não desvinculando assim, a unidade da filosofia da práxis. É tanto que Gramsci atribui validade concreta e histórica a superestrutura na filosofia da práxis articulada a ideologia, isto porque é na esfera da

---

<sup>46</sup> Benedetto Croce foi um filósofo, historiador e político italiano, contemporâneo e um dos mais importantes interlocutores de Gramsci nos *Cadernos*. Não dá para afirmar se Croce foi um marxista, mas ele manteve diálogo com o marxismo durante sua vida.

superestrutura que os homens adquirem consciência de sua posição social, por isso, a relação orgânica e do “nexo necessário e vital” entre essas duas esferas.

Na formação do bloco histórico é imprescindível a articulação orgânica entre estrutura e superestrutura<sup>47</sup>. Essa organicidade é definida pela “necessidade de o movimento superestrutural do bloco histórico evoluir nos limites de desenvolvimento da estrutura, mas também, mais concretamente, como a obra dos grupos sociais encarregados de gerir as atividades superestruturais.” (PORTELLI, 2002, p. 54).

Faz-se necessário reafirmar que Gramsci percebe a complexificação das superestruturas dado o desenvolvimento do capitalismo, mas isso não anula o fato de que elas, em última instância são determinadas pelo econômico. É importante salutar que o econômico (a economia) não se resume a forças produtivas, isto significa dizer que é o conjunto das relações sociais, que implica as forças produtivas e o conjunto das relações sociais de produção (CORREIA, 2017). A partir do diálogo com Álvaro Bianchi, Correia (2017) comenta que o bloco histórico em Gramsci envolve a relação entre estrutura e superestrutura de modo articulado, sem cisões, tendo como fundamento as relações sociais de produção. No bloco histórico significa ainda que são observadas as relações históricas existentes entre as duas esferas, permitindo uma análise crítica “[...] da unificação dos processos de reprodução social das relações políticas e reprodução político-ideológica das relações sociais que se verificam de modo mais intenso no capitalismo contemporâneo.” (BIANCHI, 2008, p. 138 apud CORREIA, 2017, p. 15).

O que se depreende a partir dos *Cadernos* é de que o vínculo orgânico corresponde a “uma organização social bem definida”. Dito isto, a evolução do bloco histórico parte das condições necessárias ao desenvolvimento de uma sociedade e de que nenhuma sociedade se dissolve sem que tenham desenvolvidas todas as formas de vida contidas em suas relações. Com esse pressuposto desenvolvido por Gramsci, se fixam as condições estruturais da evolução da superestrutura (PORTELLI, 2002). Seguindo o raciocínio do autor, Gramsci aponta dois aspectos: o da ideologia orgânica e em sua função, “os movimentos superestruturais orgânicos adquirem caráter permanente” (PORTELLI, 2002, p. 55). Quando os movimentos superestruturais atingem essas condições, formam o reflexo da estrutura e o bloco histórico.

---

<sup>47</sup> Liguori (2003 apud Rocha e Costa, 2017), considera Gramsci o maior estudioso no campo da teoria marxista das superestruturas, que na sua análises, investiga a importância, contradições e articulações internas sem perder de vista o papel determinante da estrutura numa concepção dialética da relação entre estrutura e superestrutura.

Concretamente, o vínculo se traduz por que uma camada social fica encarregada de gerir a superestrutura do bloco histórico, essa função é designada aos intelectuais, que em suma, são entendidos como os funcionários da superestrutura “em nome da classe que representam e à qual estão estreitamente vinculados, social e economicamente”, considerando o postulado de Gramsci de que o grupo social cria uma camada de intelectuais que lhe dá homogeneidade e consciência de sua função na sociedade.

Com isso, Portelli (2002, p. 56) esclarece que “o vínculo orgânico entre estrutura e superestrutura mostra-se, pois, de maneira bem concreta e não somente teórica”. Também destaca o interesse de Gramsci acerca da questão dos intelectuais nos *Cadernos do cárcere*, “completando assim, consideravelmente, a análise marxista das relações entre estrutura e superestrutura, conferindo-lhe efetivo conteúdo social”.

Outro elemento importante quanto a essa questão do vínculo com a estrutura, é que é no campo da ideologia<sup>48</sup> no terreno das superestruturas que os homens tomam consciência dos conflitos desenvolvidos na estrutura, “o que lhes confere um valor ‘estrutural’ e confirma a noção de bloco histórico ‘em que justamente as forças materiais são o conteúdo e as ideologias, a forma’”. (PORTELLI, 2002, p. 56).

Os intelectuais desempenham a função de funcionários na dimensão das superestruturas. Portelli os considera como células vivas da sociedade civil e da sociedade política, pois, são eles quem elaboram e difundem a ideologia da classe dominante, dando-lhe consciência e transformando em concepção de mundo. Na esfera da sociedade civil, os intelectuais animam e gerem a estrutura ideológica da classe dominante; na sociedade política, são encarregados da gestão do aparelho estatal. Ao conjunto dessas funções sejam hegemônicas, coercitivas ou econômicas, “contribui para a unidade da classe fundamental e sua hegemonia no seio do bloco histórico”. (PORTELLI, 2002, p. 109).

Em termos de organicidade e conectividade dos grupos sociais com os grupos de intelectuais ocorre pela gradação das funções e das superestruturas – “da base estrutural para o alto”. Para isso, dois planos estruturais são fundamentais: a “sociedade civil”<sup>49</sup> e “sociedade política”. A partir desses dois planos, correspondem respectivamente “à função

---

<sup>48</sup> Sustentada pelo entendimento de Gramsci, Abreu (2002, p. 136-7) diz que as ideologias conformam os modos de vida - culturas. O conceito de ideologia no pensamento gramsciano é amplo e exprime “o significado mais alto de uma concepção de mundo que se manifesta explicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações da vida individuais e coletivas”, que sustenta o bloco histórico. As ideologias representam concepções de mundo e correspondem “às elaborações filosóficas em graus diferenciados de abstração”, nas quais se incluem a religião, o sistema de crenças, opiniões, modos de ver, linguagem.

<sup>49</sup> Gramsci (2011, p. 208) entende sociedade civil como “o conjunto de organismos designados vulgarmente como ‘privados’ de hegemonia”. As abordagens sobre essa categoria são desenvolvidas no próximo item.

de ‘hegemonia’ que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de ‘domínio direto’ ou de comando, que se expressa no Estado e no governo ‘jurídico’”. (GRAMSCI, 2001a, p. 21).

É no campo das superestruturas que se situam as funções dos intelectuais, isto porque eles são “‘prepostos’ do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político”, isso significa dizer que suas funções ocorrem:

1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce “ historicamente” do prestígio (e, portanto, da confiança) [...] obtido pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparelho de coerção estatal que assegura ‘legalmente’ a disciplina dos grupos que não ‘consentem’ , nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo. (GRAMSCI, 2001a, p. 22).

A partir da compreensão da reflexão de Gramsci sobre o postulado acima, Duriguetto (2014) coloca que essas funções organizativas e conectivas são desenvolvidas pelos intelectuais no campo da produção de hegemonia, se materializam na função de coerção na sociedade política e de consenso na sociedade civil. Nessa perspectiva, as funções dos intelectuais são exercidas no campo da sociedade política e sociedade civil.

A questão da função organizativa no âmbito da hegemonia e do domínio estatal é marcada pela divisão do trabalho e do nível de qualificação dos intelectuais, assim,

[...] no mais alto grau, devem ser postos os criadores das várias ciências, da filosofia, da arte, etc.; no mais baixo, os mais modestos ‘administradores’ e divulgadores da riqueza intelectual já existente, tradicional, acumulada. O organismo militar, também neste caso, oferece um modelo destas complexas gradações: oficiais subalternos, oficiais superiores, Estado-Maior. (GRAMSCI, 2001a, p. 21-22).

Na relação do intelectual com o povo-nação, Gramsci traz reflexões de como esses dois atores necessitam estar vinculados organicamente. Nisso, coloca a situação da “Passagem do saber ao compreender, ao sentir e vice-versa”, em que o saber é elemento popular e nem sempre compreende ou sabe, já o elemento intelectual sabe, nem sempre compreende e sente. Destarte, considera que o erro do intelectual consiste em acreditar que sabe sem compreender e sentir, mesmo estando apaixonado tanto pelo saber como pelo

objeto do saber, ou seja, que o intelectual pode ser intelectual distinto do povo-nação, isto é,

[...] sem sentir as paixões elementares do povo, compreendendo-as e, portanto, explicando-as e justificando-as em determinada situação histórica, bem como relacionando-as dialeticamente com as leis da história, com uma concepção do mundo superior, científica e coerentemente elaborada, com o ‘saber’; não se faz política-história sem esta paixão, isto é, sem esta conexão sentimental entre intelectuais e povo-nação. (GRAMSCI, 1999, p. 221-222).

O nexó estabelecido com esse pensamento é de que as relações do intelectual com o povo-nação não é apenas de natureza mecânica, burocrática e formal, mas é resultado de uma adesão orgânica, ocorrendo à compreensão e o saber de forma vivida, sentida. Há trocas de elementos individuais entre os atores (dirigentes e dirigido, governantes e governados), num indicativo de que a vida do conjunto é realizada, realizando-se a troca social e consequentemente, a formação do bloco intelectual e povo-nação.

Os intelectuais possuem um saber sistematizado, um saber que pode ou não passar pela escola, por essa razão, é possível que haja dirigentes políticos que não passaram pela escolarização formal e superam o saber do intelectual de outras categorias. Para Dias (2013), existem duas expressões das formas de conhecimento: um longamente sistematizado e outro no limite do conhecimento imediato – empirismo.

Como Gramsci afirma que todos são intelectuais, mas nem todos exercem o papel de intelectual, pode-se dizer que o intelectual não é só o acadêmico, ele se coloca na condição de dirigente de um processo de transformação tendo em vista a construção de um novo projeto societário. Por isso Dias (2013) comenta a possibilidade de pensar a superação da ordem capitalista quando os intelectuais orgânicos aliados ao proletariado se posicionam como revolucionários. Já os intelectuais orgânicos da burguesia são considerados na condição de técnicos, por privilegiarem a questão técnica para a realização do capital.

Pensar a condição dos intelectuais orgânicos pressupõe o princípio educativo substanciado na relação entre a racionalização da produção e do trabalho e formação de uma ordem moral e intelectual com a hegemonia de uma classe. Nesse sentido, Gramsci traz reflexões na direção da organização sócio-econômica americana, destacando o

americanismo e o fordismo<sup>50</sup>, cujas expressões são a paradigmática cultural e hegemonia burguesa no âmbito do capitalismo monopolista. (ABREU, 2002).

O princípio educativo exercido pelo intelectual orgânico numa relação pedagógica tem a ver com a conformação social determinada, ou seja, o princípio educativo num processo político pedagógico tende a adequar “às necessidades e imperativos de um tipo de racionalização produtiva e do trabalho”. (ABREU, 2002, p. 29). Logo, esta racionalidade é movida por contradições inerentes à relação estrutura/superestrutura.

## 2.5. A concepção de Estado e Sociedade Civil em Gramsci

As reflexões gramscianas se fundamentam perspectiva histórico-dialética e da teoria social crítica. Dentre suas referências teóricas e políticas, estão Marx, Engels, Lênin e pensadores italianos, onde seus escritos priorizam os pressupostos marxistas de explicitação da totalidade, cuja contribuição é direcionada a mobilização e tomada de consciência de classes subalternas tendo em vistas à transformação social. O conceito de sociedade civil é considerado uma importante criação da filosofia política de Gramsci, cujo termo tinha sido empregado por Marx e Hegel. O marxista italiano elabora um conceito original que denota uma nova esfera do ser social.

Foi em sua concepção da sociedade civil e sua elevação da hegemonia burguesa a um lugar de destaque na ciência política que Gramsci foi além de Marx, Engels, Lênin e Trotski. Ao fazê-lo, ele enfatizou de forma muito mais aguda que os teóricos precedentes o papel da superestrutura na perpetuação das classes e na prevenção do desenvolvimento da consciência de classe. (CARNOY, 1994, p. 90).

As premissas do conceito gramsciano de sociedade civil partem das referências da obra de Hegel e Marx. Partindo do pensamento de Hegel sobre a sociedade civil, Marx a entendeu como a esfera da produção e da reprodução da vida material, ao momento

---

<sup>50</sup> As reflexões do tema Americanismo e Fordismo foram desenvolvidos por Gramsci no Caderno 22 em 1924. Sobre o tema, Gramsci nota e escreve as questões envolvendo a organização do trabalho, a hegemonia dos Estados Unidos da América em detrimento do modo de produção na Europa, também discute o significado e efeitos da aplicação à indústria nos Estados Unidos (SIMIONATTO, 2011b). Em síntese e de modo genérico, registra a passagem dos *Cadernos*: “[...] o americanismo e fordismo resultam da necessidade imanente de chegar à organização de uma economia programática e que os diversos problemas examinados deveriam ser os elos da cadeia que marcam precisamente o velho individualismo econômico para a economia programática” (GRAMSCI, 2001b, p. 241). No americanismo e fordismo, além da nova organização do trabalho introduzida por Henry Ford, a racionalização do trabalho, também se faz presente a imposição de uma nova cultura moral aos homens, a exemplo do proibicionismo, a persuasão, com o objetivo de adequar o novo tipo de trabalhador à indústria ‘fordizada’.



estrutural, considerada “como o conjunto da estrutura econômica e social de um período determinado”<sup>51</sup>, seguindo a acepção de Hegel que a compreende enquanto complexo das relações econômicas e da formação das classes sociais (PORTELLI, 2002, p. 18). Gramsci se apoia nos dois autores para compreender a sociedade civil e incorpora novas determinações que ainda não se faziam presentes no contexto em que Marx viveu. Ora, devido às condições históricas políticas diferenciadas, ele a entende enquanto momento superestrutural, esfera que reúne o conjunto dos organismos privados de hegemonia. Dessa forma, é evidente a visão limitada de Marx sobre a sociedade civil, dadas as condições e o caráter de classe assumido pelo Estado no período em que Marx viveu.

Também é por causa do contexto histórico vivenciado pelos autores e das articulações com as determinações sócio-históricas de sua época que são apresentadas diferentes concepções acerca da teoria de Estado. Na obra marxiana, a concepção de Estado se apresenta em sua natureza repressiva. Nesse movimento são consideradas as características até então pertinentes ao Estado e ao movimento sócio-histórico que moldava as relações sociais no período. Trata-se do amadurecimento do Estado burguês e sua dimensão coercitiva era mais evidente (SANTOS, 2012).

Para Santos (2012) e Coutinho (1985), o Estado entendido por Marx e Engels é o Estado de classe cuja função era conservar a divisão de classes, assegurando que os interesses particulares de uma classe se identifiquem com os interesses universais da sociedade. Coutinho (1985, p. 18) citando Marx e Engels diz que a nova concepção de Estado foi claramente formulada pelos pensadores em 1845, n’*A Ideologia Alemã*:

Na medida em que a propriedade privada se emancipou da comunidade, o Estado alcançou uma existência particular, ao lado e fora da sociedade civil; mas ele não é mais do que a forma de organização que os burgueses criam para si, tanto em relação ao exterior quanto ao interior, com a finalidade de garantir reciprocamente sua propriedade e seus interesses.

Interessa dizer que é evidente em Marx a natureza de classe do Estado ao assegurar o interesse de uma classe em particular e assume o monopólio da representação do interesse universal numa sociedade dividida em classes, ou seja, o Estado é a forma pela qual a classe dominante faz valer seus interesses comuns como universais. Pelo modo que o

---

<sup>51</sup> Para Marx e Engels, “a sociedade civil é o verdadeiro centro, o verdadeiro palco da História [...]. Ela abrange o conjunto das relações materiais dos indivíduos no interior de um estágio de desenvolvimento das forças produtivas. Abrange o conjunto da vida comercial e industrial de uma etapa”. (PORTELLI, 2002, p. 18).



Estado se realiza, ao assumir uma identidade classista e o modo monopolista que apropria das decisões ao que é comum (universal), despolitiza os demais segmentos da sociedade<sup>52</sup>.

A identificação de Marx com o Estado repressivo tem relação com as funções desempenhadas naquele contexto histórico, que procede da configuração do desenvolvimento e da complexificação das relações sociais instituídas. De acordo com Santos (2012), tal identificação se relaciona com as configurações políticas no período da Revolução Francesa, onde era escassa a participação política da classe operária e a ação vanguardista do proletário quase sempre operava na clandestinidade. Na compreensão do Estado é importante considerar o seguinte:

A cada formação sócio-histórica articulada à sua consequente divisão de classes, o Estado cumpriria sua função precípua de garantir a reprodução das condições favoráveis à manutenção da classe dominante. Assim, também a cada formação sócio-histórica o Estado apresenta características diferenciadas visando a garantia da reprodução social que dê bases à classe dominante. (SANTOS, 2012, p. 41).

Nesse sentido, seguindo o raciocínio do autor, compreendendo o movimento histórico que formatava as relações sociais, o estágio do amadurecimento do Estado burguês procede da sua dimensão coercitiva e repressiva, dum momento da fraca ampliação política em face da natureza ofensiva burguesa frente à organização das classes proletárias. Ainda assim, observa-se que o Estado moderno não tinha definido plenamente suas múltiplas determinações, e desse modo, “a teoria ‘restrita’ do Estado correspondia à existência real de um Estado ‘restrito’ (e, mais geralmente de uma esfera política ‘restrita’” (SANTOS, 2012, p. 42).

As análises e estudos empreendidos por Gramsci significam a incorporação de novas situações concretas ocorridas a seu tempo, tais como, “a peculiaridade da formação do capitalismo e do Estado Nacional Italiano; a derrota da revolução socialista no Ocidente; e a formação de um novo bloco histórico” (ROCHA; COSTA, 2017, p. 196).

As condições sócio-históricas na qual estão imersas as relações sociais que dão corpo ao Estado ganham novos contornos diante das transformações das relações contraditórias entre as classes dominantes e dominadas (SANTOS, 2012). Ora, quando

---

<sup>52</sup> Coutinho (1985) afirma que a concepção marx-engelsiana de Estado é relacionada com a teoria da revolução socialista contida no *O Manifesto do Partido Comunista*. Após mostrarem a originalidade do capitalismo na estrutura de classes, os teóricos afirmam: “O poder executivo do Estado moderno não passa de um comitê para gerenciar os assuntos comuns de toda a burguesia (...). O poder político propriamente chamado, é, meramente, o poder organizado de uma classe para oprimir outra”. (MARX-ENGELS, 2002, p. 12, 44).

Gramsci pensa sobre as novas determinações do Estado, esse período é marcado por uma nova conjuntura de fenômenos que possibilitam uma análise concreta a partir dos elementos que caracterizam essas alterações.

Nesse sentido, o sardo italiano nota o surgimento de uma nova esfera na ordem capitalista, trata-se da esfera política que se refere ao “mundo das auto-organizações”, ou seja, “os aparelhos privados de hegemonia”, compreendidos como os diversos meios da inserção do indivíduo na socialização da política. O período vivenciado por Gramsci possui uma peculiaridade diferente do período vivenciado por Marx: a socialização da política. No contexto histórico vivido por Marx era escassa a participação política, a ação do proletariado se exercia nas vanguardas combativas atuando muitas vezes na clandestinidade e era comum que Estado se colocasse na sua face mais repressiva.

Gramsci vivencia uma época em que o complexo do fenômeno estatal se generalizou e ampliaram-se os processos de socialização da política nos países ocidentais no século XIX, nesse contexto, “surge uma nova esfera do ser social, dotada de leis e funções relativamente autônomas e específicas, tanto em relação ao mundo da economia como em face dos aparelhos repressivos de Estado”. (COUTINHO, 2006, p. 33).

À esfera da socialização política Gramsci conceituou de sociedade civil e que faz parte do Estado no seu sentido amplo<sup>53</sup>. A sociedade civil torna-se o espaço de “arena de luta de classes”, uma vez que a partir do seu surgimento, as classes lutam pela obtenção da hegemonia, ou seja, “direção política fundada no consenso, capacitando-se assim para a conquista e o exercício efetivo do poder governamental”. (COUTINHO, 2008, p. 195). A definição gramsciana de sociedade civil amplia a primária concepção marxista que entende como o conjunto das relações econômicas capitalistas, enquanto momento da estrutura.

É na esfera da sociedade civil que tomam corpo os conflitos e contradições entre as classes em busca de hegemonia em determinada superestrutura ideológico-política (SIMIONATTO, 2011a). Essa esfera torna-se o lócus de embates de diferentes projetos que se enfrentam na obtenção da hegemonia. Ela constitui terreno para disputas ideológicas, de projetos classistas, os conflitos e os divergentes interesses, como expressão das

---

<sup>53</sup> Coutinho (1985 p. 12-13) traz uma análise importante sobre a ampliação do conceito do Estado no plano gnosiológico. Esta ampliação “consiste em articular dialeticamente os momentos abstratos obtidos na análise do modo de produção com as determinações mais concretas que resultam do exame da formação econômico-social enquanto nível mais complexo da totalidade social. A escolha desse ângulo mais concreto de abordagem implica a introdução de novas determinações não apenas na esfera econômica (articulação hierarquizada de diferentes modos de produção) e na social (complexificação da estrutura e dos conflitos de classe), mas também na esfera do político (novas características do fenômeno estatal e maior especificação de seu papel na reprodução global da sociedade)”.

determinações da sociedade econômica, no entanto, essas esferas não são desvinculadas, elas funcionam como um todo unitário, cujo momento dominante é a economia.

Gramsci amplia o conceito de Estado a partir dessas novas determinações, bem como a noção de intelectuais, apontando que esses adquirem função essencial na ampliação das funções do Estado, no âmbito da sociedade civil. Logo, na concepção gramsciana, o conceito de Estado engloba a sociedade política e a sociedade civil.

Nos *Cadernos*, Gramsci parte de referências a Marx, em que este possuía uma concepção de organização que permanecia preso a alguns elementos: “organização profissional, clubes jacobinos, conspirações secretas de pequenos grupos, organização jornalística” (GRAMSCI, 2011, p. 267). Marx não pode conhecer a trama mais complexa da sociedade, a qual corresponde aos elementos de participação dos indivíduos, tais como: os grandes sindicatos, os partidos políticos operários e populares, os jornais e o parlamento. O teórico não conheceu uma dinâmica da dimensão da complexidade das relações sociais no desenvolvimento da sociedade capitalista como Gramsci conheceu (COUTINHO, 2006).

Na noção de Estado amplo, são incorporados elementos que remetem a noção de sociedade civil. Assim, por Estado não entende só a coerção, ditadura, aparelho de governo, deve entender também os aparelhos privados de hegemonia ou sociedade civil<sup>54</sup>. Os aparelhos privados de hegemonia fazem parte do consenso do Estado, uma vez que este tem e pede o consenso, assim, educa o consenso através dos organismos privados – associações políticas e sindicais – deixados à iniciativa privada pela classe dirigente. (GRAMSCI, 2011).

Quanto ao conceito de sociedade civil, Gramsci aprofundou a concepção marxiana de sociedade civil, sendo entendido como momento estrutural. No entendimento de Carnoy (1994, p. 92) “Marx subordina claramente o Estado à sociedade civil, e é ela que o define e estabelece a organização e os objetivos do Estado, de acordo com as relações materiais de produção num estágio específico do desenvolvimento capitalista”. Na análise de Gramsci (2001a, 20-21),

Por enquanto, podem-se fixar dois grandes ‘planos’ superestruturais: o primeiro pode ser chamado de ‘sociedade civil’ (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como ‘privados’) e o da ‘sociedade política ou do Estado’, planos que correspondem, respectivamente, à

<sup>54</sup> Com o termo sociedade civil “Gramsci eleva a conceito um fato novo, uma nova determinação do Estado; e, ao fazê-lo, não elimina as determinações já apontadas por Marx, mas as inclui num complexo mais rico, no qual, ao lado dos aparelhos da ‘sociedade política’, aparecem agora também aqueles próprios da ‘sociedade civil’”. (COUTINHO, 2006, p. 34).

função de ‘hegemonia’ que o grupo dominante exerce em toda sociedade e àquela de ‘domínio direto’ ou ao comando, que se expressa no Estado e no governo ‘jurídico’.

Gramsci concebe a sociedade civil como o elemento chave para compreender o desenvolvimento capitalista que faz parte da superestrutura, onde estão expressos os complexos das relações ideológicas e culturais, bem como a vida intelectual e especificamente, a expressão política dessas relações que compõem o centro de análise (CARNOY, 1994).

Em contraposição ao economicismo e ao liberalismo e no propósito de desvendar a hegemonia da sociedade burguesa dentro da relação orgânica e dialética entre o econômico e o político-ideológico, Gramsci formula a teoria do Estado Ampliado (ABREU, 2011, p. 27, grifos originais, supressão nossa). A autora argumenta que,

Em sua concepção sobre o Estado ampliado, [...] atenta para o fato de as funções do Estado não se resumem às atividades coercitivas desenvolvidas pelo aparato do governo executivo e instituições jurídico-policiais ou *sociedade política* [...] mas inclui funções de consenso ou educativas a cargo dos organismos privados da sociedade civil.

Nessa perspectiva, são distintas duas formas de Estado em seu sentido amplo, sendo que essa relação é contraditória de negação e afirmação, onde possui um propósito ético, visto que na visão de Gramsci (1991, 2011), todo o Estado é ético porque tende a elevar a massa da população a um nível cultural correspondente às necessidades das forças produtivas, ou seja, tende a corresponder aos interesses das classes dominantes.

Quanto ao Estado ético ou cultural na conformação das massas ao interesse das classes dominantes, Gramsci situa duas atividades estatais importantes que correspondem a este aspecto: a escola na sua função educativa positiva e os tribunais, com função de educação repressiva e negativa. Mas que tende para esse fim uma multiplicidade de iniciativas e atividades privadas que formam o aparelho hegemônico das classes dominantes. No entanto, na realidade quem põe fim ao Estado é o grupo social, bem como o próprio fim com o intuito de atingir o Estado ético e assim, a criação de um organismo social unitário.

Gramsci desenvolve teoricamente a complexidade da sociedade e Estado, indo além dos jusnaturalistas e do próprio Marx, a partir da socialização da política no capitalismo tardio e da organização coletiva das massas. Para ele, o Estado consiste em um composto entre sociedade política e sociedade civil, “constituído como uma esfera privada ou não

estatal, ou seja, no conjunto de instituições e ou organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias”. (ROCHA; COSTA, 2017, p. 202). Na esfera da sociedade civil emerge forças de iniciativas econômicas, bem como de manifestações das forças ideológicas e culturais. É com a emergência desses elementos que Gramsci amplia o conceito de Estado. De acordo com as autoras, a noção de política do sardo é sinônima de hegemonia, socialização dos poderes, construção do consenso.

Os mecanismos que garantem a força e o consenso nessa relação são mediados pelos intelectuais, difundindo e entrelaçando as ideologias dominantes. Além disso, há ideia de esfera mediadora entre a estrutura econômica e o Estado em sentido restrito. Mesmo compreendendo a dimensão política do Estado, Gramsci salienta que ele não é neutro, ao contrário, trata-se de um Estado de classe. Nessa lógica, “a unidade histórica das classes dirigentes acontece no Estado e a história delas é, essencialmente, a história dos grupos de Estados” (GRAMSCI, 2002, p. 139).

Em linhas gerais, a relação entre sociedade civil e sociedade política são distinções analíticas/metodológicas do conceito de Estado. Conceitualmente, a sociedade política é caracterizada como: “[...] aparelho de coerção estatal que assegura ‘legalmente’ a disciplina dos grupos que não ‘consentem’, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais fracassa o consenso espontâneo”. (GRAMSCI, 2001a, p. 21).

O momento de unificação entre essas esferas ocorre quando o grupo social realiza sua supremacia, que consiste da dominação na sociedade política e da direção intelectual e moral na sociedade civil. Coutinho (1985, p. 61, grifos originais) afirma que as duas esferas se distinguem “pela *função* que exercem na organização da vida social e, mais especificamente, na articulação e reprodução das *relações de poder*”. Continua o autor, “as duas esferas servem para conservar ou transformar uma determinada formação econômico-social de acordo com os interesses de uma classe social fundamental no modo de produção capitalista”. Dessa forma, a sociedade civil e a sociedade política conformam uma dialética econômica, social e política<sup>55</sup>.

Para Gramsci, o Estado é composto por atividades práticas e teóricas onde a classe dominante, além de justificar e manter a dominação procura conquistar o consentimento ativo dos que ela governa. Nesse viés, toma corpo o exercício da hegemonia encorajada

---

<sup>55</sup> Santos (2012, p. 44, grifos originais) diz que na ampliação de Estado, Gramsci expõe a compreensão do Estado moderno, que “seria composto por uma *sociedade civil* e uma *sociedade política*, que compõem a superestrutura e uma *sociedade econômica*, que representa a estrutura. Essas três esferas, dialeticamente articuladas, comporiam a totalidade social.”.

de coerção. O teórico foi o que melhor apreendeu a nova relação entre Estado e sociedade no desenvolvimento capitalista no século XX, seja o Estado fascista, Keynesiano, Social Democrata ou Bolchevique, ele descreve como se desenvolve a ampliação do Estado e suas novas funções. (LIGUORI, 2003 apud ROCHA e COSTA, 2017).

Nesse entendimento, “Entre a estrutura econômica e o Estado com sua legislação e sua coerção, está a sociedade civil [em que] o Estado é o instrumento para adequar a sociedade civil à sociedade econômica” (LIGUORI, 2003 apud ROCHA; COSTA, 2017, p. 205 supressões originais). No composto da relação sociedade civil e Estado, há mediatização pelos planos superestruturais (sociedade civil e sociedade política), onde no mundo da produção, é intermediada pela função dos intelectuais.

Na esfera do Estado são situados o aparelho de governo e o aparelho privado de hegemonia. Por aparelho de governo tem-se o aparelho militar e aparato jurídico, já o aparelho privado de hegemonia ou sociedade civil, que no seu pensamento corresponde ao conjunto das organizações responsáveis pela elaboração das ideologias, formado por igrejas, sistema escolar, partidos políticos, sindicatos, organizações profissionais, organização material da cultura da informação, entre outros. Essa esfera constitui o espaço onde se manifestam a organização e a representação dos interesses dos grupos sociais, da difusão de valores, da cultura, da ideologia, é onde se confrontam os diversos projetos societários.

A partir dessas colocações, entende-se o Estado a partir da distinção metodológica, mas que formam uma unidade e impede uma distinção orgânica entre Estado e sociedade civil, embora ambos sejam conceitualmente distintos.

Esta consciência metodológica do autor não separa organicamente [...] o Estado da sociedade civil, como também a estrutura da superestrutura, mas lhe permite captar o novo papel que a esfera política adquiriu, tanto na produção econômica, quanto na composição de classe, existente na sociedade, onde, na prática, elas podem se mesclar. (ROCHA; COSTA, 2017, p. 204, supressão nossa).

O sentido geral de Estado está relacionado ao conjunto de normas e aparelhos de domínio, poder e manutenção de privilégios de uma determinada classe social, – classe burguesa. Gramsci (2011) enfatiza essas questões de legitimação de poder, da organização coercitiva, mas ressalta a esfera do consenso – a sociedade civil.

De acordo com o entendimento de Gramsci, na ampliação do conceito de Estado entram os elementos da hegemonia como o conjunto de força e consenso. Nisto há

possibilidade da “terceira via”, que é a hegemonia no momento da sociedade civil, percebendo como parte do Estado ampliado.

Sobre a relação do Estado e sociedade civil, explicita-se esta última como o conjunto das associações sindicais, políticas e culturais designadas organismos privados que fazem parte da superestrutura enquanto elementos da hegemonia. Então, “a sociedade civil é superestrutura, e representa o fator ativo e positivo do desenvolvimento; é o complexo das relações ideológicas e culturais, a vida espiritual e intelectual”. (ROCHA; COSTA, 2017, p. 212).

Portelli (2002) estabelece uma ligação entre os intelectuais na relação sociedade política e sociedade civil. São eles que elaboram as ideologias das classes dominantes, conferindo consciência e transformando em concepção de mundo que interfere em todo o corpo social. Na difusão das ideologias, estes se encarregam de gerir a estrutura ideológica da classe dominante nas organizações privadas de hegemonia. Ao mesmo tempo em que são agentes da sociedade política, se encarregam da gestão do aparelho do Estado e da força armada. Logo, percebe-se que os intelectuais também conformam o vínculo orgânico entre as esferas da sociedade política e sociedade civil.

Ainda sobre o entendimento de sociedade civil no pensamento gramsciano, Coutinho (2006, p. 41) traz algumas conclusões: a sociedade civil como esfera do Estado ampliado é um espaço de relações de poder, mesmo que seja espaço dotado de autonomia em relação a sociedade política; Gramsci não apresenta uma visão dualista e maniqueísta, sendo a sociedade civil como elemento positivo e o Estado como negativo, “a sociedade civil nunca é homogênea, mas se apresenta como uma das principais arenas da luta de classes e, portanto, como palco de intensas contradições”; ela é um momento da “superestrutura político-ideológica”.

A exposição das discussões dessas categorias é considerada importante para fundamentação teórica da análise para os capítulos seguintes. Tais categorias explicitam o pensamento político de Gramsci em reconhecer e revelar características gerais de uma situação e época histórica, com um raciocínio abstrato sem perder de vista os elementos concretos.



### **3. CATEGORIAS GRAMSCIANAS:** um panorama dos programas de pós-graduação na área de Serviço Social no nordeste

Para prosseguir na caracterização e panorama dos Programas de Pós-Graduação na área de Serviço Social, é interessante o destaque para uma breve situação da pós-graduação brasileira a partir do diálogo com o V e VI Plano Nacional de Pós-Graduação. Posteriormente, introduz-se o presente capítulo.

A primeira questão sobre a pós-graduação brasileira refere-se à necessidade de investimento na titulação de docentes que atuam nas IES-Instituição de Ensino Superior tendo como parâmetro a melhoria do ensino. Os dados apresentados no documento requisitam a necessidade da capacitação de docentes tanto para a educação básica quanto para a superior, constituindo uma tarefa central da pós-graduação brasileira, contida no V Plano Nacional de Pós-Graduação (2004).

Em 2004 é anunciado o V Plano Nacional de Pós-Graduação 2005-2010 (PNPG) que consta o financiamento estatal na consolidação de mestrados profissionalizantes e elege como objetivos o fortalecimento da base científica, tecnológica e de inovação; a formação de docentes para todos os níveis de ensino; a formação de quadros profissionais para o mercado não acadêmico. Hostins (2006, p. 149) salienta o seguinte quadro:

Mediante detalhado diagnóstico e análise evolutiva da situação da pós-graduação no Brasil, o documento do V PNPG indica a expansão do sistema em quatro vertentes: a capacitação docente para o Ensino Superior, a qualificação dos professores da Educação Básica, a especialização de profissionais para o mercado de trabalho público e privado e a formação de técnicos e pesquisadores para empresas públicas e privadas.

Mesmo com crescimento no número de cursos e de egressos na pós-graduação, o documento reforça, para a primeira metade de década de 2000, a necessidade da formação de quadros docentes para atuarem em vários níveis de ensino. Evidencia o aumento de titulação de mestres e doutores; a evolução do número de docentes na pós-graduação no período de 1987 a 2003; expressivo crescimento de cursos nas grandes áreas de conhecimento tanto em nível de mestrado quanto no doutorado; aumento de concessão de bolsas de estudo; elevação dos índices de produtividade; e produção intelectual por meio de publicações em periódicos nacionais, internacionais e anais de conferências.



Ao observar estes dados, a proposta do V PNPG (2004) é bem promissora no tocante a formação de docentes e nos investimentos na pós-graduação, inclusive através de estímulos à cooperação internacional por meio das universidades e a institucionalização do intercâmbio entre professores e alunos. Por outro lado, Hostins (2006) comenta que a avaliação no Plano enfatiza a qualidade e excelência dos resultados, cuja avaliação é aferida pela qualidade da produção científica e tecnológica dos grupos de pesquisa, valorizando também o número de doutores titulados com saída direto da Iniciação Científica para o Doutorado e a interação da pós-graduação com o setor empresarial, como indicativo de maior inserção do Programa na sociedade.

Quanto ao VI Plano Nacional de Pós-Graduação (2011-2020), traz uma crítica contundente aos mestrados acadêmicos, que deveriam ser de curta duração e direcionados a formação de doutores como afirma existir em todo o mundo, visando uma formação adicional para melhor preparo dos estudantes para o mercado de trabalho (BRASIL, 2010). Os dados revelam um aumento no número de alunos inscritos nos programas de doutorado e de mestrado.

Informações registradas no Plano indicam que a pós-graduação brasileira é “estória” de inegável sucesso, já que a universidade pública tem investido num sistema de formação de mestres e doutores com uma vasta produção de conhecimento de qualidade invejável, alimentando com quadro qualificado o mercado de trabalho, além de inserir o país no mapa internacional da produção científica. Em suma, na área da pós-graduação em Ciências Sociais e Humanidades, a estratégia até 2020 é superdimensionar o mestrado acadêmico, já que o produto na área é de fato uma tese, o que implica significativo investimento em pesquisa e em tempo. Dessa forma, a CAPES redesenha políticas para limitar a duração para pouco mais de dois anos.

As advertências do documento são de que o mestrado acadêmico não esteja direcionado à qualificação de profissionais para o mercado de trabalho e tenha o propósito exclusivo na formação de doutores. O mestrado profissionalizante não logrou êxito no atendimento de uma demanda potencial que tenderia a aumentar de acordo com o crescimento econômico do país (BRASIL, 2010). Segundo o documento,

O mestrado brasileiro, acadêmico ou profissionalizante, não tem equivalente em outros países com sistemas de pós-graduação desenvolvidos e pujantes. Já é tempo, de aproximá-lo dos modelos em funcionamento nos países que contam do ponto de vista da produção de conhecimentos e quadros de alto nível. (BRASIL, 2010, p. 21).

Com esses dados, revela-se a tendência de investimento em pós-graduação que siga modelos de referência internacional, sendo necessário, nesse caso, reformular os cursos de graduação, vez que encontram empecilho devido o conservadorismo dos Conselhos de Educação e de Graduação das universidades, então a lógica de revolucionar o mestrado seria um curso de especialização ou profissionalização de alto nível, com duração não superior a um ano e submetidos a critérios de credenciamento e de avaliação de qualidade (BRASIL, 2010).

No geral, há alguns pontos impulsionadores da pós-graduação, tais como o aumento da diversidade do sistema da pós-graduação, com diferentes estratégias de avaliação bem como de desenvolvimento de pesquisa; internacionalização da publicação científica; ampliação da internacionalização. De fato, são pontos de exigência de uma pós-graduação competitiva e submetida a determinados critérios de avaliação, na qual, pesa o índice de produtividade acadêmica, mas e o Serviço Social, onde se insere nesse quadro?

É evidente que a pós-graduação na área de Serviço Social tem crescido, como aponta os relatórios de avaliação de área, revelando uma maturidade e vasta produção intelectual, que acompanha o movimento da realidade, donde retira substâncias para suas análises críticas e fecundas. Na discussão realizada por Amaral (2012, p. 233), o que se observa com o último Plano é o favorecimento da integração da pós-graduação com a sociedade e o setor empresarial, com estímulo ao *ethos* empreendedor entre os docentes, configurando uma nova conjuntura acadêmica, levando o pesquisador docente a “[...] participar da inserção do resultado de sua pesquisa no mercado produtivo.”.

Na trilha da relação com o Serviço Social implica na flexibilização dos cursos inter e multidisciplinares sem significar reserva de mercado. O PNPG prioriza a internacionalização da pós-graduação como um dos vetores do Plano e privilegia as áreas das Engenharias, Saúde e Biológicas. Ao Serviço Social, enquanto partícipe das Ciências Sociais, comparecem questões, que de acordo com Amaral (2012) precisam ser problematizadas, já que a divisão técnica e social do conhecimento pode ampliar os níveis de desigualdades entre os programas e as regiões, assim como o parâmetro mais exigente de avaliação da área.

A autora salienta uma preocupação no tocante a ampliação dos mestrados profissionalizantes pela agenda da CAPES, o que no âmbito do Serviço Social leva a debates e embates. No tocante a consolidação da pós-graduação em Serviço Social, comenta sobre a qualificação do corpo docente e do crescimento e amadurecimento da

produção intelectual e consolidação de grupos de pesquisas. Ao invocar sobre a produção de conhecimento, reconhece

[...] a pesquisa no Serviço Social como dimensão fundamental da produção de conhecimento. Produção esta que seja capaz de responder às problemáticas concretas que as classes trabalhadoras demandam à profissão, mediante o recurso dos fundamentos históricos e sociopolíticos que buscam fortalecer a direção social estratégica da profissão. (AMARAL, 2012, p. 235-236).

Por último e fechando o parêntese da pós-graduação e o Serviço Social, sob os argumentos da autora há que se pensar em áreas de pesquisa que interessam ao Serviço Social sem significar o engessamento de temas estudados e reafirmar a pós-graduação em Serviço Social como um papel importante na formação qualificada de docentes e pesquisadores tendo como parâmetros os princípios que dão sentido a direção social estratégica da profissão.

Neste capítulo são apresentadas informações referentes aos Programas de Pós-Graduação na área de Serviço Social. Inicialmente, é traçado um breve panorama acerca da pós-graduação na área de Serviço Social através de extração de dados do Relatório de Avaliação Quadrienal da CAPES do ano de 2017; a partir de pesquisas nos sites das universidades e das informações extraídas da 180ª reunião do Conselho Técnico da CAPES, é apresentada uma breve caracterização dos programas, com destaque para o início dos cursos, conceito CAPES, área de concentração, linhas de pesquisa e o levantamento das teses e/ou dissertações identificadas em cada programa que se apropriaram do pensamento gramsciano. Dessa forma, essas informações condensam o primeiro item deste capítulo.

No segundo item é apresentado um panorama das temáticas trabalhadas nas dissertações e teses que fazem uso de categorias gramscianas. É fundamental ressaltar que a construção desse item envolveu os trabalhos que não fazem parte da amostra. A elaboração do panorama consistiu na exposição das temáticas trabalhadas pelos autores nas teses e dissertações, a partir da escolha de dois trabalhos por tema, com a proposta de evidenciar o objeto de pesquisa, as categorias gramscianas identificadas e citações de trechos pertinentes relacionados as categorias. Esse movimento proporcionou uma aproximação mais efetiva com os dados empíricos que são submetidos a uma análise mais ampla no capítulo seguinte.

### **3.1. Panorama dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social**

O Serviço Social não possui *status* de ciência, mas não anula a possibilidade de produzir conhecimento científico no campo das ciências sociais e humanas, num conjunto articulado de teoria e prática. A produção de conhecimento pelo Serviço Social é concomitante a produção em outras áreas das Ciências Sociais. A partir dos anos 1980 a profissão se afirmou como interlocutora junto às demais áreas do conhecimento e começou a responder pela sua própria produção teórica.

A pesquisa é elemento constituinte e constitutivo da profissão, pois, se caracteriza como um exercício sistemático de indagação da realidade observada, assim como busca o conhecimento que ultrapassa o entendimento imediato. É pré-requisito do perfil profissional do assistente social, já que possibilita a sistematização de uma determinada realidade social e apreensão das diversas conexões existentes na mesma. A observação da realidade é vista por Lara (2007) como algo que advém da objetividade social, que necessita de conhecimento para seu desvendamento. Considerando a objetividade da pesquisa é possível dizer o seguinte:

Não é raro encontrar pesquisas, sobretudo no meio acadêmico, que tratam de problemas remotos e são destituídas de interpretação mais ampla e acurada. Muitas são as que se voltam para a elaboração do conhecimento apenas como conhecimento, isto é, um conhecimento que vagueia pela realidade sem contudo dar conta dela no concretismo da sua história. (SETUBAL, 1995, p. 34 apud LARA, 2007, p. 75).

O Serviço Social tem em sua trajetória a pesquisa e produção do conhecimento como elemento inerente a consolidação da profissão e desde os anos de 1980 a categoria responde pela sua própria produção de conhecimento, dando sustentação a sua prática profissional. A pesquisa e consequente produção de conhecimento no âmbito da profissão requisita o aprofundamento teórico-metodológico como meio para a investigação da vida social.

A produção do conhecimento em Serviço Social se intensifica como desdobramento do processo de renovação profissional e principalmente com o início dos cursos de pós-graduação na década de 1970, em diferentes regiões do país. Em 1970 tem início o curso de mestrado da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ); em 1972, o da Pontifícia Universidade Católica São Paulo (PUC-SP); e em 1976, o da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), todos situados na região sudeste. Na região sul, em 1977 é criado o mestrado na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Quanto ao nordeste, em 1978 tem início o mestrado da Universidade Federal da Paraíba

(UFPB) e em, 1979, o da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) (CAPES, 2017). Quanto ao curso de doutorado, o primeiro foi instituído na PUC-SP no ano de 1980 e não foram criados outros programas na área nesta década.

A partir dos anos de 1990 há expansão dos cursos de pós-graduação em Serviço Social, resultado do amplo processo de renovação acadêmica e profissional crítica que ocorre no Brasil e na América Latina desde as décadas anteriores, rompendo com o legado tradicional da profissão. A partir desse momento, o Serviço Social volta-se a análise da questão social e das esferas econômicas, sociais e culturais das relações Estado e sociedade civil, “tal como se expressam na vida cotidiana de distintos segmentos das classes subalternas, em suas relações com o bloco no poder e com as iniciativas coletivas pela conquista, efetivação e ampliação dos direitos sociais”. (CAPES, 2013, p. 4).

Nos anos de 1990-2000, segundo documento da CAPES (2017), expandem-se os cursos nas universidades federais sob influência e fortalecimento de dois fatores: a aprovação da revisão curricular pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS e pela integração de muitos cursos confessionais de Serviço Social ao sistema federal de ensino superior entre as décadas de 1960/1970. Essa expansão continua nos anos seguintes, pois em 2014 já se somavam 33 programas, sendo 16 com doutorado (CAPES, 2017). Observa-se que no ano de 2017 um curso de doutorado foi aprovado em Juiz de Fora (UFJF) e em 2018, três programas de mestrado em Serviço Social foram aprovados pela CAPES, sendo dois cursos no estado da Bahia, Universidade Federal da Bahia e Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFBA e UFRB) e um no estado de Tocantins (Universidade Federal de Tocantins)<sup>56</sup>. De acordo com consulta à página da CAPES, em 19 de março de 2019<sup>57</sup>, atualmente a área conta com 36 programas de pós-graduação, sendo que 16 programas ofertam somente cursos de mestrados e 20 programas ofertam mestrado e doutorado.

Os relatórios de Área de Avaliação da CAPES (2013, 2017) enfatizam a qualidade da pós-graduação em Serviço Social, possui larga articulação com outras áreas de conhecimento, principalmente as que têm arcabouço teórico na área das humanidades. Esse aspecto contribui na qualificação do corpo docente com a presença de pesquisadores de diferentes áreas de formação, como a Sociologia, Educação, História, Economia entre

<sup>56</sup> Cursos aprovados na 180ª reunião do Conselho Técnico Científico da Educação Superior da CAPES. <http://www.capes.gov.br/avaliacao/entrada-no-snpq-propostas/mestrado-profissional/resultados>. Acesso em: 23 Mar. de 2019.

<sup>57</sup> Informação disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos?les.jsf?areraAvaliacao=32&areaConhecimento=61000000>. Acesso em: 19 Mar. de 2019.

outros. Há uma consolidação da área de forma contínua, quando se observa a titulação do corpo docente composto por doutores, alguns com pós-doutorado realizado no Brasil e no exterior, bem como “na ampliação de convênios e intercâmbios acadêmicos com instituições nacionais e internacionais; na constituição e fortalecimento de grupos e núcleos de pesquisa consolidados e produtivos; na crescente inserção internacional de programas”. (CAPES, 2013, p. 5).

A interdisciplinaridade se coloca no Serviço Social na interação com outras áreas de formação, possibilitando a análise mais ampliada da dinâmica capitalista e das diferentes demandas postas à profissão. Em relação à formação, a interdisciplinaridade oferece uma perspectiva ampla de análise da realidade social.

Em termos de internacionalização<sup>58</sup>, o Serviço Social tem interlocução com programas localizados na Europa e tem contribuído no processo de criação e consolidação da pós-graduação na América Latina (CAPES, 2013). Outro ponto destacado é a solidariedade e nucleação com estudantes de vários países americanos e europeus, bem como dos intercâmbios de cooperação científica entre os vários países da Europa, Ásia, América Latina e África (CAPES, 2017).

Ainda na década de 1980 o Serviço Social é reconhecido pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico enquanto área de conhecimento e no mesmo período expandem-se os cursos de pós-graduação nas Universidades (LARA, 2007). Posteriormente, a interlocução do Serviço Social com outras áreas das Ciências Sociais contribuiu na intensificação da sua produção e no reconhecimento científico do Serviço Social enquanto perspectiva de análise do real através de um conjunto de intelectuais da categoria que desponta no cenário do saber, havendo, portanto, a consolidação na década de 1990.

O relatório quadrienal de avaliação de área 2013-2016 da CAPES, documento oficial divulgado em 2017, apresenta a localização dos programas de pós-graduação da área da seguinte forma:

[...] 34 Programas estão assim distribuídos espacialmente: 12 na região Sudeste (36,4%), 11 na região Nordeste (33,3%), 05 na região Sul (15,2%), 03 Programas na região Centro-Oeste (9%) e 02 na região Norte

---

<sup>58</sup> Na avaliação CAPES (2017, p. 57), a internacionalização é vista como “um processo que deve ser ampliado e aprofundado considerando sua centralidade na disseminação e troca de conhecimento, a área valoriza estratégias para alcançar maior consolidação de uma posição de destaque no cenário internacional reafirmando o Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro”.

(6%). Assim, 69,7% dos Programas se concentram nas regiões sudeste e nordeste. (CAPES, 2017, p. 4).

Esses dados oficiais divulgados em 2017 já sofreram alteração com aprovação de novos cursos nos anos subsequentes, mas por expor dados informativos importantes situando a pós-graduação, está sendo utilizado como referência para traçar o panorama da pós-graduação na área de Serviço Social.

De acordo com os dados do Relatório da Avaliação Quadrienal, há liderança das universidades públicas (78,8%), seguidas das universidades comunitárias (14,7%) e instituições privadas (2,9%). Registra também que, do quantitativo de instituições públicas, 20 são Universidades Federais e 08 Universidades Estaduais. Em 2016, o Serviço Social contava com 18 cursos de doutorados e 34 cursos de mestrados, todos acadêmicos. Esse número aumentou para 20 programas ofertando mestrado e doutorado e 16 programas com oferta só de mestrado, conforme citado em parágrafos anteriores.

Quanto à distribuição dos programas por área básica no ano de 2016, tem-se em números: 23 em Serviço Social (67,6%); 06 em Política Social (17,6%); 03 em Políticas Públicas (8,8%) e 02 em Economia Doméstica (5,9%) (CAPES, 2017). O relatório destaca que, com exceção dos dois Programas de Economia Doméstica, os demais programas possuem interlocução com objeto do Serviço Social e suas interfaces com a política social e políticas públicas.

No que diz respeito a produção do conhecimento, os programas em Serviço Social têm contribuído com pesquisas científicas cujo foco tem sido a questão social e políticas sociais na contemporaneidade, o que representa avanço da dimensão teórico-metodológica. Segundo revela o relatório:

[...] merece destaque a contribuição que a produção do Serviço Social vem trazendo para as Ciências Sociais em geral, ao eleger como objeto de estudo temas de grande relevância na atualidade como: trabalho, reestruturação produtiva, Proteção Social, Seguridade Social, avaliação e análise de políticas e programas sociais. Destacam-se igualmente como temas de estudo aspectos sociais relacionados ao envelhecimento, terceiro setor, migrações, voluntariado, além da priorização do estudo sobre criança e adolescente, entre outros. Essa produção também expressa a crescente preocupação com os problemas sociais brasileiros, decorrentes dos elevados índices de desigualdade social e pobreza, realçando a importância do Serviço Social contemporâneo na apreensão e no trato das questões nacionais, regionais e locais. (CAPES, 2017, p. 7-8).



O documento ainda traz um dado positivo sobre a pós-graduação em Serviço Social: uma área de conhecimento consolidada. São 45 anos desde a criação do primeiro curso (1972), a clareza do compromisso com os princípios éticos e políticos do Serviço Social e a maturidade da internacionalização e intercâmbios internacionais tanto no âmbito americano quanto nos demais continentes.

Salienta-se que em 2018 foram aprovados dois programas (mestrado) em Serviço Social no nordeste, ambos no estado da Bahia, sendo um programa na Universidade Federal da Bahia (UFBA) e o outro na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). O Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da UFBA possui área de concentração em “Serviço Social, Trabalho e Diversidade Humana” e duas linhas de pesquisa: “Questão Social e Diversidade Humana”; “Teoria Social, Trabalho e Serviço Social”<sup>59</sup>. Já o da UFRB, vinculado ao Centro de Artes, Humanidades e Letras – CAHL, com o Programa de Pós-Graduação em Política Social e Territórios (POSTERR), tem como área de concentração “Serviço Social e Políticas Sociais”. As linhas de pesquisas do Programa se distribuem em duas: “Políticas Sociais, Territórios e Estado”; “Trabalho, Direitos e Serviço Social”<sup>60</sup>.

A região nordeste contabiliza 12 programas – em março de 2019 – com a aprovação dos dois citados anteriormente. Mas, a pesquisa que fundamenta a dissertação considerou os 10 programas em funcionamento em 2018, como mostra o Quadro 04 abaixo. É importante chamar atenção para um episódio: no Relatório Quadrienal da CAPES de 2017 consta a existência de 11 programas de pós-graduação na área de Serviço Social do nordeste. Mas, ao final do relatório são apresentados em anexo os programas que fizeram pedidos de reconsideração, assim como o seus respectivos resultados. Com isso, após análise da comissão de avaliação, a Universidade Federal Rural de Pernambuco obteve nota 2. Por essa razão, o Programa Mestrado em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social – Economia Doméstica – vinculado a essa universidade não foi incluído no campo empírico da pesquisa, assim como os dois programas aprovados em 2018, embora estes últimos estejam ilustrados no Quadro 04.

<sup>59</sup> Informação disponível em: <https://sipos.ufba.br/ppgss/2019.1.jsessionid=7D565EBAC3A7D5C998A5ED7C5E3D9A1D>. Acesso em: 10 Jan. 2019.

<sup>60</sup> Informação disponível em: <https://ufrb.edu.br/portal/noticias/5359-ufrb-abre-selecao-para-aluno-regular-do-mestrado-em-politica-social-e-territorios> e <https://www.ufrb.edu.br/cahl/cursos-de-pos-graduacao>. Acesso em: 19 Dez. de 2018.



**Quadro 04** – Programas de Pós-Graduação na área de Serviço Social no nordeste

Nº	Universidade	Cursos	Conceito CAPES	Ano de criação
01	Universidade Federal do Maranhão (UFMA)	Mestrado e Doutorado	6	1993
02	Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPI)	Mestrado e Doutorado	4	2002
03	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	Mestrado e Doutorado	6	1979
04	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	Mestrado e Doutorado	4	2000
05	Universidade Federal de Alagoas (UFAL)	Mestrado e Doutorado	4	2004
06	Fundação Universidade Federal de Sergipe (FUFSE)	Mestrado	3	2011
07	Universidade Federal da Paraíba/João Pessoa (UFPB)	Mestrado	3	1978
08	Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)	Mestrado	3	2013
09	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)	Mestrado	3	2014
10	Universidade Estadual do Ceará (UECE)	Mestrado	3	2012
11	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)	Mestrado	-	2018
12	Universidade Federal da Bahia (UFBA)	Mestrado		2018

Fonte: Elaborado com base no relatório quadrienal da CAPES (2017) e dados da 180ª reunião do Conselho Técnico da CAPES (2018).

Assim, em relação ao objeto e campo empírico da pesquisa, importa saber dos programas de pós-graduação na área de Serviço Social no nordeste em nível de mestrado e doutorado, cujas teses e dissertações tenham exercido diálogo com o pensamento de Antonio Gramsci. Existem 12 cursos de programas pós-graduação na área de Serviço Social em funcionamento no nordeste, dos quais, 05 possuem mestrado e doutorado e 07 ofertam apenas mestrado, conforme quadro acima. Registra-se que a Universidade Federal de Alagoas e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte iniciaram as primeiras turmas de doutorado em 2017, portanto, ainda não têm teses defendidas e não compõem a amostra.

Conforme o Quadro 04 é possível observar os anos de criação dos cursos e a diferença de conceitos dos cursos de pós-graduação no nordeste. Quanto ao ano de criação, a UFPB é a mais antiga, seguida da UFPE, ambas da década de 1970, no entanto, a primeira permanece com curso de mestrado e conceito 3, enquanto a UFPE tem cursos de mestrado e doutorado e conceito 6.

Nota-se também que nos anos 2000 teve um aumento na criação de seis novos cursos, especialmente a partir da primeira década, o que reverbera na qualificação e capacitação de profissionais de Serviço Social e a ampliação da pós-graduação no nordeste, tanto em nível de mestrado quanto de doutorado.

Em relação ao conceito, cinco programas tanto de universidade federais quanto estaduais mantêm o conceito 3, tendo como referência o Relatório de Avaliação Quadrienal publicada no ano de 2017, podendo variar nas próximas avaliações de área da CAPES. Chama a atenção para a UFPB, que ainda mantém esse conceito, apesar de ser a mais antiga na criação do curso de pós-graduação na área. Das universidades que tem cursos de mestrado e doutorado – UFMA, UFPE, UFPI, UFAL e UFRN –, as três primeiras possuem conceito 6 e as outras duas conceito 4.

A delimitação da amostra teve como base os programas com teses e dissertações defendidas até o ano de 2017, o que envolveu três programas: UFPE, UFPI e UFMA, cuja proposta é a discussão mais acentuada com as categorias mais identificadas durante o levantamento documental. O próximo item traz uma pequena caracterização dos programas que fazem parte da amostra.

### **3.2. Caracterização dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social que compõem a amostra – UFMA, UFPE, UFPI**

Para esse item foi pensado uma caracterização dos programas da amostra do estudo considerando as seguintes informações: conceito CAPES, ano de criação, área de concentração e a quantidade de trabalhos identificados que realizou o diálogo com as categorias gramscianas. Os trabalhos identificados estão apresentados em dois quadros, sendo um para teses e outro para dissertações. Reafirma-se que a amostra foi constituída para dar destaque as categorias mais frequentes.

#### **● Universidade Federal do Maranhão**

O Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PGPP)<sup>61</sup> foi instituído em 1993, possui conceito CAPES 6, é de caráter interdisciplinar e interdepartamental, orientando-se pelo objetivo geral de formar recursos humanos em nível de pós-graduação para refletir e intervir criticamente na realidade social, no campo das políticas públicas, seja

<sup>61</sup> [https://sigaa.ufma.br/sigaa/public/programa/apresentacao\\_stricto.jsf?lc=pt\\_BR&idPrograma=893](https://sigaa.ufma.br/sigaa/public/programa/apresentacao_stricto.jsf?lc=pt_BR&idPrograma=893): Disponível em: <https://tede.ufma.br/jspui/handle/tede/708/simple-search?filterquery=CIENCIAS+SOCIAIS+APLICADAS&filtername=cnpq&filtertype>equals>  
Acesso em: 27 Ago. 2019.

na vida acadêmica, seja em órgãos governamentais ou da sociedade civil. O programa abrange profissionais das áreas de Educação, Economia, Direito, Serviço Social.

O programa em Políticas Públicas da UFMA possuem duas áreas de concentração com diferentes linhas de pesquisa. Na área de concentração “Políticas Públicas e Movimentos Sociais” estão inseridas as linhas de pesquisa: “Estado, Cultura e Políticas Públicas”; “Desenvolvimento, Questão Agrícola e Agrária e Meio Ambiente”; “Estado, Questão Urbana e Políticas Públicas”; “Estado, Trabalho e Políticas Públicas”; “Direitos Fundamentais e Políticas Públicas”. Na segunda área de concentração “Políticas Sociais e Programas Sociais” seguem as linhas de pesquisa: “Avaliação de Políticas e Programas Sociais”; “Seguridade Social: Política de Saúde, Política de Assistência Social e Previdência Social”; “Política Social e Serviço Social”; “Violência, Família, Criança, Idoso e Gênero”.

**Quadro 05** – Universidade Federal do Maranhão: teses identificadas (2007-2015)

Nº	Título	Categorias identificadas	Ano
01	Estado, mídia e oligarquia: poder público e meios de comunicação como suporte de um projeto político para o Maranhão	Intelectuais, Estado ampliado, hegemonia, americanismo e fordismo, jornalismo	2007
02	Da tragédia urbana à farsa do urbanismo reformista: a fetichização dos planos diretores participativos	Intelectuais, hegemonia	2009
03	Burocratização no neoliberalismo: ambivalências na implementação das políticas educacionais brasileiras a partir dos anos 1990	Estado	2009
04	Educação a Distância e fetichismo tecnológico: Estado e capital no projeto de ensino superior no Brasil	Escola única, democracia	2011
05	Rupturas e continuidades da assistência social: da benemerência ao direito – uma incursão no Brasil e no Maranhão	Sociedade civil	2012
06	Pesquisa na formação profissional em Serviço Social no Brasil em tempos de contrarreforma da educação superior: expressões particulares no Maranhão	Ação/Igreja Católica, religião	2013
07	Benefício de Prestação Continuada e o direito a assistência social: legitimidade dos condicionantes de concessão do BPC ao idoso e ao deficiente em Teresina (PI)	Estado: coerção e consenso, hegemonia, intelectual orgânico	2014
08	Da “política de instante” à “política para o instante”: uma crítica de políticas públicas de lazer no Brasil	Estado ampliado, hegemonia, sociedade política, sociedade civil	2015

Fonte: Elaboração própria com base no levantamento documental (2018).

Do conjunto de oito teses, as intituladas Da ‘política de instante’ à ‘política para o instante’: uma crítica de políticas públicas de lazer no Brasil (2015); Estado, mídia e oligarquia: poder público e meios de comunicação como suporte de um projeto político para o Maranhão (2007) foram selecionadas para composição da amostra tendo em vista atender aos passos especificados na introdução desta pesquisa. O quadro na sequência enfoca as dissertações identificadas da UFMA.

**Quadro 06** – Universidade Federal do Maranhão: dissertações identificadas (2007-2016)

Nº	Título	Categorias identificadas	Ano
01	O trabalho voluntário e a responsabilidade social empresarial: a expropriação do tempo livre como uma estratégia de envolvimento cooptado do trabalhador	Americanismo	2007
02	Fome de programas de leitura: o PROLER e a dimensão político-ideológica da leitura	Educação, hegemonia	2008
03	Cultura popular e poder político no Maranhão: contradições e tensões do bumba-meu-boi no governo Roseana Sarney	Cultura, hegemonia, senso comum	2008
04	Traços desejanter da cidade: o apelo pela modernização em São Luís (1889-1970)	Correlação de forças	2012
05	Utopia da emancipação humana na Colômbia: os sindicatos e os partidos de esquerda no período 2002-2010	Partidos, intelectuais, emancipação política/humana	2014
06	O público e privado na política de saúde: reflexões da publicização da gestão de serviços médico-hospitalar do Hospital Dr. Carlos Macieira no período de 1997 a 2006 em São Luís/MA	Estado ampliado	2014
07	O Trabalho dos/das assistentes sociais no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS): entre as normas e a precarização nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) de São Luís/MA	Educação, hegemonia, cultura	2014
08	O acesso à informação pública e as novas tecnologias de informação e comunicação sob o neoliberalismo no Brasil: os portais de transparência como instrumento ideológico	Americanismo e fordismo, Estado, superestrutura	2015
09	As contradições do desenvolvimento urbano em São Luís: a experiência da Vila Velha de Vinhais com a construção da avenida via expressa	Americanismo e fordismo	2015
10	Direito à saúde e orçamento público: o protagonismo político do Poder Judiciário no cenário maranhense (2011 a 2014)	Direito e sociedade civil	2016

Continuação quadro 06

Nº	Título	Categorias identificadas	Ano
11	A radiodifusão comunitária na luta pela democratização da comunicação: a experiência em São Luís-Maranhão das rádios bacanga FM e conquista FM	Democracia, classes subalternas, luta de classes, intelectuais, guerra de posição, mídia, hegemonia, comunicação	2016
12	Programa Nacional de integração da educação profissional com a educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos (PROEJA): uma avaliação de impactos nas condições de trabalho e renda dos egressos no município de Açailândia – MA	Escola única	2016

Fonte: Elaboração própria com base no levantamento documental (2018).

Do total de 12 dissertações, duas formam o campo de análise do estudo, são elas: A radiodifusão comunitária na luta pela democratização da comunicação: a experiência em São Luís-Maranhão das rádios bacanga FM e conquista FM (2016); Utopia da emancipação humana na Colômbia: os sindicatos e os partidos de esquerda no período 2002-2010 (2014).

Quantitativamente, as teses e dissertações identificadas na UFMA que possuem interlocução com o pensamento de Gramsci somam um total de 20 trabalhos, sendo oito teses e doze dissertações, entre os anos de 2007 a 2016, das quais, quatro (duas teses e duas dissertações) integram a amostra do estudo.

#### ● **Universidade Federal de Pernambuco**

O Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS)<sup>62</sup> tem início em 1979 com o curso de mestrado e oferta o doutorado desde 1999. Avaliado com o conceito CAPES 6, tem como área de concentração “Serviço Social, Movimentos Sociais e Direitos Sociais” para os dois cursos. As linhas de pesquisa são: “Estado, políticas sociais e ação do Serviço Social”; “Serviço Social, trabalho e questão social”; “Serviço Social, ação política e sujeitos coletivos”; “Serviço Social, ética e direitos humanos”; “Relações sociais de gênero, geração, raça, etnia e a família”; “Capitalismo contemporâneo, questão ambiental e Serviço Social”. O quadro abaixo sintetiza o levantamento documental de teses identificadas entre o período de 2003 a 2016.

<sup>62</sup> Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/215>. Acesso em: 27 Ago. 2019

**Quadro 07** – Universidade Federal de Pernambuco: teses identificadas (2003-2016)

Nº	Título	Categorias identificadas	Ano
01	Maracatu Rural: luta de classes ou espetáculo? (Um estudo das expressões de resistência, luta e passivização das classes subalternas)	Cultura popular, classes subalternas, classes sociais, hegemonia, trabalho	2003
02	Os desafios da Gestão Democrática da Sociedade (em diálogo com Gramsci)	Classes Subalternas, sociedade civil, Estado, hegemonia	2003
03	A Mediação da organização política na (re)construção do projeto profissional: o protagonismo do Conselho Federal de Serviço Social	Política, Estado, hegemonia, bloco histórico	2005
04	O conselho Nacional de Saúde e os Rumos da Política de Saúde Brasileira: mecanismo de controle social frente às condicionalidades dos organismos financeiros internacionais	Estado, sociedade civil, sociedade política, estrutura, superestrutura	2005
05	Democracia em debate: o processo constituinte no Brasil Pós-Ditadura Militar - uma análise da representação pernambucana	Relações de forças, intelectuais, sociedade civil	2005
06	Controle de qualidade e qualidade de vida: atuais formas de controle do capital sobre o trabalho na reestruturação empresarial brasileira nos anos 90	Controle, coerção, persuasão, consenso	2006
07	Experiências emancipatórias: alternativas políticas e políticas alternativas dos movimentos sociais no Nordeste	Hegemonia	2006
08	A presença da sociedade civil nos conselhos municipais dos direitos da criança e do adolescente na Paraíba: dilemas da formação e da participação	Hegemonia, sociedade civil, Estado	2006
09	O conselho Estadual de Saúde e socialização da política de saúde de Alagoas	Hegemonia, Estado, intelectuais, vontade coletiva, subalternidade	2008
10	As representações sociais das práticas dos conselhos tutelares: o caso do conselho tutelar da zona norte de João Pessoa	Senso comum, ideologia, filosofia da práxis	2008
11	Os determinantes da atuação dos intelectuais do trabalho no capitalismo contemporâneo	Intelectuais, sociedade civil, hegemonia, americanismo, fordismo, bloco histórico, partido político, Estado, revolução passiva, transformismo, consenso	2008
12	História da escola de Serviço Social de Pernambuco: uma análise do projeto ideopolítico em articulação com a realidade pernambucana e brasileira dos anos 30 a 70 do século XX	Classes subalternas, ideologia, filosofia da práxis, intelectuais, Estado ampliado	2008

Continuação quadro 07

Nº	Título	Categorias identificadas	Ano
13	O “novo” ciclo ideológico do desenvolvimento: a reconstrução do projeto político burguês e as estratégias de desenvolvimento econômico e social no Brasil	Ideologia, intelectuais, revolução passiva, hegemonia, transformismo	2009
14	A lógica do capital e do estado na provisão dos meios de consumo coletivo: uma experiência de responsabilidade social no campo da assistência à criança	Estado	2009
15	Movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST): as contradições vivenciadas na produção sem a participação das mulheres negras	Intelectual	2009
16	A política de segurança pública entre o monopólio legítimo da força e os direitos humanos: a experiência da Paraíba no pós-1988	Estado, sociedade civil	2010
17	Bolsa Família e reprodução da força de trabalho no Brasil: implicações socioeconômicas e políticas	Americanismo	2010
18	Infância perdida, direitos negados: a persistência do trabalho infantil através da ideologia da educação pelo trabalho	Ideologia, hegemonia, superestrutura, intelectuais	2010
19	A contrarreforma na política de saúde e o SUS hoje: impactos e demandas ao serviço social	Sociedade civil, Estado, transformismo	2010
20	Efeitos e contradições do microcrédito: um estudo da Visão Mundial/ANDE	Estado, sociedade civil, hegemonia	2010
21	Território e gestão da política nacional de assistência social PNAS 2004: as experiências de Maceió e Arapiraca	Estado, linguagem	2010
22	Silenciosa conveniência entre transgressão e conservadorismo: trajetórias feministas frente à epidemia da AIDS no Brasil	Estado, sociedade civil, hegemonia, intelectuais, transformismo, política	2011
23	A reprodução do ideário neoliberal no cotidiano acadêmico: reiteraões e resistências do trabalho docente na UECE	Ideologia, intelectuais	2012
24	Tendências da formação acadêmico-profissional do Serviço Social no Nordeste: mediações históricas, teóricas e ideopolíticas	Hegemonia, intelectual	2012
25	A desconstrução ideopolítica da competência do estado de Pernambuco na condução dos projetos de desenvolvimento	Ideologia, Estado	2013
26	Promoção da saúde e Serviço Social: uma análise do debate profissional	Estrutura, superestrutura, hegemonia, Estado, sociedade civil, sociedade política	2013



Continuação quadro 07

Nº	Título	Categorias identificadas	Ano
27	Lutas sociais e contradições dos sujeitos políticos coletivos no processo da reforma sanitária brasileira	Ideologia, sociedade civil, revolução passiva, transformismo, americanismo, hegemonia, Estado, intelectuais, vontade coletiva	2013
28	O dilema da intersetorialidade na política de segurança pública em Pernambuco: o discurso governamental e da mídia escrita nos anos 2007/2011	Estado, sociedade civil, ideologia	2014
29	A Implementação e execução da Política de Assistência Social na perspectiva do Direito: a experiência de Maceió (AL)	Estado ampliado, sociedade civil, hegemonia	2014
30	A dimensão social da AIDS: avanços e retrocessos da política de enfrentamento na particularidade de Pernambuco	Estado ampliado, sociedade civil	2014
31	Serviço Social e direitos humanos: o sentido de justiça e igualdade numa sociedade desigual (a partir da crítica marxista ao conceito de direitos humanos)	Intelectual, americanismo e fordismo, senso comum	2014
32	Contradições do controle social na realidade brasileira: o caso do Programa Bolsa Família	Estado ampliado, hegemonia, sociedade civil, filosofia da práxis, oriente, ocidente	2014
33	Possibilidades, tensões e desafios para a garantia da direção ético-política do Serviço Social nas faculdades privadas	Educação, intelectual, cultura	2014
34	O capital da construção civil no contexto do neodesenvolvimentismo e as teias das relações perigosas na estratégia do novo bloco de poder hegemônico no Brasil	Bloco histórico, estrutura, superestrutura	2014
35	As múltiplas determinações do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES nos governos Luiz Inácio Lula da Silva	Bloco histórico, Estado, sociedade civil, hegemonia, revolução passiva, transformismo, estrutura, superestrutura	2015
36	Gestão social do Programa Territórios da Cidadania da Mata Sul de Pernambuco: limites e perspectivas da democracia participativa no desenvolvimento territorial rural	Estado ampliado, sociedade civil	2016
37	Pacto social e hegemonia burguesa: a reforma do neoliberalismo na era Lula	Hegemonia, política, bloco histórico, Estado, ideologia, intelectuais, revolução passiva	2016

Continuação quadro 07

Nº	Título	Categorias identificadas	Ano
38	As contradições e tendências do processo de expansão e interiorização da Universidade Federal de Alagoas e seus rebatimentos no Curso de Serviço Social de Palmeira dos Índios	Crise orgânica	2016
39	A assistência social e as ideologias do social-liberalismo: tendências político-pedagógicas para a formação dos trabalhadores do SUAS	Ideologia, hegemonia, relações de forças, bloco histórico, Estado, crise orgânica, intelectuais	2016
40	Tendências ideológicas do conservadorismo	Crise orgânica	2016
41	A política de saúde mental na contemporaneidade: entre a inovação e o conservadorismo	Crise orgânica, revolução passiva, hegemonia, transformismo	2016

Fonte: Elaboração própria com base no levantamento documental (2018).

Da totalidade de 41 teses, oito fazem parte da amostra: Contradições do controle social na realidade brasileira: o caso do Programa Bolsa Família (2014); As múltiplas determinações do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES nos governos Luiz Inácio Lula da Silva (2015); Pacto social e hegemonia burguesa: a reforma do neoliberalismo na era Lula (2016); Lutas sociais e contradições dos sujeitos políticos coletivos no processo de Reforma Sanitária Brasileira (2013); Os desafios da Gestão Democrática da Sociedade (em diálogo com Gramsci) (2003); O conselho Nacional de Saúde e os Rumos da Política de Saúde Brasileira: mecanismo de controle social frente às condicionalidades dos organismos financeiros internacionais (2005); A presença da sociedade civil nos conselhos municipais dos direitos da criança e do adolescente na Paraíba: dilemas da formação e da participação (2006); Os determinantes da atuação dos intelectuais do trabalho no capitalismo contemporâneo (2008).

O quadro 08 indica a quantidade de dissertações identificadas na UFPE que apresentam aproximações com as categorias gramscianas no período de 2002 a 2017.

**Quadro 08** – Universidade Federal de Pernambuco: dissertações identificadas (2002-2017)

Nº	Título	Categorias identificadas	Ano
01	Sindicalismo na Educação: Consensos e conflitos na disputa pela hegemonia e direção do SINTESE em Sergipe (1992-1996)	Hegemonia, ideologia	2002
02	A dimensão política das práticas das ONGs e sua relação com o Estado: um estudo de caso em Fortaleza	Estado ampliado, sociedade civil, ideologia, hegemonia, classes subalternas	2003

Continuação quadro 08

Nº	Título	Categorias identificadas	Ano
03	Voluntariado e Terceiro Setor	Sociedade civil	2003
04	O MST e a educação: perspectiva de construção de uma nova hegemonia	Hegemonia, sociedade civil, guerra de movimento e de posição, classe subalterna, intelectuais	2003
05	A “via democrática para o socialismo” na obra de Carlos Nelson Coutinho	Revolução passiva, Estado ampliado, sociedade civil/política	2003
06	O protagonismo dos movimentos e organizações populares no fórum do Prezeis	Hegemonia, sociedade civil, Estado ampliado	2004
07	Processos religiosos e articulação de forças no movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST): um estudo sobre o Assentamento Pedro e Inácio-Nazaré da Mata/Pernambuco	Intelectual, hegemonia, ideologia, partido, religião	2004
08	Capitalismo contemporâneo, produção destrutiva e meio ambiente: a direção social dada pelas organizações da sociedade civil ao trato da problemática do “lixo” urbano	Sociedade civil, Estado, hegemonia	2005
09	Estado e sociedade civil: o caso das parcerias na política de assistência social	Estado, sociedade civil, revolução passiva, hegemonia	2005
10	Projeto ético-político e exercício profissional: o que se tem a dizer da atualidade dessa relação?	Ideologia, Estado, intelectual	2007
11	Dilemas da intersetorialidade na política de assistência social em tempos de SUAS	Intelectual orgânico, estado, relações de forças, sociedade civil, hegemonia	2009
12	Globalização neoliberal e lutas populares no Haiti: crítica à modernidade, sociedade civil e movimentos sociais no estado de crise social haitiano	Partido, sociedade civil	2009
13	Terceiro setor: um estudo sobre o Projeto Santo Amaro (Recife-PE)	Sociedade civil, ideologia, hegemonia, cultura, sociedade política, Estado ampliado	2010
14	A relação Estado - Sociedade Civil: uma análise da Rede Voluntária de Proteção no processo de inserção social dos usuários do Programa de Proteção à Vítima e Testemunha Ameaçada da Bahia	Estado, sociedade civil, hegemonia, política, transformismo, superestrutura	2010
15	O controle social no Sistema Único de Saúde: atuação dos conselheiros no Conselho Municipal de Saúde de Picos	Estado, sociedade civil	2011
16	Gestão compartilhada da política no enfrentamento da pobreza - o caso de Caranguejo Tabaiães	Estado	2011

Continuação quadro 08

Nº	Título	Categorias identificadas	Ano
17	Associativismo urbano: o protagonismo das Associações de Moradores na contemporaneidade	Hegemonia, cultura, sociedade civil, intelectuais	2011
18	(Des) Construção da democracia de gênero no discurso jornalístico sobre violência contra a mulher nos jornais impressos piauienses Meio Norte e o Dia	Hegemonia, ideologia	2011
19	Movimento estudantil de serviço social e partido político na contemporaneidade: contradições no período do governo Lula (2007/2010)	Partido político	2011
20	Cooperação e hegemonia na dinâmica do capitalismo contemporâneo: a cooperação agrícola e organização política dos trabalhadores rurais na Lagoa do Mineiro/Ceará	Hegemonia, política, senso comum, intelectuais, sociedade civil	2011
21	Movimentos sociais: ação sócio-política na região de Picos a partir da ação sócio-educativa do Movimento de Educação de Base MEB, no período de 1985 -1995	Filosofia da práxis, hegemonia, educação, intelectuais, ideologia, política	2011
22	A estratégia saúde da família em Campina Grande/PB	Estado, sociedade civil, guerra de posição	2011
23	Política pública de Economia Solidária no Brasil? Avaliação política dos seus fundamentos ideológicos	Ideologia	2012
24	A pedagogia da hegemonia na assistência social: crítica das ideologias governamentais dos Núcleos de Participação Popular em Fortaleza	Ideologia, Estado, hegemonia, intelectual, sociedade civil	2012
25	Trabalho e qualificação profissional no arranjo produtivo local de confecções do Agreste de Pernambuco: a experiência de Toritama	Ideologia, hegemonia, consenso, sociedade civil, intelectuais	2012
26	Assistência estudantil e contrarreforma universitária nos anos 2000	Estado, sociedade civil, hegemonia	2013
27	As contradições da proteção social para crianças e adolescentes vítimas de violência sexual intrafamiliar	Estado, sociedade política e sociedade civil	2013
28	Contradições do trabalho em rede na política de assistência social: um estudo da Gerência Regional de Assistência Social 4 de Recife	Sociedade civil, Estado, hegemonia, intelectuais, classes subalternas	2013
29	A assistência social no contexto da renovação das estratégias de dominação burguesa dos governos Lula	Crise orgânica	2013
30	A cultura política feminista entre permanências e rupturas: um estudo com jovens do movimento feminista de Fortaleza	Cultura	2014
31	Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e o desenvolvimento do território: uma análise da política de educação profissional e as suas contribuições para o município de Barreiros	Princípio educativo	2015

Continuação quadro 08

Nº	Título	Categorias identificadas	Ano
32	O disque 100 e a proteção social de crianças e adolescentes em situação de violência: análise da experiência no município de Olinda	Ideologia, Estado, sociedade civil, relações de força	2015
33	Educação e serviço social: um estudo sobre o exercício profissional do/a assistente social nos programas de assistência estudantil das universidades federais de Pernambuco	Revolução passiva, hegemonia, ideologia	2015
34	Participação dos agricultores familiares no Conselho de Desenvolvimento Rural do município de Cabrobó/PE	Democracia, Estado, hegemonia, participação	2016
35	Serviço Social e contrarreforma da saúde: racionalidade e instrumentalidade no exercício profissional	Estado e Sociedade civil	2016
36	O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) na Universidade Federal de Pernambuco: um estudo sobre a trajetória acadêmica dos estudantes bolsistas	Estado, sociedade civil	2017
37	A Lei Orgânica do Trabalho, dos Trabalhadores e Trabalhadoras (LOTTT) na Venezuela: um estudo sobre seu conteúdo e as estratégias de implantação numa empresa de médio porte do setor de confecções	Guerra de movimento, guerra de posição	2017
38	Gestão do SUAS e rede socioassistencial: uma análise do serviço de acolhimento de idosos em Vitória de Santo Antão-PE	Estado, sociedade civil, sociedade política, intelectuais, política, vontade coletiva, hegemonia	2017

Fonte: Elaboração própria com base no levantamento documental (2018).

Com relação as dissertações da UFPE, do quantitativo de 38, cinco compõem a amostra. São elas: Processos religiosos e articulação de forças no movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST): um estudo sobre o Assentamento Pedro e Inácio-Nazaré da Mata/Pernambuco (2004); Dilemas da intersetorialidade na política de assistência social em tempos de SUAS (2009); A relação Estado - Sociedade Civil: uma análise da Rede Voluntária de Proteção no processo de inserção social dos usuários do Programa de Proteção à Vítima e Testemunha Ameaçada da Bahia (2010); A pedagogia da hegemonia na assistência social: crítica das ideologias governamentais dos Núcleos de Participação Popular em Fortaleza (2012); Gestão do SUAS e rede socioassistencial: uma análise do serviço de acolhimento de idosos em Vitória de Santo Antão-PE (2017).

Como se observa no quadro acima, foram identificadas um total de 79 trabalhos, sendo 41 teses e 38 dissertações. Dessas, 13 (cinco dissertações e oito teses) fazem parte da

amostra. Na finalização da caracterização da amostra, são expostas as teses e dissertações identificadas nos cursos de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI, no período de 2009 a 2017.

● **Universidade Federal do Piauí**

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP)<sup>63</sup> é de caráter interdisciplinar e interdepartamental, com aprovação do curso de mestrado em 2001 e turmas ativas desde 2002. Tem conceito CAPES 4 e oferta mestrado e doutorado na área de concentração em “Estado, sociedade e políticas públicas”, desdobrada nas seguintes linhas de pesquisa: “Cultura, Identidade e Processos sociais”; “Estado, Políticas Públicas e Movimentos Sociais”.

**Quadro 09** – Universidade Federal do Piauí: teses identificadas (2015-2017)

Nº	Título	Categorias identificadas	Ano
01	Democracia direta como mecanismo de controle social e combate à corrupção: a experiência da Força Tarefa Popular	Estado, sociedade civil, vontade coletiva	2015
02	A insustentável questão fundiária e ambiental do cerrado piauiense: a confluência de interesses entre estado e o agronegócio na expansão da produção de grãos	Hegemonia	2015
03	Segregação socioespacial e planejamento urbano em Picos (PI): entre as demandas da população e as decisões do Poder Público Municipal	Hegemonia, sociedade civil, sociedade política, intelectuais	2016
04	A participação da sociedade civil no controle das contas públicas municipais através da ouvidoria do Tribunal de Contas do Estado do Piauí	Sociedade civil, Estado ampliado	2017

Fonte: Elaboração própria com base no levantamento documental (2018).

Das quatro teses da UFPI, duas fazem parte da amostra: Democracia direta como mecanismo de controle social e combate à corrupção: a experiência da Força Tarefa Popular (2015); A participação da sociedade civil no controle das contas públicas municipais através da ouvidoria do Tribunal de Contas do Estado do Piauí (2017).

<sup>63</sup> Disponível em:

[https://sigaa.ufpi.br/sigaa/public/programa/secao\\_extra.jsf?lc=pt\\_BR&id=251&extra=240427940](https://sigaa.ufpi.br/sigaa/public/programa/secao_extra.jsf?lc=pt_BR&id=251&extra=240427940). Acesso em: 27 Ago. 2019.

**Quadro 10** – Universidade Federal do Piauí: dissertações identificadas (2009-2017)

Nº	Título	Categorias identificadas	Ano
01	A relação de parceria entre a Ação Social Arquidiocesana (ASA) e o poder público municipal de Teresina na execução da política de assistência social: a experiência do Projeto Casa de Zabelê	Sociedade civil, Estado	2009
02	Caminhada da Fraternidade: a solidariedade publicizada	Religião	2010
03	Ecos da Balaiada em Caxias-MA na memória oral de idosos: (uma interpelação à política nacional de patrimônio imaterial)	Classe subalterna	2010
04	Controle social e conselhos locais de saúde em Teresina: limites e possibilidades	Estado ampliado e sociedade civil	2012
05	Participação e construção democrática: uma análise do Conselho Municipal de Assistência Social de Brasileira-PI	Sociedade civil, Estado ampliado, Hegemonia	2013
06	Trabalho Social com grupo de famílias na proteção básica da assistência social em Piripiri-PI: fortalecimento da participação na perspectiva da emancipação social?	Emancipação política, hegemonia	2017
07	As práticas de atenção e cuidado destinadas à população em situação de rua: os demarcadores de gênero na operacionalização dos serviços	Estado ampliado	2017

Fonte: Elaboração própria com base no levantamento documental (2018).

Foram identificadas 11 trabalhos que fazem interlocução com as categorias gramscianas entre os anos de 2009 a 2017, sendo quatro teses e sete dissertações. Do total de dissertações (07), uma compõe a amostra do estudo: A relação de parceria entre a Ação Social Arquidiocesana (ASA) e o poder público municipal de Teresina na execução da política de assistência social: a experiência do Projeto Casa de Zabelê (2009).

Desse conjunto de programas, o mais antigo é o da UFPE e o mais novo, o da UFPI. Foi identificado um quantitativo maior de trabalhos que faz interlocução com o pensamento de Gramsci na UFPE, no período de 2002 a 2017. Os trabalhos da amostra são: quatro da UFMA, sendo duas dissertações e duas teses; treze da UFPE, compreendendo oito teses e cinco dissertações; e três da UFPI, sendo uma dissertação e duas teses (Cf. Quadro 03 - Introdução). Apesar dos três programas fazerem parte da área de Serviço Social, dois têm denominação Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (UFMA e UFPI) e somente o da UFPE denomina-se Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

Também foi realizada uma incursão aproximativa no campo empírico constituído por teses e dissertações, resultado da produção de conhecimento da pós-graduação na área



de Serviço Social no nordeste. No conjunto das teses e dissertações da amostra, existem trabalhos finalizados em diferentes anos, compreendendo o período de 2003 a 2017. Essa foi uma dificuldade no estabelecimento de um marco temporal específico para a seleção e análise dos trabalhos, aliada a periodicidade da data de existência dos programas e da disponibilidade dos documentos nos portais dos programas. Por essa razão, tem-se trabalhos intercalados a partir de 2003 a 2017, como evidencia o quadro 11: 01 trabalho no ano de 2003 (UFPE); 01 em 2004 (UFPE); 01 em 2005 (UFPE); 01 em 2006 (UFPE); 01 em 2007 (UFMA); 01 em 2008 (UFPE); 02 em 2009 (UFPE, UFPI); 01 em 2010 (UFPE); 01 em 2012 (UFPE); 01 em 2013 (UFPE); 02 em 2014 (UFMA, UFPE); 03 em 2015 (UFMA, UFPE UFPI); 02 em 2016 (UFMA, UFPE); 02 em 2017 (UFPI, UFPE).

**Quadro 11** – Amostra: quantidade de trabalhos por ano

Número	Ano	Quantidade	Universidade
01	2003	01	UFPE
02	2004	01	UFPE
03	2005	01	UFPE
04	2006	01	UFPE
05	2007	01	UFMA
06	2008	01	UFPE
07	2009	02	UFPE, UFPI
08	2010	01	UFPE
09	2012	01	UFPE
10	2013	01	UFPE
11	2014	02	UFMA, UFPE
12	2015	03	UFMA, UFPI, UFPE
13	2016	02	UFMA, UFPE
14	2017	02	UFPI, UFPE
<b>Total</b>		20	

Fonte: Elaboração própria com base no levantamento documental (2019).

Observa nesse período um quantitativo maior de trabalhos na UFPE, com 13 trabalhos distribuídos nos anos de 2003, 2004, 2005, 2006, 2008, 2009, 2010, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017. A UFMA tem 4 trabalhos nos anos de 2007, 2014, 2015 e 2016. Já a UFPI, com 03, nos anos de 2009, 2015 e 2017.

Pela sistematização do levantamento realizado para o estudo, as temáticas dos objetos de pesquisa são diversificadas, assim, as dissertações e teses foram agrupadas nas seguintes temáticas definidas pela pesquisadora de acordo com o conteúdo: Políticas Públicas: lazer, assistência social, educação; Organização política e participação; Mídia e Comunicação; Gestão e Controle Social; Trabalho; Movimentos Sociais; Terceiro Setor e

ONGs; Direitos, Neodesenvolvimento. A partir da realização da leitura, percebe-se que as temáticas trabalhadas utilizam algumas categorias do pensamento de Antonio Gramsci, tais como: Sociedade civil, Estado, Hegemonia, Intelectual orgânico, Cultura, Ideologia, Partidos, Classes subalternas, Luta de classes, Comunicação, Crise orgânica, Catarse, Vontade coletiva, Relações de forças, Emancipação política, Democracia. O quadro abaixo evidencia os trabalhos da amostra enfatizando a temática vinculada, o título, a universidade e orientadores, sendo que alguns tiveram mais de um/a orientando/a.

**Quadro 12** – Amostra das teses e dissertações

<b>Temática</b>	<b>Tipo/Título/Ano</b>	<b>Orientador</b>	<b>Universidade</b>
Políticas Públicas: lazer	Tese: Da “Política de Instante” à Política para o Instante”: Uma crítica de Políticas Públicas de Lazer no Brasil (2015)	Franci Gomes Cardoso	UFMA
Políticas Públicas: assistência social	Dissertação: Dilemas da intersectorialidade na política de assistência social em tempos de SUAS (2009)	Anita Aline Albuquerque Costa	UFPE
Políticas Públicas: Assistência social	Dissertação: A pedagogia da hegemonia na assistência social: crítica das ideologias governamentais dos Núcleos de Participação Popular em Fortaleza (2012)	Mônica Rodrigues Costa	UFPE
Políticas Públicas: Assistência social	Dissertação: Gestão do SUAS e rede socioassistencial: uma análise do serviço de acolhimento de idosos em Vitória de Santo Antão-PE (2017)	Helena Lúcia Augusto Chaves	UFPE
Políticas Públicas: Educação	Tese: As múltiplas determinações do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES nos governos Luiz Inácio Lula da Silva (2015)	Ana Cristina Brito Arcoverde	UFPE
Organização Política e Participação	Dissertação - A utopia da emancipação humana na Colômbia: os sindicatos e os partidos de esquerda no período de 2002-2010 (2014)	Flávio Bezerra Farias	UFMA
Organização Política e Participação	Tese: Lutas sociais e contradições dos sujeitos políticos coletivos no processo de Reforma Sanitária Brasileira (2012)	Ana Cristina de Souza Vieira	UFPE
Mídia e Comunicação	Tese: Estado, mídia e oligarquia: poder público e meios de comunicação como suporte de um projeto político para o Maranhão (2007)	Josefa Batista Lopes	UFMA

Continuação quadro 12

<b>Temática</b>	<b>Tipo/Título/Ano</b>	<b>Orientador</b>	<b>Universidade</b>
Mídia e comunicação	Dissertação: A radiofusão comunitária na luta pela democratização da comunicação: a experiência em São Luís- Maranhão das rádios bacanga FM e conquista FM (2016)	Josefa Batista Lopes	UFMA
Trabalho	Tese: Os determinantes da atuação dos intelectuais do trabalho no capitalismo contemporâneo (2008)	Zélia Maria Pereira da Silva	UFPE
Neodesenvolvimento	Tese: Pacto social e hegemonia burguesa: a reforma do neoliberalismo na era Lula (2016)	Ângela Santana do Amaral	UFPE
Gestão e controle social	Tese: Os desafios da gestão democrática da sociedade (em diálogo com Gramsci) (2003)	Anita Aline Albuquerque da Costa	UFPE
Gestão e controle social	Tese: Contradições do controle social na realidade brasileira: o caso do Programa Bolsa Família (2014)	Anita Aline Albuquerque da Costa	UFPE
Gestão e controle social	Tese: O conselho nacional de saúde e os rumos da política de saúde brasileira: mecanismo de controle social frente as condicionalidades dos organismos financeiros internacionais (2005)	Ana Cristina de Souza Vieira	UFPE
Gestão e controle social	Tese: A presença da sociedade civil nos conselhos municipais dos direitos da criança e do adolescente na Paraíba: dilemas da formação e da participação (2006)	Ana Cristina Brito Arcoverde	UFPE
Gestão e controle social	Tese: A participação da sociedade civil no controle das contas públicas municipais através da ouvidoria do Tribunal de Contas do Estado do Piauí (2017)	Simone de Jesus Guimarães	UFPI
Gestão e controle social	Tese: Democracia direta como mecanismo de controle social e combate à corrupção: a experiência da Força Tarefa Popular (2015)	Maria D'Álva Macedo Ferreira	UFPI
Movimentos sociais	Dissertação: Processos religiosos e articulação de forças no movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST): um estudo sobre o Assentamento Pedro e Inácio-Nazaré da Mata/Pernambuco (2004)	Edelweiss Falcão de Oliveira	UFPE

Continuação quadro 12

<b>Temática</b>	<b>Tipo/Título/Ano</b>	<b>Orientador</b>	<b>Universidade</b>
Terceiro setor e ONGs	Dissertação: A relação de parceria entre a Ação Social Arquidiocesana (ASA) e o poder público municipal de Teresina na execução da política de assistência social: a experiência do Projeto da Casa de Zabelê (2009)	Simone de Jesus Guimarães	UFPI
Direitos	Dissertação: A relação Estado - Sociedade Civil: uma análise da Rede Voluntária de Proteção no processo de inserção social dos usuários do Programa de Proteção à Vítima e Testemunha Ameaçada da Bahia (2010)	Alexandra Monteiro Mustafá	UFPE

Fonte: Elaboração própria com base no levantamento documental (2019).

Através do quadro demonstrativo, verifica-se o quantitativo de trabalhos por temática: **Políticas Públicas: lazer, assistência social e educação: lazer:** uma tese; **assistência social:** três dissertações; **educação:** uma tese; **Organização Política e Participação:** uma dissertação e uma tese; **Mídia e Comunicação:** uma dissertação e uma tese; **Gestão e Controle Social:** seis teses; **Trabalho:** uma tese; **Movimentos Sociais:** uma dissertação; **Terceiro setor e ONGs:** uma dissertação; **Neodesenvolvimento:** uma tese; **Direitos:** uma dissertação.

### 3.3. Programas de Pós-Graduação com oferta de mestrado e doutorado que não compõe a amostra

Nesse item há uma apresentação dos dois programas de pós-graduação que ofertam mestrado e doutorado, portanto, não compõem a amostra porque na ocasião do levantamento documental não tinham teses defendidas, mas há dissertações que dialogam com as categorias gramscianas.

- **Universidade Federal de Alagoas**

O Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS)<sup>64</sup> iniciou o curso de mestrado em 2004 e o curso de doutorado em 2016. Os dois cursos se concentram na área “Serviço Social, Trabalho e Direitos Sociais”, contemplada em três linhas de pesquisa:

<sup>64</sup> Disponível em: <http://www.ufal.edu.br/unidadeacademica/fsso/pos-graduacao/servico-social/dissertacoes-e-teses>. Acesso em: 27 Ago. 2019.

“Questão Social, Direitos Sociais e Serviço Social”; “Trabalho, Política e Sociedade”; “Direitos, Movimentos Sociais, Relações de Exploração Agrária, Urbana e de opressão”. Possui conceito CAPES 4 e é vinculado a Faculdade de Serviço Social. Por ser um curso recente, até março de 2019 não havia teses defendidas. Foram identificadas um total de dez dissertações que fazem interlocução com o pensamento de Gramsci, conforme indica o quadro abaixo.

**Quadro 13** – Universidade Federal de Alagoas: dissertações identificadas (2006-2017)

Nº	Título	Categorias identificadas	Ano
01	O caráter educativo do Serviço Social do Comércio	Americanismo e fordismo	2006
02	Os Conselhos de Saúde em Alagoas: uma análise teórica e conjuntural	Estado, sociedade civil, revolução passiva, transformismo	2008
03	A relação dos setores público e privado na política de saúde brasileira: os interesses do capital na atenção oncológica	Bloco histórico, Estado, sociedade civil, hegemonia	2008
04	Responsabilidade social: um pacto entre estado e sociedade civil no enfrentamento do caráter destrutivo do capitalismo	Sociedade civil, superestrutura, hegemonia	2009
05	A natureza e a função dos conselhos tutelares no contexto da democracia vigente na sociedade brasileira contemporânea	Sociedade civil	2009
06	O controle social nas conferências nacionais de saúde: concepções, avanços e limites	Estado e sociedade civil	2009
07	Sobre o Estado Moderno: uma análise das concepções de Estado de Karl Marx e Antonio Gramsci	Estado	2010
08	A construção dos direitos e a particularidade da Polícia Militar no Brasil: traços de uma trajetória inconclusa	Estado, Sociedade civil/política, política	2012
09	Raízes materiais da precarização do trabalho na sociedade capitalista e suas expressões contemporâneas	Fordismo	2012
10	As lutas por uma nova hegemonia: uma análise da frente nacional contra a privatização da saúde	Bloco histórico, Estado ampliado, hegemonia, classes subalternas, vontade coletiva	2017

Fonte: Elaboração própria com base no levantamento documental (2018).

Da mesma situação que o programa de pós-graduação na área de Serviço Social da UFAL, está o UFRN, isto é, com apenas dissertações defendidas até o período do levantamento documental, conforme o quadro seguinte.

● **Universidade Federal do Rio Grande do Norte**

O Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS)<sup>65</sup> integra o Departamento de Serviço Social – Centro de Ciências Sociais Aplicadas e foi implantado em agosto de 2000, tem conceito CAPES 4 e oferta os cursos de mestrado e doutorado com área de concentração em “Sociabilidade, Serviço Social e Política Social” e três linhas de pesquisa: “Estado, Sociedade, Políticas Sociais e Direitos”; “Serviço Social, Trabalho e Questão Social”; “Ética, Gênero, Cultura e Diversidade”. O site/repositório da UFRN disponibiliza as dissertações do período de 2004 a 2018.

**Quadro 14** – Universidade Federal do Rio Grande do Norte: dissertações identificadas (2005-2017)

Nº	Título	Categorias identificadas	Ano
01	Serviço Social e Terceiro setor: considerações sobre as atuais relações e condições de trabalho para o assistente social em Natal	Sociedade civil	2005
02	O Serviço Social nas organizações não-governamentais: tendências e particularidades	Fordismo, hegemonia	2007
03	As organizações não-governamentais (ONGs) de atenção à criança e ao adolescente em Natal/RN: contribuição na garantia de direitos?	Estado, sociedade civil, revolução passiva	2008
04	A inserção das mulheres na câmara municipal de Natal (1988-2004)	Sociedade civil e Estado	2008
05	Processo de trabalho em saúde: uma análise das condições de trabalho dos assistentes sociais no âmbito hospitalar	Sociedade civil	2010
06	Serviço Social e Política: uma análise da participação dos assistentes sociais no Conselho Regional de Serviço Social- 14ª Região	Política, superestrutura, organização política, Estado ampliado	2010
07	A dimensão educativa do Serviço Social: uma análise do processo interventivo da profissão no âmbito da Política de Assistência Social no município de Natal/RN	Senso comum, dimensão educativa, intelectuais, cultura	2010
08	Extensão universitária: concepções e ações na UFRN sob a temática direitos humanos e justiça no período de 2008 a 2010	Princípio educativo	2011
09	Controle democrático no capitalismo contemporâneo: limites e contradições	Transformismo, vontade coletiva, Estado, sociedade civil	2011

<sup>65</sup> Disponível em: [https://repositorio.ufrn.br/jspui/simple-search?query=&sort\\_by=score&order=desc&rpp=10&filter\\_field\\_1=subject&filter\\_type\\_1>equals&filter\\_value\\_1=CIENCIAS+SOCIAIS+APLICADAS&etal=0&filtername=subject&filterquery=CIENCIAS+SOCIAIS+APLICADAS%3A%3ASERVICO+SOCIAL&filtertype>equals](https://repositorio.ufrn.br/jspui/simple-search?query=&sort_by=score&order=desc&rpp=10&filter_field_1=subject&filter_type_1>equals&filter_value_1=CIENCIAS+SOCIAIS+APLICADAS&etal=0&filtername=subject&filterquery=CIENCIAS+SOCIAIS+APLICADAS%3A%3ASERVICO+SOCIAL&filtertype>equals). Acesso em: 27 Ago. 2019.

Continuação quadro 14

Nº	Título	Categorias identificadas	Ano
10	Mídia e gênero: análise crítica da violência contra mulher no telejornalismo	Hegemonia, intelectual	2011
11	Ofensiva do capital e desmobilização das forças do trabalho: as estratégias gerenciais burguesas para a desarticulação das classes trabalhadoras	Americanismo e fordismo, coerção, consenso	2012
12	Movimentos sociais e a organização popular em Natal-RN: enquanto morar for privilégio...	Intelectuais, hegemonia, partido, organização, política, intelectual	2013
13	Os rumos do fundo público no capitalismo contemporâneo: uma análise sobre o financiamento da Política de Saúde no Estado do Rio Grande do Norte	Hegemonia, sociedade civil	2013
14	Serviço Social na Educação: análise das tendências dos perfis pedagógicos do assistente social	Hegemonia, ideologia, Estado, intelectuais	2013
15	O “novo” discurso hegemônico da (in) sustentabilidade do capitalismo verde: uma análise crítica	Sociedade civil, Estado ampliado	2014
16	Política de assistência social no Brasil: apontamentos sobre as tendências político-teóricas e metodológicas da produção em Serviço Social	Intelectuais, Estado ampliado, hegemonia	2014
17	“Por esse pão pra comer, por esse chão pra dormir”: direito à cidade e população em situação de rua em Natal/RN	Hegemonia, Estado ampliado, sociedade civil, revolução passiva	2014
18	Racismo institucional: um desafio na atenção à saúde da população negra com doença falciforme em João Pessoa/PB	Hegemonia	2014
19	As múltiplas dimensões da garantia dos direitos do paciente idoso internado: o caso de uma instituição hospitalar pública no Município de Natal/RN	Sociedade civil, Estado, bloco histórico	2015
20	“Eu não consigo dormir antes da meia noite...nunca”: precarização do trabalho docente e adoecimento no Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Hegemonia, Estado ampliado	2015
21	No fio da meada: um estudo acerca da precarização do trabalho na indústria têxtil	Revolução passiva, americanismo e fordismo	2015
22	“Ousar lutar, organizando a juventude pro projeto popular”: resistência, luta e organização da juventude proletária, o Levante Popular da Juventude em foco	Revolução passiva, Estado ampliado, política	2015
23	O exercício profissional do assistente social na educação superior: a particularidade da dimensão educativa na assistência estudantil	Classes subalternas, intelectual, função pedagógica, hegemonia	2016
24	Exercício profissional: pautas para análise das competências e atribuições profissionais dos/as assistentes sociais da atenção básica de saúde do município do Natal/RN	Estado	2016



Continuação quadro 14

Nº	Título	Categorias identificadas	Ano
25	“Meu corpo, um campo de batalha”: a inserção precárias das Travestis no mundo do trabalho em tempos de crise do capital	Classes subalternas, Estado ampliado, hegemonia, Sociedade civil	2016
26	Reforma agrária de mercado: uma análise da participação dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais no programa nacional de crédito fundiário em Touros/RN	Sociedade civil, Estado ampliado	2017
27	A função social das “drogas” no capitalismo contemporâneo: uma análise do Serviço Social nos CAPS AD de Natal/RN	Sociedade política, Sociedade civil	2017

Fonte: Elaboração própria com base no levantamento documental (2018).

Identifica-se um total de 27 dissertações fundamentadas nas categorias gramscianas. Verifica-se uma similaridade entre os programas da UFAL e UFRN: ambos tiveram o curso de doutorado aprovado no ano de 2016, com início em 2017. Também iniciaram os cursos de mestrado no início dos anos 2000, sendo a UFRN em 2000 e a UFAL em 2004. O próximo item caracteriza os programas que ofertam apenas mestrado.

### 3.3.1. Programas de Pós-Graduação com oferta de mestrado

Neste item são caracterizados os programas das universidades que ofertam apenas mestrado na área de Serviço Social no nordeste. Os programas são das seguintes universidades: UFS, UECE, UFPB, UEPB e UERN.

#### ● Universidade Federal de Sergipe

O Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PROSS)<sup>66</sup> foi aprovado em 2011, tem conceito CAPES 3, com área de concentração em “Serviço Social e Política Social” e duas linhas de pesquisa: “Políticas Sociais, Movimentos Sociais e Serviço Social”; “Trabalho, Formação Profissional e Serviço Social”. O quadro seguinte sintetiza o quantitativo de dissertações que apresentam diálogo com as categorias gramscianas.

<sup>66</sup>Disponível em: [https://ri.ufs.br/simple-search?location=&query=&filter\\_field\\_1=subject&filter\\_type\\_1>equals&filter\\_value\\_1=CIENCIAS+SOCIAIS+APLICADAS&filter\\_field\\_2=subject&filter\\_type\\_2>equals&filter\\_value\\_2=CIENCIAS+SOCIAIS+APLICADAS%3A%3ASERVICO+SOCIAL&rpp=30&sort\\_by=score&order=DESC&etal=0&submit\\_search=Atualizar](https://ri.ufs.br/simple-search?location=&query=&filter_field_1=subject&filter_type_1>equals&filter_value_1=CIENCIAS+SOCIAIS+APLICADAS&filter_field_2=subject&filter_type_2>equals&filter_value_2=CIENCIAS+SOCIAIS+APLICADAS%3A%3ASERVICO+SOCIAL&rpp=30&sort_by=score&order=DESC&etal=0&submit_search=Atualizar). Acesso em: 27 Ago. 2019.

**Quadro 15** – Universidade Federal de Sergipe: dissertações identificadas (2013-2017)

Nº	Título	Categorias identificadas	Ano
01	A Assistência estudantil no contexto da “Reforma” do ensino superior público do Brasil: um estudo da assistência estudantil das UFS a partir da implantação do PNAES	Intelectual orgânico	2013
02	Novas determinações do capital na saúde brasileira: a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares em questão	Sociedade civil	2013
03	Serviço Social na Educação: a intersectorialidade no exercício profissional do assistente social no IFBA	Estado, educação	2013
04	O exercício profissional do assistente social na política de educação em Aracaju/SE: um estudo de demandas e respostas socioprofissionais	Escola unitária/educação, Americanismo e fordismo	2014
05	O acesso e a proteção do conhecimento tradicional associado, no âmbito da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF): um estudo de suas determinações e contradições no contexto do novo imperialismo.	Estado ampliado, sociedade civil e hegemonia	2015
06	Elementos para a análise dos fundamentos ideotéóricos da política nacional do Meio Ambiente	Estado, hegemonia, sociedade civil, ideologia	2015
07	A sociedade civil nos conselhos de políticas públicas no âmbito da assistência social no município de Estância/SE	Sociedade civil, Estado ampliado, intelectuais, hegemonia, consciência coletiva, revolução	2015
08	Participação social, movimentos sociais e desenvolvimento territorial no alto sertão sergipano	Estado, ideologia	2016
09	Vigilância socioassistencial: instrumentos normativos legais e a implementação no processo de materialização do SUAS	Estado ampliado, Hegemonia	2016
10	Decifrando o enigma: a pobreza na raiz da financeirização e a mediação do agroamigo no rural do município de Arapiraca-AL	Consciência de classe, catarse, hegemonia	2017
11	O enfrentamento do trabalho precarizado na agenda sindical de assistentes sociais	Organização sindical	2017

Fonte: Elaboração própria com base no levantamento documental (2018).

As dissertações defendidas estão disponíveis no repositório institucional da universidade. As fontes financiadoras são Capes e FAPITEC. Foram identificadas 11 dissertações que realizaram interlocução com categorias gramscianas.

- **Universidade do Estado do Rio Grande do Norte**

O Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Direitos Sociais (PPGSSDS)<sup>67</sup> teve o curso de mestrado aprovado em 2014. Possui conceito CAPES 3 e é vinculado a Faculdade de Serviço Social. A área de concentração “Serviço Social e Direitos Sociais” tem três linhas de pesquisa: “Serviço Social, Questão Social e Políticas Públicas”; “Serviço Social, Direitos Sociais e Movimentos Sociais”; “Serviço Social, Feminismo e Relações Sociais Patriarcais”.

As dissertações defendidas no período de 2016 a 2018 estão disponíveis no sítio eletrônico da Universidade<sup>68</sup>. Encontram-se sete dissertações que dialogaram com as categorias gramscianas, conforme o quadro abaixo.

**Quadro 16** – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte: dissertações identificadas (2016-2017)

Nº	Título	Categorias identificadas	Ano
01	Condições de ensino e trabalho na modalidade de ensino à distância nos cursos de graduação em Serviço Social na cidade de Mossoró/RN	Educação, hegemonia, intelectuais	2016
02	Diversidade sexual e educação: direitos LGBTs no IFRN Macau	Educação, hegemonia	2016
03	Divisão sexual dos brinquedos infantis: uma reprodução da ideologia patriarcal	Ideologia, superestrutura, sociedade civil, Estado ampliado	2017
04	Programa de Iniciação Profissional no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN/Mossoró: avaliando sua efetividade (2016)	Estado, sociedade civil, educação	2017
05	Educação, Serviço Social e Projeto ético-político: desafios e possibilidades dessa relação no instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia	Educação	2017
06	“Estamos em plena construção”: movimentos LGBT em Mossoró-RN entre ousadias e desafios	Partido político	2017
07	Movimento de mulheres camponesas: uma análise do feminismo camponês popular	Transformismo, hegemonia, sociedade civil	2017

Fonte: Elaboração própria com base no levantamento documental (2018).

#### ● Universidade Federal da Paraíba/João Pessoa

O Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS)<sup>69</sup> possui o mestrado acadêmico de caráter interdisciplinar vinculado ao Departamento de Serviço Social da

<sup>67</sup> Disponível em: <http://propeg.uern.br/ppgssd/default.asp?item=ppgssd-dissertacoes>. Acesso em: 27 Ago. 2019.

<sup>68</sup> Informações disponíveis em: <http://propeg.uern.br/ppgssd/default.asp?item=ppgssd-dissertacoes>. Acesso: 09 dez. 2018.

UFPB. Em funcionamento desde 1978, possui conceito CAPES 3. As áreas de concentração são: “Política Social”; “Fundamentação Teórico-Prática do Serviço Social” e “Serviço Social e Política Social”. Sendo que, apenas esta última possui linhas de pesquisa. São elas: “O Pensamento Social, Serviço Social, Trabalho e Questão Social”; “Estado, Direitos, Política Social e Participação Social”; “Serviço Social, Trabalho e Política Social”; “Estado, Direitos Sociais e Proteção Social”.

As dissertações defendidas (somente as do período de 2005 a 2018) estão disponíveis no repositório institucional da Universidade. Foram identificadas 11 dissertações que dialogaram com Gramsci, como pode ser visualizado no quadro abaixo.

**Quadro 17** – Universidade Federal da Paraíba/João Pessoa: dissertações identificadas (2010-2015)

Nº	Título	Categorias identificadas	Ano
01	O trabalho na prisão: um estudo no instituto de reeducação penal Desembargador Sílvia Porto em João Pessoa - PB	Americanismo e fordismo	2010
02	Formação profissional em Serviço Social: embates no estágio entre o projeto ético-político e as demandas do mercado de trabalho	Filosofia da práxis, intelectual	2010
03	Conselhos tutelares e a defesa do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária: uma análise do município de João Pessoa- PB	Revolução passiva, sociedade civil, Estado	2011
04	O Serviço Social e a reprodução do conservadorismo: análise da atuação profissional na Política de Assistência Social em Aracaju/SE	Estado	2013
05	A crítica do fenômeno das ONGs no Brasil: uma análise da atuação na política social de proteção à criança e ao adolescente em Recife	Estado, sociedade civil, partido	2013
06	Explorando outros cenários: o Serviço Social no espaço escolar	Escola, Escola unitária	2013
07	Os impactos do Programa Bolsa Família sobre a pobreza absoluta e relativa no Brasil	Crise orgânica, hegemonia	2014
08	Sistema de garantia de direitos de crianças e adolescentes: articulação em redes na cidade de João Pessoa	Sociedade civil, Estado, Intelectual orgânico, política, hegemonia	2014
09	A relação entre o crítico e o conservador: a formação e a prática dos assistentes sociais que atuam no Programa Bolsa Família de João Pessoa	Americanismo e fordismo	2014

<sup>69</sup> Disponível em: <[https://repositorio.ufpb.br/jspui/simple-search?query=&filter\\_field\\_1=cnpq&filter\\_type\\_1>equals&filter\\_value\\_1=SERVICO+SOCIAL&sort\\_by=score&order=desc&rpp=10&etal=0&start=10](https://repositorio.ufpb.br/jspui/simple-search?query=&filter_field_1=cnpq&filter_type_1>equals&filter_value_1=SERVICO+SOCIAL&sort_by=score&order=desc&rpp=10&etal=0&start=10)>. Acesso: 27 Ago. 2019.

Continuação quadro 17

Nº	Título	Categorias identificadas	Ano
10	A precarização do trabalho formal: as condições de trabalho dos condutores de carga perigosa no Porto de Cabedelo/PB	Americanismo e fordismo	2015
11	Conselho Estadual de Assistência Social: desafios e limites de sua atuação frente a gestão do SUAS no Estado da Paraíba	Estado e sociedade civil	2015

Fonte: Elaboração própria com base no levantamento documental (2018).

#### ● **Universidade Estadual da Paraíba**

O curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS)<sup>70</sup> teve início em 2013 e possui conceito CAPES 3. A área de concentração “Serviço Social, Questão Social e Direitos Sociais” tem duas linhas de Pesquisa: “Serviço Social, Estado, Trabalho e Políticas Sociais”; “Gênero, Diversidade e Relações de Poder”. O quadro abaixo sintetiza as dissertações nas quais as categorias gramscianas são presentes.

#### **Quadro 18** – Universidade Estadual da Paraíba: dissertações identificadas (2015-2016)

Nº	Título	Categorias identificadas	Ano
01	Educação Inclusiva: um estudo sobre o processo de inclusão escolar na rede municipal de ensino de Campina Grande	Educação, intelectuais	2015
02	As novas configurações da precarização do trabalho no contexto da crise estrutural do capital: as evidências da precarização na realidade brasileira	Trabalho e capital	2015
03	A centralidade da família na política de saúde mental brasileira: estratégias e contradições	Família, intelectual orgânico	2016

Fonte: Elaboração própria com base no levantamento documental (2018).

O banco de teses e dissertações da Universidade<sup>71</sup> disponibiliza as dissertações defendidas no período de 2015 a 2017. Notam-se apenas três dissertações que se fundamentaram em algumas categorias gramscianas, conforme disposto no quadro acima.

#### ● **Universidade Estadual do Ceará**

O Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social (MASS)<sup>72</sup> teve o curso de mestrado iniciado em 2012, tem conceito CAPES 3 e é vinculado ao Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará. A área de concentração

<sup>70</sup> Disponível em: <http://pos-graduacao.uepb.edu.br/ppgss/>. Acesso em: 27 Ago. 2019.

<sup>71</sup> Informações disponíveis em: <http://tede.bc.uepb.edu.br/jspui/>. Acesso: 09 dez. 2018.

<sup>72</sup> Disponível em: <http://www.uece.br/mass/>. Acesso em: 27 Ago. 2019.

em “Serviço Social, Trabalho e Questão Social” tem duas linhas de pesquisa: “Estado, Questão Social e Serviço Social”; “Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais”. As dissertações disponíveis no site são as defendidas nos períodos de 2013 a 2018.

**Quadro 19** – Universidade Estadual do Ceará: dissertações identificadas (2013-2017)

Nº	Título	Categorias identificadas	Ano
01	Benefício de Prestação Continuada: perspectivas na avaliação médico-social	Estado, sociedade civil, consenso e coerção, hegemonia	2013
02	Serviço Social e o neoconservadorismo religioso: a percepção dos/as estudantes e os desafios para o projeto ético-político	Hegemonia, classes subalternas, intelectuais, superestrutura	2013
03	As muralhas (in)visíveis da política de reintegração social de presidiários/as em regime aberto e semiaberto do Governo do Estado do Ceará	Estado, Estado ampliado	2014
04	Conflitos socioambientais e ocupação urbana: questão social no bairro Serrinha	Estado, hegemonia, consenso	2014
05	A parceria público/privada na visão dos sujeitos que implementam a Assistência Social em Fortaleza/CE: entre tensões, mediações e (re)significados	Sociedade civil	2015
06	Serviço Social e Previdência Social: análise do trabalho do assistente social do INSS no Governo do Partido dos Trabalhadores - PT (2003 a 2016)	Transformismo, revolução passiva	2016
07	Educação Superior e Sistema de Cotas: a trajetória acadêmica de estudantes negros/as da Universidade Federal do Ceará - UFC	Estrutura e superestrutura, bloco histórico, classes subalternas	2017
08	Pensamento pós-moderno e Serviço Social: recepção e posicionamentos da categoria profissional nos CBAS, nos ENPESS e na UECE	Revolução passiva	2017

Fonte: Elaboração própria com base no levantamento documental (2018).

O curso de Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social constituiu o primeiro mestrado em Serviço Social após 60 anos da existência do primeiro curso de graduação em Serviço Social no Ceará, sendo instituído 2011, pelas Resoluções nº 3.387/2001 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e nº 802/2011 de 27/06/2011 do Conselho Universitário<sup>73</sup>. Encontram-se oito dissertações que se valeram do pensamento de Gramsci, como observa-se no quadro acima.

Desse conjunto de programas, o mais antigo é da UFPB, criado em 1978 e manteve o conceito CAPES 3 na avaliação quadrienal 2013-2016. Os demais programas foram

<sup>73</sup> Informação retirada e disponível em: <http://www.uece.br/mass/index.php/o-que-e-mestrado/justificativa>. Acesso: 09 dez. 2018.

aprovados a partir de 2011, sendo o primeiro da década, o da UFS e os mais novos, da UERN (2014) e UECE (2012).

Pelo apanhado dos trabalhos neste item e pensando numa relação dessas categorias com o Serviço Social, é pertinente o ponto de vista reflexivo sobre a categoria política. O Serviço Social enquanto área de conhecimento e profissão possui uma direção social e aporte teórico na tradição marxista. As Diretrizes Curriculares apresentam os pressupostos norteadores da formação profissional, tendo como marco o debate nos anos 1990 em torno da redefinição do projeto profissional e do significado social da profissão enquanto especialização do trabalho coletivo inserido na divisão sociotécnica do trabalho. Nessa perspectiva, entende a historicidade do Serviço Social, seu objeto de trabalho e sua inserção nos quadros das relações sociais.

Ao considerar os princípios que definem as diretrizes curriculares na formação profissional e sua capacidade teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, o princípio da “Apreensão crítica do processo histórico como totalidade” das Diretrizes Curriculares capta a articulação da reflexão com a categoria gramsciana de política, por entender que ela remete a um sentido universal, para além dos aspectos econômicos. De acordo com a tematização elaborada por Gramsci, a categoria política é percebida como uma modalidade de práxis da superestrutura que expressa as formas de consciência e atua tanto no conflitos cotidianos – “egoístico-passional” – quanto no elemento catártico, isto é, no processo de elevação da consciência determinada pela imediatez da vida cotidiana à consciência da universalidade do gênero humano – momento “ético-político”. (GRAMSCI, 1999).

A categoria política não se desvincula da filosofia e da economia, ela expressa o agir, pois, para Gramsci (1999), a filosofia da práxis – o marxismo – conduz o indivíduo a uma nova concepção superior de mundo. O Serviço Social ancorado na tradição marxista, também é partícipe do projeto de uma nova concepção de realidade, de na sua relação teórico-prática participar da construção de um projeto de sociedade, de uma nova hegemonia, entendida enquanto direção intelectual e moral.

Por isso, a profissão de Serviço Social inserida nas relações sociais de reprodução, tem como matéria de trabalho as expressões da questão social, cujo exercício pauta-se na materialização dos direitos sociais por meio das políticas sociais como parte dos resultados da riqueza socialmente produzida.

Pela direção social do projeto profissional do Serviço Social, vinculado a um projeto social radicalmente democrático, a categoria política contribui para estabelecer a



relação com os princípios do Código de Ética, especialmente, o que se trata da “Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero”. (CFESS, 2012, p. 24). Em outras palavras, a política se articula com o conjunto das relações sociais e do Serviço Social, pois, a profissão atua com uma demanda com características política e ideológica. Os profissionais intervêm em relações conflituosas, cuja base material é constituída por serviços e políticas sociais, em que a dimensão educativa é frequentemente requisitada.

Por participar do conjunto das relações sociais, o Serviço Social também é uma profissão com característica política, um sujeito político que participa da reprodução social dos sujeitos, atua sobre uma vontade coletiva na defesa dos direitos sociais e da profissão, pois, se coloca num campo histórico de luta e de contradições. Quanto a Gramsci, se importa com os elementos de preparação das condições e processos políticos da práxis revolucionária, uma vez que a vida social é um terreno dinâmico de alternativas para a luta política que corresponda a vontade coletiva. O Serviço Social se insere nesse processo, já que o projeto profissional assume um compromisso com os interesses históricos da classe trabalhadora, defende uma nova sociabilidade, bem como lhe é possibilitado a formação de uma consciência dos indivíduos pelo princípio educativo.

#### **3.4. Temáticas constitutivas do objeto de pesquisa: um panorama das categorias gramscianas nas teses e dissertações**

Esse item evidencia um panorama das categorias gramscianas localizadas nas teses e dissertações dos programas de pós-graduação nas universidades já devidamente referenciadas nos itens anteriores. Essa possibilidade advém do levantamento documental desses trabalhos para a definição da amostra a partir de critérios, que exigiu a leitura de determinados itens dos trabalhos, tal como explicado na Introdução. A análise das teses e dissertações da UFMA, UFPE e UFPI será o foco do quarto capítulo.

Como o campo empírico envolve os programas de pós-graduação na área de Serviço Social no nordeste e considerando o amplo levantamento documental desses trabalhos, é interessante apresentar um panorama incluindo as dissertações e teses defendidas que não fazem parte da amostra, mas que dialogaram com Antonio Gramsci. Com isso, pretende-se dar visibilidade a essas produções de conhecimento e enfatizar a presença marcante da interlocução do pensamento de Gramsci no Serviço Social, o que confere rigor teórico e densidade ao projeto defendido pela categoria de assistentes sociais.

As motivações dos autores das teses e dissertações mapeadas revelam particularidades próprias à profissão, a exemplo do exercício profissional nas diferentes políticas sociais; os espaços de organização profissional; a continuidade de discussão do objeto desenvolvido anteriormente em pesquisa institucional; trabalhos de conclusão de curso; experiências com assessoria; continuidade de pesquisa desenvolvida no mestrado.

No geral, as categorias gramscianas que mais aparecem nas dissertações e teses são: Estado, Sociedade Civil, Hegemonia, Intelectuais e Política. No entanto, constata-se a presença de outras categorias que também tem sua devida importância de análise, interpretação e sustentação teórica na compreensão de um dado complexo da realidade. Assim, são elencadas as demais categorias trabalhadas com menor frequência: Americanismo e fordismo, Revolução passiva, Estrutura, Superestrutura, Senso comum, Política, Princípio educativo, Vontade coletiva, Transformismo, Coerção, Consenso, Ideologia, Intelectuais, Bloco histórico, Função pedagógica, Classes subalternas, Catarse, Filosofia da Práxis, Escola unitária.

Os objetos de pesquisa das teses e dissertações requisitam apropriações que lhe confirmem sustentação teórica e ao mesmo tempo, pertinência no campo da produção de conhecimento. Dada a contribuição do pensamento de Gramsci no Serviço Social a partir da década de 1970, há continuidade na apropriação de seu pensamento nessa área, assim, as teses e dissertações indicam essa possibilidade, tendo em vista as interfaces temáticas com que aparecem suas principais categorias.

As categorias de Antonio Gramsci foram apropriadas por vários intelectuais brasileiros desde a década de 1960, principalmente no espaço universitário quando suas obras foram traduzidas e publicadas no Brasil. Essa apropriação partiu da necessidade de entender a realidade brasileira e pensar na alternativa revolucionária à época. Assim, essas categorias foram vistas como instrumento adequado para a construção de um marxismo diferente da herança da Terceira Internacional (Cf. item 2.1). Em relação ao Serviço Social, – desfrutava de reconhecimento legal, se afirmava como profissão liberal e já inscrita na divisão sociotécnica do trabalho (SIMIONATTO, 2011b) – essa aproximação ocorreu por intermédio dos assistentes sociais vinculadas/os a academia nos anos 1970 e 1980 na tentativa de compreender a profissão e sua inserção na sociedade capitalista, na possibilidade de pensar metodologias científicas (discussão metodológica) para a profissão.

Resgata-se o debate realizado por Simionatto (2011b) sobre a aproximação do Serviço Social<sup>74</sup> com o pensamento de Antonio Gramsci, cujo início se dá no âmbito dos cursos de pós-graduação, especialmente na PUC-SP e PUC-RJ. No final dessa década, o referencial gramsciano é tido como possibilidade para pensar a atuação profissional como intelectual orgânico vinculado a classes subalternas e como alternativa ao distanciamento do pensamento althusseriano.

Além disso, essa aproximação também indicou o processo de ruptura com o Serviço Social conservador, com a possibilidade concreta de renovação dos aportes teórico-metodológicos a partir de apropriação da teoria social crítica, embora inicialmente, tenha resultado na interpretação equivocada do pensamento marxiano. Essa superação ocorre desde os anos de 1980 com a construção do projeto ético-político profissional vinculado aos interesses da classe trabalhadora e numa direção ético-política e societária. A influência de Gramsci no Serviço Social qualifica o processo de ruptura através de autores, como Marina Maciel Abreu, Franci Gomes, Vicente de Paula Faleiros, Safira Ammann, Miriam Limoeiro Cardoso e Alba Pinto Carvalho (SIMIONATTO, 2011b). Assim, a aproximação com os pressupostos de Antonio Gramsci tornam-se fundamental na direção de práticas profissionais superando as práticas tradicionais.

A difusão do pensamento gramsciano no Serviço Social ocorre em discussões das turmas de pós-graduação por causa da interlocução da profissão com outras áreas das ciências sociais, tendo o marco decisivo as produções acadêmicas do curso de mestrado e nas discussões com os professores em outras disciplinas. É salutar o que Simionatto (2011b, p. 183) traz da fala da professora Alba Carvalho da aproximação do Serviço Social com o pensamento de Gramsci: “Gramsci não é incorporado pelo Serviço Social simplesmente porque outras áreas o estavam discutindo. Ele é buscado em um momento de efervescência, quando se tentava compreender a contribuição da profissão no processo de transformação social’.”.

---

<sup>74</sup> A aproximação do Serviço Social com a tradição marxista ocorre ainda no início da década de 1960, sendo interrompida pela conjuntura política do golpe de 1964 e retoma-se a partir da segunda metade da década de 1970. As condições são as que se colocam: “as modificações sofridas pela sociedade brasileira nesse período ampliaram, conseqüentemente, os espaços da ação profissional dos assistentes sociais. Se, no passado, as formas de prática encontravam-se mais restritas ao âmbito institucional, a categoria passa a entrever, agora, a possibilidade de uma maior aproximação com o movimento organizativo das classes subalternas”. (SIMIONATTO, 2011b, 169). A autora ainda coloca que a prática profissional também se redefine, afastando-se da perspectiva modernizadora e delineando um projeto de ruptura, “[...] as reflexões profissionais mudam de direção, na medida mesma em que se colocam frente a frente com a realidade e com as condições de existência das camadas exploradas da população.”.

Em suma, pode-se afirmar o ganho para o Serviço Social com o pensamento de Gramsci, pois, o debate a partir de suas categorias – formação da vontade coletiva, ideologia, consenso, hegemonia, reforma intelectual e moral – permitiram pensar as problemáticas da época. Simionatto (2011b) aponta ainda que essas categorias são portadoras de mediação, não dá para se pensar isoladas, sem situá-las dentro da perspectiva política, ideológica e marxista, com que Gramsci trabalhou. Por fim, o ganho com esse aporte foi a ponte para se pensar o Serviço Social no interior do marxismo, além das grandes questões da contemporaneidade.

Pensar na direção teórico-metodológica do Serviço Social a partir da influência gramsciana no processo de ruptura e tendo em vista o amadurecimento dos pressupostos do projeto profissional alinhado a uma direção ético-política, Gramsci continua dando densidade a esse projeto. Nessa linha, o objeto de pesquisa ora apresentado tenta evidenciar essa perspectiva no âmbito da produção de conhecimento assim como trabalhos recentes fizeram (uma tese e uma dissertação que serviram de inspiração para a presente dissertação), frutos de pesquisa na pós-graduação em Serviço Social cujo foco desdobra-se na produção de conhecimento do Serviço Social com aporte no pensamento de Gramsci, são eles, uma tese e uma dissertação, respectivamente: *O Pensamento de Antonio Gramsci na produção teórica do Serviço Social brasileiro*, de autoria de Fabiana Negri (2016) e *A produção do conhecimento no Serviço Social brasileiro a partir de Antonio Gramsci: um estudo dos programas de pós-graduação na área Social (2010-2015)* (2017), de autoria de Sabrina Aparecida da Silva, ambas vinculados à Universidade Federal de Santa Catarina.

Foi a partir da reflexão sobre a densidade dessa interlocução, que se avalia como pertinente trazer um panorama demonstrativo das categorias gramscianas relacionadas às temáticas identificadas nas teses e dissertações defendidas. Consta-se que da totalidade<sup>75</sup> dos programas de pós-graduação na área de Serviço Social no nordeste analisados por essa pesquisa, apresenta-se alguns trabalhos com aporte teórico fundamentado em Gramsci.

As temáticas para agrupar o conjunto de dissertações e teses foram definidas pela pesquisadora tendo como referência os títulos dos trabalhos. Sendo assim, foram considerados eixos temáticos aglutinadores: Políticas Públicas, para abranger os trabalhos sobre políticas específicas tais como, lazer, educação, saúde, assistência social, economia, segurança pública, cultura, microcrédito e trabalho; Formação Profissional; Organização

---

<sup>75</sup> Na totalidade estão excluídos os dois cursos do Estado da Bahia tendo em vista a aprovação dos programas no final de 2018 e o da Universidade Federal Rural de Pernambuco por ter obtido conceito 2 na avaliação quadrienal (2013-2016) da CAPES.

Política e Participação; Exercício Profissional; Espaço Urbano e Desenvolvimento; Mídia e Comunicação; Gestão e Controle Social; Democracia; Trabalho; Movimentos Sociais; Serviço Social: fundamentos e produção de conhecimento; Terceiro Setor e ONGs; Questão Ambiental; Direitos; Gênero.

É relevante destacar que na elaboração desse panorama a partir das temáticas, são tomados como referência para análise, dois trabalhos relacionados a cada temática, com destaque para o objeto de pesquisa e citação dos trechos que ilustre o diálogo com as categorias gramscianas.

### 3.4.1. Temática Políticas Públicas: categorias gramscianas identificadas

**Quadro 20** – Temática Políticas Públicas: categorias gramscianas identificadas

Temática	Categorias identificadas	Universidade
Políticas Públicas: - lazer; - educação; - saúde; - economia; - segurança pública; - cultura; - microcrédito; - trabalho	Escola única, democracia, sociedade civil, Estado, estado ampliado, classes subalternas, hegemonia, intelectual orgânico, direito, relações de forças, emancipação política, consenso e coerção, estrutura, superestrutura, crise orgânica, guerra de posição, vontade coletiva, americanismo e fordismo, bloco histórico, catarse, senso comum, cultura	UFMA, UFPE, UFPI, UFRN, UFS, UERN, UECE, UFPB, UEPB, UFAL

Fonte: Elaboração própria com base no levantamento documental das teses e dissertações (2019).

A temática **Políticas Públicas** envolve a análise de políticas distintas tais como, **lazer, educação, saúde, economia, segurança pública, cultura, microcrédito e trabalho, e assistência social**. Congrega teses e dissertações oriundas dos 10 programas de pós-graduação vinculados às Universidades UFMA, UFPE, UFPI, UFRN, UFS, UERN, UFAL, UECE, UFPB, UEPB. Os temas dos trabalhos estão assim relacionados:

- **Lazer**: as políticas de lazer na agenda brasileira;

- **Saúde**: há uma diversidade de objetos de pesquisa no âmbito da saúde. Entre eles destacam-se trabalhos com foco na gerência dos serviços hospitalares; na saúde da população negra; no financiamento; no acesso e a proteção do conhecimento tradicional de plantas medicinais e fitoterápicas; a estratégia de saúde da família; avanços e retrocessos da política de enfrentamento à AIDS; a política de saúde mental na contemporaneidade; interesses do capital na atenção oncológica;

- **Assistência**: em relação à essa política encontram-se dissertações e/ou teses privilegiando como recorte de pesquisa os programas assistenciais (BPC e PBF); a

vigilância socioassistencial; a proteção básica; a intersetorialidade; a assistência à criança; pedagogia da hegemonia na assistência social; proteção social para crianças e adolescentes vítimas de violência; contradições do trabalho em rede; a condição da assistência social nas estratégias de dominação burguesa dos governos Lula; serviço de acolhimento de idosos; bolsa Família e reprodução da força de trabalho no Brasil; território e gestão da política nacional de assistência social; implementação e execução da assistência na perspectiva do direito; assistência social e as ideologias do social-liberalismo;

- **Educação:** essa política é contemplada com trabalhos que analisam a assistência estudantil; inclusão escolar; iniciação profissional; programa de inclusão educacional; educação a distância; educação básica; programas de leitura; implementação das políticas educacionais; contrarreforma universitária; política de educação profissional;

- **Economia:** avaliação política dos fundamentos ideológicos da economia solidária;

- **Segurança pública:** intersetorialidade na política de segurança pública; a política de segurança pública entre o monopólio da força e os direitos humanos;

- **Trabalho:** trabalho no instituto de reeducação penal; política de reintegração social de presidiários em regime aberto e semiaberto;

- **Microcrédito:** a pobreza na financeirização e a mediação do agroamigo rural;

- **Cultura:** contradições e tensões do bumba-meu-boi na cultura popular e no poder político, ecos da balaiada na memória oral de idosos.

Na dissertação intitulada *Trabalho social com grupo de famílias na proteção básica da assistência social em Piripiri-PI: fortalecimento da participação na perspectiva da emancipação social?* (UFPI, 2017), autoria de Poliana de Oliveira Carvalho, tem foco na proteção básica da assistência social e analisa o potencial do trabalho social com famílias na Proteção Social Básica, verifica como os objetivos de autonomia, participação e protagonismo são implementados, isto é, se na perspectiva da emancipação social ou de forma individualizada. Constata-se o uso das categorias emancipação política e hegemonia. É interessante destacar a passagem que discute a emancipação política e humana na perspectiva marxista na sociabilidade capitalista, mencionando que para Gramsci há que buscar também a emancipação política e cultural. Nesses termos, Carvalho (2017, p. 27) cita-o para entender a categoria hegemonia:

Gramsci trabalha com a categoria da hegemonia. A Hegemonia na sua perspectiva se reveste de uma dupla dimensão: econômica e político-cultural. Estado capitalista difunde a hegemonia, não apenas fundamentado na dominação coerciva, mas na coesão, na busca do

consenso e aceitação em torno da ordem, que quer dizer isso, senão que por Estado deve-se entender não somente o aparelho governamental, mas também o aparelho —privado de hegemonia, ou sociedade civil, como ele destaca. [...] Como enfatiza Buci-Gluckmann (1980), a hegemonia pressupõe indubitavelmente que se leve em conta interesses e grupos sobre os quais a se exerce, que se forme certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômica corporativa; mas é evidente que tais sacrifícios e tal compromisso não podem comprometer o essencial. Por que se a hegemonia é ético-política, ela não pode deixar de ser econômica, ela não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce nos setores decisivos da produção.

Na mesma temática, sendo o foco na educação e política estudantil, a dissertação *Programa de Iniciação Profissional no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN/Mossoró: avaliando sua efetividade* (2016) (UERN, 2017), de Ana Cristina Almeida de Oliveira, apresenta as categorias Estado, sociedade civil e educação para subsidiar a análise da efetividade do Programa de Iniciação Profissional desenvolvido pela Assistência Estudantil do Instituto Federal do Rio Grande do Norte. No texto há discussões referentes às funções do Estado moderno, na previsão de ações que asseguram a manutenção e as necessidades da ordem capitalista, incluindo as funções de ordem jurídica, política e integradora, sendo esta última por meios diversos, entre eles, a educação. A autora destaca a percepção de Gramsci na ampliação do Estado, “[...] concebendo-o como resultado da articulação entre a sociedade civil (conjunto de organismos que se responsabilizam pela difusão da ideologia da classe dominante) e a sociedade política (que corresponde à dominação de forma direta por formas jurídicas), formando a superestrutura.” (OLIVEIRA, 2017, p. 22).

Assim, inferimos que o Estado não se restringe apenas às ações de ordem política e jurídica, mas também representa e difunde a hegemonia de uma classe, de forma a atuar conforme suas necessidades. Nessa perspectiva gramsciana, é por meio da sociedade civil que a classe dominada pode difundir também suas ideologias e chegar, por meio do consenso, a dominar a sociedade política. (OLIVEIRA, 2017, p. 22).

### 3.4.2. Temática Formação Profissional: categorias gramscianas identificadas

**Quadro 21** – Temática Formação Profissional: categorias gramscianas identificadas

Temática	Categorias identificadas	Universidade
Formação Profissional	Religião, educação, hegemonia, intelectuais, classes subalternas, superestrutura, filosofia da práxis, intelectual, americanismo e fordismo, senso comum, cultura, crise orgânica	UFMA, UERN, UECE, UFPB, UFPE



Fonte: Elaboração própria com base no levantamento documental das teses e dissertações (2019).

Na temática referente à **Formação Profissional** foram identificados trabalhos em cinco programas de pós-graduação vinculados às Universidades: UFMA, UERN, UECE, UFPE e UFPB. Suas interfaces com os títulos são: neoconservadorismo religioso na formação; embates no estágio entre projeto ético-político e as demandas do mercado; condições de ensino e trabalho na educação a distância; pesquisa em tempos de contrarreforma da educação superior; tendências da formação acadêmico-profissional do Serviço Social; Serviço Social e direitos humanos; a direção ético-política do Serviço Social nas faculdades privadas; rebatimentos do processo de expansão e interiorização da Universidade Federal de Alagoas no Curso de Serviço Social.

Na interface entre as categorias gramscianas e as temáticas dos trabalhos mapeados, um dos trabalhos intitulado *Condições de ensino e trabalho na modalidade de ensino à distância nos cursos de graduação em Serviço Social na cidade de Mossoró/RN* (UERN, 2016), autoria de Luiz Júnio de Santiago Almeida, apresenta as categorias educação, hegemonia e intelectual. São utilizadas pelo autor para análise das condições de ensino e trabalho na modalidade de ensino a distância na graduação em Serviço Social. Aborda a concepção de educação na sociedade brasileira chamando a atenção para a existência de distintas abordagens educacionais e para o tipo de educação considerado no seu trabalho, com destaque para a concepção de Gramsci. Assim, “[...] trabalharemos a educação numa perspectiva gramsciana, para Gramsci a ideologia não é uma aparência, mas é sim objetiva e atuante se constituindo no bloco histórico” (ALMEIDA, 2016, p. 16). Aborda a educação na perspectiva gramsciana dialogando com comentadores:

Gramsci trabalhava educação articulado ao ensino, sempre buscando uma renovação de maneira ativista ‘a luta contra a velha escola era justa, mas tratava-se de uma questão de homens, mais que programas.’ (MANACORDA, 1990, p. 175). Fica explícito a importância que ele dava as lutas dos homens como seres históricos que podiam superar estruturas arcaicas buscando um novo modelo social. Dessa maneira a educação tem um papel transformador e histórico. (ALMEIDA, 2016, p. 16).

Dá sentido a concepção gramsciana de educação quando afirma:

Gramsci trabalha o conceito de educação sendo numa perspectiva emancipatória, visando a superação do atual modelo de exploração, para isso se faz necessário a corrosão do bloco histórico dominante. [...] Fica claro que a concepção gramsciana de educação, se realiza dentro das lutas

de classe, assim como as escolas podem contribuir para a reprodução do capital, também se apresentam como instrumento de estratégia para a classe trabalhadora. (ALMEIDA, 2016, p. 17).

Outro trabalho de dissertação, *Serviço Social e neoconservadorismo religioso: a percepção dos/as estudantes e os desafios para o projeto ético-político* (UECE, 2013), de Paulo Wescley Maia Pinheiro, analisa o avanço do pensamento neoconservador no Serviço Social com foco na incidência do caráter religioso nas percepções ético-políticas e teórico-metodológicas na formação profissional. Constam as categorias hegemonia, classes subalternas, intelectuais e superestrutura. A hegemonia surge articulada a outras categorias numa tentativa de prospecção das ideias que a circundam.

Gramsci, quando discorreu sobre como as instituições sociais possuem seus meios de propagação de ideias, ratificando a ordem vigente, também asseverou que, em suas contradições, as instituições sociais na sociedade capitalista permitem também o choque contra-hegemônico, elemento galgado pelos intelectuais da classe subalterna. (PINHEIRO, 2013, p. 58-59).

Menciona que Gramsci lançou mão sobre as questões da esfera superestrutural, as tensões do Estado ampliado e a propagação, construção e disputas dos valores hegemônicos por meio dos organismos privados de hegemonia. O autor traz à tona as importantes contribuições gramscianas sem se deter conceitualmente, mas inter-relacionado com o objeto de pesquisa.

### **3.4.3. Temática Organização Política e Participação: categorias gramscianas identificadas**

**Quadro 22** – Temática Organização Política e Participação: categorias gramscianas identificadas

<b>Temática</b>	<b>Categorias identificadas</b>	<b>Universidade</b>
Organização Política e Participação	Partidos, intelectuais, emancipação política/humana, cultura popular, classes subalternas, hegemonia, política, Estado, bloco histórico, ideologia, superestrutura, estado ampliado, sociedade civil, senso comum, revolução passiva, transformismo, americanismo, vontade coletiva	UFMA, UFS, UFPE, UFRN

Fonte: Elaboração própria com base no levantamento documental das teses e dissertações (2019).

Acerca da temática **Organização Política e Participação**, concentram-se teses e dissertações de quatro programas de pós-graduação vinculados às Universidades: UFMA,

UFPE, UFS e UFRN. Os títulos fazem referência: a emancipação humana nos sindicatos e partidos; expressões de resistência por meio do Maracatu Rural; atuação do CFESS na (re)construção do projeto político; consenso e conflitos do sindicato dos professores estaduais; participação dos assistentes sociais em CRESS; participação dos trabalhadores da reforma agrária; enfrentamento do trabalho precarizado na agenda sindical; gestão compartilhada da política de enfrentamento à pobreza; associativismo urbano; cooperação agrícola e organização dos trabalhadores rurais; lutas sociais dos sujeitos políticos no processo de reforma sanitária.

Um dos trabalhos, *O enfrentamento do trabalho precarizado na agenda sindical de assistentes sociais* (UFS, 2017), de Rosely Anacleto de Jesus Morais de Almeida, faz uso da categoria organização sindical objetivando analisar a atuação dos sindicatos de assistentes sociais e/ou associações profissionais de natureza sindical no enfrentamento do trabalho precarizado. A autora dedica um item sobre o pensamento de Gramsci, com suas intervenções sobre os sindicatos, a organização operária, a construção do seu pensamento diante dos problemas reais e também dos conselhos de fábrica, como se observa abaixo:

[...] ao mesmo tempo em que Gramsci enxergava as potencialidades dos Conselhos de Fábrica, protestava por eles serem dirigidos por líderes sindicais vinculados à ala reformista do PS [Partido Socialista], os quais no seu entender, representavam interesses corporativos, que tendiam a reproduzir o burocratismo alemão sem pautar discussões sobre a vigência do regime de trabalho assalariado. Gramsci defendia que os Conselhos fossem plurais e eleitos diretamente pelo conjunto dos trabalhadores, independentemente de serem sindicalizados ou não. (ALMEIDA, 2017, p. 63).

Argumenta sobre o pensamento de Gramsci acerca dos sindicatos, como os limites da atuação sindical quando esta se mantém presa à divisão social e técnica do trabalho, a exemplo da experiência conselhistas com a Comuna de Paris, um fio de continuidade e ruptura com o pensamento de Lênin e considera que Gramsci fez poucas considerações sobre os sindicatos.

Outro trabalho de tese, *A mediação da organização política na (re)construção do projeto profissional: o protagonismo do Conselho Federal de Serviço Social* (UFPE, 2005), autoria de Sâmia Rodrigues Ramos, discute a atuação do CFESS na (re)construção do projeto político fazendo interlocuções com o pensamento gramsciano e o elege numa perspectiva teórico-metodológica na análise das condições objetivas e subjetivas da ação política. Nesse viés, aponta os pensadores que influenciaram Gramsci:

Considerando as contribuições, notadamente de Marx, Engels e Lênin, Gramsci, pensador e militante, comunista italiano, elaborou novos elementos em torno da noção de política, relacionada à questão da hegemonia, desenvolvendo aspectos políticos que não haviam sido tratados satisfatoriamente pelo economicismo da Segunda Internacional, o que enriqueceu significativamente o debate no âmbito do pensamento marxista. (RAMOS, 2005, p. 44).

A autora analisa suas contribuições no âmbito da política, especialmente quanto ao partido político como catalisador para a organização política das classes sociais, assim como sua atuação na reforma intelectual e moral dos indivíduos, ou seja, na formação de uma nova concepção de mundo.

#### 3.4.4. Temática Exercício Profissional: categorias gramscianas identificadas

**Quadro 23** – Temática Exercício Profissional: categorias gramscianas identificadas

Temática	Categorias identificadas	Universidade
Exercício Profissional	Educação, hegemonia, cultura, ideologia, Estado, intelectual, sociedade civil, senso comum, dimensão educativa, função pedagógica, classes subalternas, estado, sociedade política, americanismo e fordismo, transformismo, revolução passiva	UFMA, UFPE, UFRN, UFS, UERN, UECE, UFPB, UFAL

Fonte: Elaboração própria com base no levantamento documental das teses e dissertações(2019).

No tocante a temática **Exercício Profissional**, as teses e dissertações se distribuem nos seguintes programas de pós-graduação de 08 universidades: UFMA, UFPE, UFRN, UFS, UERN, UECE, UFPB, UFAL. Os títulos dos trabalhos estão relacionados a: Serviço Social e a reprodução do conservadorismo no exercício profissional; formação e a prática dos assistentes sociais no Programa Bolsa Família; análise do trabalho profissional no INSS; desafios e possibilidades da relação entre Educação, Serviço Social e Projeto Ético-Político; intersectorialidade no exercício profissional na Educação; o exercício profissional do assistente social na política de educação; o exercício profissional do assistente social na educação superior; pautas de análise das competências e atribuições profissionais dos assistentes sociais na atenção básica de saúde; análise do Serviço Social nos CAPS AD; análise das condições de trabalho dos assistentes sociais no âmbito hospitalar; análise do processo interventivo da profissão na política de assistência social; a relação do projeto ético-político e exercício profissional na atualidade; o caráter educativo do Serviço Social do Comércio; tendências dos perfis pedagógicos do assistente social na educação; o Serviço Social no espaço escolar; exercício profissional na assistência estudantil; racionalidade e

instrumentalidade no exercício profissional diante da contrarreforma da saúde; impactos e desafios ao Serviço Social no SUS no contexto de contrarreforma na política de saúde.

Nota-se que a maioria dos títulos dos trabalhos direciona para análise do exercício profissional do assistente social nas diversas políticas públicas.

Um exemplo é a dissertação de Ingredi Palmieri Oliveira, intitulada *O exercício profissional do assistente social na política de educação em Aracaju/SE: um estudo de demandas e respostas profissionais* (UFS, 2014). A pesquisa abrange o exercício profissional do assistente social na política de educação e utiliza as categorias gramscianas de escola unitária, educação, americanismo e fordismo. O trabalho analisa as demandas e respostas socioprofissionais do assistente social na área de educação no município de Aracaju/SE.

A autora toma como referência a concepção de educação em autores marxistas, especialmente Gramsci, por considerar que sua contribuição “[...] reside no fato de o mesmo potencializar a incorporação das diferentes esferas sociais (a exemplo da cultura e do Estado ampliado) à sua proposição teórica, numa interlocução com a proposição marxiana mais direcionada à esfera produtiva”. (OLIVEIRA, 2014, p. 35).

Sobre as formulações teóricas e práticas da educação com outras categorias, pondera que Gramsci “[...] propõe uma alternativa de educação para a classe trabalhadora, caracterizada como ‘escola desinteressada do trabalho, de caráter humanista’, incorporando o trabalho como princípio educativo numa proposta de ‘escola unitária’” (OLIVEIRA, 2014, p. 36). Considera que a educação expressa o espaço das lutas de classes porque esta reproduz as relações sociais e veicula ideologias dominantes e contraditórias.

Outro trabalho ilustrativo, também uma dissertação, *O Serviço Social e a reprodução do conservadorismo: análise da atuação profissional na Política de Assistência Social em Aracaju/SE* (UFPB, 2013), de Taira Cris de Jesus Moreira, trata da análise da atuação profissional na Política de Assistência Social em Aracaju/SE, com enfoque nas formas como o conservadorismo se expressa na prática profissional dos assistentes sociais. A categoria Estado está presente no trabalho e a autora articula com a política social brasileira adotando como subsídio teórico a concepção de Estado na perspectiva gramsciana por considerar que esta oferece maior subsídio para se pensar as relações do Estado na fase monopolista do capitalismo. Problematisa tal concepção:

A concepção de Estado em Gramsci ressalta a importância da discussão do Estado como elemento da sociabilidade, diferenciando-se da

abordagem de Marx no entendimento da sociedade civil que para o referido autor designava apenas como determinação da infraestrutura econômica, enquanto que para Gramsci a sociedade civil compõe o próprio Estado. [...] A concepção gramsciana ampliada do Estado assume mais uma função para além da sua função coercitiva: passa a incorporar a função do consenso existente na esfera da sociedade civil. [...] O Estado para Gramsci (2001) é a junção entre a sociedade política (na sua função coercitiva) e a sociedade civil (esfera de disputa da hegemonia e consenso sendo exercida através de organizações civis como igreja, sindicato, escola, etc.). (MOREIRA, 2013, p. 70-71, supressões nossa).

### 3.4.5. Temática Espaço Urbano e Desenvolvimento: categorias gramscianas identificadas

**Quadro 24** – Temática Espaço Urbano e Desenvolvimento: categorias gramscianas identificadas

Temática	Categorias identificadas	Universidade
Espaço urbano e desenvolvimento	Correlação de forças, americanismo e fordismo, ideologia, intelectuais, revolução passiva, hegemonia, sociedade política, transformismo, sociedade civil, política, superestrutura, bloco histórico, Estado, estrutura	UFMA, UFPE, UFPI, UFAL

Fonte: Elaboração própria com base no levantamento documental das teses e dissertações (2019).

Para a temática **Espaço Urbano e Desenvolvimento** constata-se a trabalhos vinculados aos programas da UFMA, UFPE, UFPI, UFAL. Destes, os títulos versam sobre: modernização em São Luís; desenvolvimento urbano com a construção de via expressa; a reconstrução do projeto político burguês e as estratégias de desenvolvimento econômico e social no Brasil; segregação socioespacial e planejamento urbano; desconstrução ideopolítica na condução dos projetos de desenvolvimento; o capital na construção civil e relações do bloco de poder hegemônico no país; a reforma do neoliberalismo na era Lula; pacto entre sociedade civil e estado no enfrentamento do caráter destrutivo do capitalismo; fetichização dos planos diretores participativos.

A tese de Maria dos Remédios Beserra, intitulada *Segregação socioespacial e planejamento urbano em Picos (PI): entre as demandas da população e as decisões do Poder Público Municipal* (UFPI, 2016), reflete sobre o fenômeno da segregação socioespacial e o planejamento urbano numa cidade do Estado do Piauí. Encontram-se na tese as categorias hegemonia, sociedade civil, sociedade política e intelectuais. Verifica-se a discussão de sociedade civil a partir de autores gramscianos como “[...] o conjunto das associações sindicais, políticas, culturais, geralmente designadas como privadas, ou seja, pode então ser entendida como o conjunto formado pelos organismos denominados

privados”. (BESERRA, 2016, p. 176). Também se encontra a conceituação de intelectuais, em que a autora cita o intelectual na visão de Gramsci fazendo relação com as associações de moradores, elemento que faz parte do seu objeto de estudo. Na perspectiva teórico-metodológica, apropria-se de autor que se fundamenta em Gramsci para entender o problema que envolve a fragilidade da organização da classe trabalhadora em comparação à classe dominante, que dispõem de organizações culturais, políticas e econômicas na disseminação de seu projeto hegemônico.

Outra tese intitulada *O “novo” ciclo ideológico do desenvolvimento: a reconstrução do projeto político burguês e as estratégias de desenvolvimento econômico e social no Brasil* (UFPE, 2009), de Cézar Henrique Miranda Coelho Maranhão, cita categorias gramscianas para entender a reconstrução do projeto burguês na sociedade brasileira. O autor dialoga no sentido de transpor para a realidade brasileira, a exemplo das categorias intelectuais, ideologia, revolução passiva, transformismo e hegemonia, como é observado na citação a seguir:

[...] segundo Gramsci (2000), a classe dominante que almeja adquirir a condição de dirigente deve não só desenvolver seus próprios *intelectuais orgânicos*, responsáveis em elaborar uma nova concepção de mundo, mas também construir estratégias para reunir, em torno dos ideais de progresso, liberdade e igualdade, *intelectuais tradicionais*, ou seja, pensadores e educadores ligados a outras épocas e grupos sociais [...]. Por isso, tanto a construção de seus próprios intelectuais orgânicos como a cooptação dos intelectuais tradicionais configura-se como uma das principais estratégias na busca pela socialização e universalização dos interesses burgueses. (MARANHÃO, 2009, p. 24, supressões nossas).

Em outra passagem a respeito das experiências de revolução passiva no Brasil, pondera:

Não há dúvidas que a transição capitalista no Brasil e a cultura política forma de intervenção política que as classes dominantes brasileiras assumiram ao longo da história se aproximam e muito das características de ‘revolução pelo alto’ ou de ‘revolução/restauração’ apontadas por Lukács e Gramsci respectivamente. (MARANHÃO, 2009, p. 34-35).

### 3.4.6. Temática Mídia e Comunicação: categorias gramscianas identificadas

**Quadro 25** – Temática Mídia e Comunicação: categorias gramscianas identificadas

Temática	Categorias identificadas	Universidade
Mídia e Comunicação	Americanismo e fordismo, Estado, superestrutura, democracia, classes subalternas, luta de classes,	UFMA



	intelectuais, guerra de posição, hegemonia, comunicação, Estado ampliado	
--	--	--

Fonte: Elaboração própria com base no levantamento documental das teses e dissertações (2019).

Quanto à temática **Mídia e Comunicação**, congrega duas dissertações e uma tese. Essa temática só aparece no programa de pós-graduação da UFMA, logo o comentário será feito com a dissertação que não compõe a amostra deste estudo. Os títulos versam sobre acesso à informação nos portais de transparência e novas tecnologias de informação; poder público e meios de comunicação; e radiofusão comunitária.

Na dissertação intitulada *O acesso à informação pública e as novas tecnologias de informação e comunicação sob o neoliberalismo no Brasil: os Portais de Transparência como instrumento ideológico*, autoria de Kamila de Mesquita Campos (UFMA, 2015), nota-se a presença das categorias de ideologia, hegemonia e Estado. A tematização gramsciana desta última se desenvolve a partir das consequências econômico-sociais e políticas ocorridas após a Primeira Guerra Mundial, nas quais o questionamento de Gramsci incide sobre a crise do Estado liberal e o fortalecimento do capitalismo. Nesse intento, o Estado é entendido como “o organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo”, assim como “todo o complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente não só justifica e mantém seu domínio, mas consegue obter o consenso ativo dos governados [...]”. (GRAMSCI, 2002 apud CAMPOS, 2015, p. 20).

Observa-se também a distinção metodológica das esferas do Estado, isto é, da sociedade civil e sociedade política. Ambas compõem a unidade orgânica do Estado e assegura a hegemonia de uma classe sobre as outras. O Estado congrega além da sociedade política, a sociedade civil e seus aparelhos privados de hegemonia na manutenção do consenso, incorpora também demandas das classes subalternas, que visam, na visão de Campos (2015) ganhar espaços na esfera da sociedade civil a fim de criar uma nova hegemonia.

Apresenta uma pequena discussão acerca da ideologia, situada como uma concepção de mundo que se manifesta em diversos graus e esferas do cotidiano dos indivíduos e são expressões do desenvolvimento histórico e tem papel fundamental na organização das massas para modificação das estruturas que possibilitam as condições de dominação. No texto, a hegemonia não é simplesmente a ideologia no campo da

superestrutura, envolve também aspectos econômicos, políticos e culturais. A hegemonia é entendida como a

[...] capacidade das classes dominantes de se manter no poder utilizando o consenso e a coerção, ou seja, combinam a força e a violência com o consenso obtido dentro sociedade civil, através da aprovação do sistema de ideias e políticas que defendem. Portanto, para Gramsci (2008), a hegemonia não pode ser entendida apenas na esfera cultural ou política, mas no processo social como um todo, pois embora ‘nasça da fábrica’ ela se estende ao conjunto das relações sociais. (CAMPOS, 2015, p. 15).

Em suma, a autora só dialoga com Gramsci na introdução. Mas essa relação faz parte do seu diálogo, uma vez que o objeto contempla elementos ideológicos, concepções de Estado, da sociedade civil organizada envolvendo as tecnologias da informação utilizadas pelo governo enquanto estratégia de transparência governamental. A autora ressalta a exclusão digital e questiona a transparência governamental perpassada de orientação ideológica neoliberal, onde a disseminação dessas informações não atinge a todos os indivíduos, uma vez que a tecnologia da informação ainda não é acessível a todos.

### 3.4.7. Temática Gestão e Controle Social: categorias gramscianas identificadas

**Quadro 26** – Temática Gestão e Controle Social: categorias gramscianas identificadas

Temática	Categorias identificadas	Universidade
Gestão e Controle Social	Classes subalternas, sociedade civil, Estado, hegemonia, sociedade política, intelectuais, vontade coletiva, subalternidade, senso comum, ideologia, filosofia da práxis, estado, democracia, participação, Estado ampliado, revolução passiva, transformismo	UFPE, UFPI, UFAL, UFS, UFPB

Fonte: Elaboração própria com base no levantamento documental das teses e dissertações (2019).

A temática **Gestão e Controle Social** contempla trabalhos dos programas de pós-graduação das seguintes universidades: UFPE, UFPI, UFAL, UFS, UFPB. Os títulos versam sobre: Conselhos tutelares e a defesa do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária; sociedade civil nos conselhos de políticas públicas na assistência social; o controle social nas conferências nacionais de saúde; natureza e função dos conselhos tutelares na democracia; participação e construção democrática do conselho municipal de assistência; controle social e conselhos locais de saúde em Teresina; participação da sociedade civil no controle das contas públicas municipais; as representações sociais das práticas dos conselhos tutelares em João Pessoa; conselho estadual de saúde e socialização da política de saúde em Alagoas; dilemas da formação e

participação da sociedade civil nos conselhos municipais dos direitos da criança e adolescente; desafios da gestão democrática; conselho nacional de saúde e os condicionantes dos organismos internacionais; atuação dos conselheiros municipais de saúde; participação de agricultores no conselho de desenvolvimento rural; contradições do controle social na realidade brasileira; limites e perspectivas da democracia participativa no desenvolvimento territorial rural; análise teórica e conjuntural dos conselhos de saúde.

Observa-se a predominância dos trabalhos vinculados à temática do controle social, especialmente, na UFPE, assim como o controle social vinculado a atuação de atores da sociedade civil nesses conselhos.

Na dissertação *O controle social nas conferências nacionais de saúde: concepções, avanços e limites* (UFAL, 2009), de Iranir de Oliveira, constitui o foco do estudo, o controle social nas conferências nacionais de saúde e utiliza as categorias Estado, sociedade civil e hegemonia. A autora toma como suporte teórico no estudo, a concepção de Estado e sociedade civil nas perspectivas dos clássicos marxistas, com destaque para Gramsci, uma vez que o considera para a análise do controle social, especialmente na relação entre Estado e sociedade civil. Nesses termos,

Em Gramsci, a sociedade civil é vista como parte da superestrutura, sem desconsiderar as relações econômicas como o fundamento desta sociedade. Enquanto para Marx a sociedade civil é a estrutura, a base material e a infraestrutura econômica determinam o rumo do Estado, Gramsci afirma que a sociedade civil é parte da superestrutura; conseqüentemente, não pertence ao momento da estrutura. (OLIVEIRA, 2009, p. 22).

A mesma autora utiliza a categoria Estado fazendo a seguinte citação:

Segundo Carnoy (2005), o Estado para Gramsci é um instrumento de dominação e coerção, controlando os segmentos subalternos através dos seus aparelhos coercitivos; quanto à classe dominante, tanto mantém a dominação como procura conquistar o consentimento desses segmentos. (OLIVEIRA, 2009, p. 25).

Quanto ao conceito de hegemonia, a autora argumenta como sendo a categoria central no pensamento político de Gramsci e coloca como objetivo explícito: “[...] lutar pela hegemonia da classe operária no processo histórico contra a classe burguesa, no âmbito da sociedade civil.”. (OLIVEIRA, 2009, p. 23).

A outra dissertação intitulada *Participação e construção democrática: uma análise do conselho municipal de assistência social de Brasileira – PI* (UFPI, 2013), autoria de

Carmen Gean Veras de Meneses, traz as categorias sociedade civil, Estado ampliado, hegemonia e participação. A autora estuda a construção democrática e a participação no conselho municipal de Assistência Social. O trabalho tem interface com o direito por ser a mesma graduada na área Direito. Gramsci é utilizado para pensar a sociedade civil por considerá-lo como formulador de uma das concepções mais fecunda e rica de determinações possíveis de se pensar em projeto de superação da sociedade burguesa. Assim diz:

Para Gramsci, a sociedade civil pode ser definida como um conjunto de organizações responsáveis pela elaboração e difusão das ideologias com que as classes buscam exercer a hegemonia (TEIXEIRA, 2002, p. 42). O momento histórico em que viveu Antonio Gramsci, de certa forma, permitiu este entendimento, época marcada por crescente socialização política e por lutas da sociedade civil na defesa dos direitos políticos, sociais e econômicos, com o alargamento da esfera estatal e a absorção de demandas da classe trabalhadora no enfrentamento à supremacia burguesa. (MENESES, 2013, p. 38).

Aliada a teoria do Estado ampliado, complementa:

Gramsci cria assim sua teoria ampliada do Estado, sendo este constituído das duas esferas: a sociedade civil e a sociedade política, sendo interligadas e entrelaçadas. A primeira esfera compreende os aparelhos de coerção do Estado que passa a deter o monopólio legal, burocrático e policial. A segunda é formada pelas organizações responsáveis pela difusão das ideologias, como igrejas, partidos, enfim organismos sociais coletivos que Gramsci denomina de aparelhos privados de hegemonia. (MENESES, 2013, p. 38).

Entende que a sociedade civil é vista por Gramsci como arena de luta política “que defende a formação de uma contra-hegemonia”. É nessa esfera que predomina a disputa pela hegemonia, vista como direção moral e intelectual e que constitui um processo educativo com a finalidade de construir sujeitos historicamente ativos.

### 3.4.8. Temática Democracia: categorias gramscianas identificadas

**Quadro 27** – Temática Democracia: categorias gramscianas identificadas

Temática	Categorias identificadas	Universidade
Democracia	Relações de forças, intelectuais, sociedade civil, Estado, revolução passiva, Estado ampliado, sociedade política, transformismo, vontade coletiva	UFPE, UFRN

Fonte: Elaboração própria com base no levantamento documental das teses e dissertações (2019).

A temática **Democracia** abrange trabalhos da UFPE e UFRN, envolvendo os títulos de representação pernambucana no processo constituinte; a via democrática para o socialismo; controle democrático no capitalismo contemporâneo.

Um trabalho ilustrativo de dissertação é intitulado *Controle democrático no capitalismo contemporâneo: limites e contradições* (UFRN, 2011), de autoria de Neila Karla Fernandes da Costa, com foco na apreensão e análise das determinações estruturais e conjunturais que incidiram em mudanças no controle democrático instituído pela Constituição Federal de 1988.

A autora debate no texto a relação entre Estado e sociedade civil no enfrentamento a questão social, para isso, recupera sumariamente os pensamentos de autores clássicos acerca dessa categoria. Quanto à concepção gramsciana, afirma:

A concepção aqui defendida acerca da sociedade civil está centrada no pensamento gramsciano que a considera como espaço de disputa por distintos projetos societários, e que se contrapõe a visões apolíticas e anticlassistas. É nesse sentido, que se busca discutir a noção de sociedade civil e sua relação com o Estado na sociedade brasileira [...]. (COSTA, 2011, p. 45).

Percebe-se ainda a assimilação de categorias gramscianas para a análise da realidade brasileira, como o transformismo, onde as reivindicações históricas das classes subalternas são absorvidas pelo capital e colocadas sob sua direção social, evidenciando a adoção da política macroeconômica com aporte neoliberal pelo governo Lula da Silva em seus dois mandatos.

A outra dissertação, *A “via democrática para o socialismo” na Obra de Carlos Nelson Coutinho* (UFPE, 2003), escrita por Adriano Nascimento Silva, consiste num diálogo com as concepções de via democrática para o socialismo e o socialismo democrático na obra de Carlos Nelson Coutinho. Aparecem as categorias social-democracia, sociedade civil, sociedade política, revolução passiva e Estado. O autor dialoga com autores marxistas, incluindo Gramsci, sobre os aspectos e elementos que envolvem a democracia e o socialismo na obra de Coutinho.

Nesse diálogo, quando aborda a dimensão da reforma e ampliação dos direitos sociais pela burguesia estatal na absorção das reivindicações das classes subalternas, remete as características desse processo a Gramsci, a exemplo: “Para ele, a burocracia estatal não seria capaz de ir para além da conformação de medidas próprias do que Gramsci chamou de ‘revolução passiva’” (SILVA, 2003, p. 100).

Também se verifica o diálogo do autor com a concepção do Estado ampliado em Gramsci a partir da obra de Coutinho, quando enuncia:

[...] a teoria do Estado de Gramsci se aplicaria com maior grau de acerto, visto que sua concepção é contemporânea ao momento em que o fenômeno de efetivação do Estado moderno já se concretizou. Gramsci teria conduzido mais longe sua teoria por ter se empenhado em dar conta teoricamente do processo de socialização da política, [...] resultado do surgimento dos partidos de massa, da criação dos sindicatos representantes de um grande número de trabalhadores, do sufrágio universal. (SILVA, 2003, p. 132, supressões nossas).

O autor realiza reflexões sobre de Estado e sociedade civil na ótica gramsciana, tais como o protagonismo das organizações de massa, a reformulação do conceito marxiano de sociedade civil, como se observa a seguir: “[...] o termo sociedade civil estabelece que a hegemonia na sociedade dar-se-á pelo conjunto de organizações privadas responsáveis pela representação dos grupos sociais [...]”. (SILVA, 2003, p. 133).

### 3.4.9. Temática Trabalho: categorias gramscianas identificadas

**Quadro 28** – Temática Trabalho: categorias gramscianas identificadas

Temática	Categorias identificadas	Universidade
Trabalho	Controle, persuasão, coerção, intelectuais, sociedade civil, hegemonia, americanismo e fordismo, bloco histórico, partido político, revolução passiva, transformismo, Estado ampliado, ideologia, superestrutura, guerra de movimento, guerra de posição, consenso	UFPE, UFAL, UFRN, UFMA, UFPB,UEPB

Fonte: Elaboração própria com base no levantamento documental das teses e dissertações (2019).

Quanto à temática relacionada ao **Trabalho** constata-se a presença de trabalhos em seis programas de pós-graduação das universidades: UFPE, UFAL, UFMA, UFRN, UFPB, UEPB. Os títulos versam sobre: precarização do trabalho formal dos condutores de carga; configuração da precarização do trabalho no contexto de crise estrutural do capital; precarização do trabalho docente; precarização do trabalho na indústria têxtil; desarticulação das classes trabalhadoras; assalariamento dos trabalhadores improdutivos nos serviços; os determinantes da atuação dos intelectuais do trabalho no capitalismo contemporâneo; controle do capital sobre o trabalho na reestruturação empresarial brasileira; trabalho dos assistentes sociais no âmbito do Sistema Único de Assistência Social; trabalho voluntário; trabalho e qualificação profissional; lei orgânica do trabalho na

Venezuela; persistência do trabalho infantil; efeitos e contradições do microcrédito; reiteraões e resistências do trabalho docente; precarização do trabalho na sociedade capitalista.

Observa-se nessa temática, a referência predominante à sociedade capitalista sob o enfoque da reestruturação produtiva e os rebatimentos nas condições de trabalho, com focos diversificados dos objetos de pesquisa, exemplo, a precarização do trabalho docente e a precarização do trabalho na indústria têxtil.

Nessa temática, a tese de Reivan Marinho de Souza Carneiro, intitulada *Controle de qualidade e qualidade de vida: atuais formas de controle do capital sobre o trabalho na reestruturação empresarial brasileira nos anos 90* (UFPE, 2006) discute as formas objetivas e subjetivas de controle do capital sobre o trabalho no contexto da reestruturação empresarial brasileira nos anos de 1990. Utiliza as categorias de controle, consenso e coerção. Assim, resalta e recupera de Gramsci na abordagem da coerção, do consenso e do controle. Em referência à obra gramsciana *Americanismo e Fordismo*, argumenta:

Gramsci (2001) aprofunda a análise sobre a relação entre coerção e persuasão nos processos de organização do trabalho no capitalismo contemporâneo, quando afirma que a persuasão é um elemento necessário nas investidas históricas do capital durante a vigência do fordismo. [...] o autor aborda como coerção e persuasão se constituem nas relações intrafabris e na sociedade em função de uma nova forma de organização produtiva. (CARNEIRO, 2006, p. 95).

Assim, se apropria dos termos gramscianos ao evidenciar as formas de controle na produção capitalista, principalmente se considera o método de Henry Ford de organização dos modos de trabalho que impõe condições de manutenção do equilíbrio psicofísico do trabalhador fora da fábrica. Para a autora, a coação e a coerção são métodos de domínio do capital sobre o trabalho, assim discorre no texto como estas se expressam na forma de produção e reprodução do capitalismo.

Outro trabalho ilustrativo é a dissertação de Josivânia Estelita Gomes de Sousa, intitulada *“Eu não consigo dormir antes da meia noite...nunca”: precarização do trabalho docente e adoecimento no Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte* (UFRN, 2015), que faz uma abordagem sobre a precarização do trabalho e o processo de adoecimento dos professores. A autora apropria-se das categorias Estado ampliado e hegemonia indicando a discussão do Estado a partir de uma análise gramsciana



sobre as reconfigurações do papel do Estado brasileiro no que concerne a política de educação superior. Foi capturado o trecho na qual interpreta o Estado estrito:

Em uma análise gramsciana, temos uma indicação de Estado restrito, denominado de Sociedade política, onde as classes exercem sempre uma ditadura, a dominação mediante a coerção, sem desconsiderar a presença de outro lado da intervenção estatal – aquela relacionada à busca de consensos. (SOUSA, 2015, p. 41).

Menciona a influência marxiana de onde Gramsci expande o entendimento de Estado sem romper com a perspectiva marxista, assim como dos fenômenos superestruturais que o possibilitou a desenvolver a teoria de Estado. “Gramsci trabalha em um período onde era possível vivenciar a intensificação de processos de socialização e participação política, tais como a formação de grandes sindicatos e de partidos de massa e a conquista do sufrágio universal”. (SOUSA, 2015, p. 44). O Estado entendido por Gramsci comporta as esferas da sociedade civil e da sociedade política. É o organizador da sociedade e representa interesses antagônicos.

### 3.4.10. Temática Movimentos Sociais: categorias gramscianas identificadas

**Quadro 29** – Temática Movimentos Sociais: categorias gramscianas identificadas

Temática	Categorias identificadas	Universidade
Movimentos Sociais	Hegemonia, intelectuais, sociedade civil, guerra de posição e de movimento, classe subalterna, ideologia, partido político, religião, política, organização política, revolução passiva, transformismo, filosofia da práxis, educação, cultura, Estado, bloco histórico, vontade coletiva	UFPE, UFRN, UFS, UERN, UFAL

Fonte: Elaboração própria com base no levantamento documental das teses e dissertações (2019).

Quanto a temática relacionada aos **Movimentos Sociais**, os trabalhos foram localizados nos programas de pós-graduação de cinco universidades: UFPE, UFRN, UFS, UERN, UFAL, sendo os títulos relacionados: a experiência emancipatória dos movimentos sociais; contradições na produção sem a participação das mulheres negras no MST; MST e educação; processos religiosos e articulação de forças no MST; globalização neoliberal e lutas populares no Haiti; movimentos sociais e organização popular; resistência, luta e organização da juventude proletária; movimentos sociais e desenvolvimento territorial no sertão; organizações populares e movimentos de mulheres camponesas; movimento estudantil e partido político na atualidade; ação sócio-política a partir da ação sócio-

educativa do Movimento de Educação de Base; estudo com jovens do movimento feminista sobre a cultura política feminista; trajetórias feministas frente a epidemia de AIDS no Brasil; análise da frente nacional contra a privatização da saúde.

O trabalho de dissertação intitulado *Movimento de mulheres camponesas: uma análise do feminismo camponês popular*, de autoria de Larissa Souza Pinheiro (UERN, 2017) investiga a construção do feminismo camponês popular formulado pelo Movimento de Mulheres Camponesas. Observa-se no trabalho a presença das categorias transformismo, hegemonia e sociedade civil. A categoria transformismo é dialogada com a prática política do governo Lula que apesar das mudanças sócio-políticas, não rompe com os mandamentos neoliberais e adere a prática neodesenvolvimentista com vista ao crescimento sustentado, assim como o forte processo de cooptação das lideranças sindicais e dos diversos segmentos movimentos populares. Nesse sentido, o transformismo é sinalizado como: “[...] à obtenção de consenso estratégico pelo bloco no poder, mediante a incorporação passiva de personalidades opositoras e/ou de grupos radicais, que se tornam moderados.” (PINHEIRO, 2017, p. 48).

Na área dos movimentos sociais, a autora traz reflexões destes com a questão social e a sociedade civil, porque é nela que há visibilidade política da questão social pelos movimentos sociais, assim, amparada em Gramsci, expõe a sociedade civil como: “[...] o espaço em que as classes se organizam e defendem seus interesses, por meio de associações e organizações, sindicatos e partidos”. (PINHEIRO, 2017, p. 78). É nessa esfera que são difundidos os valores, as ideologias, visões de mundo e onde se expressam os interesses contraditórios e dos diferentes projetos societários.

Já o trabalho de dissertação sob o título, *Globalização neoliberal e lutas populares no Haiti: crítica à modernidade, sociedade civil e movimentos sociais no estado de crise social haitiano*, de autoria de Franck Seguy (UFPE, 2009), são identificadas as categorias sociedade civil e partido. Quanto a primeira, se insere no estudo em referência as organizações que elaboram e difundem a ideologia, assim como a esfera em que se difunde determinada hegemonia. O autor recorre a intérpretes gramscianos, a exemplo de Jorge Luis Acanda, Jean-Marc Potté.

Acerca do partido, observa-se a referência gramsciana em relação a base de organização do partido, como os espaços de produção, a exemplo das fábricas, pois, “[...] para Gramsci, isso fica claro: a formação da consciência do proletariado encontra seu alicerce nas fábricas. Nestas, o proletariado apreende as necessidades da ação coletiva e a importância da solidariedade e da ajuda mútua”. (SEGUY, 2009, p. 168). Essas afirmações

são entendidas pelo autor na premissa de que Gramsci pensa na identificação da classe operária com a fábrica, pois, ele não pode viver sem trabalhar e, trabalha de forma metódica e ordenada, já que a divisão do trabalho cria a unidade psicológica da classe operária.

### 3.4.11. Temática Serviço Social: fundamentos e produção de conhecimento: categorias gramscianas identificadas

**Quadro 30** – Temática Serviço Social: fundamentos e produção de conhecimento: categorias gramscianas identificadas

Temática	Categorias identificadas	Universidade
Serviço Social: fundamentos, produção de conhecimento	Classes subalternas, ideologia, filosofia da práxis, intelectuais, hegemonia, revolução passiva, escola unitária, estrutura, superestrutura, sociedade política, sociedade civil, crise orgânica, Estado	UFPE, UFRN, UECE, UFAL

Fonte: Elaboração própria com base no levantamento documental das teses e dissertações (2019).

Na temática de **Serviço Social: fundamentos, produção de conhecimento** encontra-se trabalhos dos programas de pós-graduação das seguintes universidades: UFPE, UFRN, UECE, UFAL. Os títulos dos trabalhos versam sobre o pensamento pós-moderno e Serviço Social; tendências político-teóricas e metodológicas da produção de conhecimento em Serviço Social sobre a Política de Assistência Social; história da Escola de Serviço Social em Pernambuco; análise do debate profissional sobre a promoção de saúde e Serviço Social; a relação entre produção de conhecimento nas teses de doutoramento e a direção social do projeto ético-político; tendências ideológicas do conservadorismo; análise das concepções de Estado em Karl Marx e Antonio Gramsci.

Nessa temática, o trabalho de dissertação *Política de Assistência Social no Brasil: apontamentos sobre as tendências político-teóricas e metodológicas da produção em Serviço Social*, de autoria de Marianna Andrade Tomaz (UFRN, 2014), traz uma análise das tendências político-teóricas e metodológicas das produções em Serviço Social acerca da concepção da política de Assistência Social no Brasil, utiliza as categorias intelectuais, Estado ampliado e hegemonia. Quando discute a universalização da cidadania e da concepção de Estado, principalmente quanto ao Estado brasileiro, insere a concepção gramsciana de Estado ampliado, enfatiza a influência de Marx, Engels e Lênin no pensamento de Gramsci, ressaltando os conflitos e tensões que lhe são inerentes. A autora faz reflexões através de um dos seus intérpretes, Carlos Nelson Coutinho.

Os novos elementos aduzidos por Gramsci não eliminam o núcleo fundamental da teoria restrita de Marx, Engels e Lênin, mas o repõem e transfiguram ao desenvolvê-lo através do acréscimo de novas determinações. Para Gramsci, o Estado seria formado pela soma de duas esferas: a sociedade política e a sociedade civil. A sociedade política seria o conjunto de aparelhos através dos quais a classe dominante detém e exerce o monopólio legal ou de fato da violência, trata-se dos aparelhos coercitivos do Estado. A sociedade civil seria o conjunto das instituições responsáveis pela representação dos interesses de diferentes grupos sociais, bem como pela elaboração e/ou difusão dos valores simbólicos e de ideologias. (TOMAZ, 2014, p. 91).

Quanto à hegemonia, insere no sentido das classes subalternas, onde sua expansão “[...] implica a conquista progressiva de posições através de um processo gradual de agregação de um novo bloco histórico, que inicialmente altera a correlação de forças na sociedade civil e termina por impor a ascensão de uma nova classe ao poder de Estado.” (TOMAZ, 2014, p. 91).

Já o trabalho de tese de Helena Maria Barros Padilha, intitulado *História da Escola de Serviço Social de Pernambuco: uma análise do projeto ideopolítico em articulação com a realidade pernambucana e brasileira dos anos 30 a 70 do século XX* (UFPE, 2008), aborda o projeto ideopolítico ou projetos desenvolvidos na história da Escola de Serviço Social de Pernambuco, da década de 1930 a 1970. Dialoga com as categorias classes subalternas, ideologia, filosofia da práxis, intelectuais, Estado ampliado.

No que diz respeito a categoria ideologia, inicia a discussão de onde Gramsci extrai o sentido do termo. No entendimento da autora, a filosofia da práxis assume um juízo de desvalor porque exclui a origem das ideias, sendo analisada como uma superestrutura. Nesse sentido afirma,

Gramsci (1981) observa que um elemento de erro na consideração sobre o valor das ideologias parece ser devido ao fato de que se dê o nome de ideologia tanto à superestrutura necessária de uma determinada estrutura, como às elucubrações arbitrárias de determinados indivíduos. O processo deste erro, segundo Gramsci, pode ser facilmente construído, primeiro, identificando a ideologia como sendo distinta da estrutura e afirmando-se que não são as ideologias que modificam a estrutura, mas sim vice-versa. Em segundo lugar, afirmando que uma determinada solução política é “ideológica”, isto é, insuficiente para modificar a estrutura, mesmo que acredite, poder modificá-la; afirma-se que é inútil, estúpida, etc. (PADILHA, 2008, p. 25).

Acrescenta a necessidade da distinção entre as ideologias orgânicas e as arbitrárias, assim como sua validade ideológica. Sua preocupação no esclarecimento do

posicionamento do termo ideologia em Gramsci se deve a inter-relação com o projeto ou projetos da Escola de Serviço Social de Pernambuco, objeto da pesquisa. Também se apropria de outras categorias em suas inter-relações, tais como a filosofia da práxis entendida como o materialismo histórico, os intelectuais tradicionais e orgânicos e suas funções na condição de conservadores ou transformadores e a relação com a singularidade subjetiva.

### 3.4.12. Temática Terceiro Setor e ONGs: categorias gramscianas identificadas

**Quadro 31** – Temática Terceiro Setor e ONGs: categorias gramscianas identificadas

Temática	Categorias identificadas	Universidade
Terceiro Setor e ONGs	Sociedade civil, Estado ampliado, ideologia, hegemonia, classes subalternas, Estado, revolução passiva, religião, fordismo, partido, cultura, sociedade política	UFPE, UFPI, UFRN, UECE, UFPB

Fonte: Elaboração própria com base no levantamento documental das teses e dissertações (2019).

Na temática relacionada a **Terceiro Setor e ONGs**, tem trabalhos vinculados aos programas das Universidades: UFPE, UFPI, UFRN, UECE, UFPB. Os títulos direcionam-se a: ONG e proteção a criança e adolescente; a parceria público-privado na implementação da política de assistência; tendências e particularidades do Serviço Social nas ONGs; relações e condições de trabalho do assistente social no terceiro setor; a solidariedade publicizada; organizações sociais no trato da problemática do lixo; o caso das parcerias na política de assistência social; voluntariado e terceiro setor; terceiro setor e estudo de projeto Santo Amaro; dimensão política das práticas das ONGs e sua relação com o Estado. No conjunto das teses e dissertações, visualiza-se a tendência de pesquisas direcionadas a parceria público e privado na execução da política.

Um dos trabalhos, dissertação denominada *Estado e sociedade civil: o caso das parcerias na política de assistência social*, autoria de Marcelo Sitcovsky Santos Pereira (UFPE, 2005), discute as implicações políticas e ideológicas da participação das organizações da sociedade civil na execução dos programas de assistência social do município de Recife. Observa-se a utilização das categorias Estado, sociedade civil, revolução passiva e hegemonia. O autor dá atenção especial as argumentações de Marx e Gramsci no referente a relação entre Estado e Sociedade civil porque tem ciência das contribuições dos teóricos na discussão dessa relação na sociedade burguesa.

Uma das referências a Gramsci diz respeito as contradições da política de assistência social no lócus da pesquisa, tanto no que se refere a expansão da sociedade civil na execução da política como dos impactos político-ideológicos das parcerias público-privado e dos fundamentos e princípios na defesa das parcerias. Sobre essa relação reflete, considerando ainda o processo de produção e reprodução social capitalista:

Está em curso, nos termos de Gramsci, uma reforma intelectual e moral a qual coloca a assistência social como uma das mediações da construção da hegemonia da classe dominante. Dois movimentos colaboram para este processo. Por um lado, a construção de um consenso fundado numa concepção de enfrentamento à “questão social”, baseada na conjugação de esforços entre Estado e “sociedade civil”, no qual esta última é vista como um espaço de colaboração entre as classes. (PEREIRA, 2005, p. 91).

Faz uma incursão no debate da relação Estado e sociedade civil nos clássicos da política, tais como, Hobbes, Locke, Rousseau, Hegel, Marx e Gramsci. Avalia tal aproximação porque eles contribuíram para desvelar a complexa trama da vida social contemporânea. Ademais, o autor também discute as particularidades das formulações marxianas e gramscianas de Estado e sociedade civil.

Outro trabalho, a dissertação de título *Serviço Social e terceiro setor: considerações sobre as atuais relações e condições de trabalho para o assistente social em Natal* (UFRN, 2005), autoria de Elizângela dos Santos Carneiro, analisa as relações e condições de trabalho nas instituições do terceiro setor em Natal no contexto de reestruturação produtiva e da retração do Estado na prestação dos serviços sociais. Apesar de refletir sobre as relações e condições de trabalho do assistente social, foi inserido no rol da temática de Terceiro setor para chamar atenção de que as organizações não governamentais e as parcerias situadas no âmbito da sociedade civil também constituem foco de investigação da profissão por meio dos trabalhos de pesquisas de teses e dissertações.

A dissertação situa a categoria sociedade civil no sentido atribuído por Gramsci quando menciona as organizações não governamentais vistas na condição de colaboradoras e parceiras do Estado que anula os interesses distintos e o caráter de classe:

[...] em Gramsci a sociedade civil ocupa um novo lugar, a superestrutura político-ideológica. Gramsci ainda ressalta a *natureza conflituosa* dessa esfera, quando coloca a sociedade civil como terreno de construção de hegemonia, numa dimensão claramente política, enquanto espaço da luta de classe pela hegemonia e pela conquista do poder político por parte das classes subalternas. [...] Essa nova definição de *sociedade civil* permite entender-se não só a sociedade moderna como a sua função nesse novo

Estado, ao se organizar em partidos políticos e sindicatos, considerados por Gramsci como os *aparelhos privados de hegemonia*, responsáveis pela manutenção do consenso. (CARNEIRO, 2005, p. 61, grifos originais, supressões nossas).

Assim, visualiza-se a concepção de sociedade civil alinhada com o pensamento de Gramsci e pensa como ferramenta teórica de interpretação da realidade, vista como espaço que agrega projetos coletivos diversos na representação de interesses público-coletivos e de expressão de interesses econômicos corporativos.

### 3.4.13. Temática Questão Ambiental: categorias gramscianas identificadas

**Quadro 32** – Temática Questão Ambiental: categorias gramscianas identificadas

Temática	Categorias identificadas	Universidade
Questão ambiental	Hegemonia, Estado, sociedade civil, ideologia, consenso, estado ampliado	UFPI, UFS, UECE, UFRN

Fonte: Elaboração própria com base no levantamento documental das teses e dissertações (2019).

Na temática **Questão Ambiental** registram-se quatro trabalhos de quatro programas das universidades: UFPI, UFS, UECE, UFRN. Os títulos se relacionam a: conflitos socioambientais; fundamentos ideo-teóricos da política do meio ambiente; questão fundiária e ambiental na expansão da produção de grãos; discurso hegemônico da (in) sustentabilidade do capitalismo verde.

O trabalho de dissertação, de autoria de Rafaela Silveira de Aguiar intitulado *Conflitos socioambientais e ocupação urbana: questão social no bairro Serrinha* (UECE, 2014), traz três categorias gramscianas: Estado, hegemonia e consenso e busca compreender o processo de produção social do espaço urbano na Ocupação Terra Prometida no bairro Serrinha em Fortaleza.

A categoria hegemonia aparece frente às reflexões sobre a legitimidade do Estado e os processos nos quais as relações sociais são produzidas, conformando a totalidade histórica em que sua processualidade é mediada pelo Estado. Nisso, as categorias acima aparecem inter-relacionadas na seguinte passagem:

Gramsci (2002) mergulha seus estudos sobre a fase monopolista do capitalismo no início do século XX, identificando a complexidade das relações de poder e a emergência da sociedade civil na organização de seus interesses. Ganha centralidade nas suas preocupações o estudo acerca da categoria hegemonia, no qual a diferenciação entre dominação e consenso se mostra como fundamental para avançar nos aspectos que se referem ao Estado. Na sociedade burguesa, o autor infere que o Estado



não consegue controlar as relações sociais apenas com o instrumento da dominação, repressão e coerção, tendo que se utilizar de elementos de convencimento para angariar o consenso entre as classes sociais. (AGUIAR, 2014, p. 32).

Para a autora, o consenso é visto como possibilidade de agregar soluções na resolução de problemas que surgem na história. Por isso menciona a disputa ideológica como um elemento capaz de produzir consensos na esfera da sociedade civil. Logo, o consenso é uma possibilidade quando “[...] a coerção não consegue exercer sozinha a capacidade de conter resistências e lutas sociais”. (AGUIAR, 2014, p. 32).

A dissertação *Elementos para análise dos fundamentos ideo-teóricos da Política Nacional do Meio Ambiente*, de autoria de Ticiane Pereira dos Santos Vieira (UFS, 2015), discute os elementos que conformam os fundamentos ideo-teóricos da Política Nacional do Meio Ambiente. Encontram-se na dissertação as seguintes categorias: hegemonia, Estado, sociedade civil e ideologia. No que se refere a discussão sobre a constituição das políticas sociais, a autora considera a correlação de forças a partir da atuação do Estado na condição de mediador no usufruto dos recursos ambientais e se apropriando de Martin Carnoy, conceitua o Estado como o conjunto de atividades práticas e teóricas que a classe dominante mantém a dominação e visa conquistar o consenso ativo dos governados.

Da relação entre o Estado e os discursos ambientalistas acerca das orientações das políticas ambientais, coloca a seguinte passagem sobre o Estado:

É imprescindível destacar aqui que a concepção gramsciana de Estado também implica em considerá-lo um ‘aparelho de hegemonia’, no sentido de ser uma mediação que atua no controle moral e intelectual na esfera da sociedade civil, de forma a sintetizar os diferentes interesses das diferentes classes sem impor, necessariamente, pela coerção, a sua ideologia, mas articulando demandas e visões de mundo de grupos de ambas as classes. Ademais, a hegemonia do Estado equivale à bem sucedida atuação deste na formulação dos consensos entre as classes dominante (burguesia) e dominada (proletariado). (VIEIRA, 2015, p. 20-21).

Ademais, privilegia a abordagem gramsciana de Estado e sociedade civil porque permite compreender os elementos totalizantes do comportamento do Estado brasileiro. Acerca da ideologia, indo além do que foi pensada por Marx, a autora argumenta que Gramsci a compreende como “o significado mais alto de uma concepção de mundo, que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações da vida individuais e coletivas” (GRAMSCI apud VIEIRA, 2015, p. 56).

Ainda no que concerne a ideologia na realidade de seu objeto, ela atua na direção de envolver as classes dominadas na naturalização da sua condição, perpetuando a exploração do homem pelo homem e na desigual distribuição dos recursos ambientais.

#### 3.4.14. Temática Direitos: categorias gramscianas identificadas

**Quadro 33** – Temática Direitos: categorias gramscianas identificadas

Temática	Categorias identificadas	Universidade
Direitos	Estado moderno, sociedade civil/política, princípio educativo, hegemonia, revolução passiva, Estado ampliado, bloco histórico, intelectual orgânico, política, transformismo, superestrutura	UFAL, UFRN, UFPB, UFPE

Fonte: Elaboração própria com base no levantamento documental das teses e dissertações (2019).

Sobre a temática **Direitos** são identificados cinco trabalhos dos programas de pós-graduação da UFAL, UFRN, UFPB, UFPE em que os títulos enfatizam: a articulação em redes do sistema de garantia de direitos de crianças e adolescentes; concepções e ações sob a temática direitos humanos e justiça; direito a cidade e população em situação de rua; construção de direitos e particularidades da polícia militar no Brasil; programa de proteção à vítima e testemunha ameaçada.

O trabalho de dissertação de autoria de Paulo Roberto Félix dos Santos, intitulado *A construção dos direitos e a particularidade da Polícia Militar no Brasil: traços de uma trajetória inconclusa* (UFAL, 2012) trata do processo de construção dos direitos no Brasil com particularidade da sua incidência na instituição Polícia Militar. As categorias gramscianas utilizadas foram: Estado, sociedade civil, sociedade política, política.

Aponta as referências sobre o Estado, cujo percurso teórico parte da tradição jusnaturalista de Hobbes, Locke e Rousseau até a tradição marxiana e marxista. No processo histórico da construção dos direitos, especialmente no que toca a sua expansão, apreende das análises da tradição marxiana e marxista a origem da sociedade civil e os limites impostos pela sociedade burguesa.

No tocante a interpretação gramsciana de Estado compreende os aspectos históricos, políticos, econômicos e sociais, conferindo centralidade política que possibilita Gramsci pensar o Estado, dessa forma aponta:

É justamente no conceito ampliado de Estado e sua relação com a sociedade civil que Gramsci expõem a necessidade de (re)compreensão do Estado moderno. Nesse sentido, esse Estado seria composto por uma

sociedade civil e uma sociedade política, que compõem a superestrutura e uma sociedade econômica, que representa a estrutura. Essas três esferas, dialeticamente articuladas, comporiam a totalidade social. (SANTOS, 2012, p. 44).

Ainda no seu entendimento, o Estado é o espaço em que se unificam os interesses burgueses com o intuito de conferir seu domínio mediante a hegemonia, entendida como direção social da burguesia que se legitima por meio do consenso obtido dos grupos subalternos.

No tocante a categoria política, se relaciona na possibilidade da mediação no sentido de atribuição da crítica, a crítica da economia política, segundo seu pensamento,

As análises realizadas por Gramsci acerca da sociedade civil fincam-se em uma dimensão de totalidade, em uma articulação entre a estrutura e superestrutura. Trata-se, nesse sentido, de considerar uma crítica da política, a partir da crítica da economia política (CORREIA, 2005). A crítica da política se insere numa crítica à totalidade social, à maneira como tem se estruturada à sociedade regida pelo modo de produção capitalista. (SANTOS, 2012, p. 47).

Além disso, a política é uma mediação e prática nas elaborações gramscianas, sendo útil na análise do direito social. Assim, resgata os pressupostos de Gramsci para discutir o processo de construção dos direitos no Brasil.

Ainda sobre a ótica desta temática, tem a dissertação de Ana Eugênia de Vasconcelos Villar (UFRN, 2011) sob o título *Extensão Universitária: concepções e ações na UFRN sob a temática direitos humanos e justiça no período 2008 a 2010*, que aborda um estudo sobre a Extensão universitária sob a área temática direitos humanos e justiça nas ações extensionistas desenvolvidas no período de 2008 a 2010. É identificada a categoria do princípio educativo sustentada em Gramsci no que toca as reflexões da relação universidade e sociedade, assim como da extensão universitária e políticas públicas no sentido de uma nova postura para a extensão universitária, sendo entendida como um processo educativo na função de difusão e socialização de saber na perspectiva da transformação social e construção de cidadania. Então o princípio educativo é tido “[...] ‘como sendo a relação teórico-prática proporcionando um novo pensar e fazer capaz de desenvolver uma concepção histórica de sujeito e sociedade’”. (GRAMSCI, 1989, p. 130 apud VILLAR, 2011, p. 61).

Em articulação com o princípio educativo comenta acerca da extensão universitária que, apesar de persistir o caráter assistencialista, nota-se mudança de concepção a ser

materializada numa nova práxis que articula teoria e prática, entendendo a realidade com manifestação de interesses contraditórios e numa perspectiva de transformação de saberes e fazeres/ações dos sujeitos sociais.

### 3.4.15. Temática Gênero: categorias gramscianas identificadas

**Quadro 34** – Temática Gênero: categorias gramscianas identificadas

Temática	Categorias identificadas	Universidade
Gênero	Hegemonia, intelectual, classes subalternas, Estado ampliado, sociedade civil, educação, ideologia, superestrutura, partido político	UFRN, UERN, UFPI, UFPE

Fonte: Elaboração própria com base no levantamento documental das teses e dissertações (2019).

No tocante a temática de **Gênero** consta oito trabalhos de programas de pós-graduação da UFRN, UFPE, UERN e UFPI. Os títulos fazem referência a: demarcadores de gênero nos serviços para população em situação de rua; inserção de mulheres na câmara municipal; crítica da violência contra mulher no telejornalismo; inserção precária de travestis no mundo do trabalho; diversidade sexual e educação; divisão sexual dos brinquedos infantis; movimentos LGBT em Mossoró; (des)construção da democracia de gênero no discurso jornalístico sobre violência contra a mulher.

O trabalho de dissertação intitulado *As práticas de atenção e cuidado destinadas à população em situação de rua: os demarcadores de gênero na operacionalização dos serviços* (UFPI, 2017) de autoria de Adrielly Pereira de Sousa, analisa as práticas de atenção e cuidado dos serviços que assistem à população em situação de rua enfatizando que as ações e práticas são atravessadas pelos demarcadores de gênero.

Sobre a categoria gramsciana, nota-se a presença de Estado ampliado, especialmente relacionado à sua atuação no atendimento as necessidades sociais, problematiza a relação de reciprocidade dialética deste com o capital, eliminando seu caráter neutro, nisso, menciona o Estado ampliado gramsciano na ótica de Christine Buci-Glucksmann, inserido no contexto de administração das necessidades sociais mediante as políticas sociais. Segundo a autora a concepção de Gramsci auxilia a compreender a configuração das políticas sociais e sua relação com o Estado.

Para este autor, o Estado é composto por um duplo eixo: sociedade política e sociedade civil. A sociedade política é representada pelo Estado, detentor do monopólio legal da força e com função de coerção (domínio das classes pela força). A sociedade civil corresponde as instituições privadas que representam o interesse de diferentes grupos sociais (sistema

escolar, família, igrejas, partidos políticos, sindicatos, meios de comunicação, instituições científicas) e detém a função de hegemonia (conquista do consenso entre as classes). Assim, o Estado em Gramsci corresponde ao conjunto sociedade política e sociedade civil, onde o Estado exerce função de coerção (predicado do Estado) e de consenso (predicado da sociedade civil). (SOUSA, 2017, p. 54).

Na direção apontada pela autora, o Estado é hegemonia encorajada de coerção, cria estratégias políticas e ideológicas que mediante o consenso, mantém sua legitimidade e a política social se configura como uma dessas estratégias, promovendo sua abertura em absorver demandas das classes subalternas, sendo essa ampliação perpassada pelas lutas de classes.

Já a dissertação *Divisão sexual dos brinquedos infantis: uma reprodução da ideologia patriarcal*, de autoria de Antonia Camila de Oliveira Nascimento (UERN, 2017), trata sobre a análise da ideologia patriarcal/capitalista na definição dos brinquedos e brincadeiras infantis. Nesse percurso são privilegiadas as categorias gramscianas de Estado ampliado, ideologia, superestrutura e sociedade civil.

Sobre a categoria de superestrutura, está contida no sistema de relações sociais ancorado numa estrutura ideológica que definem o patriarcado, assim a superestrutura auxilia “[...] a entender como se desenvolve os jogos de consenso e dissensos que atravessam a sociedade. A estrutura refere-se as relações sociais de produção, enquanto a superestrutura está no campo das relações ideológico-culturais, ambos inseridos no movimento dialético da história.” (NASCIMENTO, 2017, p. 63). A ideologia também aparece em uma acepção positiva, concepção de mundo que atinge as manifestações individuais e coletivas, onde Gramsci distingue como orgânicas e arbitrárias.

Da relação entre superestrutura e sociedade civil, aparece no texto como a segunda pertencente ao nível superestrutural, de acordo com Gramsci:

Para Gramsci a sociedade civil pertence a superestrutura, a qual se distingue em dois níveis superestruturais: A sociedade civil que reúne um conjunto de organismo ditos privados que corresponde a função de hegemonia da classe dominante. A sociedade política (ou o Estado no sentido estrito do termo) que exprime a direção direta do Estado por meio dos aparelhos jurídicos, coercivos e de consenso, que consiste no controle da ordem estabelecida. Entretanto, ambas estão imbricadas no seio da superestrutura. (NASCIMENTO, 2017, p. 64)

A sociedade civil organiza a estrutura ideológica através dos aparelhos difusores de hegemonia capazes de influenciar a opinião da classe dirigida na manutenção da ideologia

dominante. A autora salienta que as instituições de informação, culturais, artísticas e científicas, dentre outras, concentram o monopólio ideológico de interiorização de princípios, regras, normas, ensinamentos, a fim de evitar conflitos entre as forças heterogêneas e por em cheque a ideologia dominante.

Desse panorama é possível notar as categorias gramscianas nas mais diversas temáticas, indicando a atualidade do pensamento de Antonio Gramsci no desvendamento dos complexos que compõem a totalidade social. É visível a relevância das elaborações gramscianas para o Serviço Social, constatada pelos inúmeros trabalhos de teses e dissertações dos programas de pós-graduação em Serviço Social no nordeste que utilizaram suas categorias, é evidente que a produção teórica da profissão fundamentada na obra de Gramsci vai além do material pesquisado para este trabalho de dissertação.

Com base no panorama temático, a obra de Gramsci tem embasado as produções teóricas do Serviço Social, com destaque para as concepções de Estado, Sociedade Civil, Hegemonia na relação com outras categorias que formam o quadro categorial gramsciano. Essas categorias tem sido recorrentes para o desvendamento da realidade brasileira em seus aspectos sociais, econômicos, políticos, culturais e ideológicos.

Pontuam-se algumas características básicas desse panorama, tais como:

- Quantidade de programas por eixo temático: Políticas Públicas está presente nos 10 programas das 10 universidades pesquisadas; a temática de Mídia e Comunicação presente apenas no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFMA; a temática de Exercício Profissional, presente em oito programas; Trabalho, em 06 universidades; Democracia, em dois; as temáticas Terceiro Setor e Ongs, Formação Profissional, Movimentos Sociais, Gestão e Controle Social se situam em 05 programas cada; e as temáticas Gênero, Direitos, Questão Ambiental, Serviço Social: fundamentos, produção de conhecimento, Espaço Urbano e Desenvolvimento, Organização Política e Participação, está em 04 programas cada temática. Desse total, a que se situa em maior número de programas é a de Políticas Públicas e a em menor número, a de Mídia e Comunicação.
- Outro elemento curioso se refere aos intérpretes gramscianos. Os pesquisadores buscam através de comentadores apoio para as categorias, entre eles Carlos Nelson Coutinho, Martin Carnoy, Cristhine Buci-Gluksmann.
- Sobre a incidência de trabalhos – teses e dissertações – que dialogam com o pensamento de Antonio Gramsci, apesar da divergência quanto ao período de abrangência, isto é, da data de criação e de funcionamento dos programas, o maior número é do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPE, com 79 trabalhos, o menor

número registra-se no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, com 03 trabalhos.

O quadro categorial gramsciano também permite situar o Serviço Social enquanto partícipe de um projeto de sociedade, considerando sua inserção no âmbito das relações sociais e a sua intervenção político-profissional, tendo em vista o atendimento das demandas das classes subalternas na ótica da universalidade dos direitos, na defesa intransigente das políticas sociais e na vinculação da profissão com outro projeto societário sem a exploração de classes.

Nessa ótica, tal possibilidade de reflexão é possível devido ao processo de aproximação do Serviço Social com o pensamento de Gramsci durante a crítica e contestação das bases tradicionais (NEGRI, 2017), quando a profissão passa a compreender as questões imersas nas esferas estrutural e superestrutural, questionando o campo econômico, político e cultural nos marcos da década de 1980.

Especialmente sobre as categorias gramscianas, estas continuam lançando luzes no entendimento das expressões do Estado capitalista, assim como dos desdobramentos das transformações societárias em curso que atinge sobremaneira, os trabalhadores, tanto em sentido subjetivo quanto objetivo. Os desdobramentos atuais da sociedade capitalista reverberam nos problemas e/ou temas, objetos de estudo das temáticas, que em acordo com Silva (2017), diante da ofensiva conservadora do capital que afeta as esferas da vida social assim como atinge também as práticas dos assistentes sociais, enquanto profissão partícipe desta dinâmica sócio-metabólica.

Importante destacar, além dos/as assistentes sociais, outras/os profissionais com distintas formações acadêmicas acessam os programas de pós-graduação, principalmente os de políticas públicas, destacando os advogados e psicólogos. Com essa sinalização, as teses e dissertações fundamentadas em Gramsci têm contribuído para as reflexões dos mais diversos campos de pesquisa social, fortalecendo a difusão do pensamento crítico no âmbito universitário.

As questões de pesquisas ligadas aos eixos temáticos elencados utilizando as categorias gramscianas reafirmam a perspectiva crítica da profissão e permitem visualizar uma produção de conhecimento densa fundamentada na teoria crítica. Estas temáticas estão conectadas com a realidade social, no tocante as políticas públicas, exercício profissional, do mundo do trabalho, formação profissional, movimentos sociais, dentre outras questões, alinhadas as dimensões sociais na perspectiva de afirmação e expansão de direitos ou na sua contraditoriedade, quando visualizadas na dinâmica de crise estrutural do sistema



capitalista, atingindo os direitos conquistados, através dos desmontes das políticas sociais, da regressão dos direitos, focalização dos serviços sociais, criminalização dos movimentos sociais, constatações comum com o observado por Silva (2017).

Em si tratando da interface das categorias gramscianas com os temas trabalhados pelos autores nas teses e dissertações e referenciando nos trabalhos desse item, visualiza-se a amplitude das categorias na compreensão de aspectos, sejam culturais, ideológicos, sociais e econômicos que envolvem as temáticas.

Tal relação ocorre porque o pesquisador é dotado de escolhas e orientado por uma perspectiva teórico-metodológica, permite situar as determinações do objeto e fundamentar algum aspecto dessa determinação com o pensamento gramsciano. Como Gramsci (1999, p. 406) afirma: “O homem deve ser concebido como um bloco histórico de elementos puramente subjetivos e individuais e de elemento de massa e objetivos ou materiais, com os quais o indivíduo está em relação ativa”. Então o pesquisador enquanto sujeito ativo absorve determinações do objeto pesquisado e não aceita passivamente a realidade de fato, ao contrário, tenta desvendar utilizando um arsenal teórico-metodológico no encaminhamento de suas análises.

Considerando que as temáticas em sua totalidade se inserem na dinâmica capitalista e das complexidades do exercício profissional do assistente social, assim como da abrangência de objetos de pesquisa da profissão e que os escritos dos *Cadernos do cárcere* estão relacionados a temas gerais da sociedade capitalista, “os quais englobam o papel dos intelectuais, a relação unitária entre cultura, economia e política e a crítica ao positivismo” (SILVA, 2017, p. 41), reafirma-se a maturidade teórico-crítica e intelectual do Serviço Social como profissão e como área de produção de conhecimento.

O movimento da utilização do arsenal das categorias gramscianas nas teses e dissertações permite articular concretamente com a dinâmica da realidade pesquisada nos trabalhos, isso porque as categorias explicitam um conjunto de acontecimentos e de apreensão do movimento da realidade. Quando se fala de Estado, articula a ampliação de suas funções no desenvolvimento da sociedade capitalista, sendo essa ampliação não própria da função do aparelho estatal, mas como parte da dinâmica burguesa na elaboração de consenso na manutenção da sua hegemonia.

É importante destacar que as categorias também indicam a função dos sujeitos sociais na prática política, um exemplo dessa afirmação é constatado na dissertação de Oliveira (2014) quando a mesma faz uma discussão sobre o exercício profissional do assistente social na política de educação e se referencia na perspectiva de educação

gramsciana, onde visualiza uma alternativa de educação ampla para a classe trabalhadora, ao lado da escola do tipo humanista, integral, “[.] destinado a desenvolver em cada indivíduo humano a cultura geral ainda indiferenciada, o poder fundamental de pensar e de saber orientar-se na vida [...]” (GRAMSCI, 2011, p. 213).

#### **4. O PENSAMENTO DE GRAMSCI NAS TESES E DISSERTAÇÕES NA REGIÃO NORDESTE:** análise de categorias mais frequentes

Neste capítulo são analisadas as teses e dissertações da produção de conhecimento advinda dos programas de pós-graduação na área de Serviço Social de três Universidades: o Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí; o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco; e o Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão.

Aqui são analisadas as categorias gramscianas presentes nos trabalhos, tentando mostrar a inter-relação destas com os objetos de estudo das teses e dissertações. A exposição da análise segue o rito metodológico elucidativo, tendo em vista que os trabalhos dialogam com mais de uma categoria, embora os trabalhos estejam situados e distribuídos em 5 categorias centrais, são elas: Política, Hegemonia, Intelectuais, Estado e Sociedade civil. Essa forma de exposição se deve pela necessidade de incorporar na análise, as diversas categorias presentes nos trabalhos, então, a divisão tem o caráter puramente metodológico e em alguns casos, a alocação segue o rito da direção do objeto de estudo das teses e dissertações.

Desse modo, a análise se inicia com a categoria de Política, onde se concentra dois trabalhos; Hegemonia, com quatro trabalhos; dois trabalhos no item referente a categoria Intelectuais; Estado, com seis trabalhos; e Sociedade civil, seis trabalhos. Dentre os trabalhos analisados, encontram-se diferenças na profundidade da reflexão das categoriais gramscianas, por essa razão, tem trabalhos que não discutem amplamente com tais categorias, seja teoricamente articulada com questões do objeto ou em nível conceitual.

#### 4.1. A Categoria Política nas produções acadêmicas de teses e dissertações

**Quadro 35** – Teses e dissertações fundamentadas na categoria Política

PPGSS	Autor	Título	Ano	Orientador	Temática	Categorias	Tipo
UFMA	Diana Ramírez Duarte	A utopia da emancipação humana na Colômbia: os sindicatos e os partidos de esquerda no período 2002-2010	2014	Flávio Bezerra de Farias	Organização política e participação	Partidos, intelectuais, emancipação humana e emancipação política	Dissertação
UFMA	Carlos Agostinho Almeida de Macedo Couto	Estado, Mídia e Oligarquia: poder público e meios de comunicação como suporte de um projeto político para o Maranhão	2007	Josefa Batista Lopes	Mídia e comunicação	Estado, sociedade civil, hegemonia, guerra de movimento, guerra de posição, meios de comunicação jornalismo	Tese

Fonte: Elaboração própria com base no levantamento documental (2019).

Neste item sobre a Política se concentram dois trabalhos constituídos por uma tese e uma dissertação, ambas da UFMA, defendidas nos anos de 2007 e 2014 respectivamente. A temática que envolve a tese é Mídia e Comunicação e a da dissertação, Organização Política e Participação. Os orientadores foram: Flávio Farias e Josefa Lopes.

- **A utopia da emancipação humana na Colômbia: os sindicatos e os partidos de esquerda no período 2002-2010:** a dissertação de Diana Ramírez Duarte (UFMA, 2014) reflete “sobre os partidos de esquerda e os sindicatos na Colômbia, em suas condições e possibilidades concretas de contribuir no processo emancipatório nesse país”, no período de 2002 a 2010 (DUARTE, 2014, p. 12). A dissertação discute o papel dos partidos e dos sindicatos na construção da emancipação humana na Colômbia, tem como fundamento os pressupostos marxistas na análise “da formação do sujeito emancipatório e da consciência emancipatória como aspectos fundamentais para a construção dos caminhos para a emancipação humana”, tendo como atores na mediação, os sindicatos e os partidos.

O referencial gramsciano fundamenta as reflexões sobre o partido revolucionário como dirigente nas lutas emancipatórias e na formação da consciência emancipatória do proletariado. Em relação a posição gramsciana de partido, a autora o insere no conjunto dos intelectuais, tendo em vista a concepção de totalidade e da dialética que envolvem essa categoria. Assim expressa:

[...] entende-se que os partidos revolucionários abarcam o conjunto de intelectuais orgânicos das classes exploradas, dominadas e humilhadas e que o papel desses intelectuais é se formar e formar a consciência emancipatória no partido revolucionário e, do mesmo modo, ampliar o conjunto dos seus intelectuais orgânicos. (DUARTE, 2014, p. 34).

O partido é um organismo, “um elemento complexo da sociedade” que congrega e organiza os germes da vontade coletiva para que se tornem universais dadas as condições históricas (GRAMSCI, 2007, p. 16). Com esse entendimento de partido, a autora afirma que os partidos revolucionários “abarcam o conjunto de intelectuais orgânicos das classes exploradas”, responsáveis pela formação da “consciência emancipatória no partido revolucionário” (DUARTE, 2014, p. 34). Nessa direção, argumenta que os estudos e análises realizados pelos intelectuais orgânicos têm por objetivo identificar possibilidades concretas de superação radical do sistema capitalista e da criação de uma nova sociabilidade.

Na compreensão da relação partido-sindicato amparada na tradição marxista (Lênin, Luxemburgo, Trotsky, Mészáros, Gramsci), Duarte (2014) discute os partidos e os sindicatos como instrumentos na luta das classes exploradas e dominadas na construção da emancipação humana. Atribui ao partido a função de organizar as lutas emancipatórias e de resistência. Aqui, o diálogo com Gramsci ocorre na forma de complemento, quando se verifica que a emancipação humana se dá com a mudança das relações capitalistas, e lembra que para Gramsci (2002, p. 36 apud DUARTE, 2014, p. 45) “[...] nenhuma sociedade se dissolve e pode ser substituída antes que se tenham desenvolvido todas as formas de vida implícitas em suas relações.”. Essa reflexão nos *Cadernos do Cárcere* se associa a célebre passagem do Prefácio à *Crítica da economia política de Marx*<sup>76</sup> que se refere às relações de força no interior da estrutura e superestrutura, de que nenhuma sociedade põe tarefas para cuja solução ainda não existam as condições necessárias.

Na relação entre estrutura e superestrutura, a autora diz ser nela “que se encontra a chave da emancipação humana”, pois, a luta “pela emancipação humana” é travada tanto na esfera econômica quanto na esfera política, já que ambas são integrantes da mesma totalidade (DUARTE, 2014, p. 45). A diferença entre luta política e luta econômica é disposta da seguinte maneira:

[...] na luta econômica a consciência não vai além de uma compreensão estreita das relações de exploração, pois não enxerga as relações de dominação que também as influenciam. A luta econômica se fecha no campo das relações de exploração, mas a luta política abarca tanto a luta contra as relações de exploração, quanto a luta contra as relações de dominação e humilhação; a luta política abarca as lutas pela emancipação humana. (DUARTE, 2014, p. 46).

Nessa discussão a chamada para Gramsci diz respeito ao “embate hegemônico”. Trata-se da união da luta econômico-material e a luta política e partidária, sendo a primeira com caráter sindical e a segunda, ideológica, concentrada nas instituições do Estado. Outra chamada de complemento em Gramsci diz respeito a transversalidade do centralismo partidário na relação partido-sindicato, assim apresenta a diferença entre “centralismo burocrático” e o “centralismo democrático” na perspectiva gramsciana.

---

<sup>76</sup> “Nenhuma formação social desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela contém, e jamais aparecem relações de produção novas e mais altas antes de amadurecerem no seio da própria sociedade antiga as condições materiais para sua existência. Por isso, a humanidade se propõe sempre apenas os objetivos que pode alcançar [...]”. (GRAMSCI, 2007, p. 36).

O primeiro está relacionado ao fortalecimento do “grupelho estreito que tende a criar seus mesquinhos privilégios”, favorece seus membros e sufoca novas forças sociais, mesmo sendo as classes com interesses homogêneos aos interesses dominantes. Quanto ao segundo, se adéqua ao movimento real, equilibra as forças sociais a partir de baixo, há “contínua inserção dos elementos que brotam do mais fundo da massa na sólida moldura do aparelho de direção [...]” (GRAMSCI, 2007, p. 91). A aproximação final a partir de Gramsci refere-se à direção do partido, que não está acima das classes representadas, mas que o partido é construído pela classe à qual pertence.

● **Estado, mídia e oligarquia: poder público e meios de comunicação como suporte de um projeto político para o Maranhão:** a tese de autoria de Carlos Agostinho Almeida de Macedo Couto (UFMA, 2007) discute as relações de direção e dominação no estado do Maranhão a partir de conceitos de Antonio Gramsci e dos teóricos da Escola de Frankfurt enfatizando a análise da atuação dos partidos políticos e dos meios de comunicação. Couto (2007, p. 14) expõe a relação dos meios de comunicação de massa com o mundo da política e das possibilidades de conquista e manutenção do poder a partir desses meios, “tendo como base as relações do poder instituído e de grupos político-partidários com veículos de comunicação do estado do Maranhão.”.

O diálogo com o pensamento de Gramsci se concentra a partir de algumas categorias, tais como: Estado, sociedade civil, hegemonia, guerra de movimento, guerra de posição, meios de comunicação e jornalismo. Couto (2007, p. 27) justifica a aproximação entre o pensamento de Gramsci e seu objeto,

A caracterização de um poder oligárquico regional, a identificação das suas relações de poder no âmbito político-partidário, assim como de utilização e propriedade de meios de comunicação e a participação do Estado nessa ambiência, tendo como referência teórica as relações de dominação e persuasão caras a Antonio Gramsci e aos intelectuais frankfurtianos e alguns de seus sucessores, apontam a problemática estudada e aqui defendida.

O estudo da tese está embasado em duas linhas teóricas que compartilham do materialismo histórico, apesar das posições diferentes possuam inter-relações, são elas: o pensamento dos teóricos da Escola de Frankfurt, relativo às teses da indústria cultural e o de Antonio Gramsci, referente ao processo de mediação, persuasão e controle cultural e ideológico, bem como as proposições sobre partidos políticos e meios de comunicação.



Observa-se em Couto (2007) a articulação dos meios de comunicação na contemporaneidade no conceito gramsciano de intelectual orgânico tendo em vista a sua vinculação orgânica com a classe dominante. Para ele, o papel desempenhado pelos intelectuais no pensamento de Gramsci, a exemplo dos cientistas, teóricos, entre outros, têm-se na experiência maranhense, o tipo de intelectual representado contemporaneamente pelos escritores, poetas, jornalistas e colunista, ou seja, “[...] pelos meios de comunicação de massa onde atuam esses profissionais [...]” (COUTO, 2007, p. 18).

A partir do conceito de Gramsci apresenta a noção de intelectual orgânico:

Quanto aos intelectuais ditos orgânicos, ‘que cada nova classe cria consigo e elabora em seu desenvolvimento progressivo’ (GRAMSCI, 1991, p. 8), se nos apresentam como a expressão daqueles agentes inseridos no meio cultural que expressam – constroem, elaboram, difundem – o pensamento dominante, seja deliberadamente ou por adesão determinada por um amplo processo de persuasão. (COUTO, 2007, p. 18).

Sobre o termo política o autor é enfático ao fundamentar o estudo na noção gramsciana de partidos políticos, vinculando-a a compreensão da luta pela conquista e domínio de poder estatal. Apropria no estudo do que Gramsci conceituou de pequena política pela razão de esta ater-se a questões das particularidades regionais no Estado do Maranhão.

Ao explicitar o uso da categoria Estado, Couto (2007) afirma ter como referência o pensamento de Gramsci na sua análise de Estado ampliado. Segue o rito do desenvolvimento da teoria de Estado por Gramsci a partir das análises das ideias de Karl Marx sobre o Estado, concebido como órgão de dominação de classe, aparelho coercitivo, instrumento de dominação. Não obstante, a análise de sociedade civil também segue a mesma lógica. Nesses termos, o Estado é perpassado pelas lutas de classe e “pressupõe a existência da sociedade civil e da sociedade política.” (COUTO, 2007, p. 20). A sociedade civil é compreendida como uma rede complexa de funções educativas e ideológicas. Já a sociedade política se refere ao conjunto de aparelhos por meio dos quais a classe dominante exerce a coerção. Essas duas esferas em relação dialética constituem o Estado ampliado.

Couto (2007) é atento quanto a utilização da categoria Estado, pois, no seu pensamento, a categoria estaria relacionada apenas a sociedade política, isso porque as concessões, financiamento e investimento público dos meios de comunicação estariam atrelados tão somente ao conceito de sociedade política, imputando a sociedade civil

exclusivamente os interesses ideológicos e persuasivos, mas observa que os estudos de Gramsci indicam a compreensão de que as indicações também se encontram na sociedade civil, portanto, inseridas no conceito de Estado ampliado, logo, “Tal compreensão determinaria a incursão em um erro teórico apontado pelo próprio Gramsci ao referir-se à questão do livre-cambismo<sup>77</sup> (COUTO, 2007, p. 21). Nesse sentido, o conceito de Estado apropriado no estudo também incorpora a relação da sociedade política e sociedade civil na realidade regional.

O autor articula os meios de comunicação como instrumento de dominação a serviço da difusão ideológica, fortalecendo e solidificando a classe social que os detém. Assim, “O controle dos meios de comunicação redundaria, resumindo, na possibilidade de direção, de comando da sociedade por uma classe, por meio da ideologia, impondo regras, padronizando hábitos e constituindo normas.” (COUTO, 2007, p. 24). Na perspectiva de Gramsci, aponta a constituição da hegemonia como um processo com longa duração histórica que ocupa vários segmentos da superestrutura, assim como atribui importância ao bloco histórico, cujo entendimento é “[...] ampla e durável aliança de classes e de frações de classes [...]” (p. 24) como fundamental na preparação da hegemonia exercida por uma classe sobre as demais.

Percebe-se que a noção de bloco histórico entendida pelo autor é diferente da atribuída por Gramsci (1999, p. 250), que envolve a relação estrutura e superestrutura de forma orgânica e articulada, isto é, “[...] o conjunto complexo e contraditório das superestruturas é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção.”. Portanto, a noção de bloco histórico apresentado por Couto (2007) não condiz com o postulado por Gramsci, assim como o de seus intérpretes (cf. item 2.4).

Recorre a Gramsci para falar que a disputa hegemônica permeia a luta de classes e no embate pelo controle do Estado, portanto, não esquecendo a esfera da produção na condição de base da hegemonia. No âmbito do trabalho e no campo da hegemonia, tem-se a compreensão dos conceitos de guerra de posição e de movimento, grupo dirigente e grupo dominante como fundamentais. Ao valer-se do conceito de Gramsci, considera útil ao

---

<sup>77</sup> Couto (2007, p. 21) se refere a seguinte passagem extraída dos *Cadernos* “A formulação do movimento do livre-câmbio baseia-se num erro teórico cuja origem prática não é difícil identificar, ou seja, baseia-se na distinção entre sociedade política e sociedade civil, que de distinção metodológica é transformada e apresentada como distinção orgânica. Assim, afirma-se que a atividade econômica é própria da sociedade civil e que o Estado não deve intervir em sua regulamentação. Mas dado que sociedade civil e Estado se identificam na realidade dos fatos, deve-se estabelecer que também o liberalismo é uma ‘regulamentação’ de caráter estatal, introduzida e mantida por via legislativa e coercitiva: é um fato de vontade consciente dos próprios fins, e não a expressão espontânea, automática, do fato econômico. (GRAMSCI, 2000, p. 47).

embate político local analisar tal categoria. No conceito atribuído por Gramsci, a guerra de posição

Exige enormes sacrifícios de massas imensas de população; por isto, é necessária uma concentração inaudita da hegemonia e, portanto, uma forma de governo mais ‘intervencionista’, que mais abertamente tome a ofensiva contra os opositores e organize permanentemente a ‘impossibilidade’ de desagregação interna: controle de todo tipo, políticos, administrativos etc, reforço das ‘posições’ hegemônicas do grupo dominante etc. Tudo isto indica que se entrou numa fase culminante da situação político-histórica, porque na política, a ‘guerra de posição’, uma vez vencida, é definitivamente decisiva. (GRAMSCI, 2000, p. 255 apud COUTO, 2007, p. 25)<sup>78</sup>.

A guerra de movimento, conceitualmente falando, é quando “[...] se trata de conquistas [de] posições não-decisivas e, portanto, não se podem mobilizar todos os recursos de hegemonia e do Estado” (GRAMSCI, 2000, p. 255 apud COUTO, 2007, p. 25-26), numa indicação de que os conceitos podem se inter relacionar na modernidade.

Referente a compreensão de grupo dirigente e grupo dominante, o autor apresenta os conceitos advindos de Gramsci: o primeiro indica o papel de organização geral, isto é, “qualificados, dirigentes, organizadores de todas as atividades e funções inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade integral, civil e política”; o segundo tem o papel de governo, “a partir da conquista do Estado no sentido de sociedade política.” (COUTO, 2007, p. 26). A conquista da sociedade política é resultado da passagem do grupo dirigente para dominante, em que a supremacia se manifesta na forma de domínio e direção intelectual e moral. Aqui o autor recorre a tradicional passagem nos *Cadernos* onde se expõe a forma de manifestação da supremacia.

No estudo da tese o autor relaciona e utiliza como referência teórica o pensamento de Gramsci e dos teóricos da escola de Frankfurt. Nesse momento comenta da diferença e proximidade entre os pensadores, destacando primeiro a diferença entre eles a partir das análises de Leandro Konder e Luís Werneck Vianna, justificando como corrente no meio acadêmico a afirmação de que o trabalho desses pensadores é conflitante. Apesar de identificar as diferenças nas obras dos autores<sup>79</sup>, considera o seguinte:

<sup>78</sup> Importante destacar a opção em utilizar o apud nas citações dos *Cadernos do cárcere* utilizadas pelos autores das teses e dissertações, mas que foram localizadas nos *Cadernos* pela autora da dissertação.

<sup>79</sup> Referem-se às obras de Antonio Gramsci e os teóricos da Escola de Frankfurt, principalmente Max Horkheimer e Teodoro Adorno. Embora dialogue no texto com Walter Benjamin, Herbert Marcuse e Jurgen Habermas.

O propalado pessimismo dos teóricos de Frankfurt em relação à sociedade capitalista, compreendida como consequência do racionalismo iluminista, é evidente em várias obras, assim como a expectativa otimista de Gramsci em relação à possibilidade de evolução da sociedade no sentido de uma inversão hegemônica. (COUTO, 2007, p. 42).

Na discussão o autor expõe as contribuições dos teóricos frankfurtiano sobre a sociedade capitalista e a modernidade. Num determinado momento da tese expõe as contradições a respeito da sociedade americana entre estes e Gramsci. A explanação sobre os teóricos de Frankfurt demonstra em que se baseiam esses intelectuais e apontam as diferenças com o pensamento de Gramsci, expondo o suposto conflito. Nas análises dos frankfurtianos e de Gramsci sobre a sociedade americana e a modernidade, apesar das diferentes posturas no tocante as características do desenvolvimento capitalista nos Estados Unidos, as perspectivas de análises são críticas. Embora, uma peculiaridade na análise da sociedade americana, é a de que Gramsci critica a sociedade europeia, já os frankfurtianos não a fazem.

Do mesmo modo, Adorno e Horkheimer afirmam que o atraso político-tecnológico da Europa – herança do absolutismo – determinou a preservação dos bens e manifestações culturais em relação ao mercado, enquanto que na compreensão de Gramsci, “[...] a economia americana [...] apresenta uma série de características dignas de nota, o que o faz compará-las com a situação político-econômica da Europa, analisando as determinações históricas dos problemas europeus, assim como as questões ligadas à sua contemporaneidade.” (COUTO, 2007, p. 48).

Assim como fez com os autores frankfurtianos em relação ao desenvolvimento da sociedade americana, Couto (2007) trabalha também com as apreensões gramscianas sobre as mudanças do taylorismo-fordismo, onde em comparação com a sociedade europeia, o método de produção americano é moderno e inconciliável com a estrutura social europeia. As críticas à esta sociedade recaem na sua conformação histórica, que gerou uma classe parasitária “[...] baseada na exploração da propriedade rural por burgueses urbanos [...]” (COUTO, 2007, p. 49). Esse “parasitismo” é resultado da forma de administração estatal, em que parte da população depende do Estado, a exemplo de aposentadorias precoce no setor público e a situação precária dos operários e trabalhadores rurais.

Couto (2007) evidencia na tese a contradição entre o pensamento dos teóricos da Escola de Frankfurt e de Gramsci, se apropriando do debate na sua análise, assim como

também aponta algumas congruências e proximidades entre os teóricos, consideradas interessantes para o trabalho.

O primeiro ponto de proximidade reside na defesa da teoria crítica. São “[...] adeptos da crença na mudança possível (assim como Gramsci), inclusive a partir da ciência. Se assim não fosse, redundar-se-ia em uma grande contradição.” (COUTO, 2007, p. 51). O autor visualiza a primeira relação entre os autores frankfurtianos e Gramsci substanciados no marxismo como fundamento teórico, no último (Gramsci) ilustrado através dos estudos sobre a filosofia da práxis.

O segundo ponto é referente à crítica ao iluminismo, embora Gramsci o tenha feito em menor escala ao analisar a política na França. Nesse ponto, escreve Couto (2007, p. 52) referindo-se a Gramsci,

Para ele, o movimento criou ‘uma série de mitos populares, que eram apenas a projeção no futuro das mais profundas e milenares tradições as grandes massas’ ([GRAMSCI], 2000, p. 100), citando explicitamente o mito ‘simplista de um fantástico passado monárquico francês’ ([GRAMSCI], 2000, p.100) para justificar as concepções revisionárias do movimento.

Outro ponto é sobre a questão dos aparelhos de hegemonia: enquanto para Gramsci, a hegemonia determina uma direção intelectual e moral com exercício no campo das ideias capacitando as massas na conquista do consenso e, que os aparelhos privados de hegemonia servem aos interesses da classe dominante mediante o convencimento, isto é, a subordinação passiva, sendo que a disputa hegemônica perpassa as classes subalternas na construção de uma hegemonia, incluindo nesse mecanismo os meios de comunicação, para os frankfurtianos, a utilização dos recursos dos aparelhos privados de hegemonia podem ser capazes de inverter a lógica hegemônica, embora reconheça que somente os meios de comunicação subverta a ordem estabelecida.

A continuação da proximidade leva a análise dos aspectos econômicos que influenciam a sociedade, dessa relação, indica que “[...] nos estudos do autor italiano pode-se encontrar referências diretas a um dos objetos específicos dos estudos sobre a indústria cultural: os meios de comunicação, tão caros aos estudiosos alemães.” (COUTO, 2007, p. 54). Como fundamento dessa relação, extrai a seguinte passagem dos *Cadernos*:

A arte da imprensa (...) revolucionou todo o mundo cultural, dando à memória um subsídio de valor inestimável e permitindo uma extensão

inaudita da atividade educacional. Nesta investigação, portanto, está implícita outra, a das modificações qualitativas, além das quantitativas (extensão de massa), trazidas ao modo de pensar pelo desenvolvimento técnico e instrumental da organização cultural. Também hoje a comunicação falada é um meio de difusão ideológica que tem uma rapidez, uma área de ação e uma simultaneidade emotiva enormemente mais ampla do que a comunicação escrita (o teatro, o cinema e o rádio, com a difusão de alto-falantes nas praças, superam todas as formas de comunicação escrita, desde o livro até a revista, o jornal, o jornal mural). (GRAMSCI, 2001, p. 67 apud COUTO, 2007, p. 54-55).

Tem-se aqui a proximidade do discurso no tocante ao embate cultural que tanto pode manter quanto construir uma determinada realidade. Nessa lógica, os bens culturais difundidos pelos meios de comunicação podem estar a serviço das duas realidades, tendo em vista a disputa pela conquista da hegemonia ou manutenção da existente. Para sustentar o argumento da hegemonia cultural, recorre aos *Cadernos* onde Gramsci discute a racionalização da produção e do trabalho na sociedade americana, combinando a força com persuasão, afirmando assim, que a ‘hegemonia nasce da fábrica’ e só precisa de intermediários para ser exercida. Nessa condição, “na sociedade de massas a estrutura domina as superestruturas, racionalizando-as.” (COUTO, 2007, p. 55).

Na tentativa de indicar os intermediários profissionais da política e da ideologia citados por Gramsci, destaca que estes intermediários na concepção dos teóricos de Frankfurt seriam os meios de comunicação de massa, enquanto que para Gramsci seria a racionalização “[...] decorrente do domínio das superestruturas pela estrutura” posicionamento que também é demonstrado pelos frankfurtianos (COUTO, 2007, p. 55).

Em termos de proximidades entre as obras, percebe-se que os meios de comunicação de massa atuam como intermediários da ideologia, isto é, constituem os aparelhos privados de hegemonia. Embora, “O que fundamentalmente aproxima os pensamentos até aqui expostos é a concepção de que a persuasão e o controle ideológico, cuja gênese está no campo do trabalho e da produção, ocorrem em outras esferas ou instâncias que não necessariamente o ambiente da fábrica.” (COUTO, 2007, p. 56).

Salienta o autor que Gramsci aborda a conquista ou manutenção da hegemonia nos quadros da difusão do pensamento e prática do americanismo por meio dos valores e instituições. As formas de difusão dos valores e normas do americanismo na adequação do homem ao tipo de trabalho e de produção no fordismo ocorrem através da estratégia do puritanismo, do proibicionismo e padrões familiares conservadores, entre outras questões, tudo para que o homem pudesse se concentrar profissionalmente e ter um melhor

desempenho no trabalho, traduzidas em controle ideológico e persuasão na racionalização do trabalho fordista. Adorno e Horkheimer pensam na utilização de estratégias voltadas a exploração de bens culturais pelos meios de comunicação de massa, tendo como fim, o controle ideológico. A exploração de bens culturais pelos trabalhadores é assimilada como estratégia psicológica em que os personagens são expostos na vida comum, com a pretensão de ratificar as necessidades de adaptação às regras do trabalho. A padronização e repetição dos bens culturais também são formas de controle, causando apreensão de discursos pela mera exposição constante às mesmas formas e conteúdos (COUTO, 2007).

O que aproxima os pensamentos dos teóricos supracitados é quanto à concordância de que os meios de comunicação são utilizados para difusão de opiniões e ideologias. O que os diferencia em algum aspecto é a previsão gramsciana, inexistente nos autores de Frankfurt, de que as classes subalternas podem inverter o processo de hegemonia com a conquista dos “aparelhos privados de hegemonia”, que a momento, estão a serviço das classes dominantes.

No estudo da tese, Couto (2007) também se aproxima das discussões realizadas por Gramsci acerca do Jornalismo e da Comunicação nos *Cadernos do cárcere*. Dessa forma, as discussões fazem referências ao jornal, a atuação dos jornalistas, tipos de jornais, os jornais na função de partidos. Recupera inicialmente a referência de Gramsci em relação a opinião pública presente na imprensa e no rádio, onde atua como responsável pela direção da opinião pública, tarefa que deveria ser dos partidos organizados, definidos em torno de programas de ação. Uma característica posta é a aproximação dos artigos dos jornais com a oratória, de caráter improvisado e apressado, pois, originalmente, a conversação e a oratória eram capazes de persuadir o ouvinte.

Couto (2007) expressa a referência gramsciana na alusão dos jornalistas aos intelectuais tradicionais, ressaltando a importância da atuação desses profissionais (dos intelectuais), não podendo ser entendida contemporaneamente das ações isoladas dos jornalistas. Sobre a organização da estrutura ideológica da classe dominante, entende que parte dessa organização merece maior consideração e apresenta maior dinâmica, por isso,

[...] o autor quer referir-se aos meios de comunicação como um todo, não exclusivamente aos jornais, considerando-se a estrutura dos meios de sua época. A imprensa (ou os meios), como dito, é vista como a mais dinâmica parte da estrutura ideológica na qual se incluem as bibliotecas, as escolas, [...] (COUTO, 2007, p. 61).



Dadas as condições em que Gramsci escreveu os *Cadernos* assim como as experiências locais do teórico, Couto (2007) compreende suas limitações, onde suas análises foram baseadas na realidade italiana, enfatizando as relações e influências religiosas sobre o jornalismo. Por isso Couto (2007, p. 62) foca em alguns pontos referentes ao jornalismo. O primeiro dispõe sobre a distinção entre jornais de informação e os partidos políticos assim exposto:

Entre eles a distinção entre jornal de informação ou ‘sem partido’ explícito e jornal de opinião, que representa oficialmente um partido político ou idéia. O primeiro destinado às massas populares e o segundo dedicado necessariamente a um público restrito (GRAMSCI, 2004, p. 199). Nessa análise, Gramsci esclarece que os jornais vistos como sem partido explicitamente, ao mesmo tempo em que não são os órgãos oficiais de determinado posicionamento político, podem atuar em favor desse posicionamento, quando não apresentam dados contra a sua doutrina e moral e defendem as suas idéias.

Outro esclarecimento é quanto ao jornal de Estado, quando se refere à propaganda oficial específica do governo ou do Estado, numa tentativa de jornal modelo com distribuição gratuita, numa lógica de jornal ligada às estruturas governativas. Outro ponto destaca as posições da atuação dos jornalistas na realidade da Itália, apresentando as posições de redatores, editores, tipos de matérias, deveres do jornalista. Mas chama atenção a um aspecto analisado: “Trata-se da análise da informação enquanto mercadoria e sobre as características dos leitores.” (COUTO, 2007, p. 63). Na análise do autor, no jornal moderno não existe empresa editorial séria que não vise à organização da venda, devendo ter ligação com a orientação ideológica da mercadoria. Por isso, o verdadeiro diretor do jornal moderno não é o chefe da redação e sim o diretor administrativo, evidenciando a “exploração comercial dos bens comerciais”. Em tal direção, o meio de comunicação é munido de instrumento ideológico, porque,

Os leitores, nessa ótica, devem ser considerados tanto como indivíduos com capacidade para adquirir as publicações, o que ele chama de elemento econômico, quanto maleáveis (dúcteis) e suscetíveis à transformação ideológica determinada, também, pelos meios de comunicação, definidos como elementos ideológicos. (COUTO, 2007, p. 63).

Outra situação do jornalismo é relativa à posição das escolas de jornalismo requisitando a formação específica. Situa esse debate devido a não obrigatoriedade do curso

superior específico para o exercício de jornalista no início do século XXI. Portanto, na atualidade há a exigência da formação para este exercício. Dessa forma, a postura de Gramsci segundo o autor, é da essencialidade das escolas de jornalismo na formação deste profissional.

O outro ponto discute à relação do partido político com o intelectual, na qual expressa a relação direta entre eles, considerando a importância do primeiro na formação de quadros dos intelectuais de determinados grupos. Na visão do autor, o partido é para os grupos sociais o lugar de ‘soldagem’ entre os intelectuais tradicionais e intelectuais orgânicos, mas a função fundamental do partido no grupo social fundamental é a transformá-lo “em intelectuais políticos qualificados, dirigentes”. Ainda ressalta que, “[...] embora obedecendo a uma gradação de importância e influência, os membros de um partido político devem ser considerados intelectuais e cumprir a sua função ‘que é diretiva e organizativa, isto é, intelectual’” (GRAMSCI, 2004, p. 25 apud COUTO, 2007, p. 65).

Outro destaque no termo do jornal é tocante ao exercício de partido, isto é, da direção política geral. Gramsci ao examinar a atuação dos jornais à sua época em alguns países, identifica que o jornal e a revista são partidos, frações de partidos ou ainda, tem funções de partidos. A depender do caráter do jornal, assume diferentes funções, tais como: de polícia, de influência moral e intelectual. Nesse sentido, os jornais cumprem funções informativas, de cultura, de direção política geral.

As últimas discussões referem-se à frente ideológica dos meios de comunicação. A parte mais importante é a manutenção do poder pelos setores dominantes. Nisso, é essencial o desenvolvimento de um setor editorial, sendo preciso um programa implícito e explícito que se apoie em determinada corrente. Nesse sentido, os meios de comunicação constituem na atualidade, a parte dinâmica dessa estrutura ideológica, dada a possibilidade de influenciar a opinião pública.

As discussões dos trabalhos acima são voltadas para o aspecto da política em articulação com as categorias intelectuais, Estado, sociedade civil entre outras. Especialmente, o referencial gramsciano auxilia a compreender a atuação dos partidos na perspectiva das lutas e na formação da consciência emancipatórias do proletariado, cuja função se assemelha a dos intelectuais, pois, na condição de intelectual orgânico pode se vincular aos interesses das classes subalternas, cujo um dos papéis nessa direção é a formação da consciência emancipatória.

Desse modo, as categorias gramscianas por meio de suas obras – *Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce* (vol. 1); *Os intelectuais. O Princípio educativo. Jornalismo.* (vol. 2); *Notas sobre o Estado e a Política* (vol. 3); *Temas de Cultura. Ação Católica. Americanismo e Fordismo* (vol. 4); *O Risorgimento. Notas sobre a história da Itália* (vol. 5); *A questão meridional; Maquiavel, a política e o Estado moderno; Os intelectuais e a organização da cultura e La formación de os intelectuais* auxiliam as reflexões sobre o papel dos partidos revolucionários como dirigentes nas lutas emancipatórias, cuja dimensão é a práxis política no sentido da emancipação das classes subalternas. Os intérpretes nessa cruzada foram: Ivete Simionatto; Francisco de Oliveira; Luiz Werneck Vianna; Maria Antonieta Macciocchi; Fábio Konder Comparato; Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira.

Por outro lado, as categorias gramscianas também oportunizam entender as relações de poder e dominação que permeiam os meios de comunicação em que os “caciques” dos partidos políticos dominam a mídia na realidade local. A mídia é um dos organismos privados de hegemonia, cujo objetivo ideológico é a difusão de opiniões, ideologias e formação do consenso, sendo o jornalismo integrante desse processo através da atuação dos jornalistas que possuem a função de intelectuais, uma vez que difundem, divulgam, propagam e formam opiniões.

O sentido da política tem clara articulação com as funções dos jornais no âmbito dos meios de comunicação, um dos elementos que compõe a sociedade civil, utilizados na disseminação e difusão dos aspectos ideológicos do grupo dominante. A sua assimilação com o partido expressa a relação direta com os intelectuais, tendo em vista a importância do partido na formação dos intelectuais de determinados grupos atendendo aos interesses hegemônico.

#### 4.2. A Categoria Hegemonia nas produções acadêmicas de teses e dissertações

**Quadro 36** – Teses e dissertações fundamentadas na categoria Hegemonia

PPGSS	Autor	Título	Ano	Orientador	Temática	Categorias	Tipo
UFMA	Priscilla Pereira da Costa	A radiofusão comunitária na luta pela democratização da comunicação: a experiência em São Luis – Maranhão das rádios Bacanga FM e Conquista FM	2016	Josefa Batista Lopes	Mídia e Comunicação	Democracia, classes subalternas, luta de classes, intelectuais, função do direito, guerra de posição, mídia, hegemonia, comunicação	Dissertação
UFPE	Adilson Aquino Silveira Júnior	A Pedagogia da hegemonia na Assistência Social: críticas das ideologias governamentais dos Núcleos de Participação Popular em Fortaleza	2012	Mônica Rodrigues Costa	Política Pública: Assistência social	Ideologia, Estado, hegemonia, filosofia da práxis, política, revolução passiva, crise orgânica, guerra de posição	Dissertação
UFPE	Josimeire de Omena Leite	As múltiplas determinações do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES nos governos Luiz Inácio Lula da Silva	2015	Ana Cristina Brito Arcoverde	Política Pública: Educação	Bloco histórico, Estado, sociedade civil, hegemonia, revolução passiva, transformismo, estrutura, superestrutura	Tese
UFPE	Eduardo Mara	Pacto social e hegemonia burguesa: a reforma do neoliberalismo na Era Lula	2016	Ângela Santana do Amaral	Neodesenvolvimento	Política, hegemonia, bloco histórico, estado, ideologia, intelectuais, revolução passiva, transformismo	Tese

Fonte: Elaboração própria com base no levantamento documental (2019).

São identificados quatro trabalhos na centralidade da categoria Hegemonia. Destes, uma dissertação é da UFMA, duas teses e uma dissertação da UFPE, sendo dois trabalhos nos anos de 2016 e um trabalho para os anos de 2012 e 2015. As temáticas são: uma dissertação para Mídia e Comunicação, uma dissertação e uma tese na de Política Pública com foco na assistência e educação, respectivamente, e uma tese na de Neodesenvolvimento. Registra-se um trabalho por orientador: Josefa Lopes, Mônica Costa, Ana Cristina Brito e Ângela Amaral.

● **A radiofusão comunitária na luta pela democratização da comunicação: a experiência em São Luis – Maranhão das rádios Bacanga FM e Conquista FM:** a dissertação de Priscilla Pereira da Costa (UFMA, 2016) analisa “a radiofusão comunitária como uma das mídias alternativas da luta pela democratização da comunicação com as experiências das rádios comunitárias Bacanga FM e Conquista FM (p. 07)”. A autora é graduada em Comunicação Social/Relações Públicas, sendo um dos fomentos e motivos para a realização da pesquisa de dissertação.

Costa (2016) desnuda as determinações, mediações e particularidades que fazem parte do processo histórico na luta pela democratização da comunicação, representada pela radiofusão comunitária no cenário de São Luís-MA. Situa a comunicação como elemento primordial na reprodução social e destaca o exercício do direito à comunicação na democracia moderna.

A democratização da comunicação é condição indispensável para o avanço da democracia. A luta em torno dela é constituída por vários processos e por várias lutas, desde mobilização, formulação de projetos e luta por uma legislação efetiva e políticas que promovam de fato a democratização, assegurando o direito à comunicação. (COSTA, 2016, p. 15-16).

É nesse contexto que a autora situa as rádios comunitárias, destacando seu potencial democratizador na contramão da comunicação tradicional, do monopólio e oligopólio da comunicação no país. Sua análise teve como objeto de estudo, a radiofusão comunitária como espaço democrático popular.

Quanto a aproximação das categorias gramscianas com as ideias do texto, o Estado é apontado rapidamente em nota de rodapé, exibido na condição de conceito de acordo com a concepção de Gramsci, como espaço onde se trava a luta de classes na “sociedade

ocidental”, isto é, o lugar de administração dos conflitos entre as classes e os embates dos interesses dos grupos dominantes e dominados. Na sociedade do tipo ocidental, a sociedade civil é ativa, possui justa relação com o Estado. A distinção entre Ocidente e Oriente realizada por Gramsci é importante no desenvolvimento das sociedades, principalmente quanto as formas de lutas – guerra de posição e guerra de movimento – nesses tipos de sociedades.

Na realização do estudo, Costa (2016, p. 19) se aproxima de categorias teóricas do pensamento gramsciano, como a hegemonia e a noção de “democracia constituída pela classe trabalhadora.”. Seu objeto – a comunicação – é produto de inúmeras rádios comunitárias espalhadas pelo país, participe do movimento de radiofusão comunitária, cujo controle e a propriedade são coletivos e a elaboração do conteúdo é aberta. Sem desenvolver teoricamente, a autora resgata a noção de direção cultural do pensamento gramsciano, considerado fundamental “para que as classes subalternas comecem a ter consciência dos seus direitos e se organizem na luta por eles.” (COSTA, 2016, p. 23).

Evidencia em nota de rodapé o pensamento político de Gramsci alinhado ao projeto revolucionário inserido na lógica da luta de classes, porque é nela que se evidencia o papel ativo dos sujeitos na construção das mudanças sociais. Nesse sentido, a cultura é essencial na construção do projeto hegemônico de sociedade das classes subalternas. As condições de subalternidade são vistas a partir de mediações com “as relações de transformações econômicas”, tem a adesão ativa ou passiva “às formações políticas dominantes”, as lutas por reivindicações próprias e por fim, “recuperar os processos de dominação presentes na sociedade, desvendando os processos político-culturais que oprimem os subalternos” (COSTA, 2016, p. 23).

Entende a comunicação como esfera da superestrutura que media a relação entre os intelectuais e o mundo da produção. Concebe a categoria intelectual como grupo que assegura a expansão e domínio da classe a qual se vincula, assim como assegura o suporte à produção, homogeneidade e fluidez para o exercício da hegemonia. Como o próprio Gramsci afirma (2001a, p. 20), “[...] a elaboração das camadas intelectuais na realidade concreta não ocorre num terreno democrático abstrato, mas segundo processos históricos tradicionais muito concretos”.

Em termos da representação democrática atual, sendo a participação popular um dos pilares de sustentação do sistema democrático na democracia burguesa que pressupõe a livre escolha de seus governantes, apesar da defesa da prerrogativa do cidadão demandar

direitos dentro do próprio conjunto de regras do sistema democrático, faz chamada a crítica gramsciana do direito: “A função máxima do direito é esta: pressupor que todos os cidadãos devem aceitar livremente o conformismo assinalado pelo direito, de vez que todos podem se tornar elementos da classe dirigente; no direito moderno, portanto, está implícita a utopia democrática do século XVIII.” (GRAMSCI, 2002, p. 249 apud COSTA, 2016, p. 42).

Em Gramsci (2007, p. 249) encontra-se a discussão disposta acima, de como o direito se afirma na sociedade a partir das leis e dos costumes, observada a luta pela afirmação do direito e pela criação de um novo costume. O direito é expressão das normas de conduta do modo de ser e do desenvolvimento da classe dominante. Para Gramsci o costume antecede o direito, pois, “de fato, nas revoluções contra os Estados absolutos já existia como costume e como aspiração uma grande parte de tudo o que posteriormente se tornou direito obrigatório”.

Em referência a centralidade da comunicação nas sociedades modernas, com ênfase na difusão de conteúdos pela mídia, “que assume um papel de construtora da realidade social,” com influência de opinião na construção de verdades, podendo ocultar ou não realidades de determinadas sociedades (COSTA, 2016, p. 51), chama a reflexão gramsciana sobre os intelectuais e o jornalismo na influência da mídia na subjetividade do indivíduo, seu papel ideológico e a difusão de ideias.

Os meios de comunicação são organizações da sociedade civil, responsáveis pela difusão de conteúdo, visões de mundo, informações que possibilitam o indivíduo conhecer outras realidades. Na sua visão e sob a perspectiva gramsciana, a mídia exerce o papel de “aparelho privado de hegemonia”, dessa forma intervém no “plano ideológico-cultural e político” com a intenção de disseminar ideias e informações que contribuem para a formação do consenso. Além disso, “por meios dos canais, seja de rádio, TV, impressos ou eletrônicos, grande parte dominada por poucos, é onde perpassa a direção intelectual e moral da classe dominante.” (COSTA, 2016, p. 83; p. 140). Na direção contrária a mídia tradicional no cenário do Maranhão,

[...] as rádios comunitárias fazem o contraponto à comunicação monopolizada e liderada por esses grupos, exigindo um redirecionamento à comunicação, proporcionando novos espaços de ocupação nas ondas radiofônicas, o que acaba por agregar ao redor do movimento, pessoas, movimentos sociais, minorias e instituições num processo mais ativo de participação e cidadania. (COSTA, 2016, p. 140).



Gramsci (2001a) dedica parte dos *Cadernos* (Caderno 24, de 1934) ao jornalismo, pois, esse teve papel fundamental na disseminação de informações, difusão de ideias e na formação da opinião pública. Destaca-se num tipo de jornalismo que Gramsci chama de integral, isto é, que satisfaz necessidades e vai além: cria e desenvolve essas necessidades, gera seu público e amplia progressivamente sua área. Não é a intenção fazer um exame exaustivo do jornalismo nesse item, mas importa mencionar o cuidado que Gramsci tem a respeito. Refere-se ao exame das formas de jornalismo e de atividade publicístico-eleitoral, que “cada uma delas pressupõe outras forças a integrar ou às quais coordenam-se ‘mecanicamente’” (GRAMSCI, 2001a, p. 197). Essa afirmativa pressupõe a existência de premissas. Elas são modificadas, transformadas e readequadas de acordo com a finalidade, pois, elas “só são tais em relação com certas finalidades imagináveis como concretas.” (GRAMSCI, 2001a, p. 198).

Costa (2016) recorre a Gramsci em relação a centralidade da mídia quando o pensador analisa as funções dos jornais italianos à sua época: “de informação e de direção política geral, e a função de cultura política, literária, artística, científica” (GRAMSCI, 2001a, p. 218). Na visão da autora,

Gramsci (2014) também enumera as demandas que os meios de comunicação deveriam atender para satisfazer as necessidades do público: oferecer produtos culturais para os diversos estratos de público, a fim de colaborar para transformar e conduzir os leitores do senso comum ao pensamento coerente, oferecer aos públicos todas as nuances e série de raciocínios, observando as diferenças culturais, expondo críticas, hipóteses e opiniões científicas importantes. (COSTA, 2016, p. 53-54).

São resgatados nos *Cadernos* os aspectos que caracterizam a hegemonia articulado a dimensão de classe popular e o consenso produzido pela mídia. Adota o termo hegemonia como direção cultural, ideológica, ético-política. É também a conquista do consenso, de espaços pelas classes subalternas que visam a construção de uma nova sociabilidade. Em sua interpretação, a hegemonia da classe dominante “faz das classes dominadas aliadas ao incorporar a cultura dominante, valores e conteúdos como se fossem seus.” (COSTA, 2016, p. 113). A mídia é o instrumento na elaboração do consenso, sem a necessidade de coerção.

A classe popular assume papel central na construção de outra hegemonia, que é para toda a sociedade. Tem no reconhecimento da realidade o primeiro passo da emancipação, de autoeducação e assume centralidade a cultura, como instrumento de transição. Na conquista hegemônica há o embate da classe popular, “na luta pelo popular e por sua

cultura, a fim de difundi-la e ampliar as bases na sociedade, motivo pelo qual na questão hegemônica, ‘toda revolução é um grande fato cultural, e não somente econômico e político’” (BUCI-GLUCKMANN, 1980, p. 112 apud COSTA, 2016, p. 113).

As rádios comunitárias estão imersas em correlação de forças com as grandes rádios mantidas por monopólios: de um lado, submetida à repressão constante do Estado para se manter na legalidade e a grande mídia que não quer dividir espaço e lucros e, de outro lado, o movimento das rádios comunitárias. Essa relação conflituosa é vista pela autora no sentido gramsciano como guerra de posição, isto porque o movimento das rádios comunitárias é de luta pelo direito à comunicação. O conflito envolve a luta em defesa das rádios comunitárias e o governo federal, “pressionado pelas forças políticas e econômicas que não aceitam dividir o espectro radiofônico”. (COSTA, 2016, p. 128).

Em fins da discussão, é suscitado pela autora o desenvolvimento de ações e a capacidade de reflexões sobre a realidade possíveis pelas rádios comunitárias. Assim como a grande mídia tem seus intelectuais, as rádios comunitárias precisam ter seus intelectuais para formar e disseminar visões de mundo. Além disso, outra tarefa proposta pelo movimento é a elevação intelectual e moral nos indivíduos, considerando o movimento de disputa de hegemonias nos meios de comunicação. Dessa forma, a tarefa que se coloca, segundo Araújo (2011, p. 103 apud COSTA, 2016, p. 151),

[...] Porém, no contexto da disputa de hegemonia no âmbito da comunicação, a tarefa urgente do movimento é a preparação de quadros que possam compreender as questões mais complexas que envolvem o rádio como tecnologia e as rádios comunitárias como movimento social no contexto da sociedade civil que se propõe a democratizar a comunicação e transformar a sociedade. [...].

Cabe resgatar o debate realizado pela autora na dissertação, do papel estratégico da comunicação na democracia, que apesar de a mídia ter a função de manter o *satus quo*, as experiências das rádios comunitárias se apresentam como construção de alternativas. Aqui, a autora recupera o conceito de hegemonia no sentido gramsciano, “no qual as classes dominantes instauram o poder por meio do consenso exercido na sociedade civil” e dos aparelhos privados de hegemonia – constituídos também a comunicação e seus veículos –, essenciais na disseminação do pensamento dominante (COSTA, 2016, p. 173). A comunicação, enquanto aparelho privado de hegemonia torna-se espaço de “luta política pela direção moral e intelectual da sociedade”.

Nota-se que a autora não apresenta uma reflexão sistemática e teórica das categorias gramscianas, mas as absorve nos elementos que envolvem o objeto, a exemplo das correlações de força, a difusão de visão de mundo pelas mídias tradicionais na construção do consenso na sociedade civil, a possibilidade de construção de uma direção social por meio das rádios comunitárias na contramão do monopólio midiático, entre outras relações.

● **A Pedagogia da hegemonia na Assistência Social: críticas das ideologias governamentais dos Núcleos de Participação Popular em Fortaleza:** a dissertação de Adilson Aquino Silveira Júnior (UFPE, 2012) tem como objeto de estudo, a crítica das ideologias do discurso governamental relativo à “participação popular” na assistência social em Fortaleza-CE, deslindando os fundamentos teórico-metodológicos e suas implicações nas estratégias de hegemonia no tempo presente.

O autor discute de modo geral, os fundamentos teórico-metodológicos e as implicações na sociedade das estratégias hegemônicas no capitalismo contemporâneo, tendo como foco, os discursos ideológicos governamentais (chamado de intelectuais do governo) através dos Núcleos de Participação Popular na política de assistência social no município de Fortaleza e suas relações com as disputas pela hegemonia no contexto atual.

O pensamento de Gramsci subsidia algumas particularidades do objeto de estudo, principalmente nos aspectos dialógicos e relacionáveis, portanto, não trata-se de uma discussão conceitual. Nota-se a centralidade das categorias hegemonia e ideologia articulada ao uso de outras categorias.

No início do texto, Silveira Jr. (2012) situa a categoria ideologia na realização da crítica às ideologias da ‘participação popular’ na assistência social, quando da estratégia do discurso governamental de sedimenta na consciência dos sujeitos envolvidos na política de assistência condizente com a estratégia de construção hegemônica da realidade brasileira e sua inserção periférica. A partir das elaborações de Gramsci sobre ideologia<sup>80</sup>: “[...] identificamos que as ‘ideologias orgânicas’ de uma determinada estrutura social ‘[...] organizam as massas humanas, formam o terreno no qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, luta, etc.’”. (GRAMSCI, 2011a, p. 238 apud SILVEIRA JR, 2012, p. 14).

Sendo as ideologias historicamente necessárias numa determinada estrutura social, elas organizam as massas, os sujeitos adquirem consciência de sua condição social e

---

<sup>80</sup> Assume como referências as interpretações ideológicas de Gramsci, István Mészáros e György Lukács.

formam o terreno onde os homens lutam. O autor fomenta que na relação entre cultura e filosofia está presente a função da ideologia, pois, “[...] o papel da filosofia consiste na criação de uma nova cultura [...]” (SILVEIRA JR, 2012, p. 27), isto é, elaborar e difundir uma concepção de mundo, transformando em base de ações vitais, formação de uma ordem intelectual e moral que se concentra nas manifestações individuais e coletivas da vida dos sujeitos, tais como a arte, o direito e as relações econômicas.

Se pensar as formas ideológicas como elemento que transmite concepções de mundo, de valores, de conceitos e etc., Silveira Jr. (2012) incorpora as indicações de Gramsci sobre “o Estado orgânico” (Estado integral, ampliado) que assume funções nos níveis econômicos, políticos e também possui ‘papel educativo’, cujas funções são intermediadas pelos ‘intelectuais orgânicos’ no campo da assistência (foco do estudo) na qual sedimenta “valores, concepções e formas de racionalidade”, vistas como mediações ideológicas na consolidação de “um conformismo social útil ao desenvolvimento do grupo dirigente” (GRAMSCI, 1984, p. 70 apud SILVEIRA JR, 2012, p. 14).

Na relação com o objeto, relaciona as funções dos intelectuais orgânicos aos agentes governamentais devido suas ocupações no âmbito da reprodução social. Com esse postulado, diz que para Gramsci, os intelectuais orgânicos são os prepostos (empregados especializados) das classes fundamentais e a atividade intelectual busca ‘fornecer homogeneidade e consciência’ da classe social a que se vincula.

Silveira Jr (2012) articula ideologia com o Estado orgânico. Na sua visão, Gramsci incorpora a ideologia na concepção de Estado orgânico – sintetiza o momento da coerção e consenso, da hegemonia e dominação, da sociedade civil e sociedade política –, que enquanto organismo da classe dominante fornece as condições necessárias à sua expansão. Na concepção gramsciana, o Estado “[...] é todo complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dominante não só justifica e mantém seu domínio, mas consegue obter o consenso ativo dos governados [...]” (GRAMSCI, 2007, p. 331).

Essa assertiva indica que no Estado concentra as funções referentes ao exercício da hegemonia e da ditadura de classe, comporta a função coercitiva e o caráter ético do Estado. Na realidade, o Estado também deve ser concebido como educador na medida em que cria um novo tipo/nível de civilização ou adéqua os indivíduos a novos costumes e normas. Ainda que opere essencialmente sobre as forças econômicas não se devam abandonar os elementos da superestrutura, no sentido de seu desenvolvimento espontâneo e/ou esporádico.

A partir de Buci-Glucksmann, Silveira Jr. (2012) distingue dois momentos do Estado: o Estado em sentido estrito e em sentido amplo (integral ou orgânico). O primeiro momento se identifica com o governo, o aparelho de ditadura de classe, ou seja, possui funções coercitivas. O segundo momento do Estado corresponde às funções de consenso, do conjunto dos meios de direção intelectual e moral. Por isso complementa, “O Estado necessita de consenso e ‘educa’ esse consenso através desses aparelhos de hegemonia da classe dirigente [...]” que ocorre na esfera da sociedade civil, cuja natureza se apresenta em dois momentos: as condições materiais de vida, “[...] pois não pode haver sociedade civil sem as determinações das relações de produção, que constituem seu fundamento”; e os aparelhos difusores de cultura, de ideologia, que formam o aspecto educador do Estado (SILVEIRA JR, 2012, p. 33). Quanto ao exposto, Gramsci afirma:

Parece-se que o que de mais sensato e concreto se pode dizer a propósito do Estado ético e de cultura é o seguinte: todo Estado é ético na medida em que uma de suas funções mais importantes é elevar a massa da população a um determinado nível cultural e moral, nível (ou tipo) que corresponde às necessidades de desenvolvimento das forças produtivas e, portanto, aos interesses das classes dominantes. (GRAMSCI, 2007, p. 238).

O caráter da sociedade civil é tido pelo autor como espaço no qual se estabelece o confronto dos diferentes projetos das classes sociais e a disputa hegemônica. Há também as tentativas de estabelecimento de uma direção geral na economia, na política e na cultura, cujas articulações, conflitos e interesses são estruturalmente desiguais, em suma, a sociedade civil é atravessada, em termos econômicos e ideológicos, pela luta de classes.

Diante dessa situação, pensa nas tentativas de construção do consenso e da consolidação da direção intelectual e moral pelo Estado que expressa o lugar de sustentação do sistema hegemônico de dominação e também o lugar em que ele é desafiado. Assim, expõe duas situações de embate: a conformação de uma perspectiva político-pedagógica de subordinação, bem como o espaço de dissenso e transgressão. Por isso chama atenção a partir de Gramsci para o papel da filosofia da práxis na reivindicação da hegemonia social (como direção intelectual e moral), considerada essencial na articulação da concepção gramsciana de Estado. Nisso enfatiza a determinação cultural “[...] tanto para as formas de dominação de classe vigente quanto para a intervenção político-organizativa das lutas revolucionárias do trabalho.” (SILVEIRA JR, 2012, p. 34).

O autor discute um pouco a categoria hegemonia na perspectiva da hegemonia social, pressupondo um momento cultural na atividade prática coletiva, ponderando que todo ato histórico é realizado pelo ‘homem coletivo’, haja vista a “[...] a conquista de uma unidade ‘cultural-social’[...]” (SILVEIRA JR, 2012, p. 34) pela qual se unificam as vontades desagregadas dos sujeitos sociais na busca de um fim único, cujo fundamento é a comum concepção de mundo.

Nesse processo, ressalta a necessidade da reforma intelectual e moral na conquista da hegemonia de classe vinculada a um programa de mudança das relações econômicas, sendo este apreendido como “[...] o modo através do qual se apresenta toda reforma intelectual e moral.” (SILVEIRA JR, 2012, p. 35). Desse modo, a hegemonia pretendida ultrapassa sua própria base e se estende a outras camadas ou classes submetidas ao bloco social dominante, ainda assim, enfatiza o nexos essencial entre estrutura e superestrutura, pois, seguindo o pressuposto gramsciano, o compromisso existente não pode envolver os interesses materiais essenciais da classe hegemônica, já que a hegemonia é ético-política não pode deixar de ser também econômica. Com isso, o autor diz que as ideologias dominantes conformam a estratégia de construção da hegemonia “carregam a marca da formação socioeconômica da qual pertencem e cujas práticas produtivas assumem como quadro limite de referência”. (idem, ibidem).

Fundamentado em Gramsci, o autor pondera que a conquista da hegemonia de classe tem dimensão ético-política constitutiva e fundamental, assumindo assim a condição de relação pedagógica. Pois bem, a educação é adotada numa perspectiva de conformar as subjetividades, “pela mediação dos complexos ideológicos, para a construção dos tipos humanos adequados a prática sócio-histórica das classes em luta.” (SILVEIRA JR, 2012, p. 35). Logo, a educação adéqua os indivíduos as exigências prático-sociais no interior da reprodução de um dado tipo de formação socioeconômica.

Em vista disso, a hegemonia na condição de desencadeamento de mecanismos, é utilizada para assegurar o consenso das massas para um projeto de classe, sem que se anule o uso da força ou coerção. O autor argumenta sobre a crise de hegemonia, advindo do efeito contraditório dos mecanismos de hegemonia, porque a medida que uma classe é autenticamente hegemônica, há a possibilidade de as classes adversárias se organizarem e construir uma força política autônoma. Dessa relação de contrariedade da dialética hegemônica, dispõe o seguinte:

[...] não pode existir uma teoria da hegemonia sem teoria de crise da hegemonia, chamada ‘crise orgânica’ (GRAMSCI, 2011a). Não pode existir análise da integração das classes subordinadas a uma classe dominante, sem teoria dos modos de autonomização e de constituição das classes que permitem uma classe antes subordinada tornar-se hegemônica. Não pode existir extensão de uma concepção do Estado sem redefinição de uma perspectiva estratégica nova, a chamada ‘guerra de posição’, a partir da qual (e em articulação com a ‘guerra de movimento’) a classe operária luta pela formação de uma ‘sociedade regulada’ (GRAMSCI, 2007), pela incorporação da sociedade política pela sociedade civil. (SILVEIRA JR., 2012, p. 36).

Tendo em vista a não separação da filosofia da política, já que a aceção crítica de uma concepção de mundo é fato político, logo, a luta pela hegemonia possui dimensão política porque assimilada pela disputa ideológica dos grupos sociais. As ideologias são difundidas na dinâmica das relações de forças, onde Silveira Jr. (2012) vislumbra suas expressividades no âmbito das relações de forças políticas. As relações de forças são analisadas em três momentos, assim como disposto por Gramsci: o momento econômico-corporativo; “[...] o momento cuja consciência da solidariedade de interesses entre todos os membros do grupo social é atingida, embora ainda restrita ao campo meramente econômico [...]”; e o momento de superação do ciclo corporativo de um grupo econômico, sendo este último o que assinala a fase política, indicando a passagem da estrutura para a esfera das superestruturas, isto é, “[...] é a fase em que as ideologias geradas anteriormente se transformam em ‘partido’, entram em confrontação e lutam até que uma delas, ou pelo menos uma única combinação delas, tenda a prevalecer, a se impor, a se irradiar por toda a área social” [...]. (GRAMSCI, 2011a, p. 41 apud SILVEIRA JR., 2012, p. 37).

O autor pondera na análise das relações de força, como se estabelecem e se condicionam reciprocamente a pequena política e a grande política nos processos sociais das relações de hegemonia. Também tem centralidade na dissertação a atividade intelectual no fornecimento da homogeneidade e consciência nos campos político, econômico e social junto a função da classe a qual se vincula, assim cita Gramsci para destacar o grupo social com a função essencial no mundo da produção econômica e como este cria um grupo de intelectuais que lhe dá consciência e homogeneidade da própria função no âmbito estrutural e superestrutural. No âmbito do Estado orgânico, tanto o consenso espontâneo assegurado pelas classes dominantes à grande massa da população e quanto a coerção do aparelho estatal que assegura legalmente a disciplina das classes dominadas são funções essenciais assumidas pelos intelectuais.



Silveira Jr. (2012, p. 39) chama atenção para a atividade intelectual, destacando a função de homogeneidade e consciência dos papéis econômicos, sociais e políticos das classes sociais, operando por meio da produção e difusão de ideologias que formam o bloco histórico. Com base em Gramsci cita como tarefas próprias dos intelectuais: função diretiva e organizativa, “‘funcionários subalternos’ da classe dominante e dirigente na formulação, adaptação e difusão das teorias e das práticas que fundamentam sua hegemonia.”. Cabe ainda como função dos intelectuais, a organização da cultura, com a execução de tarefas diferenciadas: “[...] no mais alto grau, encontram-se os criadores das várias ciências, da filosofia, da arte, etc.; no mais baixo, os mais modestos ‘administradores’ e divulgadores da riqueza intelectual já existente, tradicional, acumulada”. (SILVEIRA JR., 2012, p. 39).

Nessa pequena incursão sobre a função dos intelectuais na relação do seu objeto fala do discurso governamental da ‘participação popular’ na assistência social em Fortaleza, situando tal discurso exercido pelos “intelectuais orgânicos” do governo que difundem complexos ideológicos<sup>81</sup> necessários a construção de estratégias de hegemonia que soldam o bloco histórico no atual estágio de restauração do capital na realidade brasileira. Visualiza as políticas sociais, especificamente a assistência social, como mediações históricas no processo de reprodução social na fase monopólica do capital.

Outro ponto de fundamento gramsciano utilizado na dissertação é referente à crise orgânica articulando com a crise contemporânea de dominação, ou seja, crise de hegemonia, afetando o conjunto das relações de forças de um bloco histórico. Do ponto de vista da análise gramsciana, discute como a crise orgânica ocorre na estrutura social, sendo o ponto, as “contradições insanáveis” na estrutura social. Assim, as forças políticas dominantes atuam no intento de superar essas contradições dentro dos limites da sociedade estabelecida.

Na crise orgânica, “Os laços entre estrutura e superestrutura são rompidos, e o bloco histórico ameaça desagregar-se completamente, abrindo um período histórico de convulsões políticas, econômicas e sociais.” (SILVEIRA JR., 2012, p. 48). Por outro lado, cria oportunidades das classes subalternas constituírem forças e contestar o sistema de relações sociais imperantes, assim como é possível construir movimentos restauracionistas das classes dominantes, com apelo a golpes e ditadura, conforme mostra Gramsci (2007, p.

---

<sup>81</sup> Nessa tarefa a linguagem possui uma mediação social concreta na difusão de complexos ideológicos necessários às estratégias da hegemonia empreendida pelos grupos sociais. De acordo com Gramsci, Silveira Jr. (2012) cita-o quanto ao significado que a linguagem transmite, qual seja, de elementos de uma concepção de mundo e de uma cultura.



60 apud SILVEIRA JR., 2012, p. 48): “[...] quando se verificam estas crises, a situação imediata torna-se delicada e perigosa, pois abre-se o campo às soluções de força, à atividade de potências ocultas representadas pelos homens providenciais ou carismáticos”.

Salienta ainda o aspecto político da crise orgânica, referente a manifestação no plano superestrutural ideológico e político como uma crise de hegemonia ou crise de autoridade, cuja causas recorre a Gramsci: fracasso da classe dirigente quanto ao plano político que impôs as massas e/ou as massas saíram da passividade política para uma certa atividade política, a perda do consenso da classe dominante (detém apenas a força coercitiva) e as ideologias tradicionais tornaram-se desacreditadas (GRAMSCI, 2007). Em suma, a crise de hegemonia consiste na debilidade dos laços existentes entre governantes e governados, devido ao enfraquecimento das ideologias dominantes, os aparelhos hegemônicos não mais sustentam o bloco histórico e a classe trabalhadora não se sente mais representada pelos interesses das classes dominantes (SILVEIRA JR., 2012).

Para as transformações sociais operadas no contexto do capital monopolista em crise, o autor revela que a elaboração teórica gramsciana oferece critérios práticos de interpretação histórica e política para entender as mudanças ocorridas na sociedade burguesa. Assim, menciona a relevância da ‘Análise das situações: relações de força’ e o fenômeno da revolução passiva.

Na análise das situações-relações de forças, apela aos *Cadernos* para ressaltar que o termo se apresenta como um instrumento crítico-analítico na compreensão das crises orgânicas, assim como os problemas existentes na relação estrutura-superestrutura devem ser postos com exatidão e se ter uma análise consistente das forças atuantes na história. Nesse aspecto, situa dois princípios que Gramsci extrai de Marx no *Prefácio para a Crítica da Economia Política*:

1) nenhuma sociedade se põe tarefas para cuja solução ainda não existam as condições necessárias e suficientes, ou que pelo menos não estejam em vias de aparecer e se desenvolver; e 2) nenhuma sociedade se dissolve e pode ser substituída antes que se tenham desenvolvido todas as formas de vida implícitas em suas relações. (GRAMSCI, 2007, p. 36; SILVEIRA JR., 2012, p. 51).

Também se refere ao *Risorgimento* na perspectiva da revolução passiva na realidade italiana, quando aponta no desenvolvimento histórico a ausência de uma “iniciativa popular

unitária”. Assim, registra a passagem dos *Cadernos* onde Gramsci expõe o tipo de revolução na Itália:

[...] o fato histórico da ausência de uma iniciativa popular unitária no desenvolvimento da história italiana, bem como o fato de que o desenvolvimento se verificou como reação das classes dominantes ao subversivismo esporádico, elementar, não orgânico, das massas populares, através de ‘restaurações’ que acolheram uma certa parte das exigências que vinham de baixo; trata-se, portanto, de ‘restaurações progressistas’ ou ‘revoluções-restaurações’, ou, ainda, ‘revoluções passivas’. (GRAMSCI, 2011a, p. 393 apud SILVEIRA JR., 2012, p. 51-52).

Portanto, a partir do exposto, o autor ressalta o caráter atual de restauração do capital, no qual opera de forma regressiva quanto às conquistas sociais alcançadas pelas classes trabalhadoras, após ter operado por meio da passivização dessas classes e ‘modificações moleculares’ que alteraram a composição das forças, alterando-as para a recomposição da reprodução do capital.

Ainda nos termos da revolução passiva, cita dois processos revolucionários históricos que servem de critérios de ‘classicidade’ da intervenção das massas na história: a Revolução Jacobina, referente à conquista da democracia burguesa na França e a Revolução Bolchevique, referência a conquista da democracia na Rússia.

Para o contexto do estudo de Silveira Jr. (2012, p. 55) o termo da revolução passiva em Gramsci auxilia na compreensão do momento atual, nas suas palavras, “das mutações das formas de organização da vida estatal em curso, que se orientam no sentido de atualização das modernas estruturas de domínio da hegemonia tardo-burguesa.” Isto significa também para as relações que possam ser desenvolvidas para a manutenção do domínio das classes burguesas.

As últimas discussões fundamentadas no pensamento gramsciano são sobre o caráter da hegemonia quando menciona o fenômeno da passivização e incorporação das demandas das classes subalternas no período de restauração da dominação burguesa no sentido da manutenção da hegemonia dominante, pois, a hegemonia ‘nasce na fábrica’ e nesse movimento, busca conformar um novo ‘tipo humano’ no âmbito da reprodução social. Já nos termos do discurso governamental na assistência social em Fortaleza, assimila a relação da hegemonia das classes subalternas, pois, para além da formulação e difusão de determinados conteúdos ideológicos condizentes com os interesses das classes sociais, a hegemonia também educa a subjetividade de classe para uma direção científico-

epistemológica. O autor atenta para o princípio teórico-prático da hegemonia, que ao mesmo tempo, cria reforma nas consciências, modificam métodos de conhecimento, o desenvolvimento da hegemonia emancipatória das classes subalternas também modifica os fundamentos pelos quais a produção de conhecimento se realiza, isto é, uma nova possibilidade da relação entre ontologia e método.

● **As múltiplas determinações do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES nos governos Luiz Inácio Lula da Silva:** a tese desenvolvida por Josimeire de Omena Leite (UFPE, 2015) tem como objeto de estudo a relação entre os determinantes do PNAES e a resposta deste programa a tais determinações, assim, discute e analisa as múltiplas determinações do Programa Nacional de Assistência Estudantil nos governos Luiz Inácio Lula da Silva e como esse responde a tais determinações ao materializar-se nas Instituições Federais de Nível Superior, sob a institucionalização da assistência estudantil no âmbito universitário, cujas ações assistenciais são incluídas na agenda governamental com a aprovação do Plano Nacional de Assistência ao Estudante de Graduação.

As principais categorias gramscianas trabalhadas conceitualmente e que fundamentam o debate na tese são: bloco histórico, hegemonia, revolução passiva e a relação Estado e sociedade civil, com o intuito de ultrapassar as abstrações mais sutis e alcançar as determinações mais simples no subsídio do atual estágio do capitalismo brasileiro.

Leite (2015) discute as categorias a partir de subitens, contendo o conceito e teorizações acerca delas. Assim, a primeira categoria que compõe o arsenal teórico da tese é o conceito de bloco histórico, concebido como conceito chave no qual os principais aspectos do pensamento gramsciano estão articulados, cuja definição, tomando a articulação de estrutura e superestrutura é “[...] a união entre a natureza e o espírito (estrutura e superestrutura), unidade dos contrários e dos distintos” (GRAMSCI, 2002a apud LEITE, 2015, p. 32). A autora comenta a percepção gramsciana de como a sociedade se revela como uma totalidade, devendo ser abordada em todos os seus níveis.

Gramsci utiliza a formulação original de bloco histórico de Georges Sorel, na qual destaca a conexão e amplia a visão entre estrutura e superestrutura. Para a autora, Gramsci integra na investigação da sociedade a noção de bloco histórico na análise das relações entre estrutura e superestrutura, no qual, “[...] o conjunto complexo e contraditório das superestruturas é o reflexo do conjunto das relações sociedade de produção” (GRAMSCI,

2006, p. 250 apud LEITE, 2015, p. 32) numa vinculação dialética e orgânica, constituindo a situação concreta, a formação de uma estrutura econômica dialeticamente articulada às superestruturas jurídico-política e ideológica.

Alerta para a superação do determinismo e do reducionismo no esforço intelectual de Gramsci em desvelar essa relação recíproca de tais esferas: ética, ideológica, política e econômica, sem conceber a primazia de um desses elementos no bloco histórico. Portanto, “[...] que na abordagem gramsciana, para uma compreensão do movimento do real em sua amplitude e complexidade, as dimensões ideopolíticas, sociais e culturais não devem ser desgarradas da economia.” (LEITE, 2015, p. 33). Na visão da autora, Gramsci define o bloco histórico como o nexos real e indissolúvel entre estrutura e superestrutura, com a instituição dos vínculos orgânicos entre os dois níveis edificados pelos intelectuais, que cimentam a ideologias, geram consenso, a hegemonia e a coerção.

No plano da superestrutura do bloco histórico se encontram duas esferas estreitamente imbricadas: a sociedade civil e a sociedade política. A separação entre elas é puramente metodológica, vista nos *Cadernos do Cárcere* como a fixação de dois planos superestruturais, onde a sociedade civil congrega o “o conjunto de organismos designados vulgarmente como ‘privados’” e a sociedade política, “planos que correspondem, respectivamente, à função de ‘hegemonia’ que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de ‘domínio direto’, ou de comando, [...]” que se expressa no governo jurídico e no Estado. (GRAMSCI, 2004 apud LEITE, 2015, p. 34). Pois, no âmbito da sociedade civil, torna-se a esfera privilegiada onde as classes visam exercer sua hegemonia buscando aliados para seus projetos por meio da direção política, do consenso e da coerção (isto é, sociedade civil e sociedade política). Na visão da autora essas esferas mantêm entre si a relação de identidade-distinção e em seu conjunto formam o Estado integral. A forma de identificação entre Estado e governo representa a forma corporativa e econômica, com tendências à confusão entre sociedade civil e sociedade política, já que na noção de Estado entram elementos que remetem as duas esferas. Nesse sentido, “[...] há uma relação dialética e orgânica entre a sociedade civil e sociedade política, da qual resulta a unidade histórica das classes dirigentes” (LEITE, 2015, p. 35). Assim, chama atenção para a unidade histórica:

A unidade histórica das classes dirigentes acontece no Estado e a história delas é, essencialmente, a história dos Estados e dos grupos de Estados. Mas não se deve acreditar que tal unidade seja puramente jurídica e

política, ainda que também esta forma de unidade tenha sua importância, e não somente formal: a unidade histórica fundamental, por seu caráter concreto, é o resultado das relações orgânicas entre Estado ou sociedade política e sociedade civil'. (GRAMSCI, 2002b, p. 140 apud LEITE, 2015, p. 35).

É presente na tese a discussão da distinção entre sociedade civil e sociedade política, na qual, esta última abarca o momento da força, correspondente a função de domínio, da coerção nos seus aparatos legais e policial-militar, trata-se do Estado no sentido estrito, que congrega “um conjunto de atividades da superestrutura que se refere à função de coerção, da manutenção, pelo uso da força, da ordem estabelecida, é um prolongamento da sociedade civil [...]”. (LEITE, 2015, p. 36).

Já sobre a sociedade civil, a autora problematiza as interpretações equivocadas quanto a essa categoria, com destaque para a interpretação de Norberto Bobbio e sua leitura mecanicista da relação estrutura-superestrutura, na qual atribui à relação Estado-sociedade civil uma visão dicotômica, desconsiderando os momentos de unidade, de ação recíproca, própria da dialética gramsciana. Por essa razão, não há separação entre Estado e sociedade civil, porque “[...] sociedade civil e Estado se identificam na realidade dos fatos [...]”. (GRAMSCI, 2002a apud LEITE, 2015, p. 37).

Crítica a separação do Estado e sociedade civil no pensamento liberal e a tendência da cisão entre economia e política, que não considera essa separação puramente metodológica e não orgânica. No pensamento de Gramsci, supera-se toda posição dualista de contraposição do Estado e sociedade civil e revela essa última esfera como o *locus* de disputa de projetos antagônicos em busca da hegemonia e espaço de luta entre as concepções de mundo. Como forma de refutação da não contraditoriedade da análise da sociedade civil, recorre a seguinte afirmação gramsciana de que “a unidade histórica das classes dirigentes acontece no Estado e a história delas é, essencialmente, a história dos Estados e dos grupos de Estados”. (GRAMSCI, 2002b, p.139 apud LEITE, 2015, p. 38). Dessa forma, é na esfera político-ideológica (terreno das superestruturas) que ocorre a batalha decisiva entre as classes sociais, assim como os conflitos econômicos encontram resolutividade.

No que se refere a categoria hegemonia, consta na tese as premissas do desenvolvimento do conceito em Gramsci a partir de Lênin e o reconhecimento por parte dos teóricos marxistas da formulação de Gramsci como a mais profunda do conceito de

hegemonia. Por isso a autora comenta as ponderações de alguns autores marxistas acerca da hegemonia. Portanto, importa as formulações gramscianas apropriadas na tese.

Do sentido atribuído por Gramsci, o nível da sociedade civil pressupõe a função de hegemonia que o grupo dirigente exerce na sociedade, desse modo, a hegemonia é compreendida como a função de “direção ‘intelectual e moral’” e também de dominação de uma classe sobre as demais através dos mecanismos da sociedade civil. Nota-se a discussão na tese acerca da sociedade civil do tipo oriental e ocidental, cuja observância central diz respeito a forma de organização e articulação do Estado com a sociedade civil.

No Oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa; no Ocidente, havia entre o Estado e a sociedade civil uma justa relação e, ao oscilar o Estado, podia-se imediatamente reconhecer uma robusta estrutura da sociedade civil. O Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual se situava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas; em medida diversa de Estado para Estado, é claro, mas exatamente isto exigia um acurado reconhecimento de caráter nacional. ([GRAMSCI], 2002a, p. 262 apud LEITE, 2015, p. 40).

O pensador sardo observa que nas sociedades do tipo oriental, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa, politicamente pouco organizada e o aparelho coercitivo atua como sujeito essencial na legitimação da dominação burguesa (LEITE, 2015). Na sociedade do tipo ocidental há justa relação entre sociedade civil e Estado, com isso, há o fenômeno da complexificação da burocracia civil e militar e expansão dos aparelhos privados de hegemonia, com o aparecimento de novas determinações que altera a dinâmica das relações de poder, tais como o desenvolvimento da indústria, a difusão do fordismo e americanismo, a socialização da política e a propagação da organização científica do trabalho.

A construção da hegemonia supõe um processo de autonomia da construção da visão de mundo, isto é, autonomia ou subordinação são lados da luta de hegemonias, próprias do cotidiano da luta de classes. A autora apresenta a noção de que o processo de hegemonia tem uma dimensão econômica – tem seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce na atividade econômica – e ético-política, portanto, exprime na ‘reforma intelectual e moral’ e conduz uma elevação civil das camadas mais baixas da sociedade, prescindindo do mecanicismo, já que este absolutiza os interesses imediatos sem uma análise das relações de força, donde não distingue os aliados e não compreende seus projetos.

O próprio Gramsci estranha a atitude do economicismo ‘em relação às expressões da vontade, de ação e de iniciativa política e intelectual, como se estas não fossem uma emanção orgânica de necessidades econômicas, ou melhor, a única expressão eficiente da economia’. (LEITE, 2015, p. 42).

Por isso a autora coloca como importante a relação entre a ‘reforma intelectual e moral’ e a ‘reforma econômica’, pois, a realização da primeira sem a última, cai-se num puro voluntarismo, o que na relação dialética com o objeto de estudo, o programa de reforma econômica é a forma concreta em que se materializa a reforma intelectual e moral. Daí recorre a Gramsci para compreensão da assertiva correspondente a função do Estado, em que este é concebido como organismo próprio de um grupo, cuja função destina-se a criação de condições favoráveis à sua expansão. Então, apreende com base em Gramsci a premissa de que o grupo social que tem o prestígio intelectual e moral é capaz de exercer a hegemonia e assim, adequar as funções do Estado aos seus interesses.

Diante dessa constatação e a partir da concepção de mundo, de pertencimento a determinado grupo e de compartilhamento dos modos de pensar e de agir, os homens são conformistas de algum conformismo, ou como homens-massa ou homens-coletivos. É perceptível na apropriação do pensamento de Gramsci, que a hegemonia “amplia a criação de uma massa de homens capazes de pensar coerentemente e de modo unitário o presente e de projetar para o futuro, na perspectiva de um novo patamar civilizatório.” (LEITE, 2015, p. 43). É interessante destacar o papel do Príncipe (partido político) na condução e organização da reforma intelectual e moral, o que significa a criação do terreno para um novo desenvolvimento da vontade coletiva nacional-popular, tendo como função pedagógica, “[...] elevar a consciência das classes ao nível ético-político, mais que constituir-se num tipo específico de organização formal”. (LEITE, 2015, p. 44).

Na relação da hegemonia e intelectual orgânico, atribui ao partido e aos intelectuais a semelhança de funções e a condição de sujeitos empenhados, fundamentais na luta pela hegemonia. Na compreensão da função e do papel social dos intelectuais, recorre aos *Cadernos* para entender a concepção de intelectual orgânico. A respeito desse grupo, a autora explicita a afirmação gramsciana de que todos os homens são intelectuais, embora não exerçam essa função, porque historicamente, formam-se categoriais especializadas para a função de intelectual em conexão com os grupos sociais importantes, são os intelectuais orgânicos, pois, nascem no seio de grupo social fundamental.

Quanto à formação dos intelectuais, extrai dos *Cadernos* a seguinte passagem:



Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc. (GRAMSCI, 2004, p. 15 apud LEITE, 2015, p. 45).

Então, o grupo social fundamental forma intelectuais especializados para determinadas funções com o propósito de defender seus interesses. A exemplo da capacidade organizativa da sociedade em seus vários aspectos, por parte de uma determinada elite para manter as condições favoráveis a expansão de sua própria classe.

Leite (2015) assinala a relação mediatizada entre os intelectuais e o mundo da produção pelos diversos graus da sociedade e pelo conjunto das superestruturas, nos quais os intelectuais são os funcionários. Assim, a partir de uma esfera produtiva, esses grupos especializam-se em áreas ligadas a superestruturas, com justificativa ideológica de manter o crescimento econômico e social do grupo ao qual se vinculam. Destaca também as funções organizativas exercidas pelos intelectuais na condição de ‘prepostos’ do grupo dominante, no qual, ao tratar da função de ‘hegemonia’ e a de domínio direto deste, os intelectuais exercem as funções subalternas do governo político, quais sejam: o consenso espontâneo das grandes massas e do aparelho de coerção estatal “que assegura ‘legalmente’ a disciplina dos grupos que não ‘consentem’, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo.” (GRAMSCI, 2001, p. 21).

Para a autora, Gramsci deixa claro que no capitalismo, com prática material e estatal, tem ampliado o número de intelectuais para justificar suas funções, tanto por necessidades produtivas quanto político-ideológicas do grupo dominante. Com base na observação de Dias (1996 apud LEITE, 2015, p. 47), “[...] Gramsci antecipou toda uma problemática da relação intelectuais/mundo da produção/dominação de classe.”.

Isso significa dizer que o intelectual ampliou suas funções no capitalismo, pois, o grupo dominante precisa da unidade teoria e ação, senão, fica fadada a execução de atividades técnicas e mecânicas, para isso, precisa elaborar uma filosofia com base nas suas atividades práticas, nesse caso, o intelectual tem uma inserção ativa na vida prática, como organizador, persuasor, cujo fim é a construção de uma nova hegemonia.



Acerca da relação intelectual/povo, a autora complementa a necessidade da criação da unidade orgânica entre teoria e prática, entre esse grupo e as massas populares, trata-se do estabelecimento de uma relação dialética que proporciona a elevação cultural e a afirmação de uma nova hegemonia.

Quanto à relação da hegemonia com a filosofia da práxis, esta se apresenta como a capaz de unificar e elevar as massas a um nível de visão superior, isto é, a uma nova concepção de vida superior. Então, o contato da massa com os intelectuais reivindica um bloco intelectual-moral, em que é possível ‘um progresso intelectual de massa’. A filosofia da práxis é uma teoria revolucionária porque tem a capacidade de ordenar nova racionalidade.

Para a autora, Gramsci analisa a realização do aparelho hegemônico, na medida em que cria um novo terreno ideológico, forma uma determinada consciência e proporciona novas formas de conhecimento, por isso a eficácia da filosofia da práxis como projeto hegemônico, porque tanto critica outras visões de mundo e quanto é alvo de críticas. A crítica real de uma concepção de mundo é factível ao embate hegemônico na luta dos modos de ver a realidade. Gramsci (1999, p. 362) questiona as tentativas da crise da filosofia da práxis nos *Cadernos*:

[...] quantas vezes não se falou de ‘crise’ da filosofia da práxis? E que significa esta crise permanente? Não significará, por acaso, a própria vida, que procede através de negações? Ora, quem conservou a força das sucessivas retomadas teóricas, se não a fidelidade das massas populares que se apropriaram da concepção, ainda que sob formas supersticiosas e primitivas?

Em suma, a filosofia da práxis como visão de mundo vê o processo da economia/política como construção dos homens, capaz de ordenar nova racionalidade e as tentativas de descaracterizar e neutralizar são partes do movimento desta filosofia na crítica a outras visões de mundo (DIAS, 1996, apud LEITE, 2015).

A hegemonia é entendida pela autora como a combinação da força e consenso, mesmo nas formas de regime democrático-liberal. Leite (2015) exemplifica tal sentido com a passagem dos *Cadernos* em que o pensador italiano utiliza a imagem do centauro para destacar a unidade orgânica entre coerção e consenso, enfatizando a relação dialética entre essas duas naturezas no poder político. Nessa ótica a sociedade civil é entendida pelas expressões: ‘o conjunto de organismos vulgarmente chamados privados’, cuja

materialidade dos processos conforma uma hegemonia; como ‘aparelho hegemônico de um grupo social’ e ‘aparelho privado de hegemonia’. Comenta o número de instituições e aparelhos hegemônicos que formam a sociedade civil, tais como universidade, escolas, igrejas, clubes, imprensas, entre outras.

A luta pela hegemonia vai além da luta entre concepções de mundo, o conceito aprofundado por Gramsci afirma ser pela direção da sociedade e dos aparelhos privados de hegemonia, onde as classes sociais convencem a sociedade quanto à validade de seus interesses.

A relação domínio/direção observada por Leite (2015, p. 50) a partir dos *Cadernos* se relaciona com a hegemonia/supremacia, sendo a manifestação desta última de duas formas: domínio e direção intelectual e moral. Assim a autora observa:

Um grupo social domina os grupos adversários, que visa a ‘liquidar’ ou a submeter, inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados. Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder, e mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante, mas deve continuar a ser também ‘dirigente’. Os moderados continuaram a dirigir o Partido de Ação mesmo depois de 1870 e 1876, e o chamado ‘transformismo’ foi somente a expressão parlamentar desta ação hegemônica, moral e política. (GRAMSCI, 2002b, pp. 62-3 apud LEITE, 2015, p. 51).

Esta percepção no pensamento de Gramsci refere-se a análise realizada sobre o problema da direção política no desenvolvimento da sociedade e do Estado na Itália, com o episódio da conquista do poder pela burguesia e o surgimento do mundo moderno pelo movimento da revolução passiva, marcada pela passivização dos processos revolucionários, cujo objetivo era abolição de qualquer iniciativa hegemônica por parte das classes subalternas, como resultante das modificações da organização da vida estatal (LEITE, 2015).

A próxima articulação da hegemonia com o processo social na abordagem da autora é com a categoria revolução passiva como dialética da passivização no pensamento gramsciano. O termo, buscado em Vincenzo Cuoco tem novo conteúdo: a modernização por meio de uma série de reformas sem a experiência da revolução política do tipo radical-jacobino (GRAMSCI, 2002b apud LEITE, 2015). Assim, o jacobinismo transformou a burguesia em classe nacional e dirigente, ou seja, os jacobinos operaram deixando de lados os interesses corporativos e concebendo as condições de absorção da sociedade ao seu

universo econômico, alargando suas fronteiras políticas às classes subalternas por meio da criação do Estado burguês, “fizeram da burguesia a classe nacional dirigente, hegemônica, isto é, deram ao novo Estado uma base permanente, criaram a compacta nação francesa moderna.” (GRAMSCI, 2002, p. 81).

A revolução passiva pensada por Gramsci se desenvolve a partir dos desdobramentos político-revolucionários no *Risorgimento* italiano, com processo de nascimento do Estado burguês no ápice da “unidade nacional italiana”, no qual o capitalismo se consolida sem o combate do problema do atraso histórico do campo italiano. O pensador responde as questões da inexistência do processo tipo jacobino legítimo no país, como ocorrido na França. Assim, explica os processos sociais e históricos da relação entre os dois partidos (Partido da Ação e os Moderados) envolvidos na unificação do Estado burguês italiano. Acerca do transformismo como parte do processo de *Risorgimento* na Itália, Gramsci pontua o seguinte:

[...] Pode-se dizer que toda a vida estatal italiana a partir de 1848 é caracterizada pelo transformismo, ou seja, pela elaboração de uma classe dirigente cada vez mais ampla, nos quadros fixados pelos moderados depois de 1848 e o colapso das utopias neoguelfas e federalistas, com a absorção gradual mas contínua, e obtida com métodos de variada eficácia, dos elementos ativos surgidos dos grupos aliados e mesmo dos adversários e que pareciam irreconciliavelmente inimigos. (GRAMSCI, 2002b, p. 63 apud LEITE, 2015, p. 55).

O transformismo<sup>82</sup> pode ser pensado também como fluidez ideológica onde ocorre a absorção gradativa de lideranças políticas adversárias por outro partido. São absorvidos os elementos mais ativos do grupo inimigo, com vista a sua eliminação no campo político. O transformismo no *Risorgimento* italiano foi um “movimento político-militar conservador” que controlou politicamente as massas subalternas. Nesses termos, a revolução passiva na Itália revela a ausência da iniciativa popular unitária e a estratégia dos movimentos de restaurações a partir do acolhimento de exigências que vinham de baixo. O movimento da revolução passiva interpreta o período do *Risorgimento* italiano, estendendo também a outras transformações históricas, como os momentos que sucederam as revoluções de 1789 (revolução Francesa) e de 1917 (no pós Primeira Guerra e sob a emergência popular). Os escritos de Gramsci “[...] revelam que a revolução passiva configura-se como um programa

---

<sup>82</sup> “[...] o ‘transformismo’ é a ‘absorção gradual, mas contínua, e obtida com métodos de variada eficácia, dos elementos ativos surgidos dos grupos aliados e mesmo dos adversários e que pareciam irreconciliáveis inimigos’”. (LEITE, 2015, p. 280).

de ação das elites conservadoras, que se expressa no binômio conservar-mudando, e que impõe à sociedade uma lógica de transformismo.” (LEITE, 2015, p. 57).

Um dos processos da revolução passiva é o “americanismo-fordismo”, presente nos *Cadernos*, cuja análise desdobra-se em um tipo de revolução passiva no país de capitalismo avançado como reação a Revolução Russa de 1917, na qual adota elementos de economia programática na tentativa de neutralizá-la.

O americanismo e fordismo é parte da economia programática, onde prevalece a hegemonia americana em detrimento da economia europeia, alcançando sua elaboração superior, com diferença das classes tradicionais. Nas condições para o americanismo em seu formato mais completo existe ‘uma composição demográfica racional’ de caráter parasitário que não encontrou sua função essencial no mundo produtivo. O americanismo é uma nova forma de Estado que surge da sociedade e difunde uma nova cultura, nova organização do modo de vida, de uma estrutura social adequada. No mundo da produção, coloca como exigência uma nova organização de operários, novos costumes, valores, nova moral e racionalização do trabalho.

As discussões das categorias gramscianas tratadas pela autora são conceituais e de embasamento para análise dos dados obtidos. Quanto aos conceitos, justificam-se como parte da mediação necessária ao entendimento da instituição do PNAES, na qual, durante o “[...] processo investigativo recorreu-se aos conceitos de bloco histórico, hegemonia e revolução passiva, formulados por Antônio Gramsci [...]”. (LEITE, 2015, p. 182). Logo as últimas discussões presentes na tese são referentes ao transformismo no contexto da política brasileira durante o governo Lula, mas sem o efetivo estudo desse fenômeno na realidade brasileira. Embora faça menção ao refluxo dos movimentos sociais e cita o registro de pesquisas que apontam elementos para compreender o interior da luta política. Assim, finaliza as aproximações com o pensamento de Gramsci acerca do transformismo, onde o governo petista ao instituir o PNAES, atende a interesses divergentes ao mesmo tempo: o do social e o do capital. Nesse sentido, a passivização no âmbito da universidade se insere no locus de disputa pelos aparelhos privados de hegemonia.

- **Pacto social e hegemonia burguesa: a reforma do neoliberalismo na Era Lula:** a tese de Eduardo Mara (UFPE, 2016) discute os mecanismos de construção da hegemonia utilizados pelos grupos dominantes no capitalismo dependente brasileiro durante a experiência do governo do Partido dos Trabalhadores, na gestão de Luís Inácio Lula da

Silva. O autor discute os processos políticos e econômicos traçados durante os mandatos de Lula da Silva, situando os planos econômicos, ideológicos e sociais no governo a partir dos conceitos gramscianos de hegemonia, transformismo e revolução passiva, caracterizando movimentos e transformações político-econômicos na realidade brasileira.

Outras categorias do pensamento gramsciano se fazem presentes na tese, tais como: política, bloco histórico, Estado, ideologia e intelectuais. A crítica aos governos Lula traz a tona alguns conceitos gramscianos, especialmente de hegemonia, transformismo e revolução passiva. O processo de hegemonia às avessas é utilizado para descrever a forma de dominação burguesa quando constrói sua supremacia através da ‘direção moral’ das classes subalternas.

É importante ressaltar que Mara (2016) não desenvolve conceitualmente as categorias gramscianas. O autor discute à luz dos acontecimentos político-econômicos, isto é, a aplicação das categorias em torno desses movimentos. A construção da hegemonia se consolida tendo como primeiro plano o combate à pobreza e à desigualdade, para assim, ter uma direção moral para a continuidade do projeto neoliberal no país. Com essa estratégia, “Tal processo seria viabilizado pela cooptação e transformação das lideranças de esquerda do partido dos trabalhadores e do sindicalismo brasileiro, que passaram a ocupar postos importantes no aparelho estatal e gerenciar poderosos fundos de pensão das empresas estatais.” (MARA, 2016, p. 23).

No estudo da formação social brasileira nos processos de dominação e da revolução burguesa no Brasil, Mara (2016) discute o desenvolvimento da classe dominante brasileira e do Estado à luz da categoria de revolução passiva de Antonio Gramsci. Outra categoria constitutiva do debate é a noção de bloco histórico, utilizada na compreensão do neoliberalismo numa articulação necessária entre as mudanças do padrão de acumulação capitalista, manifestadas a partir de 1970 e a superestrutura necessária à manutenção da dominação correspondente as mudanças no modo de produção capitalista. Dessa forma, recupera o conceito de bloco histórico, compreendendo como “[...] a articulação entre mudanças estruturais e sua tradução ao nível das superestruturas, para o entendimento do neoliberalismo e de sua crise.” (MARA, 2016, p. 30).

A noção de hegemonia está relacionada à forma de atuação dos setores do grande capital na dianteira das políticas desenvolvimentistas nos governos Lula e Dilma, revelando a forma que esses setores construíram sua hegemonia a partir dos aparelhos privados de hegemonia na sociedade civil. Outro elemento nesse movimento diz respeito as mudanças

operadas na ideologia dominante e os limites e contradições pela política de conciliação de classes. Dessa forma, o conceito de hegemonia em Gramsci é referenciado “na capacidade de uma classe ou fração de classe exercer dominação tanto pela força quanto pelo consenso, tanto no interior dos aparelhos do Estado *stricto sensu*, [...] quanto através de seus aparelhos privados de hegemonia no seio da sociedade civil.” (MARA, 2016, p. 32, supressão nossa). O termo hegemonia diz respeito a capacidade de um grupo social ser dominante economicamente assim como a capacidade diretiva no sentido intelectual e moral no conjunto da sociedade, o que requisita a complexidade dos organismos privados de hegemonia como difusor de uma determinada visão de classe.

Na discussão da categoria hegemonia e política em Gramsci, Mara (2016) chama atenção para as interpretações descoladas dos problemas históricos em razão dos escritos se apresentarem cifrado e descontinuado – por ser uma obra desenvolvida no cárcere, Gramsci teve o cuidado de evitar a censura. O autor argumenta que algumas categorias foram incorporadas no senso comum acadêmico com significado diferente do da obra gramsciana, assim como existiu a tentativa de domesticação de seu pensamento no contexto de dissenso das lutas de massa. “Conceitos como hegemonia e sociedade civil foram esvaziados de conteúdo de classe, reinterpretados de forma a distanciar seu pensamento da tradição teórico-política do marxismo revolucionário.” (MARA, 2016, p. 60).

O pensamento de Gramsci tem forte influência da filosofia da práxis, cujo sentido das categorias de Marx está na “articulação entre estrutura e superestrutura”, isto é, na forma como a mudança na estrutura social influencia a forma das ideias, da política e da cultura (MARA, 2016). Por essa razão comenta que a tarefa de recuperação da criticidade do pensamento de Gramsci pressupõe a busca da unidade em meio à periodicidade dos elementos contidos nos *Cadernos*.

O desenvolvimento do termo da sociedade civil deve-se as condições históricas do desenvolvimento da burguesia e as observações das transformações no contexto político italiano. Ao estudar os desdobramentos do poder político na Itália sob o domínio do capital monopolista, Gramsci renova a concepção marxista de Estado. Dadas as condições de formas de dominação, a burguesia opera a socialização da política e desenvolve o equilíbrio entre força e consenso na arte da dominação com a “construção da *hegemonia*”. Nesse movimento, a sociedade civil “[...] corresponde aqui à ampliação do Estado para além do uso da coerção, atuando na esfera onde as classes se organizam para defender seus interesses e colocam em disputa projetos societários antagônicos.” (MARA, 2016, p. 61).

Ao contrário da perspectiva do debate contemporâneo dissociado da relação dialética entre Estado e sociedade civil, Mara (2016) argumenta que a sociedade civil é um momento do Estado, assim, não existe distinção orgânica, apenas funcional entre sociedade civil e sociedade política, sendo esta última identificada com a função de dominação pela força. O autor indica ser a dinâmica da sociedade civil com suas contradições de classe, a determinante da ação estatal. É na sociedade civil que se expressa a atuação dos sujeitos, dessa forma,

[...] uma classe transforma seu domínio econômico em domínio ético-político, porque é nela também que os interesses das classes subalternas devem ser levados em consideração, ou seja, ela exprime a forma como certos interesses particulares podem ser apresentados como interesses gerais. (MARA, 2016, p. 61).

Outra categoria central no pensamento de Gramsci discutida pelo autor é a política, considerada como o primeiro momento das superestruturas, isto é, a forma de percepção pelos homens das contradições que emanam das esferas produtivas. Disto, coloca como questão central para Gramsci, a formação de uma vontade coletiva, considerada importante para as classes subalternas por refletir dois processos: como os interesses burgueses se transformam em consentimentos dos subalternos e como as massas elaboram as contradições vividas na forma de um projeto alternativo (MARA, 2016).

Para o autor, Gramsci extrai critérios metodológicos para compreensão da atuação das classes na política no *Prefácio de 1859*, onde se depara com a contradição imanente ao modo de produção que se converte em formas ideológicas, políticas, filosóficas, das quais os homens adquirem consciência dos conflitos. Por isso destaca a importância da noção de conjuntura, onde se identificam os fenômenos de conjuntura e os movimentos orgânicos numa estrutura.

É do *Prefácio de 1859* que Gramsci extrai os critérios e níveis de análise da realidade. São eles: o primeiro se relaciona “às relações entre forças vinculadas à estrutura objetiva do desenvolvimento das classes”, visto como ponto de partida da análise; o segundo, de avaliação do grau de homogeneidade, da autoconsciência e da organização dos grupos, se refere a “relação de forças político-ideológicas”; e o terceiro, se traduz na “relação de forças militares”, indicando a complexificação da superestrutura, em que há conformação de hegemonia do grupo fundamental sobre os grupos subordinados. (MARA, 2016, p. 63-64).



Resgata de Gramsci a construção do processo hegemônico, constituído o partido, o sujeito portador das ideologias gestadas e por estas se apresentarem como portadoras dos interesses universais. Observa que o Estado em Gramsci também atua como partido maior da classe dominante, cuja função inclui a necessidade de apresentar interesses particulares como interesses universais, além da adesão das reivindicações dos grupos subalternos pelo grupo dominante.

Para o autor, “a construção da hegemonia pressupõe, portanto, a necessidade de levar em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais ela é exercida.” (MARA, 2016, p. 64-65). Por isso menciona a necessidade do equilíbrio do interesse econômico com a necessidade da dominação não só pela força, mas também pelo consenso, levando a sacrifícios do grupo dirigente em torno dos interesses imediatos de classe. Nisso, apresenta os limites objetivos para as tentativas de conciliação de interesses de classes apontados por Gramsci:

o fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que se deve levar em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa; mas é também indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético-política não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica. (Gramsci, 2011, p. 287 apud MARA, 2016, p. 65).

Lembrando que a hegemonia pode ser estabelecida também no interior de determinada fração de classe, quando esta faz concessão a classes opositoras e/ou a setores da própria classe. Dessa forma lembra que os critérios constitutivos da análise em torno da hegemonia adquirem configuração bem definida quando da formulação do conceito de revolução passiva, “definido como a forma como um grupo torna-se politicamente dirigente antes de chegar ao controle do aparelho de Estado.” (MARA, 2016, p. 65). Assim, as funções de coerção e consenso se assimilam a dominação e direção, elementos constitutivos do Estado moderno no contexto da consolidação do modo de produção capitalista.

A formulação do conceito de Revolução Passiva parte da experiência da revolução francesa como parâmetro de comparação. A classe burguesa italiana se organizou para ser dirigente da sociedade não por meio da revolução do tipo jacobina com o envolvimento das massas na conquista do poder político. Nesse processo era frequente as alianças com



setores do antigo regime para impedir a participação das classes subalternas, com concessões conservadoras, isto é, sem o caráter de progresso histórico. Esse movimento se desenvolveu na transformação burguesa do Estado italiano analisada por Gramsci.

O conceito de revolução passiva é então uma chave de interpretação importante para entendermos os processos de transição ao capitalismo feitos pelo alto, ou seja, sem a participação e inclusão das demandas das classes dominadas. O termo passivo aqui se refere, portanto, somente aos dominados e não às classes dominantes. A análise da relação entre estrutura e superestrutura assume o caráter de relação entre condições objetivas e subjetivas da dominação de uma classe sobre outra. Os processos de revolução passiva refletem o momento onde os interesses econômico-corporativos (onde subsistem os interesses egoísticos das diversas frações das classes dominantes) impedem o nascimento das condições subjetivas mesmo diante do amadurecimento das condições objetivas da transformação histórica. (MARA, 2016, p. 67).

O Estado é central na atuação como instrumento de unidade dos interesses burgueses em relação à participação política das classes populares. Dessa forma, no contexto da Itália houve a ausência da iniciativa popular unitária no desenvolvimento histórico no país, assim como a incorporação das demandas subalternas é parte da estratégia da burguesia de impedir as massas subalternas de se organizarem como força social autônoma. Daí torna-se importante os processos de transformismo realizado pelo Estado e pelos intelectuais da classe dominante, através da incorporação de lideranças, intelectuais ou grupos ao aparelho do Estado.

A categoria Estado em Gramsci não se refere à determinada instituição ou a seu conjunto, é uma categoria relacional na compreensão do processo geral de organização de uma classe dominante no exercício do poder sobre a totalidade social, significando “[...] converter seus interesses particulares de classe em projeto organizador das práticas e concepções de uma gama ampla e diversa de grupos subordinados.” (MARA, 2016, p. 70). Logo, a sociedade civil é entendida como momento de formulações das determinações econômicas em uma superestrutura. O Estado é formado pela unidade contraditória entre sociedade civil e sociedade política, reafirmando também a contraditoriedade entre os termos de consenso e coerção, são necessários mutuamente e inseparáveis em uma dominação de classe. Portanto, tem-se o seguinte: a coerção “[...] garante que as concessões necessárias ao exercício da hegemonia se situem nos estreitos limites da manutenção da dominação. De outro lado, também o convencimento dos dominados é necessário como elemento legitimador do próprio uso da força.” (MARA, 2016, p. 70).

Outra categoria discutida no texto refere-se a ideologia. Para Gramsci trata-se de uma superestrutura necessária a uma determinada estrutura. É o terreno onde os homens tomam consciência de sua posição social e de suas tarefas históricas. Na noção de ideologia como superestrutura necessária a uma estrutura social Gramsci observa, segundo Mara (2016), como movimentações na estrutura social se convertem em formas filosóficas, jurídicas e políticas. Nesse sentido destaca a importância do bloco histórico, que representa a unidade dialética entre as relações de forças e a superestrutura política e jurídica necessária a manutenção dessa relação num dado momento histórico.

Na esfera do bloco histórico é situada a categoria intelectual, sendo sua função, a solidificação do vínculo orgânico. Conceitualmente, Mara (2016, p. 71) diz que Gramsci entende como sendo “a forma como uma determinada classe ou fração de classe consegue manter sua função de direção e domínio, ou seja, manter a unidade ‘funcional’ entre estrutura e superestrutura política e ideológica”.

Outra articulação com a categoria ideologia é referente a problemática da hegemonia, pois, assim, a ideologia adquire um caráter mais amplo e preciso, pensada como um momento da consciência e também adquire conotação política. Na sua interpretação, a ideologia compreende a maneira como as diferentes classes elaboram no nível da consciência uma concepção de mundo coerente. Do mesmo modo, a ideologia pode ser caracterizada como ‘falsa’ ou ‘verdadeira’ consciência a depender da maneira que explica os problemas reais.

Já que a ideologia é a expressão ideal do movimento histórico-concreto de uma classe e dada a possibilidade da incorporação ideológica na maneira de pensar ‘espontâneas’ das massas, Mara (2016, p. 72) levanta duas preocupações gramscianas:

de um lado, tratava-se de entender como foi possível à ideologia dominante adquirir uma influência decisiva sobre as massas, na configuração do fascismo italiano. De outro, buscava-se entender de que forma o próprio marxismo torna-se direção moral e política do conjunto da classe trabalhadora.

Considerando como são formadas as crenças populares e a forma de influência nas massas durante a formação do pensamento crítico, os sujeitos encontram-se passíveis aos conformismos, que ao não manter a criticidade e consciência, torna-se fragmentado e descontínuo. Dessa forma apresenta o senso comum como “[...] a forma contraditória e embrionária de manifestação da consciência de classe [...]” apreendidas pela análise de

concepção de mundo em suas manifestações práticas. (MARA, 2016, p. 73). Logo, a questão da contradição entre o pensamento e ação deve ser mediada pela política, como as vivências das relações sociais contraditórias são incorporadas ao nível da consciência, a tarefa essencial é fornecer à ação uma direção consciente dos objetivos históricos que o grupo almeja.

Nessa direção Mara (2016) comenta a importância da filosofia da práxis e a diferença com as demais ideologias. Gramsci credits à filosofia da práxis, a capacidade de ser a ideologia organizativa das massas para a tomada do poder e também, como ideologia, a crítica às ideologias dominantes torna-se exercício da luta de classes, “[...] já que ‘a adesão ou não adesão de massas a uma ideologia é o modo pelo qual se verifica a crítica real da racionalidade e historicidade dos modos de pensar’”. (GRAMSCI, 2011, p. 142 apud MARA, 2016, p. 74).

Acerca da manifestação das ideologias, Mara (2016) argumenta que as classes formam uma elite de intelectuais cuja tarefa inclui a elaboração na consciência dos problemas vivenciados pelas classes com o intento de transformar ou preservar o poder. Portanto, a ideologia se manifesta quando as elaborações se apoderam das massas e deixam de ser tão somente especulações filosóficas. O autor apresenta ainda a diferença entre a ideologia da filosofia da práxis e a ideologia burguesa:

As ideias orgânicas à classe dominante não se tornam uma concepção das massas da mesma forma como a filosofia da práxis. Esta última tem a função de elaborar criticamente o projeto histórico da classe trabalhadora, consistindo, portanto, na expressão ideal do movimento real de libertação dessa classe do jugo do capital. A ideologia burguesa, como forma necessária de manutenção da sujeição das massas a um poder que lhe é estranho, tem como finalidade justamente evitar que a classe trabalhadora elabore criticamente sua própria visão de mundo. (MARA, 2016, p. 74).

Seguindo o pensamento das ideologias, o autor menciona a categoria dos intelectuais associada ao grupo fundamental que os cria, pois, essa elite elabora as contradições que são vivenciadas pelas classes no âmbito do modo de produção, assim como unifica e dá coerência aos interesses de classes. Como ‘preposto’ do grupo dominante, esse grupo se caracteriza como funcionário da superestrutura, responsável pela elaboração das ideias, da manutenção do consenso, da hegemonia do grupo dominante e assegura a coerção quando os grupos não se subordinam. Para Mara (2016, p. 76) “o que os intelectuais elaboram no pensamento é a expressão do movimento real das classes enquanto

sujeito histórico.”.

Na tese também são dispostas as categorias de ocidente e oriente para exemplificar a operacionalização da transição do Brasil para a sociedade capitalista, sendo caracterizado pelo modo do oriente, isto é, a transição ocorre sem a participação da sociedade civil e através dos aparelhos (coerção e dominação) da sociedade política. Os conceitos de oriente e ocidente na visão do autor não significam para Gramsci como realidades estáticas, mas são utilizados para compreensão do movimento da realidade. Podem-se verificar como essas categorias são interpretadas por Mara (2016, p. 82) na citação abaixo:

Gramsci utiliza a metáfora geográfica de sociedades “orientais” e sociedades “ocidentais” para entender as mudanças no comportamento do Estado em diferentes épocas e países. Por sociedades orientais, entende o tipo de dominação que acentua o elemento de coerção do Estado em detrimento da busca do consentimento das classes subalternas. Por sociedades ocidentais, entende a realidade onde já se operou a socialização da política para além do aparelho estatal, ou seja, onde encontramos esse Estado ampliado através de aparelhos privados de construção de hegemonia na sociedade civil, onde há equilíbrio entre direção e domínio dos grupos dominantes.

Destaca que o processo de ocidentalização da realidade brasileira foi construído por regimes ditatoriais, sendo a modernização operada por momentos de ‘revolução passiva’ em que foram criadas as condições objetivas necessárias à socialização da política. Como parte do processo de revolução passiva, menciona o transformismo no Brasil, principalmente vinculado a adaptação do Partido dos Trabalhadores à ordem burguesa. Nesse aspecto, a comparação com o caso italiano é didática na apreensão do processo no Brasil. Dessa forma, tal fenômeno implica a cooptação dos dirigentes dos grupos subalternos na estratégia de construção da hegemonia pela classe dominante brasileira. Mara (2016, p. 208, grifos do autor) considera o transformismo brasileiro vinculado “[...] diretamente à burocratização dos quadros partidários a partir de sua sujeição aos ditames da *sociedade política* burguesa e ao fato de esta corresponder aos novos interesses desses setores para se perpetuar na condição de burocratas.”.

Outra característica referente ao transformismo do Partido dos Trabalhadores é a ausência de um aspecto ideológico importante, ou seja, sua debilidade programática. Aspecto segundo Mara (2016), bem frisado por Gramsci no transformismo italiano, sendo a razão do Partido Moderado ter conseguido construir sua hegemonia sobre o Partido da Ação. No caso brasileiro, tem-se o seguinte quadro:

Embora no caso brasileiro isso não tenha sido levado adiante por um partido único tipicamente burguês, houve também uma força razoável de atração das lideranças petistas e de seus intelectuais a um programa político formulado pela intelectualidade vinculada a setores da classe dominante. A participação dos quadros petistas nas administrações mudava certamente os padrões de vida aos quais estavam habituados, mas mudava também a forma como encaravam a própria luta de classes e as funções do partido. (MARA, 2016, p. 208-209).

O autor ainda considera esse processo de transformismo como estratégia hegemônica da burguesia com o propósito de desorganizar os grupos subalternos. A incorporação da estratégia de governo para todos caracteriza a subordinação da administração dos governos petistas a favor da classe burguesa.

Sobre os intelectuais, retoma o aspecto da funcionalidade da intelectualidade orgânica no contexto de reforma do Estado brasileiro em atendimento à garantia dos interesses do grande capital, assim, a reforma do Estado impressa pelos setores dominantes visou também, através do discurso ideológico de legitimação dos interesses de classe, imprimir uma visão de mundo e uma linguagem determinada ao aparelho estatal. Dessa forma, o autor salienta que o neoliberalismo não é apenas uma ideologia de classe, mas enquanto ideologia, as superestruturas (aqui representadas pelo poder político, estrutura jurídica) se adaptam às mudanças ocorridas no seio da estrutura, na relação entre as classes fundamentais e principalmente, atende ao padrão de acumulação da classe dominante.

As últimas discussões a partir das categorias proferidas pelo autor são fragmentadas, embora articuladas com processos políticos da realidade brasileira. Dessa forma, comenta do Moderno Príncipe em relação a constituição do Partido dos Trabalhadores, onde houve a recusa do moderno príncipe “[...] como instrumento de mediação necessária à constituição de classe na superação do momento econômico-corporativo para a formulação de um projeto societário, o momento ético-político central para a conquista do poder de Estado.” (MARA, 2016, p. 188). Nessa lógica, na redemocratização do país predominou como ideia dos dirigentes do Partido dos Trabalhadores, a “*representação dos interesses de classe* como substituto do partido dirigente do movimento da classe.” (p. 188). Como partícipe desse movimento de recusa do Estado, o autor identifica a sobrevalorização do termo de sociedade civil, ao contrário do postulado gramsciano, era entendida tanto na esquerda como na direita da política brasileira, como sendo a esfera separada do Estado e a ele contraposta.

Por fim e com base no pressuposto do processo de hegemonia às avessas, onde a direção moral e a articulação entre força e consenso na conquista da hegemonia dos setores dominantes estariam sendo dirigidas pelos dominados ou a forma correspondente à conquista da hegemonia pelos representantes do grande capital nacional estariam operando mudanças na direção do projeto neoliberal. Nesse aspecto, o transformismo vivenciado pelo Partido dos Trabalhadores adapta-se às exigências da democracia liberal possibilitando a construção da supremacia burguesa. Trata-se de uma estratégia que fora bem sucedida até recentemente. Assim, por último destaca o sujeito que no escopo do ‘mandato legítimo’ na condução do Estado, busca a forma de organização que o capital determina, tendo como principal instrumento, o papel dos intelectuais.

Nas reflexões dos trabalhos acima analisados são utilizadas as obras gramscianas: *Cadernos do Cárcere - Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce* (vol.1); *Os intelectuais. O Princípio educativo. Jornalismo.* (vol.2); *Notas sobre o Estado e a Política* (vol.3); *Temas de Cultura. Ação Católica. Americanismo e Fordismo* (vol.4); *O Risorgimento. Notas sobre a história da Itália* (vol.5); *Literatura. Folclore. Gramática* (vol.6) e *O leitor de Gramsci*, para reflexões da hegemonia em articulação com outras categorias que se encontram inter-relacionadas.

Constatou-se que os autores também utilizaram para auxiliar nas reflexões os seguintes intérpretes: Christine Buci-Gluksmann; Carlos Nelson Coutinho; Edmundo Fernandes Dias; Jorge Luis Acanda; Marina Maciel Abreu; Ruy Braga; Giovanni Semeraro; Maria Lúcia Wanderley Neves; Álvaro Bianchi; Guido Liguori; Giuseppe Staccone e Lincoln Secco.

A hegemonia é categoria central no pensamento político de Gramsci e constata-se no âmbito do conjunto das teses e dissertações, a ampla utilização associada às políticas sociais, a mídia e com foco na dimensão política da hegemonia burguesa. A centralidade dessa categoria não anula a apropriação e a discussão de outras categorias que lhe são complementares na explicitação da realidade social. Os objetos de pesquisas dos autores conformam elementos situados na esfera hegemônica de uma determinação, como indica os meios de comunicação, que, como organizações privadas da sociedade civil, são meios utilizados para difusão de visões de mundo, de ideologia, valores assim como são os meios que perpassam a direção intelectual e moral das classes dominantes. Por outro lado, um dos aspectos visualizados da hegemonia pelos autores é sua condição de assegurar o consenso das massas para um projeto de classe, bem como de fração de classe.

### 4.3. A Categoria Intelectuais nas produções acadêmicas de teses e dissertações

**Quadro 37** – Teses e dissertações fundamentadas na categoria Intelectuais

PPGSS	Autor	Título	Ano	Orientador	Temática	Categorias	Tipo
UFPE	Eliana Andrade da Silva	Os determinantes da atuação dos intelectuais do trabalho no capitalismo contemporâneo	2008	Zélia Maria Pereira da Silva	Trabalho	Intelectuais, sociedade civil, transformismo, hegemonia, consenso, fordismo e americanismo, Estado, revolução passiva	Tese
UFPE	Shirlene Marques Martins	Processos religiosos e articulação de forças no movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST): um estudo sobre o Assentamento Pedro e Inácio – Nazaré da Mata/Pernambuco	2004	Edelweiss Falcão de Oliveira	Movimentos sociais	Intelectuais, hegemonia, partido, ideologia, religião, sociedade civil, superestrutura	Dissertação

Fonte: Elaboração própria com base no levantamento documental (2019).



Os trabalhos deste item são constituídos por uma tese e uma dissertação, inseridos na temática Trabalho e Movimentos Sociais, respectivamente. Ambos da UFPE, com datas de defesa no ano de 2008 e 2004, orientados por Zélia Silva e Edelweiss Oliveira.

● **Os determinantes da atuação dos intelectuais do trabalho no capitalismo contemporâneo:** a tese de Eliana Andrade da Silva intitulada (UFPE, 2008) discute “os determinantes da atuação dos intelectuais do trabalho nos projetos de assentamento de reforma agrária do Rio Grande do Norte” (p. 15). O objeto de estudo encontra-se demarcado pelas transformações que ocorrem na esfera do Estado, do mercado e da sociedade civil na contemporaneidade.

Na introdução do trabalho observam-se as categorias intelectuais, sociedade civil e hegemonia dialeticamente articuladas com o objeto de pesquisa. Referencia os volumes dos *Cadernos do cárcere* trabalhados na tese e os autores que dialogam com Gramsci. Para a autora “[...] a contribuição do pensador sardo no tocante ao fenômeno histórico dos intelectuais, é o fio condutor e a espinha dorsal que permitem analisar contemporaneamente os determinantes da atuação dos intelectuais que desenvolvem atividades nos assentamentos de reforma agrária [...]”. (SILVA, 2008, p. 24). Busca em Gramsci o entendimento de intelectuais orgânicos ao estabelecer suas mediações. Uma categoria fundante é a hegemonia na qual compreende como campo de ações das classes sociais.

Silva (2008) considera necessário aspear o termo de sociedade civil na visão gramsciana, que faz parte do plano superestrutural e assim conceitua:

[...] o que pode ser chamado de ‘sociedade civil’ (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como ‘privados’) e o da ‘sociedade política ou Estado’, planos que correspondem, respectivamente, à função de ‘hegemonia’ que o grupo dominante exerce em toda a sociedade [...] (GRAMSCI, 2004a, p. 20-21 apud SILVA, 2008, p. 47, supressões originais).

A sociedade civil é momento do Estado ampliado, espaço de relações de poder, dotado de autonomia relativa com a sociedade política ou Estado coerção (LIGUORI, 2007). Na perspectiva da sociedade civil como palco da luta entre as classes que se manifestam pelos seus interesses, não é possível autonomizar a relação Estado e sociedade civil como esferas autônomas. Silva (2008, p. 48) observa essa situação sob o ponto de vista da “racionalidade funcional” do capital, capaz de construir uma sociabilidade apropriada que responda às suas necessidades de reprodução, nesse sentido, “[...] a sociedade civil e o Estado perdem seu significado histórico, de

forma que a primeira é fetichizada como sendo uma instância autonomizada da esfera produtiva [...]. Enquanto que o Estado é personificação do mal, da dominação e que precisa ser combatido.”.

O objeto de pesquisa se volta para os determinantes da atuação dos intelectuais do trabalho no assentamento de reforma agrária, atuação esta compreendida e analisada em consonância com as tendências gerais da sociabilidade burguesa na economia, na política e na cultura, assim como das mediações da relação entre Estado e sociedade civil. Esse processo deve ser compreendido em sintonia com o quadro hegemônico criado a partir das transformações operadas pelo capital na base material. Refletir a hegemonia é analisar as “formas sociais necessárias” na atualidade da expansão capitalista, conforme Dias (1996, p. 10), “o processo da hegemonia se realiza tanto no plano do movimento quanto no plano das instituições.”.

Quanto às “formas sociais” destinadas a garantias de reprodução e de atendimento às necessidades do capitalismo, constituindo um tipo de ambiente, de determinada estrutura social e também o tipo de homem trabalhador. Com esse entendimento, aborda a questão do americanismo e fordismo em Gramsci, destacando os investimentos capitalistas “[...] na geração de novos modos de ser para os trabalhadores fabris, submetendo-os a um tipo de racionalização que se estendia desde o espaço de trabalho às demais instâncias da vida cotidiana.” (SILVA, 2008, p. 73).

Do ponto de vista de Gramsci (2001b, p. 259), “A americanização exige um determinado ambiente, uma determinada estrutura social, [...] e um determinado tipo de Estado.”. Com base nessa afirmação, pode-se dizer que a nova ordem introduzida pelo fordismo exige novas relações, “novas formas sociais de Estado”, de sociedade e nova racionalização da condição de vida humana. Essa racionalização, do ponto de vista do princípio regulador, “[...] é um dos momentos da reforma intelectual e moral operada pelo fordismo na sociedade.” (SILVA, 2008, p. 73).

Gramsci percebe por meio da realidade norte-americana e pelo modo de produção fordista, as mudanças na produção e as transformações superestruturais operadas articuladamente. O padrão de produção fordista exige um novo tipo de homem, integrado ao modo de racionalização da produção e de trabalho, tendo regulado os seus esforços físicos e instinto sexual, hábitos, costumes, normas. Recorria-se a pressão e coerção, a persuasão e o consentimento dos trabalhadores na adaptação dos homens aos novos padrões (SILVA, 2008).

A autora comenta aspectos do fordismo e da racionalização do trabalho na formação de um novo homem inserido nesse processo de produção. Gramsci (2001b) faz uma abordagem das transformações econômicas no mundo do trabalho a partir do americanismo e fordismo e pensa o

americanismo não apenas como um tipo de civilização, “[...] trata-se de um prolongamento orgânico e de uma intensificação da civilização europeia, que apenas assumiu uma nova epiderme no clima americano.” (GRAMSCI, 2001b, p. 281).

Baseado no pensamento de Gramsci e Silva (2008), no estágio do americanismo e fordismo se desenvolvem novas formas de produção e reprodução social, assim como a “(re)organização da cultura”, a disseminação de novos costumes, normas morais, éticas que estão dialeticamente articulados com o modo de produção e racionalização americana, pois, esta necessitou elaborar um novo tipo humano, “[...] adequado ao novo tipo de trabalho [...]” (GRAMSCI, 2001b, p. 248). Com o fordismo, gera-se um tipo de conformismo correspondente à acumulação flexível, em que a instauração do conformismo<sup>83</sup> do tipo mecanicista “[...] representa a forma pela qual a hegemonia econômica do capital se faz presente nas esferas política, subjetiva e cultural.” (SILVA, 2008, p. 75).

Quanto ao termo hegemonia, alguns aspectos são pontuados pela autora: primeiro, a não separação da hegemonia econômica da hegemonia cultural, sendo a última determinada pela primeira; segundo, a questão da reforma intelectual e moral advinda da batalha das ideias da hegemonia econômica e cultural em curso, tendo a obtenção do consenso como elemento constitutivo da hegemonia política; terceiro, os processos de conquista da hegemonia se constituem articulados a processos econômicos, políticos e culturais; quarto, a hegemonia é “[...] a forma como as classes sociais se movimentam, relacionam-se e desempenham suas funções na dialética da infra e superestrutura, ou seja, no bloco histórico” e também “[...] é direção intelectual e moral e deve exercer-se também na esfera das ideias e da cultura.” (SILVA, 2008, p. 76).

No atual estágio do capitalismo contemporâneo, a ampliação da lógica mercantil, o avanço do consumo de mercadorias e do desenvolvimento tecnológico, inversamente coexiste a degradação das condições materiais de vida de determinados segmentos populacionais. Há a agudização da questão social com profundos reflexos na reprodução das classes subalternas, como a exploração da força de trabalho, a precarização do trabalho, destituição de direitos, privatização do Estado. Essas são as condições em que as classes subalternas são submetidas diante das transformações capitalistas contemporâneas.

Por causa das transformações no mundo do trabalho e na correspondência aos interesses

---

<sup>83</sup> Na acepção gramsciana do estudo da filosofia e da história da cultura, assinala que “pela própria concepção do mundo, pertencemos sempre a um determinado grupo, precisamente o de todos os elementos sociais que compartilham um mesmo modo de pensar e de agir. Somos conformistas de algum conformismo, somos sempre homens-massa ou homens-coletivos.” (GRAMSCI, 1999, p. 94).

do capital, este apropria enquanto estratégia, parte das demandas dos trabalhadores para ter seus interesses assegurados, obtém o consenso e apoio de segmentos sociais, ocasionado na forma de hegemonia burguesa. A incorporação de bandeiras de luta dos trabalhadores pelo capital contribui na adequação das reivindicações populares por meio dos pactos sociais, sem a ocorrência de conflitos, tendo como resultado, “[...] a adesão voluntária dos setores de oposição ao capital, de maneira que a atuação dos intelectuais do capital tem sido bastante hábil na tarefa de convencer a sociedade da importância de sua participação no ‘progresso’”. (SILVA, 2008, p. 87).

No campo da disputa hegemônica por meio da criação de consensos, Silva (2008) situa os determinantes da atuação dos intelectuais do trabalho assim como sua relação com as classes e principalmente as estratégias construídas pelos intelectuais na direção da hegemonia burguesa. Nessa direção, há a inserção dos intelectuais do trabalho como mediador do consenso.

Encontra-se na sequência do estudo de tese, a recuperação da acepção gramsciana sobre a problemática dos intelectuais, já nas edições do Jornal *L'ordine Nuovo*, no qual Gramsci era redator e escritor entre os anos de 1919-1925. Também a partir de 1921, o tema aparece nos debates do partido, na situação das classes subalternas na Rússia e na Itália e da atuação sindical operária. A atuação política do Lênin exerceu influência nas elaborações gramscianas sobre os intelectuais, principalmente sobre a função dirigente dos intelectuais. Menciona o embate político e ideológico dos Partidos da Ação e dos Moderados no Risorgimento Italiano, na agregação do bloco histórico na Questão Meridional e dos intelectuais tradicionais, que formam uma categoria preexistente à formações sociais anteriores<sup>84</sup>.

A autora afirma analisar a categoria intelectual a partir de Gramsci porque foi o pensador que mais destacou “[...] a dimensão política e as relações de classes [...]” que se relacionam às funções exercidas pelos intelectuais. Seguindo seu pensamento, na análise realizada por Gramsci acerca das forças produtivas, observa como o capitalismo gera um tipo de intelectual diferente do tradicional: o intelectual orgânico. Este emerge da necessidade histórica da afirmação de um grupo social, que cria seus próprios intelectuais, que lhe confere homogeneidade e função social. Argumenta Gramsci (2001a, p. 15):

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência

---

<sup>84</sup> O grupo social ‘essencial’ ao emergir na história “a partir da estrutura econômica anterior e como expressão do desenvolvimento desta estrutura” encontrou categorias de intelectuais preexistentes, aparecendo como representantes de uma continuidade histórica não interrompida, apesar das modificações das formas sociais e políticas. (GRAMSCI, 2001a, p. 16).

da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político [...].

Silva (2008) vislumbra a dimensão política da função dos intelectuais, visto sua capacidade técnica e dirigente na organização das massas, na preparação das condições favoráveis a expansão da classe dominante. Para Gramsci (2001a, p. 21, supressões nossas), os intelectuais “[...] são os ‘prepostos’ do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: do consenso [...] e do aparelho de coerção estatal [...]”.

Os intelectuais aos qual a autora se preocupa no estudo da tese são os intelectuais do trabalho, elemento de observação gramsciana no avanço das forças produtivas no desenvolvimento do capitalismo. Por isso Silva (2008) faz a análise vinculada aos elementos que delineiam o fenômeno dos intelectuais no processo histórico, tais como a formação, sua constituição e vinculação aos projetos de classes. No estudo, os intelectuais do trabalho aparecem como aqueles que desempenham relevante tarefa no fortalecimento na luta dos trabalhadores rurais pela reforma agrária no estado do Rio Grande do Norte.

A formação desta categoria está ligada às condições históricas gerais da sociedade e se insere no contexto na qual faz parte a classe social que os intelectuais se vinculam. Nisso, “[...] os vínculos que estabelece com as classes e seus interesses contribuem para sua posição em relação aos projetos em disputa na sociedade.” (SILVA, 2008, p. 101). Na formação dos intelectuais, Gramsci (1999) considera esse processo contraditório, de avanços e recuos, de disputas e principalmente, a ‘fidelidade’ da massa é submetida a duras provas. Nesse processo de desenvolvimento pressupõe a dialética intelectual-massa<sup>85</sup>.

Tendo em vista o postulado acima e o objeto da pesquisa, os intelectuais do trabalho contribuem no fortalecimento dos interesses das classes subalternas. Quanto a sua origem, alguns de origem das classes subalternas, passam a contribuir, a partir da inserção em movimentos sociais e partidos de esquerda, no fortalecimento das demandas originárias das classes a qual se vinculam, ou seja, os trabalhadores demandantes da reforma agrária. Aqui a autora situa as classes subalternas e formação de intelectuais, visto que a formação destes para as classes subalternas exige superar inúmeras dificuldades, donde as classes burguesas obtêm mais

---

<sup>85</sup> Ou seja, “o estrato dos intelectuais se desenvolve quantitativa e qualitativamente, mas todo progresso para uma nova ‘amplitude’ e complexidade do estrato dos intelectuais está ligado a um movimento análogo da massa dos simples, que se eleva a níveis superiores de cultura e amplia simultaneamente o seu círculo de influência, com a passagem de indivíduos, [...] para o estrato dos intelectuais especializados.” (GRAMSCI, 1999, p. 104-105, supressão nossa).

facilidade por que detêm todos os mecanismos de organização da cultura.

Na formação dos intelectuais, Gramsci (1999, p. 222) diz que não pode ser destacado do povo-nação, isto significa “[...] sentir as paixões elementares do povo, compreendendo-as e, portanto, explicando-as e justificando-as em determinada situação histórica, bem como relacionando-as dialeticamente com as leis da história [...]”.

Retomando a discussão dos intelectuais do trabalho no contexto da pesquisa, a autora comenta o processo de formação desses profissionais como forma de instrumentalizá-los para uma atuação consistente. A função desempenhada por esses profissionais não se restringe à técnica, mas de conhecimentos e de cultura, tendo inflexão com os grupos sociais fundamentais, apesar de a formação desses indivíduos ser objeto de disputa de hegemonia. Como adverte, a formação das classes subalternas é objeto de disputa pelos setores representantes do capital.

As fragilidades da formação se revelam em questões relacionadas à “[...] Estado, sociedade civil e transformações na dinâmica capitalista”, além de uma formação teórica consistente que possibilite entender como os fenômenos globais interferem na atuação junto às classes subalternas (SILVA, 2008, p. 104).

A autora comenta da relação partido político e intelectuais e aponta o nível diferenciado entre o primeiro e os aparelhos privados de hegemonia, que condiz na tarefa de organização cultural, na construção da vontade coletiva, na elaboração filosófica superior e na elevação da consciência política. O partido político também representa o intelectual coletivo e exerce a função de hegemonia. Além disso, cita a instância estatal e a relação com os intelectuais, na qual, estes são incorporados à máquina estatal por meio de projetos, cargos e programas, em certa medida, atendendo as necessidades do domínio do capital.

A inserção dos intelectuais na máquina estatal tende a duas direções: contribui para sua passivização, na medida em que se submete a incorporação econômica e ideológica da classe dominante, sendo esse processo dialético e não mecanicamente determinado – o intelectual possui autonomia relativa e autocrítica –; e participando os intelectuais do poder estatal, “[...] pode ser fundamental para a batalha cultural em favor das classes subalternas.” (SILVA, 2008, p. 108).

Nota-se na tese uma pequena reflexão a respeito do Estado e sociedade civil no sentido gramsciano relacionada às determinações da atuação dos intelectuais do trabalho, pois, sua atuação é flexionada pelas relações Estado e Sociedade civil, ou seja, de um lado se refere a interferência das ONGs na obtenção de financiamento dos programas de reforma agrária por meio da máquina estatal e de outro, o Estado como gestor, financiador e fiscalizador das ações

voltadas para o meio rural. Compreende esse cenário como resultado do desenvolvimento e complexificação das sociedades modernas, assim como teoricamente, do que Gramsci entende como ampliação da esfera estatal.

A partir desse argumento a autora nota a percepção de Gramsci dos processos de socialização da política no final do século XIX e início do século XX, com a criação de sindicatos, dos partidos de massa e o sufrágio universal indicando a constituição de uma esfera social nova: a sociedade civil. “[...] Gramsci chamou também de trama privada e de aparelhos privados de hegemonia; ou seja, organismos de participação política aos quais se adere voluntariamente, e que não se caracterizam pelo uso da repressão.” (SILVA, 2008, p. 138). Nessa nova situação são inseridos elementos do Estado ampliado, que se apresenta como instância de organização e regulação da vida social, exercidas por meio do consenso, embora se mantenha seu caráter de classe, correspondente a função de assegurar a força e coerção.

Tendo em vista a ampliação da esfera estatal e o comportamento do Estado brasileiro diante das reivindicações populares pelos movimentos rurais no estudo da tese, Silva (2008) comenta a intervenção tardia do Estado na reforma agrária, configurando numa resposta precária a uma demanda legítima dos trabalhadores rurais. Essa intervenção ocorre com a utilização do consenso, da coerção e da repressão<sup>86</sup>. Outro destaque nesse cenário é a interferência da sociedade civil, representada pelas ONGs, na execução dos programas na área de reforma agrária, nos quais os intelectuais do trabalho se inserem, tendo suas funções redimensionadas e determinadas pelo movimento de acumulação capitalista.

O estudo mostra que as ONGs analisadas têm o interesse de defesa da democracia, isto é, encontram-se engajadas ao projeto popular de democratização da sociedade, embora, por vezes têm “perdido o horizonte da luta pela reforma agrária.” (SILVA, 2008, p. 192). Essa afirmação mostra a contra-face do Estado em relação a questão agrária, no tocante ao pouco investimento na reforma agrária. Também situa o papel de mediador exercido pelos intelectuais do trabalho, no qual se reconfigura sua função no mundo do trabalho através do reforço estatal da tônica da mediação e o requisito de ONGs para atuarem na condição de parcerias. Esse processo o qual o intelectual é submetido à condição de mediador diante da ofensiva transformista é visto pela autora, com base em Gramsci, de transformismo, donde o intelectual é capturado pelo bloco dominante por meio do “*aggiornamento*”.

---

<sup>86</sup> “Concomitante ao crescimento das desapropriações de terra na segunda metade da década de 1990, ocorriam em todo território nacional expulsões, mortes e prisões de trabalhadores rurais e seus dirigentes políticos.” (SILVA, 2008, p. 141).

Destaca como os determinantes da atuação dos intelectuais do trabalho não podem ser desvinculados dos processos de disputa por hegemonia, obtida não apenas através da força e da coerção, mas através da criação de consensos. O exercício da hegemonia e do domínio burguês na realidade brasileira tem predominado mediante consensos.

[...] o exercício da hegemonia burguesa transcorre não somente através de uma estratégia pelo alto, mas na arregimentação daqueles setores que se encontram na base da sociedade, instituindo uma cultura de consentimento das classes subalternas, bastante apropriada para o capitalismo contemporâneo. (SILVA, 2008, p. 194).

As transformações operadas pela burguesia brasileira no sistema econômico e social e o desenvolvimento do capitalismo brasileiro são vistos pela autora na condição de modernização conservadora em que conserva traços essenciais da formação social e econômica sem a realização profundas mudanças. Isso significa que as transformações sociais e econômicas ocorreram por meio da revolução pelo alto, isto é, por “[...] um modelo de Revolução passiva ou Revolução-restauração, conforme os termos de Gramsci.” (SILVA, 2008, p. 195). Na concepção da autora, o uso do termo transformismo é útil para referir aos aspectos político do Estado e das estratégias das classes dominantes em países de capitalismo tardio.

Resgata ainda a partir dos *Cadernos*, as elaborações de Gramsci sobre o conceito de revolução passiva e do transformismo, destacando os aspectos políticos que Gramsci observou nos países da Itália. Quanto à revolução passiva, nota que o fascismo na Europa e o americanismo e fordismo na América, são vistos como modalidades de revolução passiva. No referente ao transformismo, resgata as considerações gramscianas acerca da atuação dos partidos políticos italianos – o partido Moderado e o Partido da Ação – na unificação italiana.

É a partir do *Risorgimento* que se coloca tanto o problema da direção política no desenvolvimento do Estado moderno italiano quanto à existência das diferentes correntes políticas e a atuação dos partidos no período da unificação italiana. No *Risorgimento* a estratégia transformista operou com a assimilação das lideranças e dos grupos adversários. Ademais, o processo transcorre “[...] deixando clara a questão da direção política como aspecto da função de domínio [...]”, transformando o *Risorgimento* numa revolução sem revolução (SILVA, 2008, p. 199).

O tipo de transformismo presente na realidade brasileira é do tipo molecular, que se expressa pela assimilação dos setores dominantes de líderes da oposição. A efeito de exemplo, o Estado brasileiro assimila intelectuais oriundos das classes subalternas, cujo papel era de



organização política e de fortalecimento dessas classes. Na realidade concreta dos intelectuais do trabalho que atuam na reforma agrária, esses trabalhadores têm sofrido com a ofensiva capitalista ao mesmo tempo em que se tem desenvolvido novas formas de absorção desses profissionais, restando uma tentativa de modificação das funções desempenhada.

No caso específico das ONGs, a condição de precarização do trabalho dos intelectuais é potencializadora do transformismo, onde destituídos das condições de reprodução social, os intelectuais são mais expostos a cooptação e a assimilação, devido a necessidade de sobrevivência. No contexto da pesquisa, Silva (2008, p. 210, supressões nossa) destaca que o momento atual é propício ao transformismo por três elementos: “[...] a fragilização das condições de reprodução e trabalho pela precarização, pela análise teórica pouco consistente acerca do Estado e da sociedade [...]” e o discurso governamental de caráter progressista e popular.

No seu entendimento, o transformismo se amplia e se renova ao tempo em que absorve os opositores e os intelectuais orgânicos das classes subalternos. Considerando o transformismo uma estratégia de direção intelectual que mantém a dominância da hegemonia em vigor, a incorporação molecular de grupos de oposição assegura a manutenção do projeto capitalista. Além disso, como expressão desse processo, tem-se a mistificação desses profissionais sob a função de mediadores.

Por fim, a autora trabalha esse aspecto da mediação como expressão do transformismo junto aos intelectuais do trabalho. O embate de projetos de classe no âmbito da reprodução social na sociabilidade capitalista atual nas mais diversas formas de relações e de representações de poder destaca a metamorfose travestida “[...] na idéia de modernização de discursos e práticas, alterando objetivamente as subjetividades, num processo de revigoramento de velhas idéias [...]” revestidas em novos conceitos (SILVA, 2008, p. 218). Pois, é na dialética da conservação/atualização que os intelectuais são alvos da estratégia transformista, na qual incide diretamente em suas funções historicamente desempenhadas, quais sejam, de organização e direção política.

É nesse lastro que ganha corpo os mediadores, em substituição aos intelectuais do trabalho. Configura-se como expressão atual do transformismo a ideia de mediador, absorvida pelos movimentos sociais e intelectuais do trabalho. Essa situação expressa ainda a “despolitização da sociedade” nos quadros da hegemonia neoliberal, além da substituição do intelectual pelo mediador, retirando do debate as mudanças que ocorrem no bloco histórico, inviabilizando a apreensão das contradições internas do capitalismo contemporâneo.

● **Processos religiosos e articulação de forças no movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST): um estudo sobre o assentamento Pedro e Inácio - Nazaré da Mata/Pernambuco:** o trabalho de dissertação da autora Shirlene Marques Martins (UFPE, 2004) analisa os processos religiosos que acompanham a organização e o crescimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Constitui a centralidade do estudo a compreensão do processo que articula os valores religiosos e culturais na formação de estratégias para o encaminhamento da práxis política.

O pensamento gramsciano subsidia o trabalho com maior ênfase na categoria ideologia, concebida no processo histórico das relações sociais. A ideologia se relaciona à perspectiva da aglutinação de forças em torno da construção de um projeto hegemônico pelo MST.

A ideologia sustenta uma determinada concepção de mundo, manifesta-se na arte, no direito, nas manifestações da vida individual e coletiva. “Para Gramsci, a ideologia não é um mero reflexo da base econômica, mas se constitui como uma força material atuante na história.” (MARTINS, 2004, p. 68).

Para Gramsci (1999) ideologia significa concepção de mundo que se manifesta em diversas esferas da vida do indivíduo, tais como a arte, a religião, na atividade econômica. Também conserva uma unidade ideológica no bloco social cimentado por determinada ideologia.

Martins (2004, p. 69) comenta fundamentada em Gramsci que a ideologia representa “[...] um aspecto da realidade e um veículo de propagação da luta de classes.”. Isto significa que não é elemento apenas de ocultamento da realidade, tomada em seu caráter negativo de iludir a classe subalterna para manter o domínio da classe dominante. Por essa razão, argumenta que Gramsci a entende como conhecimento relativo e histórico, correspondente “[...] a um nível de consciência do grupo que produziu tal conhecimento.”. A ideologia é considerada como concepção de mundo de determinado grupo social que desempenha um papel político e social, onde na necessidade de ser direção, cria seus intelectuais, responsáveis pela difusão de determinada concepção de mundo.

Os intelectuais são entendidos na acepção gramsciana a partir da vinculação de classe social, onde o grupo social que nasce no terreno de uma função essencial cria ao mesmo tempo várias camadas de intelectuais que lhe conferem homogeneidade e consciência da própria função nos planos econômico, político e social. (MARTINS, 2004; GRAMSCI, 2001a).

Menciona o relato de um dos entrevistados no estudo a respeito da assimilação da ideologia no MST através de elementos fundamentais que sustenta a ideologia, tais como a experiência com algumas atividades ligadas ao movimento, a cultura, a religião e a mídia. Na sua

visão, a ideologia constitui “[...] um aspecto da realidade e um veículo de propagação da luta de classes.” (MARTINS, 2004, p. 117).

Martins (2004) traz importantes reflexões sobre as categorias religião, ideologia e hegemonia como aspectos submersos à religião no contexto local do MST. Historicamente, a religião tem acompanhado a formação e a organização do movimento, mas no contexto do estudo, a religião tem notável crescimento, especificamente por meio das correntes evangélicas e protestantes, assim, a religiosidade se coloca como elemento de dinamização de forças ou de conformismo, podendo ou não contribuir para a luta, organização e construção da consciência de classes dos trabalhadores.

Discute a abordagem da relação ideologia e religião realizada por Gramsci nos *Cadernos do cárcere*, nos quais, critica a “[...] religião fundamentada no ponto de ideologia ‘inútil’ [...]”, mas reconhece o papel positivo, no momento em que a ideologia religiosa “[...] como concepção de mundo das classes subalternas [...]” desempenha uma base ideológica para uma ação prática positiva. (MARTINS, 2004, 149).

Nesse sentido, afirma que para Gramsci, a religião cristã ‘pura’ desempenhou um papel histórico positivo, apesar de esclarecer que não se deve considerar toda ideologia religiosa como necessária, pois, importa considerar a função conteúdo religioso e não tanto da atitude prática que ela encerra, nisto afirma: “[...] o catolicismo é necessário quando corresponde a um movimento popular, mas deve ser combatido quando leva as classes subalternas à passividade.” (MARTINS, 2004, p. 150).

No pensamento gramsciano, a religião é considerada como uma forma ideológica que exerce influência política na sociedade, constituiu uma força histórica atuante durante séculos na sociedade, exercendo direção intelectual e moral. A Igreja Católica foi força ativa e detentora da direção intelectual e moral por séculos na sociedade italiana, até meados da década de 1920.

Na concepção gramsciana a ideologia representa concepção de mundo que se manifesta em aspectos sociais da vida, tais como a arte, a religião, o direito, etc., é uma força material atuante na história como aspecto da realidade e é “[...] veículo de propagação da luta de classes.” (MARTINS, 2004, p. 151). Em diálogo com Hugues Portelli, Martins (2004, p. 151) enfatiza que Gramsci compreendeu a ideologia como conhecimento relativo correspondente a um nível de consciência do grupo que produz o conhecimento. Assim sendo, “[...] corresponde a uma concepção de mundo de determinadas pessoas numa dada sociedade, a qual desempenha um papel social e político.”. Isso significa dizer que a ideologia é uma concepção operante na história, ela conduz processos históricos das classes, “[...] elas ‘organizam’ as massas humanas,

formam o terreno no qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc.” (GRAMSCI, 1999, p. 237).

Diferente do sentido marxiano da ideologia como falsa consciência, Martins (2004) considera que Gramsci atribui sentido positivo a ideologia, enquanto articuladora de forças no processo de superação da sociedade capitalista. Essa possibilidade advém da experiência do pensador, que vivenciou o desenvolvimento histórico das forças produtivas do capitalismo, assim como das condições objetivas do movimento de acumulação do capital<sup>87</sup>. Na visão da autora acerca do argumento de Gramsci, “[...] a ideologia dominante não representa um pensamento uniforme desta classe, pois a mesma vivencia processos históricos que articulam diferentes interesses que variam de acordo com a conjuntura e estrutura onde se dão as relações sociais.” (MARTINS, 2004, p. 152).

Nos *Cadernos do cárcere*, a ideologia fortalece o bloco histórico, isto é, sustenta e solidifica algum elemento necessário a uma determinada situação, “[...] no qual, precisamente, as forças materiais são o conteúdo e as ideologias são a forma” [...] (GRAMSCI, 1999, p. 238).

Aponta ainda a articulação da ideologia com a sociedade civil, a sociedade política e o exercício da hegemonia. A sociedade civil é o campo de difusão de ideologia e abrange o conjunto de organismos privados de hegemonia. O aspecto principal da hegemonia é visto pela autora como a direção intelectual e moral realizada por um grupo social sobre os demais, por meio dos órgãos da sociedade, tais como escola, igreja, entre outros.

É através da categoria hegemonia que Gramsci dá ênfase a luta política e não apenas do fenômeno econômico, permitindo vislumbrar a perspectiva de transformação social, já que o domínio de uma classe social se faz presente na esfera da totalidade social por meio dos valores sociais, culturais e morais.

É a sociedade civil o lócus privilegiado da luta de classes, onde é possível compreender o papel da ideologia no processo das transformações sociais. Nesse contexto, é possível que uma determinada classe social obtenha a hegemonia no campo superestrutural, antes do domínio do poder político e ou/militar. Nessa direção, a autora afirma que Gramsci vislumbra a superação da sociedade capitalista, sendo a hegemonia, “[...] o momento de persuasão, quando determinado grupo social demonstra sua capacidade de representar interesses gerais, através de um sistema

---

<sup>87</sup> Numa passagem dos *Cadernos* Gramsci direciona o debate da validade das ideologias no bloco histórico, no qual se refere as forças materiais como o conteúdo e as ideologias são a forma, tendo a distinção entre forma e conteúdo como metodológica, “já que as forças materiais não seriam historicamente concebíveis sem forma e as ideologias seriam fantasias individuais sem as forças materiais.” (GRAMSCI, 1999, p. 238).

que lhes permita mobilizar, contra o sistema econômico e o Estado, a maioria da população trabalhadora.” (MARTINS, 2004, p. 154).

Em fins de conclusão, o estudo de Martins (2004) discute como a religião católica e protestante se articulam no contexto de luta dos assentados do MST, ora vão contra os interesses hegemônicos do movimento e ora favorece os posicionamentos políticos do movimento, o que rebate no sentido da religião como ideologia, que tanto corresponde aos interesses das classes subalternas quanto as leva à passividade. Em outras palavras, pode-se afirmar que a religião pode ser instrumento de libertação e de formação de consciência para luta quanto de conformação das classes trabalhadoras, pela influência de determinadas práticas religiosas difundidas no âmbito do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

As discussões que envolvem a centralidade da categoria intelectual pautam-se nos determinantes da atuação dos intelectuais no capitalismo contemporâneo, assim como a vinculação dos intelectuais com o aspecto ideológico que envolve a religião no MST, onde se verifica a articulação com outras categorias, especialmente sociedade civil, hegemonia, e religião, apoiados nos seguintes textos de Gramsci: *Cadernos do cárcere – Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce* (vol. 1); *Os intelectuais. O Princípio educativo. Jornalismo.* (vol. 2); *Notas sobre o Estado e a Política* (vol. 3); *Temas de Cultura. Ação Católica. Americanismo e Fordismo* (vol. 4); *O Risorgimento. Notas sobre a história da Itália* (vol. 5); *A questão meridional; Coleção perspectivas do homem; Maquiavel, a Política e o Estado moderno; Concepção Dialética da História; Os intelectuais e a organização da cultura e Obras escolhidas.*

A sociedade civil é compreendida como momento do Estado ampliado, cuja atuação dos intelectuais está mediada pela relação do Estado e sociedade. É comum acerca das discussões em torno das categorias, os autores apresentarem reflexões similares, já que os intérpretes utilizados – Luciano Gruppi, Hugues Portelli; Fabrizio Bracco; Carlos Nelson Coutinho e Ivete Simionatto – também trazem ponderações similares, embora com realidades diferentes. Mas aqui, um dos destaques é a categoria ideologia, onde vinculada com a sociedade civil, a religião e a hegemonia, conduz a uma visão de mundo, de valores e também possibilita os indivíduos adquirirem consciência de sua condição no seio das relações sociais.

#### 4.4. A Categoria Estado nas produções acadêmicas de teses e dissertações

**Quadro 38** – Teses e dissertações fundamentadas na categoria Estado

PPGSS	Autor	Título	Ano	Orientador	Temática	Categorias	Tipo
UFMA	Shaiane Vargas da Silveira	Da “política de instante” à “política para o instante”: uma crítica de políticas públicas de lazer no Brasil	2015	Franci Gomes Cardoso	Política Pública - lazer	Estado, sociedade civil, hegemonia, sociedade política	Tese
UFPI	Fábia de Kássia Mendes Viana Buenos Aires	A Participação da sociedade civil no controle das contas públicas municipais através da ouvidoria do Tribunal de Contas do Estado do Piauí	2017	Simone de Jesus Guimarães	Gestão e controle social	Estado, sociedade civil	Tese
UFPI	Marfisa Martins Mota	A relação de parceria entre a Ação Social Arquidiocesana (ASA) e o poder público municipal de Teresina na execução da política de assistência social: a experiência do Projeto Casa de Zabelê	2009	Simone de Jesus Guimarães	Terceiro setor e ONGS	Estado e sociedade civil	Dissertação
UFPE	Élida Maria Oliveira do Nascimento	Dilemas da intersectorialidade na política de assistência social em tempos de SUAS	2009	Anita Aline Albuquerque Costa	Política Pública: Assistência social	Estado, sociedade civil, hegemonia, relações de forças	Dissertação
UFPE	Laurileide Barbosa da Silva	Contradições do controle social na realidade brasileira: o caso do Programa Bolsa Família	2014	Anita Aline Albuquerque Costa	Gestão e controle social	Estado, sociedade civil, hegemonia, filosofia da práxis, ocidente e oriente	Tese
UFPE	Fernanda Maria de Lima Santos	Gestão do SUAS e rede socioassistencial: uma análise do serviço de acolhimento de idosos em Vitória de Santo Antão-PE	2017	Helena Lúcia Augusto Chaves	Política Pública: Assistência social	Estado, sociedade civil, sociedade política, intelectuais, política, vontade coletiva, hegemonia, política	Dissertação

Fonte: Elaboração própria com base no levantamento documental (2019).

São seis trabalhos relativos a categoria Estado assim distribuídos: três teses e três dissertações, sendo uma tese da UFMA; uma tese e uma dissertação da UFPI; e duas dissertações e uma tese da UFPE. Sobre as temáticas, encontram-se três trabalhos abordando Políticas Públicas, sendo uma tese com foco na política de lazer e duas dissertações na política de assistência social; duas teses versam sobre Gestão e Controle Social; e uma dissertação trata do Terceiro Setor e ONGs. Quanto a quantidade de trabalhos por ano, há: 2 trabalhos em 2009 e 2017; 1 trabalho em 2014 e 2015. Sobre os orientadores, verifica-se que Anita Costa e Simone Guimarães orientaram 2 trabalhos; Helena Chaves e Franci Gomes, orientaram um trabalho cada. Por último, a sequência da análise segue a ordenação do Quadro 38, em especial da coluna 1, isto é, por universidade.

● **Da “política de instante” à “política para o instante”: uma crítica de Políticas Públicas de Lazer no Brasil:** a tese de autoria Shaiane Vargas da Silveira (UFMA, 2015), vinculada a temática de Política Públicas – Lazer, objetiva “compreender como é possível superar as contradições do lazer e romper a lógica do capital nas intervenções promovidas pelo Estado” (SILVEIRA, 2015, p. 08).

No que diz respeito ao compromisso do Estado com o lazer, Silveira (2015, p. 42) o aborda como historicamente permeado de interesses, contextos e teorias que “[...] ressignificaram o conceito de lazer ao longo da história da humanidade”. No cenário atual, a ressignificação do lazer tem como principal característica, a ruptura com o capital, o que na visão da autora, se apresenta como tarefa difícil, cuja origem requisita outras transformações sociais e que tendem a compreender o lazer como fim em si mesmo.

As categorias gramscianas utilizadas e desenvolvidas apenas na introdução da tese são: Estado, sociedade civil e hegemonia. A autora faz menção ao legado teórico de Gramsci acerca da sociedade civil, na qual houve uma ‘leitura hegemônica’ de sua obra, com difusão de ideias equivocadas e deformadas, contribuindo para o fortalecimento da tradição liberal. No entanto, a análise feita nesse trabalho permite dizer que não houve o devido aprofundamento, isto é, foi constatado que a tese não desenvolve as categorias com base em textos originais da obra de Gramsci.

De modo geral, a incorporação de Estado no texto justifica-se “[...] por entender que a concepção selecionada por nós incorpora e pressupõe o entendimento de sociedade e de política.” (SILVEIRA, 2015, p. 44). A perspectiva marxista de Estado se justifica por este atuar na facilitação da acumulação e expansão do capital. Em relação a abordagem de

Estado ampliado em Gramsci se deve a “[...] sua densidade e originalidade, que nos permitem analisar a realidade contemporânea e brasileira.” (SILVEIRA, 2015, p. 44). Na sua visão o Estado ampliado constitui o conceito concreto da teoria política de Gramsci, na qual se fundamentou prática e teoricamente.

Quanto a categoria Estado, reflete a contradição em torno da discussão de Estado: enquanto “algumas doutrinas” o tomam como momento positivo à sociedade, na teoria gramsciana “[...] é a sociedade civil quem condiciona e regula o Estado por meio do princípio organizador, no qual uma classe se impõe sobre as outras, não apenas pela força mas também pela hegemonia política de um grupo social sobre a sociedade inteira.”(SILVEIRA, 2015, p. 45). Concebe o Estado como um instrumento da sociedade civil, pois, é na relação de equilíbrio de sociedade política e sociedade civil a partir de Gramsci, que o Estado é ‘ditadura mais hegemonia’.

A categoria hegemonia é mencionada como um traço marcante da teoria gramsciana e significa a passagem do momento econômico-corporativo para o momento ético-político, consagrando o consenso. Destaca a importância da ação humana nas determinações objetivas, assim como a batalha das classes na esfera das superestruturas. Por isso afirma:

O espaço onde os indivíduos partilham seus modos de pensar e se articulam em diferentes grupos sociais para conservar e conquistar sua hegemonia é a sociedade civil, que não constitui uma zona neutra, para além do Estado e do mercado, mas pelo contrário é parte do Estado, indicando uma nova esfera do ser social, originária dos processos de socialização da política. (SILVEIRA, 2015, p. 47).

Ao que parece, a autora cometeu um pequeno equívoco ao assimilar a passagem do momento econômico-corporativo para o momento ético-político com a hegemonia<sup>88</sup>. Essa situação é disposta nos *Cadernos* relativa à catarse, que significa precisamente “a passagem do momento meramente econômico (ou egoístico-passional) ao momento ético-político, isto é, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens” (GRAMSCI, 1999, p. 314-315). A catarse é o momento síntese da tomada de consciência das condições objetivas nas quais o homem é submetido, ou seja, adquire consciência da realidade do mundo exterior. Para Gramsci, o momento ‘catártico’ é o ponto de partida da

---

<sup>88</sup> A autora faz a seguinte afirmação: “O conceito de hegemonia, por sinal, é um dos traços mais marcantes da teoria gramsciana e implica numa passagem do momento ‘econômico-corporativo’ (ou ‘egoístico-passional’) para o momento ético-político (ou universal), que consagra essa forma de consenso.” (SILVEIRA, 2015, p. 46).



filosofia da práxis e coincide com a “cadeia de sínteses que resultam do desenvolvimento dialético”.

Quanto ao termo “consenso” destacado na frase acima (Cf. nota 88), assimilado “da passagem do momento econômico-corporativo para o momento ético-político”, faz parte do momento hegemônico de determinado grupo social, isto é, da direção social obtida mediante consenso ativo das massas. O consenso pressupõe a não utilização força, podendo ser elaborado a partir dos aparelhos privados de hegemonia através dos intelectuais, como pode ser visto nos *Cadernos*, a título de exemplo teórico-prático referente a trama ‘privada’ do Estado:

A doutrina de Hegel sobre os partidos e as associações como trama ‘privada’ do Estado. Ela derivou historicamente das experiências políticas da Revolução Francesa e devia servir para dar um caráter mais concreto ao constitucionalismo. Governo com o consenso dos governados, mas com o consenso organizado, não genérico e vago tal como se afirma no momento das eleições: o Estado tem e pede o consenso, mas também ‘educa’ este consenso através das associações políticas e sindicais, que, porém, são organismos privados, deixados à iniciativa privada da classe dirigente. (GRAMSCI, 2007, p. 119).

A respeito do Estado ampliado, menciona a sociedade política, que se manifesta na superestrutura e diz respeito ao conjunto de mecanismos que a classe dominante mantém o monopólio da coerção (SILVEIRA, 2015 apud COUTINHO, 2011).

Por fim, a autora traz uma rápida aproximação das categorias gramscianas de Estado, sociedade civil e hegemonia a partir de Gramsci, Coutinho e Sônia Mendonça. Entende-se que essa aproximação se dá para compreender o nexos do tema da tese (políticas de lazer) e dos elementos que compõem os capítulos da tese, tais como, Estado, políticas públicas de lazer, capitalismo contemporâneo, paradigmas dominantes e Estado brasileiro com as categorias. Embora não tenha aproximação direta com Gramsci ao longo dos capítulos, ressalta a importância da teoria do pensador, evidenciado na citação seguinte:

Neste cenário o protagonismo das classes subalternas não tem garantido o seu sucesso, pois a Teoria de Estado “ampliada” e “ocidental” de Gramsci é dialética e depende do desenvolvimento de uma sociedade civil autônoma e forte, capaz de criar condições para o autogoverno ou o governo regulado, que corresponde a uma concepção de transformação e extinção do Estado com ocupação “de baixo para cima” dos organismos materiais da sociedade civil. (SILVEIRA, 2015, p. 48).

- **A participação da sociedade civil no controle das contas públicas municipais através da Ouvidoria do Tribunal de Contas do Estado do Piauí:** a tese de Fábria de Kássia Mendes Viana Buenos Aires (UFPI, 2017) discute a participação da sociedade civil no controle das públicas municipais via Ouvidoria do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, no período de 2012 a 2016.

A análise da pesquisadora (docente superior do Curso de Direito) centra na “perspectiva de como a participação da sociedade civil se realiza no controle das contas públicas municipais via Ouvidoria do TCE-PI e qual sua efetiva contribuição para o fortalecimento da relação entre sociedade civil organizada ou não e o Estado Democrático de Direito.” (BUENOS AIRES, 2017, p. 15).

Na discussão inicial salienta a inserção da sociedade civil nos espaços de participação na implementação de direitos e políticas públicas, através do princípio da descentralização presente na Constituição Federal de 1988. A partir desse marco, a sociedade civil torna-se presença constante nos conselhos gestores de políticas públicas, fiscalização e discussão da gestão pública. Nesse contexto, inserem-se as Ouvidorias dos Tribunais de Contas dos Estados (TCE) como um canal de diálogo com o objetivo de disseminar informações e receber manifestações dos cidadãos. Também amplia a comunicação entre o Estado e a sociedade civil no âmbito do TCE por intermédio das ouvidorias, sendo no caso específico do objeto da pesquisa, o espaço propício à participação da sociedade civil no controle das contas públicas, mediante denúncias e notificações acerca da utilização do dinheiro público nos município do Estado do Piauí. Nesse sentido, compreende a sociedade civil tanto em seu aspecto organizado, tais como associações, sindicatos, movimentos estudantis, quanto na composição não organizada, isto é, enquanto cidadão não organizado, que por meio da sua ação individual, busca interesse coletivo.

No tocante aos fundamentos gramscianos, afirma o diálogo com o conceito de sociedade civil e as contribuições teóricas do Estado, numa perspectiva histórica dos pensadores como Karl Marx, Vladimir Lênin e Friedrich Hegel, assim como apresenta elementos que conformam a teoria do Estado no pensamento de Gramsci.

Buenos Aires (2017) considera Gramsci um dos precursores mais relevantes no tocante às análises acerca da relação Estado e sociedade civil. A construção sobre o papel do Estado e da sociedade civil é observada pela autora a partir da vinculação com as ideias

de Lênin e de Marx, mas com um avanço dialético para apreensão de novas determinações no processo histórico. Aponta o diferencial da teoria política entre Marx e Gramsci sem significar ruptura deste com Marx, enquanto a análise marxiana enfatiza as relações de produção no capitalismo concorrencial, a análise gramsciana se desdobra em um cenário de socialização da política, com a criação de sindicatos e de partidos, onde se manifesta a intensa participação dos trabalhadores. Assim, revela Buenos Aires (2017, p. 42):

A relevante contribuição que Gramsci (2001) forneceu acerca da compreensão da sociedade civil e de sua relação com o Estado se deu pelo fato de este imprimir em sua teoria uma análise, tomando por base a realidade concreta e histórica não apenas de um país, no caso a Itália, sua nação de origem, mas o conjunto das sociedades capitalistas à época.

A teoria de análise da relação Estado e sociedade civil abrange os acontecimentos no conjunto do desenvolvimento da sociedade capitalista no início do século XX. A teoria de Estado ampliado se caracteriza em instrumento essencial para manutenção e expansão do poder da classe trabalhadora (BUENOS AIRES, 2017). A autora dialoga a teoria do Estado ampliado com base em Gramsci como processo de socialização da política, no qual o Estado incorpora novas funções e toma corpo a luta de classes. Ainda, essa ampliação deve-se a incorporação dos interesses da sociedade civil, isto é, para além da função coercitiva, desenvolve-se a função do consenso. Gramsci compreendia o Estado em composição articulada e contraditória entre sociedade política e sociedade civil, exercendo relação dialética para manutenção da hegemonia do grupo social dominante.

Assim a autora adota a sociedade civil na condição do conjunto de organismos privados responsáveis pela função de hegemonia do grupo dominante sobre a sociedade. No seu entendimento,

[...] a sociedade civil se caracterizaria pela existência de partidos, organizações sociais, escolas, igrejas, sendo estas responsáveis pela difusão de ideologias e valores simbólicos, caberia ao Estado uma formação de governo, forças armadas, poder judiciário, burocracia etc., concentrando o monopólio da força coercitiva. (GRAMSCI, 2001, apud BUENOS AIRES, 2017, p. 43).

Nessa perspectiva, na teoria do Estado ampliado além da conformação da sociedade política e da sociedade civil, é tido como elemento da contemporaneidade, pois, os movimentos da sociedade civil podem questionar a ordem estabelecida. O Estado

concebido por Gramsci é o da sua realidade sócio-histórica, tomado também como ponto de partida para análise dos demais Estados de sua época. A caracterização do Estado é de uma sociedade política com caráter coercitivo e a esfera da sociedade civil, a esfera do consenso e da disputa de hegemonia, traduzindo no Estado ampliado.

No entendimento da autora, o Estado é o espaço de efetivação do poder e unificação da burguesia, possível pela “[...] correspondência entre poder político e poder econômico [...]”, sendo seu papel, manter a hegemonia burguesa na superestrutura, não atuando apenas como esfera repressiva. Nisso vislumbra as antigas e novas funções do Estado, observados por Gramsci: as antigas funções se mantêm relacionadas a “manutenção e proteção do sistema de divisão da sociedade em classes”, já as novas funções relacionam-se a esfera na qual os diversos interesses e projetos se confrontam na sociedade civil (BUENOS AIRES, 2017, p. 44-45).

As últimas considerações teóricas do Estado ampliado relacionam-se a tese gramsciana de que o Estado e sociedade civil possuem relação de correlação de interesses e forças, um Estado que amplia seu diálogo com a sociedade civil, na discussão e tratamento dos elementos sociais e políticos.

● **A relação de parceria entre a Ação Social Arquidiocesana (ASA) e o poder público municipal de Teresina na execução da política de assistência social: a experiência do projeto Casa de Zabelê:** a dissertação escrita por Marfisa Martins Mota (UFPI, 2009) discute a relação de parceria entre a Ação Social Arquidiocesana (ASA) e o poder público municipal de Teresina, através da Secretaria Municipal do Trabalho, Cidadania e Assistência Social (SEMTCAS), mediada pela execução da Política de Assistência Social junto a crianças e adolescentes, cujo foco é o Projeto Casa de Zabelê.

Seu objeto se insere na relação Estado e sociedade civil no contexto neoliberal, onde a sociedade civil organizada atua na cogestão das políticas públicas na condição de parceira do Estado no desenvolvimento programas, projetos e serviços como parte de um conjunto de ações no atendimento à população baseado nos preceitos democráticos de cidadania e justiça social (MOTA, 2009). No discurso neoliberal, a “sociedade civil organizada” – categoria utilizada, em geral de forma equivocada implícita na noção de terceiro setor – é parceira do Estado no desenvolvimento de ações e serviços de caráter público, atuando principalmente pelas organizações de iniciativas privadas sem fins lucrativos. Apesar desse destaque, a autora apreende as concepções conceituais e históricas acerca das categorias

Estado e sociedade civil com os desdobramentos e configurações dessa relação após a Constituição Federal de 1988.

A autora situa as relações entre Estado e sociedade civil na contemporaneidade a partir dos delineamentos da Constituição Federal de 1988 no processo das lutas que concretizam as lutas de classes, próprias das contradições das condições de vida dos homens em sociedade. Então, decorrente da gestão da vida dos homens, o Estado e a sociedade protagonizam transformações dos papéis frente à realidade, ora desvelando os antagonismos de interesses, ora ocultando tais relações, assim, a relação entre Estado e sociedade na contemporaneidade se encontra num forte tensionamento de interesses.

As categorias gramscianas privilegiadas no debate da dissertação referem-se apenas a relação Estado e sociedade civil na modernidade, assim, trabalha algumas concepções tanto gramscianas como de outros expoentes. Parte das contribuições de Gramsci quanto à concepção de Estado assim apresentada: “[...] ‘sociedade política ou Estado’, que corresponde à função de ‘hegemonia’ que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e aquele de domínio direto ou de comando, que se expressa no Estado e no governo ‘jurídico’”. (GRAMSCI, 1979, p. 11 apud MOTA, 2009, p. 16).

A concepção de Estado apreendida pela autora é a do Estado ampliado, na qual Gramsci supera a primazia marxiana de Estado coerção, cuja função está a serviço das classes dominantes. Para Mota (2009, p. 17) esse conceito está alinhado com a sociedade política e sociedade civil, garantindo de um lado, a legitimidade mediante o consenso das massas, “[...] concretizando a sua hegemonia social que nasce do prestígio que o grupo dominante tem decorrente de sua posição e de sua função no mundo da produção [...]”, e de outro lado, a coerção estatal assegura legalmente a disciplina dos grupos que não consentem nem ativa e nem passivamente, a coerção é o recurso de direção quando fracassa o consenso.

A autora salienta que o conceito de Estado envolve a compreensão de sociedade civil como plano superestrutural, é nesse sentido que o conceito de Estado amplia seu campo de atuação e do significado simbólico. “O Estado seria o somatório da sociedade civil e da sociedade política, não se resumindo assim aos órgãos de poder das esferas governamentais.” (MOTA, 2009, p. 17). Dessa forma, é incorporada no conceito de Estado ampliado, a dinâmica organizativa e sociopolítica da sociedade civil.

As últimas discussões versam sobre a sociedade civil. Partindo das concepções gramscianas, a sociedade civil é entendida como o conjunto de organismos privados de

hegemonia, constituído por sindicatos, escola, igreja, os partidos, responsáveis pela elaboração e difusão de ideologias. A sociedade civil é o palco das disputas dos projetos e dos interesses das classes, assim como a disputa de hegemonia, sendo esta decorrente dos confrontos dos diferentes projetos de sociedade, prevalecendo na direção política, da economia e da cultura (MOTA, 2009).

● **Dilemas da intersetorialidade na Política de Assistência Social em tempo de SUAS:** a dissertação de autoria de Élide Maria Oliveira do Nascimento (UFPE, 2009) discute a intersetorialidade enquanto processo de gestão dos programas de assistência social no município do Recife. Analisa a materialização da política de assistência social sob o ponto de vista da implementação do Sistema Único de Assistência Social que objetiva o rompimento da prática socioassistencial de caráter benemerente e assistencialista.

Compreende as transformações da política social na dinâmica do desenvolvimento do capitalismo num país periférico. Nesse sentido, a particularização da política de assistência social e suas nuances tornam-se possíveis devido às determinações que influenciam as relações entre Estado e sociedade. A perspectiva da intersetorialidade na política de assistência social e a integração com os demais setores passam pela forma como o Estado equaliza a coexistência de padrões universalistas de seguridade social sob os ditames neoliberais. Com esse entendimento, elege como ponto de partida o Programa de Atenção Integral à Família e analisa criticamente a inserção da intersetorialidade no processo de gestão nas relações entre Estado e sociedade civil em nível local.

A autora dialoga com algumas categorias do pensamento gramsciano ao longo do texto, envolvendo a intersetorialidade como ferramenta de gestão da política de assistência social nas relações entre Estado e sociedade civil como parte da estratégia hegemônica neoliberal.

As reflexões sobre a teoria do Estado se desenrola na percepção deste enquanto locus institucional que assegura a gestão e a regulação da vida em sociedade, o que assegura as forças repressivas, assim como implementa iniciativas de manutenção do poder e a ordem conforme os interesses dominantes. O Estado não prescinde das necessidades das classes dominadas para manter os interesses dos grupos dominantes. E, no movimento dos interesses antagônicos e da pressão dos trabalhadores, vê-se obrigado a incorporar as demandas das classes subalternas, mas, com interesse primário de preservar a acumulação capitalista, se constituindo um instrumento de coesão sobre os diversos interesses.

Nesse sentido, Nascimento (2009, p. 65) comenta o Estado nos termos de Gramsci, para quem abrange a sociedade civil e a sociedade política na manutenção da hegemonia de uma classe sobre a outra. “Ele concebe a sociedade civil não como base material das relações sociais, mas como momento da superestrutura, onde se dá a constituição de um poder ideológico distinto do político.”. A superestrutura comporta a sociedade civil e a sociedade política. A primeira é entendida pela autora como a esfera formada pelo conjunto de organismos privados que exercem o consenso sobre a sociedade civil por meio da direção moral e política. A sociedade política é a esfera onde se concentram os aparelhos repressivos (instituições jurídicas, militares, etc.) responsáveis pela coerção e domínio sobre a sociedade.

A partir dessa concepção, situa a esfera econômica na estrutura numa relação orgânica com a superestrutura na formação do bloco histórico, “[...] isto é, uma sociedade determinada, um conjunto de forças políticas e sociais. Esse bloco histórico obteria consenso entre os projetos das classes trabalhadora e capitalista, não somente por influência política, mas também pela ideologia.” (NASCIMENTO, 2009, p. 65-66).

O Estado é unidade articulada entre coerção e consenso, organizador da totalidade da sociedade, é aparato governamental. Sendo a sociedade civil unidade do Estado, é campo privilegiado da elaboração da hegemonia das classes subalternas através da guerra de posição, espaço dos conflitos sociais, onde desafiam o sistema hegemônico e participam da esfera política (NASCIMENTO, 2009).

A intersectorialidade na política de assistência social se insere nas relações entre Estado e sociedade civil, uma vez que busca as contradições da gestão intersectorial na política de assistência, situando-a no contexto de aprofundamento da desigualdade, onde requisita a criação de novas relações entre homens mediadas pelas estratégias de restauração capitalista, nas quais “[...] envolvem as relações entre Estado e sociedade na luta pelo poder político e pela hegemonia de classe.” (NASCIMENTO, 2009, p.70).

Nesse espaço, a intersectorialidade na gestão da assistência social nas relações da sociedade civil e Estado significa a articulação e integração entre os serviços governamentais (aparato estatal) e não-governamentais junto à sociedade civil. Em acordo com Gramsci, considerando a sociedade civil e a sociedade política numa composição dialética e articulada com o Estado, “[...] a intersectorialidade como estratégia de gestão pública no atendimento às necessidades postas na sociedade está num terreno de disputa de diferentes projetos de classe em busca da hegemonia.” (NASCIMENTO, 2009, p.70).

Aqui a autora analisa sob a perspectiva da operacionalização das ações movidas pela contraditoriedade presente na sociedade civil e pela influência de interesses divergentes na sociedade, assim, tem-se a situação em que a depender da correlação de forças presente, a disputa tende ora para os interesses dominantes, ora para os das classes subalternas. Por isso, a autora compreende que as práticas sociais intersetoriais operacionalizadas pelos diferentes atores sociais partícipes das parcerias e o do Estado sofrem influência da correlação de forças existentes nesses espaços.

Dessa referência, a autora pensa a intersectorialidade enquanto estratégia de gestão da política de assistência social implementada no âmbito das relações de poder entre Estado e sociedade civil como forma de construção de uma nova hegemonia. Por isso, visa aproximar as condições objetivas de implementação da política de assistência como uma das mediações da construção da hegemonia da classe dominante.

A reorganização dos serviços sociais por meio do modelo de gestão intersectorial não está desarticulada dos interesses dinamizados nas relações entre Estado e sociedade civil. Este processo de engendra num duplo movimento: de um lado, “[...] sob o argumento de fortalecimento da participação instrumentaliza a sociedade civil na qualidade de extensão do Estado na condição de executora de políticas sociais” e o segundo, toma a sociedade civil como espaço despolitizado, de consenso, cuja atuação é de apassivamento dos interesses antagônicos vigentes. (NASCIMENTO, 2009, p. 101-102).

A relação entre Estado e sociedade civil nas funções diferentes da gestão de direitos e interesses se expressa na realidade do objeto de estudo da seguinte forma:

Há que se ver, todavia, que Estado e sociedade civil não são algo separado, que atuam como blocos distintos, cada um a serviço de interesses diferenciados na sociedade. Eles se interpenetram, apesar de assumirem funções diferentes na gestão de direitos e interesses. No nosso entendimento as estratégias de gestão intersectorial assumidas pela assistência social colocam-se não como alternativa à separação orgânica entre governo (Estado em sentido restrito) e sociedade, mas estariam sobre o limiar entre a privatização/(re-filantropização) e a democratização nesta política pública. (NASCIMENTO, 2009, p. 107-108).

Nesse sentido, faz chamada com Gramsci quando do comentário de Marx, do princípio de que as relações se processam não por posturas mecanicistas, mas a partir das condições materiais objetivas, isto é, em cada momento histórico, as mudanças são



possíveis dadas as condições objetivas na conjuntura<sup>89</sup>. Essa colocação explicita o processo da descentralização e da intersetorialidade não apenas como repasse de responsabilidades de um setor para outro, mas ver a trama que “[...] um determinado grupo ou indivíduo consegue obter de outro grupo ou outro indivíduo um determinado resultado, um espaço que solidifica ou se reelaboram ideologias entendidas [...]”, como concepção particular de um grupo social (NASCIMENTO, 2009, p. 108).

As últimas discussões fundamentadas em Gramsci referem-se à relação da hegemonia com a assistência social numa determinada conjuntura, retomando o postulado dos mecanismos e estratégias burgueses na manutenção de seus interesses econômicos e políticos. A assistência assume centralidade na condição de ‘mecanismo de estabilização social’ quando ainda não se encontram ameaçados os interesses fundamentais econômicos. A chamada a respeito da hegemonia diz respeito a seguinte passagem nos *Cadernos do cárcere*:

O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa; mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica (GRAMSCI, Caderno 13, vol. 3, p. 48 apud NASCIMENTO, 2009, p. 111).

Por fim, a gestão da política social na sociedade é determinada pelas relações sociais de produção, onde a orientação política é influenciada pelas relações de forças, refletindo diretamente na intervenção do aparelho governamental, não cabendo ao Estado o privilégio de assegurar, unilateralmente, a heterogeneidade de interesses e direitos.

● **Contradições do controle social na realidade brasileira: o caso do Programa Bolsa Família:** a tese de Laurileide Barbosa da Silva (UFPE, 2014) tem como objeto de pesquisa, as contradições do controle social enquanto processo hegemônico no âmbito do

---

<sup>89</sup> Diz respeito a seguinte passagem: “É necessário mover-se no âmbito de dois princípios: 1) o de que nenhuma sociedade se põe tarefas para cuja solução ainda não existam as condições necessárias e suficientes, ou que pelo menos não estejam em vias de aparecer e se desenvolver; 2) e o de que nenhuma sociedade se dissolve e pode ser substituída antes que se tenham desenvolvido todas as formas de vida implícitas em suas relações (verificar a exata enunciação desses princípios)”. (GRAMSCI, 2007, p. 36 apud NASCIMENTO, 2009, p. 108).

Programa Bolsa Família. Compreende a sociedade civil como espaço formado por grupos que apresentam interesses antagônicos e, tendo o Estado incorporado os interesses dos grupos subalternos, o controle social se apresenta como possibilidade para que a classe dominante crie estratégias na manutenção do projeto hegemônico sobre o conjunto da sociedade.

O controle social democrático se constitui como objeto de estudo da tese no contexto de regressão da política social sob o modelo neodesenvolvimentista, quando o Estado intervém nas expressões da questão social pela via do Programa Bolsa Família (PBF) e incorpora na sua gestão os mecanismos de controle social, nos quais, a operacionalização no âmbito do PBF possui armadilhas que reforçam a mistificação dos interesses antagônicos.

Quanto à apropriação do pensamento gramsciano, surge na tese as seguintes categorias: Estado, sociedade civil, hegemonia, filosofia da práxis, ocidente e oriente. Quanto ao Estado, a primeira referência é da concepção ampliada, na qual aparece relacionada junto ao controle social na perspectiva de processo hegemônico, aponta o tradicional conceito associado ao conjunto de ‘atividades práticas e teóricas’, nas quais a classe dirigente justifica e mantém seu domínio assim como busca obter o ‘consenso dos governados’ (GRAMSCI, 1978 apud SILVA, 2014).

Seguindo essa concepção, visualiza o Estado como “[...] o conjunto formado pelo par categorial sociedade política e sociedade civil, exercendo não apenas a função coercitiva, mas também cultural, política e econômica.” (SILVA, 2014, p. 11-12). Nesse sentido, o Estado ampliado constitui a relação orgânica de sociedade civil e sociedade política. A sociedade civil enquanto partícipe do Estado, insere necessidades diversas carregadas de expressão de interesses antagônicos.

Nesse escopo, a autora pontua a organização e ação consciente dos homens na formação da unidade do indivíduo e do cidadão, isto é, da particularidade para a universalidade, não em partes, mas como um todo formado por uma unidade. Então, os homens devem ter o controle de suas condições de vidas, logo, o político (universal) deve organizar-se a partir dos próprios interesses reais e humanos na atividade de consolidar a existência como sujeito.

Do ponto de vista de Gramsci, não basta ao povo existir, para ser sujeito real e histórico tem que intervir diretamente na realidade, constituindo-a, fazendo dela parte de si mesmo, na medida em que a realidade também se

organiza de acordo com a ação coletiva e consciente dos seres humanos na construção de uma vontade coletiva, através da reforma intelectual e moral. (SILVA, 2014, p. 12).

Essa constatação converge com a concepção de Estado ampliado em Gramsci porque as tarefas particulares tornam-se públicas, o universal e o particular se encontram, as atividades individuais adquirem sentido público, porque dizem respeito à vontade coletiva, como ponto necessário na construção da hegemonia. Nesse sentido, a sociedade civil que exerce o controle social sobre as ações do Estado é conflitante, heterogênea, dinâmica e contraditória, por isso suas ações não incidem sempre de forma direta sobre a supremacia dos interesses coletivos (SILVA, 2014).

Os estudos marxistas acerca da teoria do Estado moderno nas relações sociais e as categorias de Estado ampliado e hegemonia na conformação do controle social, tendo como suporte teórico, a filosofia da práxis de Gramsci, fundamentam a elaboração do capítulo um da tese. Elege a matriz teórico-metodológica marxista, buscando sua atualização nas reflexões gramscianas no estudo sobre o controle social.

Recupera na tese o aspecto subjetivo da obra gramsciana no escopo da teoria social crítica, principalmente no que chama de “refundação da filosofia”. Ao analisar criticamente a realidade objetiva do capitalismo monopolista do século XX, o pensador italiano resgata a dimensão subjetiva da luta política, a capacidade da organização dos sujeitos ativos que precisam desenvolver estratégias propositivas e revolucionárias. Como bem observa Silva (2014, p. 26), Gramsci atribui importâncias a elementos da ação política, tais como a liberdade, a vontade, o papel dos aparelhos privados de hegemonia, a organização das classes subalternas, etc., em que “[...] a procura dos fundamentos ético-políticos e do consenso na construção da hegemonia são traços marcantes da originalidade da sua filosofia da práxis.”.

A análise prossegue no sentido de que Gramsci volta-se teórica e politicamente no desmascaramento dos mecanismos de dominação e massificação dos fenômenos no capitalismo avançado. Então, os métodos de ‘revolução passiva’ e de ‘reformismo conservador’ estavam se complexificando e sofisticando, neutralizando as oposições, domesticando os trabalhadores e despolitizando as massas populares.

As derrotas do movimento operário na Europa fizeram Gramsci perceber que o socialismo não podia ser conquistado com “atividades imediatistas e explosivas”, mas exigia um demorado aprendizado coletivo até que as massas se transformassem em

dirigentes antes da conquista do poder. Trata-se de vinculação de ações “integradas a um projeto societário mais abrangente, por meio da luta pela construção do controle social democrático, enquanto luta da classe trabalhadora para exercer sua hegemonia sobre o conjunto da sociedade.” (SILVA, 2014, p. 27). A transição ao socialismo não seria pelo choque frontal com o Estado como “uma estratégia de ruptura única e explosiva”, mas na transição como processo por meio de rupturas progressivas, pela socialização da política e da absorção da sociedade política pela sociedade civil e assim, alcançar a sociedade regulada (SILVA, 2014). A extinção não seria necessariamente do Estado, mas dos mecanismos de coerção do Estado restrito, mantendo os organismos da sociedade civil, com a criação de um novo tipo de Estado, “o Estado do autogoverno, o socialismo.” (p. 34).

Para tanto menciona os exemplos das metáforas de ‘Ocidente’ e ‘Oriente’ no auxílio da apreensão do percurso de transição para o socialismo. A diferença entre oriente e ocidente a respeito da relação Estado e sociedade civil se apresenta no seguinte: no primeiro, o Estado é coerção e a sociedade civil é débil, ‘primitiva, gelatinosa’, aqui, a estratégia da luta de classes é de ataque frontal ou ‘guerra de movimento’ pela conquista e conservação do Estado restrito, nesse cenário não existiam os sindicatos econômicos e os grandes partidos de massa. Ao contrário do ocidente, que existe a relação de equilíbrio entre Estado e sociedade civil e a estratégia – hegemonia civil e ‘guerra de posição’ – de luta pauta-se na ideia de cercar o Estado com a hegemonia da massa trabalhadora.

Na teoria do Estado, recupera o contexto histórico vivenciado por Marx, Engels, Lênin e Gramsci, em que para os dois primeiros, o Estado atuava como um conjunto de aparelhos coercitivos, cuja essência classista tinha a função de manter a ordem e a reprodução da divisão de classes sociais. Já na conjuntura vivenciada por Gramsci, houve maior complexidade do fenômeno estatal, intensificaram-se os processos de socialização da política, possibilitando o surgimento de esferas carregadas de funções autônomas em face das atividades repressivas do Estado. Segundo Silva (2014, p. 28) “[...] no fervor da sociedade capitalista e na esfera do ser social, ao lado da ‘sociedade política ou Estado restrito’, surgiam novas instâncias classificadas como ‘aparelhos privados de hegemonia’ e que mais tarde receberão o nome de sociedade civil.”.

O Estado adquire nova configuração na passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista, com ampliação de suas funções, permeável a luta de classes, cedendo lugar a novos aparelhos privados de hegemonia. Esse período é caracterizado pelo protagonismo dos trabalhadores com a intensa socialização da política em diferentes esferas

da vida em sociedade. É nessa direção que Gramsci trabalha com o conceito de Estado ampliado, situando a relação orgânica entre Estado e sociedade civil. Esse conceito volta-se a “[...] relação dialética de identidade e distinção entre sociedade civil e sociedade política, duas esferas distintas e autônomas do conceito de Estado ampliado, mas que estão organicamente inseparáveis na realidade empírica.” (SILVA, 2014, p. 29).

A sociedade civil tem novo significado, diferente da tradição jusnaturalista, é no pensamento gramsciano a arena privilegiada onde as classes subalternas se organizam, confrontam projetos, articulam alianças e disputam o poder hegemônico. A sociedade civil se configura como portadora social da hegemonia e como esfera de mediação entre a estrutura e superestrutura ideológica. A sociedade civil tem seus portadores materiais nos ‘aparelhos privados de hegemonia’ com adesão voluntária dos indivíduos. Ela compreende os organismos privados de hegemonia, como o partido, a escola, dentre outras organizações sociais e se caracteriza pela elaboração e difusão de ideologias e de valores visando uma direção. A sociedade política comporta os aparelhos coercitivos, onde a adesão ocorre pela via da força, coerção e repressão. Compreendem as instituições públicas (governo, sistema judiciário, burocracia, forças armadas), o conjunto de aparelho que concentra o monopólio legal da violência como garantia da dominação. A autora lembra que essas duas esferas são organicamente inter-relacionadas e formam o Estado em seu sentido amplo, é “[...] a articulação de consenso e coerção [que] garante a supremacia de uma classe social sobre toda a sociedade, é a verdadeira estruturação do poder, *é dessa forma que compreendemos o controle social democrático enquanto processo hegemônico.* (SILVA, 2014, p. 31, grifos originais).

No âmbito do Estado ampliado e em articulação com o controle social democrático, a autora fala do processo de construção da hegemonia e das estratégias envolvidas, quais sejam, a “hegemonia civil” e a ‘guerra de posição’, com a ideia de cercar o Estado restrito com a hegemonia desenvolvida pela massa trabalhadora. Para Silva (2014) a hegemonia da classe trabalhadora nos moldes da guerra de movimento dá forma ao “*controle social democrático*” no Estado ampliado. Nessa direção, o processo de transição para o socialismo abarca o conceito da crise de hegemonia, isto é, a classe dominante não tem a direção da sociedade e não há solução em vista. Em suas palavras,

[...] a crise de hegemonia pode ser tanto o resultado do fracasso mesmo da classe dirigente frente ao seu empreendimento político, do qual havia antes solicitado a adesão nacional, quanto pode ser o resultado da

iniciativa política das classes subalternas, ou seja, o exercício do controle social democrático. (SILVA, 2014, p. 33).

A resposta da classe subalterna à crise de hegemonia é a oposição de forma organizada e com uma base diretiva engajada em torno de um novo projeto societário, o que envolve um sistema de hegemonia com projeto socialista de direção da sociedade e envolva a totalidade das relações sociais. Uma nova hegemonia é possível, salienta a autora, se as classes subalternas organizarem e construírem uma direção política e ideológica. Nesse momento situa o controle social democrático no Estado ampliado, sendo possível em função da consciência de classe em que a ‘guerra de posição’ é pautada na luta pela conscientização de sua condição enquanto classe trabalhadora. Aqui, dois atores políticos se destacam: os partidos políticos e os intelectuais orgânicos. O partido político tem a função de elevar a consciência, educar e desenvolver instituições de hegemonia de acordo com a perspectiva da classe trabalhadora. Os intelectuais orgânicos têm o papel de exercer o vínculo entre a sociedade política e a sociedade civil.

Na relação orgânica entre Estado e sociedade civil e o controle social, observa nos escritos da autora que o controle é das classes sociais, ou seja, o controle social não é do Estado ou da sociedade civil. Mas é no âmbito da sociedade civil que os indivíduos encontram condições de construir sua subjetividade social, podendo, quando organizados, desenvolverem as dimensões públicas e coletivas a partir de suas potencialidades individuais. Por isso, Gramsci valoriza o humano como ser social que não precisa do Estado como uma instância superior. Para esse alcance a autora menciona a totalidade e organicidade dos sujeitos sociais para “[...] construir um consenso ativo e uma hegemonia cuja estabilidade depende constantemente da avaliação e da aprovação da sociedade, do controle social democrático. O salto revolucionário consiste [...] na direção política e cultural no âmbito do Estado ampliado.” (SILVA, 2014, p. 35, supressões nossa).

Incumbe essa tarefa à filosofia da práxis e ao materialismo histórico dialético. Para a autora, compete ao materialismo histórico dialético duas tarefas: o combate às ideologias modernas nas suas formas sofisticadas e educar as massas populares. A confluência desse processo consolida teoricamente o marxismo e unifica as lutas das classes trabalhadoras em torno de um projeto revolucionário de mundo e de sociedade. Na filosofia da práxis, a formação de intelectuais orgânicos e dos trabalhadores associados “[...] é fruto de um longo processo de antagonismos, lutas e de construção conjunta que exigem ousadia,

imaginação, ruptura e a criação de uma práxis político-pedagógica que transforme radicalmente a realidade.” (SILVA, 2014, p. 36).

A autora identifica o Estado a partir de Gramsci não apenas como expressão dos grupos dominantes. Nele também se incorporam as demandas das lutas operárias e a existência de certa configuração social do Estado moderno e democrático, sendo possíveis outras concepções de poder e de Estado na modernidade.

Considerando essas premissas, o Estado democrático e de direito deixa de ser pensado apenas como um artifício exterior, criado por um contrato meramente administrativo de indivíduos isolados e selvagens e passa a ser entendido também como uma comunidade histórico-social construída por sujeitos que se tornam livres ao tomar cada vez mais consciência de suas relações e aceitam viver como forma e conteúdo de existência ético-política no âmbito do Estado. (SILVA, 2014, p. 36).

A relação da dissolução do Estado coerção e da hegemonia é visualizada pela autora da seguinte forma: o poder popular leva a instauração de relações pedagógicas que favorecem a absorção da sociedade política pela sociedade civil, onde se afirmam elementos consistentes de ‘sociedade regulada’. Para isso, leva-se em conta a democracia popular, não como tomada de poder político, mas, considerando a educação ético-política que habilita o exercício do controle social democrático pelas classes subalternas. O Estado restrito deixa de existir para se tornar projeto ético-político construído pela capacidade político-pedagógica das massas, onde a hegemonia, como direção intelectual e moral, tem fundamental importância na condução desse processo.

O controle social democrático é pensado por Silva (2014) à luz da filosofia da práxis de Gramsci como mediação política da classe trabalhadora em pensar um novo projeto societário. A construção de um novo tipo de controle social ocorre por meio do que Gramsci denomina de ‘guerra de posição’ e exige longo processo gradual e progressivo, além da organização das classes subalternas tendo como pauta, um projeto societário.

Na linha de raciocínio, comenta da gestão democrática no Estado ampliado, em que tenciona a formulação de projetos ideológico-culturais e implica na relação dialética entre sociedade política e sociedade civil. Na sociedade democrática a gestão é dirigida pelo cidadão que se torna governo, que obtém da sociedade a aprendizagem e preparação técnico-política para a atividade, no entanto, Silva (2014) polemiza com a premissa gramsciana da existência perpétua de governantes e governados e da criação de condições

para que essa divisão desapareça. Embora a questão principal que Gramsci se depara na sua época é a possibilidade da classe trabalhadora construir uma nova hegemonia.

Em termos de sujeito político, o homem é um sujeito concreto que se autoconstitui na práxis por intermédio da ação política e da capacidade de organização, na socialização da sua capacidade de criação. Assim, a autora ressalta a importância do papel dos mecanismos de controle social democrático, por se incorporar na sociedade política pelas classes subalternas. Esse movimento se caracteriza como ‘catarse’, que significa,

[...] a passagem do momento econômico, ou egoístico-passional, para o momento ético-político, ou seja, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens. Isso significa, também, a passagem do ‘objetivo’ ao ‘subjetivo’, da necessidade à liberdade. A estrutura [ou seja, a estrutura econômica], de força exterior que esmaga o homem, que o assimila a si, que o torna passivo, transforma-se em meio de liberdade, em instrumento para criar uma nova forma ético-política, em origem de novas iniciativas (GRAMSCI, 1981 apud SILVA, 2014, p. 41).

A subjetivação política indica a possibilidade do desenvolvimento das faculdades individuais e sociais da socialização do poder nas várias instâncias, de superação a reificação do capital pelo autocontrole de uma sociedade livre e soberana. “Isto implica em elevar ‘intelectual e moralmente’ as massas, preparar sujeitos livres e capazes de se autogovernar e de dirigir coletivamente as políticas públicas.” (SILVA, 2014, p. 41). Dessa forma, a potencialidade do exercício do controle social democrático recai na possibilidade de absorção da sociedade política pela sociedade civil.

Em articulação com o objeto de pesquisa, a autora polemiza a descentralização dos canais político-institucionais no âmbito do PBF, chamando a atenção para a noção de esfera pública que se apresenta como esfera pública não-estatal, deslocada do eixo central do debate entre Estado e sociedade civil. Esse entendimento de esfera pública expressa a criação de espaços com interfaces entre Estado e sociedade, não evidenciando sua relação orgânica, mistificando o processo hegemônico entre as classes sociais. Essa noção de esfera se localiza em contraposição ao entendimento de processo hegemônico no sentido gramsciano. Ou seja, “Essa compartimentalização, no seu interior, define a construção da esfera pública, em contraposição ao par categorial gramsciano ‘sociedade política’ e ‘sociedade civil’”. (SILVA, 2014, p. 134). Nessa perspectiva, as organizações, ações e movimentos presentes na sociedade civil como esfera autônoma são direcionados ao interesse público, logo, inexistente contradição, antagonismo. A esfera da sociedade civil e o



controle social são visualizados como dimensões a-classistas, homogêneas. A leitura dessa esfera autonomizada reforça a retórica liberal, no qual, perde o sentido atribuído pela teoria conceitual desenvolvida por Gramsci, isto é, sociedade civil e Estado como identidade-distinção e sua relação orgânica e dialética. A sociedade civil, conforme apresenta Silva (2014, p. 136), “[...] é um espaço de luta, de contradição, de relações desiguais de poder e de acesso diferenciado a recursos econômicos, políticos e culturais.”.

Por fim, são dispostas as últimas aproximações com o pensamento de Gramsci na articulação com o objeto de pesquisa, quais sejam, as contradições do controle social no âmbito do PBF. Para a explicitação da hegemonia da pequena política, dimensiona a discussão sobre o controle social no PBF, este que se traduz na direção do controle social do capital sobre as classes subalternas com o intento de assegurar a hegemonia do capital. Assim, as relações de hegemonia estabelecidas se configuram como da pequena política, que no sentido atribuído por Gramsci, corresponde a questões cotidianas presentes no interior de uma estrutura estabelecida (GRAMSCI, 2003 apud SILVA, 2014).

Em relação à hegemonia e consenso, a autora argumenta que a hegemonia burguesa é portadora de uma cultura de esvaziamento, relegando a vontade popular uma falsa democracia de representação da máquina eleitoral que manipula os impulsos das classes subalternas, oculta os antagonismos dos interesses particulares e visa obter o consenso passivo e indireto, quando Gramsci faz o contraponto indicando que o consenso precisa ser ativo e direto, condizente com a participação dos indivíduos, mesmo que apareça com uma aparência de desagregação e tumulto. No consenso da burguesia, o Estado exerce por meio da sua tarefa educativa o ‘conformismo social’, adequando as massas às necessidades do aparelho econômico da produção através do consenso passivo. A eficácia da burguesia em torno das classes subalternas é possível por causa das formas de difusão de valores ideológicos e políticos, que “‘influem sobre as massas populares como força política externa, como elemento de força coesiva das classes dirigentes’, atuando como ‘fermento vital de transformação interna do que as massas pensam, embrionária e caoticamente, sobre o mundo e a vida’”. (GRAMSCI, 1999, p. 114-115 apud SILVA, 2014, p. 143).

E por último, a relação estabelecida entre o controle social democrático e a concepção gramsciana de hegemonia, já que na postura da autora, o controle social é um processo de hegemonia para a construção do socialismo, tendo como parâmetro o confronto de projetos antagônicos e a estratégia da guerra de posição, para assim, as lutas sociais serem desenvolvidas numa perspectiva ética-política que visem a totalidade social, com fins

no rompimento do caráter corporativo de suas reivindicações e levadas no interior de projetos que visam uma outra hegemonia.

● **Gestão do SUAS e rede socioassistencial: uma análise do serviço de acolhimento de idosos em Vitória de Santo Antão-PE:** a dissertação de Fernanda Maria de Lima Santos (UFPE, 2017) discute os processos sociais e políticos no atendimento à qualificação da oferta dos serviços de acolhimento de idosos. A trajetória do estudo evidencia o envelhecimento da população e a oferta de serviços assistenciais destinados à população idosa. Na realidade do objeto, o problema centra-se no questionamento sobre a configuração das relações entre a gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e as instituições da sociedade civil que realizam o acolhimento de idosos no município.

As categorias gramscianas que subsidiaram a análise foram: Estado, sociedade civil, sociedade política, intelectuais, política, vontade coletiva e hegemonia. Sobre as categorias Estado e sociedade civil, Santos (2017) busca os fundamentos, apresenta os conceitos e perspectivas teóricas e resgata as primeiras concepções das teorias contratualistas/jusnaturalistas desenvolvidas por Thomas Hobbes, John Locke e Jean Jacques Rousseau até o debate contemporâneo desenvolvido por Hegel, Marx, Engels e Gramsci. A acepção marxiana de Estado é de natureza classista em virtude do reflexo da sociedade polarizada entre duas classes antagônicas: os proprietários dos meios de produção e a classe trabalhadora. O Estado é definido por Marx como uma entidade que em nome do interesse geral assegura os interesses de uma classe específica, assim coube uma função essencial a esfera estatal: garantir a dominação da classe proprietária dos meios de produção sobre os trabalhadores.

Marx expõe seu entendimento sobre a natureza de classe do Estado moderno, reafirmando subordinação direta do Estado a sociedade burguesa, cujo papel se desmembra na administração dos negócios da classe burguesa, com forma institucional de coerção e opressão no exercício de suas funções sob o domínio desta classe (SANTOS, 2017). No desenvolvimento teórico do conceito de Estado e sociedade civil, Gramsci o apreende no marco de novas determinações históricas, marcado pela crise do Estado liberal e consolidação da hegemonia do padrão de acumulação capitalista no século XX.

No argumento da autora, Gramsci ao buscar “responder as novas determinações sociais, econômicas e políticas evidenciadas na realidade das sociedades dos países de capitalismo mais avançado, inaugurou a discussão sobre o Estado Ampliado.” (SANTOS,

2017, p. 33). Do mesmo modo, identifica maior complexificação do Estado e a conquista de poder na esfera pública por parte das classes subalternas em decorrência da maior socialização da política. Apesar dos novos elementos presentes na complexificação do Estado, Gramsci não suprime a essência da teoria restrita de Estado de Marx e Engels nem sua natureza classista. Para Santos (2017, p. 33),

Na verdade, Gramsci redimensiona a discussão com o acréscimo de novas determinações, a exemplo da relação dialética entre a sociedade civil e a sociedade política. Ao realizar a sua investigação, Gramsci captou essas esferas da realidade como um momento da superestrutura, introduzindo, dessa maneira, uma perspectiva considerada inovadora no âmbito da tradição marxista. Conforme Bobbio (1982), a sociedade civil na percepção desse teórico não pertencia ao momento da estrutura, como assim concebeu Marx. Para Gramsci, a sociedade civil integrava a superestrutura.

A sociedade civil e a sociedade política são esferas articuladas que formam o Estado em seu sentido amplo, isto é, hegemonia mais coerção. Tais esferas são responsáveis pela articulação e reprodução das relações de poder, garantem a manutenção ou provocam a transformação de uma determinada formação econômica e social a depender dos interesses da classe fundamental no modo de produção. Cabe ressaltar que a sociedade civil e sociedade política são entendidas pela autora a partir dos conceitos clássicos, devidamente referenciados em outros trabalhos deste capítulo. Enquanto a primeira é vista como espaços onde as classes buscam exercer sua hegemonia por meio de alianças e dos organismos privados de hegemonia, a sociedade política é a esfera onde se concentra os aparelhos do monopólio legal da força e da violência. A autora ainda ressalta a relação dialética, as distinções estruturais e funcionais entre tais esferas e a relativa autonomia da sociedade civil frente ao Estado restrito. Dessa forma, apresenta o conceito de Estado:

O Estado, nesse sentido, compreendia não apenas o aparelho governamental, com seus mecanismos repressivos, mas também os organismos da sociedade civil, com seus aparelhos privados de hegemonia. Em outros termos, o Estado fazia uso tanto da coerção quanto do consenso: utilizava o seu aparato coercitivo para favorecer a manutenção do projeto burguês de dominação, reprimindo qualquer movimento de contestação à ordem estabelecida; e por intermédio dos aparelhos privados de hegemonia, estabelecia o consenso, que se afirmava através da universalização de valores e interesses particulares da classe dominante. (SANTOS, 2017, p. 34-35).

Nesse contexto, a autora comenta da apreensão gramsciana de que a sociedade civil cumpre uma funcionalidade dentro do Estado, correspondente ao lugar de decisão da hegemonia, “[...] o lugar onde os diversos projetos de sociedade estavam em disputa, até predominar um que determinasse o direcionamento econômico, político e cultural na sociedade.” (SANTOS, 2017, p. 35). No Estado burguês predomina o projeto hegemônico da classe dominante, sua capacidade de consolidar uma hegemonia lhe confere papel de classe dirigente. A sociedade civil constitui o espaço não homogêneo e contraditório, onde se identificam diferentes embates ideológicos, de valores, de projetos contraditórios.

A sociedade civil na sua percepção era uma arena da luta de classes, âmbito de disputas entre uma diversidade de forças e grupos sociais pelo direcionamento político-ideológico da sociedade, ou seja, constituía o espaço de disputa pela hegemonia de um grupo dirigente sobre toda sociedade. Nessa dinâmica se verificava que a luta pela hegemonia não ocorria apenas entre a classe dominante, mas também entre essa e as classes subalternas. (SANTOS, 2017, p. 35).

Para além do espaço onde os diversos sujeitos se organizam e constituem livremente o bloco histórico, a sociedade civil também pode ser espaço de organização das classes subalternas na articulação de suas lutas, reivindicando a emancipação política e social das massas populares. Para tanto, a filosofia da práxis é fundamental em ““forjar um bloco intelectual-moral que torne politicamente possível um progresso intelectual de massa e não apenas de pequenos grupos intelectuais”” (GRAMSCI, 1999, p. 103 apud SANTOS, 2017, p. 36). Dessa forma, destaca a importância da superação da condição de subalternidade a partir de novas formas de apreensão da realidade por meio de uma nova concepção superior de mundo, com o desenvolvimento da consciência de classe e da visão crítica das contradições inerentes à ordem capitalista, visualizando as lutas em torno da emancipação política e consciente.

É nesse sentido que a autora pensa a partir de Gramsci a realização da vontade coletiva. Pressupõe antes, a tomada de consciência de classe para si, quando os homens transcendem a condição de ‘massa de manobra’ dos interesses das classes dominantes. A vontade coletiva reúne os interesses difusos, é conduzida por uma direção consciente, planejada e objetivamente, observadas as condições da realidade histórica. Portanto, a vontade coletiva é concebida como ““[...] uma vontade racional, não arbitrária, que se realiza na medida em que corresponde às necessidades objetivas históricas, isto é, em que é

a própria história universal no momento da sua realização progressiva [...]” (GRAMSCI, 1999, p. 202 apud SANTOS, 2017, p. 36-37).

A autora recupera algumas elementos da reorganização do Estado a partir das transformações na sociedade burguesa no século passado, que dizem respeito a socialização da política, o crescimento da participação das massas no cenário político, o surgimento de movimentos sociais entre outros espaços de organizações políticas que requisitaram a modificação da relação entre indivíduo e Estado e por outro lado, ampliaram suas funções, formando um conjunto de relações ideológicas na obtenção do consentimento do conjunto da sociedade em torno do projeto da classe burguesa. Pois, numa concepção ampliada, “O Estado é certamente concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo [...]” (GRAMSCI, 2000, p. 41 apud SANTOS, 2017, p. 60).

Verificados os limites do Estado estrito, a burguesia atende reivindicações das classes trabalhadoras por meios dos direitos sociais e políticos, entre outros. Nessa conjuntura, o Estado amplia suas funções e atende as demandas populares assegurando os interesses do projeto burguês. Esse movimento é compreendido como revolução passiva, pois, “A burguesia empreendeu esforços para conservar a sua hegemonia integrando as classes trabalhadoras no seu campo de influência”. (SANTOS, 2017, p. 38).

Esse movimento assegura, de um lado, o atendimento de requisições das massas e de outro, consolida sua dominação, consequentemente, assegura a manutenção da ordem capitalista. Apesar da organização e da mobilização das massas serem essenciais na democratização política e social, permanece a lógica da dominação de classe, evidenciando a capacidade burguesa de restaurar sob novas condições, “a dominação do capital sobre a sociedade.” Por essa razão, a burguesa é uma classe que Gramsci (2007, p. 271) a concebe “[...] como um organismo em contínuo movimento, capaz de absorver toda a sociedade, assimilando-a a seu nível cultural e econômico [...]”, cujo poder na sociedade contemporânea fundamenta-se, na condição de estratégia, na articulação entre governo de massas e economia programática (SANTOS, 2017).

Na tarefa da adesão da massa trabalhadora ao projeto burguês, Santos aborda os responsáveis por essa articulação, utilizando os organismos presentes na sociedade civil que respondem pela difusão da ideologia e dos valores burgueses. Cabe aos intelectuais à tarefa de produzir a reforma intelectual e moral necessária a uma determinada “conformação

cultural e política”. Disto, concebe os intelectuais a partir de sua função junto ao grupo fundamental, utilizando o conceito clássico definido por Gramsci:

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito [...]. Se não todos os empresários, pelo menos uma elite deles deve possuir a capacidade de organizar a sociedade em geral, em todo o seu complexo organismo de serviços, até o organismo estatal [...] (GRAMSCI, 2001, p.15 apud SANTOS, 2017, p. 39).

Os intelectuais são os ‘prepostos’ do grupo fundamental que atuam para obtenção do consenso espontâneo das massas tendo em vista a orientação impressa pelo grupo dominante no conjunto da vida social. Os intelectuais também atuam no exercício da coerção através dos aparelhos que asseguram legalmente a disciplina da violência e repressão, utilizados para os casos em que os grupos não consentem nem ativa e nem passivamente e para os momentos da crise de direção e de comando (GRAMSCI, 2001 apud SANTOS, 2017).

Em termos da complexidade de interação entre Estado e sociedade civil, a autora dispõe do desvelamento feito por Gramsci em relação a estas esferas, se contrapondo a ideologia liberal que realiza a distinção orgânica e interpreta como independentes, a relação entre a sociedade civil e sociedade política. Na investigação dessa relação, Gramsci expõe a ampliação do Estado como essencial no processo de reprodução das relações capitalistas no século XX, cabendo à sociedade civil, o cumprimento de uma funcionalidade dentro do Estado concernente ao processo hegemônico da classe burguesa.

Daqui em diante, a utilização das categorias gramscianas estão em articulação com aspectos do objeto, isto é, não se encontra tratamento conceitual, por isso a fragmentação da discussão em torno delas. A questão da classe dirigente e dominante é disposta no texto a partir de Luciano Gruppi. Uma classe é dirigente e dominante quando exerce a direção dos grupos aliados e domina as classes adversárias com o objetivo de manter a supremacia sob o conjunto da sociedade e impede que as contradições das forças heterogêneas provoquem crise à ideologia dominante. Assimilando ao interesse do grupo dirigente, o Estado quando exerce o controle sobre a classe trabalhadora com a concessão de direitos

sociais pode indicar o estabelecimento “[...] do consenso necessário às transformações realizadas pelo ‘alto’, de modo a efetuar a assimilação orgânica dos trabalhadores pelo bloco no poder.” (SANTOS, 2017, p. 61). Considerando que a classe burguesa é como um organismo em contínuo movimento, logo, o Estado torna-se um educador para criar um tipo de conformação das massas adequado ao grupo dirigente. Enquanto função de direito do Estado, o conformismo é criado para ser útil ao desenvolvimento do grupo dirigente.

No âmbito da política de assistência social com o direcionamento SUAS para o fortalecimento da relação Estado e sociedade civil, comenta que no espectro ideológico, o Estado vale-se das funções educativas na conformação do consenso em torno das diretrizes do SUAS. Alinhado ao pensamento gramsciano, tal função significa a criação de um novo tipo ou nível de civilização. Nessa perspectiva, obtém o consentimento das entidades da sociedade civil e cria um ‘conformismo social’ capaz de “[...] homogeneizar os modos de pensar a política de assistência social e as suas práticas em todos os âmbitos, de modo a consolidar a direção cultural da classe hegemônica [...]” (SANTOS, 2017, p. 75).

Para assegurar tal função no âmbito da produção e difusão das diretrizes da política, principalmente através dos cursos de formação e publicação de normas técnicas, colocam-se no cargo os intelectuais orgânicos enquanto ‘especialistas’ do governo, cujo objetivo é a “promoção da adequação dos propósitos e ações do SUAS pelas entidades da sociedade civil.” (SANTOS, 2017, p. 75). Além disso, cabe-lhes a organização de estratégias coercitivas para a adesão por parte das entidades em atender aos interesses da gestão da política de assistência social.

No que tange a gestão do SUAS junto a rede socioassistencial, as esferas do Estado e sociedade civil na operacionalização da política de assistência social são atravessadas por processos de negociações e de consensos. Pois, a correlação de forças é intrínseca a essa relação já que a luta política é travada entre as classes sociais antagônicas e seus diferentes projetos. Nessa discussão consulta Gramsci para falar das práticas hegemônicas, caracterizadas “‘pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado’”. (GRAMSCI, 2000, p. 95 apud SANTOS, 2017, p. 97). Na referida política, as relações hegemônicas se explicitam nos momentos de negociação estabelecidos entre a sociedade civil e a sociedade política para a combinação de consensos referentes a organização e implementação dos serviços de proteção social.

Na exposição acerca da autonomia das entidades que prestam serviços de acolhimento a idosos, menciona que a autonomia institucional na realização dos serviços

dirigido aos idosos institucionalizados aparece em face da manutenção da dinâmica organizacional das entidades da sociedade civil frente ao controle estatal e as influências do mercado. A partir da leitura gramsciana, a autora coloca que

[...] a autonomia dessas entidades da sociedade civil que atuam no âmbito das ações do SUAS é relativa em relação ao Estado em sentido estrito (coercitivo) (COUTINHO, 1996), pois está submetida aos critérios de participação definidos por esse sistema de gestão, sob pena de sanções quanto ao não cumprimento das exigências estabelecidas [...]. (SANTOS, 2017, p. 103).

A autora menciona a dimensão participativa no que se refere ao processo de monitoramento e avaliação das ações do Sistema Único de Assistência Social como possibilidade resultante do processo político, assegurados a partir das condições democráticas da Constituição Federal. Volta a Gramsci para afirmar a existência da democracia no sistema hegemônico, decorrente da “passagem molecular dos grupos dirigidos para o grupo dirigente” (GRAMSCI, 2000, p. 287 apud SANTOS, 2017, p. 104). Com isso observa o interesse do grupo dirigido das práticas participativas, embora nos limites próprios da ordem hegemônica do capital.

No concernente a questão da participação dos usuários idosos e trabalhadores nos espaços de gestão democrática, esta é ausente na realidade desses segmentos nas entidades de acolhimento no município lócus da pesquisa – Vitória de Santo Antão –, menciona que a participação desses segmentos nos espaços de discussão sobre a disposição dos serviços não se constituiu uma prática observada. Com isso, chama Gramsci para sinalizar que nessa atividade não existe “[...] inserção dos elementos que brotam do mais fundo da massa na sólida moldura do aparelho de direção [...]”, mas observa a presença do ‘centralismo burocrático’, onde o grupo dirigente regula e sufoca o possível surgimento de forças contrastantes. (GRAMSCI, 2000, p. 91 apud SANTOS, 2017, p. 108).

Dentre os aspectos de organização e funcionamento das entidades, um aspecto que a autora remete a Gramsci é a questão do voluntariado, pois, uma das entidades utiliza trabalho voluntário. Assim, a autora salienta os possíveis motivos da realização desse trabalho, onde a principal característica é sua concepção individualizada, não coletiva, podendo ser guiado por princípios humanitários, não compatíveis com os fundamentos da política de assistência social. Captura a seguinte fala de Gramsci para situar esse momento: “Segundo Gramsci, é evidente que, por voluntários, não se deve entender a elite quando ela



é expressão orgânica da massa social, mas sim o voluntário separado da massa por seu impulso individual arbitrário e em frequente oposição à massa ou a ela indiferente” (GRAMSCI, 2000, p.80-81 apud SANTOS, 2017, p. 116).

Outro destaque é quanto à gestão dos serviços, pois a interação entre os representantes dos serviços de acolhimento institucional com a gestão municipal revela-se a partir das reuniões entre as equipes, não estabelecendo consenso em torno da qualificação dos serviços, mas prezando pelo fortalecimento da relação entre entidades e gestão como estratégia de atenuar os dissensos existentes. Esse direcionamento representa a cooptação dos representantes das entidades por parte do órgão gestor do SUAS, adequando aos seus interesses. Essa postura de obediência a “objetivos hegemônicos” conforma os processos que compõem a ‘pequena política’. Assim, “A ‘pequena política’, por seu turno, não se vincula a uma perspectiva de transformação da realidade, mas ‘às questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida’” (GRAMSCI, 2007, p. 21 apud SANTOS, 2017, p. 124).

Por fim, as últimas discussões são pautadas sobre as relações de forças e o grau de homogeneidade no âmbito do controle social. Dessa forma, compreende que o exercício do controle social pauta-se em questões referentes às discussões, deliberações e intervenções em torno das ações asseguradas pela normativa da política de assistência social, que depende da presença da correlação de forças estabelecidas entre os sujeitos coletivos ou individuais no âmbito do Conselho de Assistência Social, pontuando para isso, o grau de homogeneidade, a autoconsciência e a organização alcançados pelos grupos.

Tem ainda o elemento da hegemonia burguesa na cooptação no processo das atividades formativas. Como destaca Santos (2017, p. 137), “A cooptação por meio dessas atividades formativas é um dos recursos que adentram o campo do direcionamento político-cultural próprio da luta hegemônica burguesa, pela direção moral e intelectual da sociedade através do aparato estatal.”. Como a hegemonia burguesa dispõe de recursos e estratégias, obtém o consenso em torno dos direcionamentos da política de assistência social no município, tendendo a despolitização de membros da sociedade civil, principalmente dos que representam os interesses das classes subalternas.

Ainda na esfera do controle social sob o a perspectiva da democracia participativa e tendo como possibilidade a politização das demandas, assim como por em cenas os reais interesses dos usuários da assistência social, atribui a Gramsci a organização desse movimento participativo como ‘centralismo democrático’, que constitui na incorporação de

demandas dos de baixo. O ‘centralismo democrático’ constitui-se como “[...] uma contínua adequação da organização ao movimento real, um modo de equilibrar os impulsos a partir de baixo com o comando pelo alto, uma contínua inserção dos elementos que brotam do mais fundo da massa na sólida moldura do aparelho de direção [...]” (GRAMSCI, 2000, p. 91 apud SANTOS, 2017, p. 145). Dessa forma, o desafio posto consiste na socialização da participação política dos usuários enquanto sujeitos políticos coletivos, em que pressupõe a superação dos interesses ‘egoístico-passional’ e o estabelecimento do momento ‘ético-político’.

No conjunto dos seis trabalhos, verifica-se a articulação entre as diferentes categorias, sendo a predominante a de Estado na qual dialoga com outras que envolvem o seu conceito, tais como a sociedade política e sociedade civil. As teorizações do Estado ampliado em Gramsci partem da perspectiva de compreender sua relação com a sociedade civil e traz a compreensão do pensador e os elementos que possibilitaram a elaboração conceitual, onde alguns trabalhos evocam a primazia marxiana de Estado como forma de recuperação do legado teórico de Gramsci na conceituação desta categoria. Também se constata como centralidade das discussões a relação do Estado e sociedade civil na modernidade, principalmente no âmbito das configurações das políticas sociais. A sociedade civil se apresenta como o cenário contraditório, onde se disputam interesses e confrontos de projetos dos diferentes sujeitos em torno do consenso hegemônico.

No conjunto destes trabalhos, observam-se os intérpretes utilizados pelos autores pesquisados, demonstrando referências nacionais e internacionais: Carlos Nelson Coutinho; Guido Liguori; Valéria Correia; Barbara Freitag; Noberto Bobbio; Ivete Simionatto; Carlos Montano e Lúcia Duriguetto; Giovanni Semeraro; Néstor Kohan; Maria Lúcia Duriguetto; Edmundo Dias; Luciano Gruppi; Marcos Del Roio; Martin Carnoy e José Néspoli, e as seguintes obras de Gramsci: *Cadernos do Cárcere – Notas sobre o Estado e a Política* (vol. 3); *Literatura. Folclore. Gramática* (vol. 6); *Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce* (vol. 1); *Os intelectuais. O Princípio educativo. Jornalismo.* (vol. 2); *Temas de Cultura. Ação Católica. Americanismo e Fordismo* (vol. 4); *Edição crítica do Instituto Gramsci* (vol. 3 e vol. 6); *O conceito da Sociedade Civil; Os intelectuais e a organização da cultura; Maquiavel, a Política e o Estado moderno; Americanismo e Fordismo; Conselhos de Fábrica; e Concepção dialética da história.*

Dessa forma, os textos buscam refletir a dimensão política, principalmente quando refletem sobre a sociedade civil no tocante a participação, da relação Estado e sociedade para situar os aspectos que conformam as políticas sociais, tendo no Estado o aglutinador dos interesses das classes subalternas, congregando a unidade articulada entre coerção e consenso. Tem-se ainda a esfera da sociedade civil enquanto partícipe do Estado, em que os sujeitos se organizam e defendem seus interesses.

Recupera-se na discussão teórico-conceitual gramsciana, o pressuposto marxiano do caráter classista do Estado e sua natureza repressiva quando a classe dominante não assegura o consenso das massas, cujo avanço da teoria de Estado em Gramsci é a apreensão de novas determinações do processo histórico. Tais determinações se configuram com a complexificação da relação Estado e sociedade civil, principalmente com o surgimento dos aparelhos privados de hegemonia e da socialização da política e as novas configurações do capitalismo.

Por fim, a teoria do Estado apontado pelos autores nas teses e dissertações envolve a apreensão dos acontecimentos históricos no desenvolvimento da sociedade capitalista no século XX, na qual se visualiza dois elementos fundamentais constitutivos do Estado, a sociedade política e a sociedade civil, sendo na primeira, a incorporação de elementos de natureza repressiva e na segunda congrega um espaço dotado de autonomia relativa em relação à sociedade política e, de acordo com Liguori (2007), constituindo o Estado a contínua formação e superação de equilíbrios entre os interesses do grupo dominante e dos grupos subordinados.

#### 4.5. A Categoria Sociedade civil nas produções acadêmicas de teses e dissertações

**Quadro 39** – Teses e dissertações fundamentadas na categoria Sociedade civil

PPGSS	Autor	Título	Ano	Orientador	Temática	Categorias	Tipo
UFPI	Tereza Cristina Coelho Matos	Democracia direta como mecanismo de controle social e combate à corrupção: a experiência da Força Tarefa Popular	2015	Maria D'Álva Macedo Ferreira	Gestão e controle social	Consenso, sociedade civil, Estado, intelectuais	Tese
UFPE	Ivandro da Costa Sales	Os desafios da gestão democrática da sociedade (em diálogo com Gramsci)	2003	Anita Aline Albuquerque Costa	Gestão e Controle social	Sociedade civil, hegemonia, Estado ampliado, Estado restrito, democracia e pedagogia	Tese
UFPE	Maria Valéria Costa Correia	O Conselho Nacional de Saúde e os rumos da política de saúde brasileira: mecanismo de controle social frente às condicionalidades dos organismos financeiros internacionais	2005	Ana Cristina de Souza Vieira	Gestão e Controle social	Estado, sociedade civil, sociedade política, política, estrutura, superestrutura	Tese
UFPE	Germana Alves de Menezes	A presença da Sociedade Civil nos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente na Paraíba: dilemas da formação e da participação	2006	Ana Cristina Brito Arcoverde	Gestão e controle social	Hegemonia, Sociedade civil, sociedade política, Estado	Tese
UFPE	Laudicena Maria Pereira Barreto	A relação Estado - Sociedade Civil: uma análise da Rede Voluntária de Proteção no processo de inserção social dos usuários do Programa de Proteção à Vítima e Testemunha Ameaçada da Bahia	2010	Alexandra Monteiro Mustafá	Direitos	Estado, sociedade civil, hegemonia, Política, estrutura, superestrutura	Dissertação
UFPE	Alessandra Ximenes da Silva	Lutas sociais e contradições dos sujeitos políticos coletivos no processo da Reforma Sanitária Brasileira	2013	Ana Cristina de Souza Vieira	Movimentos sociais	Ideologia, sociedade civil, vontade coletiva, revolução passiva, transformismo, Estado, intelectuais, hegemonia	Tese

Fonte: Elaboração própria com base no levantamento documental (2019).

Esse item abrange seis trabalhos assim distribuídos: uma tese da UFPI e quatro teses e uma dissertação da UFPE. Das temáticas, quatro teses concentram-se em Gestão e Controle Social, uma dissertação na temática de Direitos e uma tese na de Movimentos Sociais. Acerca do marco temporal, há um trabalho para os anos de 2003, 2005, 2006, 2010, 2013 e 2015. Em termos de orientadores, dois trabalhos ficaram a cargo de Ana Cristina Vieira; Ana Cristina Arcoverde, Anita Aline Costa, Alexandra Mustafá e Maria Ferreira, orientaram um trabalho cada.

● **Democracia direta como mecanismo de controle social e combate à corrupção: a experiência da Força Tarefa Popular:** a tese de Teresa Cristina Coelho Matos (UFPI, 2015) investiga “o uso de mecanismos de democracia direta, no contexto da democracia representativa, como instrumento para o exercício do controle da sociedade sobre as ações do Estado” (p. 06). O lócus do estudo de Matos (2015) se situa no Estado do Piauí, no âmbito da sociedade civil, com foco no protagonismo dos movimentos sociais, isto é, na participação ativa e direta dos sujeitos no controle e fiscalização dos investimentos públicos, sem a intermediação de representantes.

O problema de pesquisa centra-se na participação direta da sociedade civil no controle dos investimentos públicos, situado nas relações de consenso entre Estado e sociedade civil. Busca em Gramsci, a apreensão das categorias de Estado e sociedade civil e compreende o consenso como a “construção de relações dialéticas e de equilíbrio entre tais instâncias” (MATOS, 2015, p. 19). Para a autora, o controle social pela via da participação direta, requisita reflexão da relação Estado e sociedade fundamentada na direção da teoria de Estado ampliado em Gramsci, para quem, “a sociedade civil atua não em contraposição ao Estado, mas o compõe como dimensão ética.”. (MATOS, 2015, p. 21).

No estudo da autora, a democracia participativa refere-se tanto a participação dos cidadãos nas tomadas de decisões políticas quanto na busca de soluções para o problema, pressupõe a troca de opiniões sobre as questões de interesse coletivo. Ao aproximar-se da matriz gramsciana, compreende a democracia participativa no rol da organização dos grupos e movimentos sociais na esfera da sociedade civil, que atuam para além de pressionar o Estado e o governo, seguem “[...] um ideário de democracia que se empenhe na construção de objetivos sociais e políticos de rompimento com o projeto neoliberal” (MATOS, 2015, p. 39). Essa situação de pluralidade de interesses colabora na formação de

‘uma unidade política’, da formação da vontade coletiva.

No capítulo 2 do texto, *Estado e sociedade civil: relação na construção democrática* aborda o Estado e sociedade civil a luz do pensamento gramsciano. Sua percepção acerca da teoria do Estado nas elaborações de Gramsci e de Marx é: na teoria marxiana o momento é econômico-corporativo enquanto Gramsci dar ênfase ao ético-político articulado a dimensão da dialética e do humanismo. Pontua as diferenças teóricas de Estado, sendo este um instrumento de dominação e concebe a sociedade civil como um organismo que “corresponde à estrutura econômica onde as relações de produção se estabelecem [...]”. (MATOS, 2015, p. 41).

O Estado e sociedade civil são entendidos como “revisão teórica de conservação/superação da teoria marxiana”, na perspectiva gramsciana e em sua concepção ampliada. Essas esferas atuam “tanto pelo uso dos aparatos coercitivos, para disciplinar e intimidar a ação reivindicatória e lutas sociais, quanto pela busca de ‘consenso espontâneo’ [...]” (MATOS, 2015, p. 41).

Duas categorias são centrais nesse “constructo teórico”: a hegemonia e sociedade civil. A sociedade civil é designada como “o conjunto de organismos privados”, com adesão voluntária dos sujeitos, funcionando como espaço de luta de classes, onde a base material é a conquista de hegemonia, “ou seja, para a busca de direção política e de consensos.”. (MATOS, 2015, p. 41). Para a autora, a sociedade civil compõe o campo de luta entre as classes, tanto em busca do poder como na formação do consenso, onde a depender da correlação de forças “favorece a sua hegemonia e viabiliza a garantia de seus interesses perante o Estado.”.

Nessa direção é conferida atenção aos intelectuais, citando o tradicional e o orgânico, atribuindo tratamento teórico a este último: vinculado às classes subalternas, o intelectual orgânico contribui na formação de uma consciência crítica, “[...] sob uma visão ética nova no campo econômico, social e político, exerça ela a função de classe dirigente e conquiste a posição de grupo hegemônico.” (MATOS, 2015, p. 42). Os intelectuais ligados a classe dominante difunde a ideologia do grupo dominante, assegura a manutenção de sua hegemonia, interesse e domínio. Também menciona a acolhida de Gramsci na década de 1960 no Brasil e sua ideia de democracia, cuja vinculação direta com a hegemonia, a partir das condições materiais de desenvolvimento da economia e da legislação, “favorece a passagem molecular dos grupos dirigidos ao grupo dirigido”. (GRAMSCI, 2007, p. 287).

No que diz respeito à realidade brasileira, destaca a abertura política, com a distensão da ditadura militar houve o enfraquecimento do Estado coercitivo, bem como a ampliação dos “aparelhos privados de hegemonia da sociedade civil”, desencadeando no processo de manifestação da sociedade civil pelo restabelecimento da democracia. Faz uma chamada de Gramsci na abordagem do “Estado como unidade orgânica ampliada” porque na noção geral de Estado estão presentes elementos da sociedade civil e da sociedade política. Essa conceituação não se aplica à realidade brasileira no período da ditadura nem anterior a ela, quando o Estado tinha caráter oriental. Para Matos (2015, p. 43-44),

É só com a evolução do processo democrático que se delineia a formação do caráter ocidental do Estado brasileiro, já que, seguindo o que Gramsci sustenta, esclarece Coutinho (1992, p. 129) que ‘a ocidentalidade de uma formação social é resultante de um processo histórico’. Assim, o processo de redemocratização do Brasil representa um momento histórico no qual se abrem possibilidades para um Estado ‘ampliado’, que leva ao fortalecimento da estrutura da sociedade civil (movimentos sociais, associações, partidos políticos, sindicatos, etc.), necessário para a construção, gradativa, de um ambiente político, econômico, social e cultural favorável ao estabelecimento de um sistema hegemônico que, como diz Gramsci, só opera em estrutura democrática.

Acerca do movimento organizado da sociedade civil, isto é, da Força Tarefa Popular, sua atuação vai além do discurso de combate à corrupção. O movimento desempenha um papel de conteúdo ético-político, de defesa dos interesses coletivos – no sentido gramsciano –, de acompanhamento da utilização dos recursos públicos destinados ao desenvolvimento local das cidades. Também possui efeito multiplicador, pois, o movimento chama a população e incentiva o acompanhamento dos investimentos públicos nas cidades por onde o movimento passa.

Na articulação da democracia representativa e democracia direta, menciona a crise de hegemonia no sentido atribuído por Gramsci relacionando-a com a crise de legitimidade da democracia representativa. Nesse caso, “a crise de hegemonia ou do Estado no seu conjunto” (GRAMSCI, 1984, p. 55 apud MATOS, 2015, 47) ocorre em razão da crise orgânica dos partidos políticos, que enquanto instâncias de articulação entre sociedade política e sociedade civil, “ficam sujeitos às crises de legitimidade”.

O controle social surge na discussão de Matos (2015) no contexto da institucionalização enquanto parte da promoção de democratização dos processos decisórios, na formação de consensos e de atendimento das demandas sociais. A

democracia direta é essencial na ampliação da prática do controle social institucionalizado, “pelo exercício do controle social democrático” (MATOS, 2015, p. 51). Essa realidade de controle social, cujo exercício é permeado por disputas de classes, é amparada na concepção gramsciana de Estado, em sua relação dialética entre sociedade política e sociedade civil. Nessa relação, se insere também a participação social no Brasil, vista pela autora a partir de Gramsci, “como prática política na construção de uma relação mais justa entre Estado e Sociedade civil” (MATOS, 2015, p. 55).

Acrescenta ainda como constructo da dinâmica entre Estado e Sociedade civil, a ênfase na efetivação do controle social por meio da “participação ativa da sociedade no campo da gestão pública”. Essa participação ocorre pelos mecanismos de democracia direta, “com a sociedade civil assumindo o papel de conteúdo ético do Estado.” (MATOS, 2015, p. 58).

A Força Tarefa Popular tem espaço de luta na *Internet*, formando uma rede de combate à corrupção no Brasil no contexto de sociedade globalizada e informatizada. Alguns movimentos sociais e organizações utilizam esse espaço como instrumento de comunicação, troca de ideias, mobilização de ações conjuntas, como estratégia de efetivo exercício do controle social. No pensamento da autora, o uso dessa ferramenta tem ampliado a luta anticorrupção em nível mundial. Quanto à realidade brasileira, “o acesso a essa ferramenta tem contribuído para a transparência pública e para a ação de sujeitos sociais, individuais e coletivos, no controle democrático das ações do Estado.” (MATOS, 2015, p. 74). O processo de democratização brasileiro aliado ao acesso das tecnologias da informação, “abriu espaço para o estabelecimento de relações mais equilibradas entre Estado e Sociedade”, no sentido gramsciano (MATOS, 2015, p. 75).

As últimas aproximações reflexivas acerca do objeto de estudo com o pensamento de Gramsci ponderam para a prática de lutas da Força Tarefa Popular<sup>90</sup> estar alinhada à dimensão educativa. Algumas práticas, além da ação política direta de fiscalização das contas públicas, estabelecem um canal de intermediação entre a população e o poder institucionalizado (poder público municipal), contribuindo na articulação entre democracia direta e representativa.

---

<sup>90</sup> Identificada como movimento de articulação, a Força Tarefa Popular é formada por sujeitos sociais que atuam em diferentes campos de luta, com identidades e necessidades diversas, mas que se juntam embalados pelo propósito compartilhado de fiscalizar as contas públicas, utilizando-se de mecanismos de democracia direta na prevenção e combate a corrupção. (MATOS, 2015, p. 85-86).



Alinhada ao pensamento de Gramsci, a dimensão educativa da Força Tarefa Popular ultrapassa o ambiente da escola formal e cria espaços formativos em que os integrantes assumem um papel de intelectual orgânico porque estimula o acesso da população a espaços de fiscalização, desperta a sociedade para atos contra a corrupção, entre outras ações dessa natureza. No sentido gramsciano, os integrantes da Força Tarefa Popular atuam como intelectuais orgânicos tendo em vista a contribuição na formação de uma cultura de combate à corrupção (MATOS, 2015).

Um dos problemas que perpassa o movimento Força Tarefa Popular é a migração de militantes para cargos na estrutura do Estado. Aqui, a autora recorre a Gramsci em relação ao distanciamento no que se refere ao intelectual:

[...] um intelectual que passa a fazer parte de um partido de um determinado grupo social confunde-se com os intelectuais orgânicos do próprio grupo, liga-se estreitamente ao grupo, o que não ocorre através de participação na vida estatal, senão mediocramente, ou mesmo nunca. (GRAMSCI, 1982, p. 14 apud MATOS, 2015, p. 92).

Por fim, alinhado ao ideário gramsciano, a atuação da Força Tarefa Popular no viés da prática democrática de controle social e de participação da gestão, se coloca teoricamente articulada ao conteúdo ético do Estado a partir da relação dialética e do jogo da correlação de forças entre a sociedade civil e sociedade política. Além disso, a autora constata no trabalho realizado pelo movimento, a utilização de estratégias e mecanismos que questionam e instigam a população a reflexão e a contraposição das estruturas de poder, criando espaços públicos que a mobiliza para participar da gestão pública. A essa situação, menciona o que Gramsci chama de guerra de posição, isto é, “a ocupação estratégica e gradual dos espaços de poder pela sociedade civil como um caminho que a levará à conquista de hegemonia.” (MATOS, 2015, p. 146).

- **Os desafios da gestão democrática da sociedade (Em diálogo com Gramsci):** a tese de Ivandro da Costa Sales (UFPE, 2003), inserida na temática Gestão e controle social, trata de uma reflexão sobre a importância teórica e política do ator social denominado de sociedade civil, que tem como foco a participação social na condição de estratégia e conteúdo da democracia. “Tenta-se, em diálogo com Gramsci, Maquiavel e Marx, definir o que se entende por Sociedade Civil e como sua presença e atuação, na busca de realizar os

seus desejos, interesses e direitos, redefinem os conceitos de Estado, Hegemonia e Democracia.”. (SALES, 2003, p. 09).

Da sua interlocução prática e teórica com Gramsci, dialoga sobre a “função econômica e política da sociedade civil na construção da hegemonia”, sobre as categorias de Estado ampliado, hegemonia, democracia e pedagogia na construção da hegemonia das classes subalternas. Sales (2003) destaca as contribuições de Gramsci, Marx e Maquiavel para pensar a realidade, embora não apresente o conceito das categorias. As considerações teóricas sobre a gestão da sociedade têm respaldo em Maquiavel e Gramsci.

A centralidade do tema é a gestão democrática perpassada pelo termo sociedade civil e como este aparece no contexto da discussão “entre governo e sociedade ou da relação entre representantes e representados”, relação que se origina nas diferentes concepções de Estado e formas de governo (SALES, 2003, p. 57).

Recupera o debate em torno da sociedade civil referente as formulações e entendimentos de Hegel e de Gramsci, onde para o primeiro, as organizações de variados interesses e de grupos formam “a teia privada do Estado” enquanto para Gramsci trata-se dos “aparelhos privados de Hegemonia” (SALES, 2003). Menciona a discordância entre Marx e Hegel quanto à importância teórica e política atribuída por ambos à sociedade civil.

Menciona do ponto de vista político-prático, as organizações dos diferentes grupos e a gestão dos seus interesses, onde insere o Estado estrito ou ampliado, a depender das funções e gestão do Estado. Assim, reflete a partir de Gramsci: no contexto em que não há grupos e associações de defesa e implementação dos diferentes tipos de interesses (econômico, político, religiosos, etc.), quando “a gestão da sociedade é feita quase que exclusivamente por dirigentes e funcionários do aparelho governamental”, é chamado de “Estado Restrito”; quando a gestão da sociedade se realiza com os representantes do aparelho governamental e com os “representantes dos interesses de grupos, categorias e classes sociais”, trata-se de “Estado Ampliado”. (SALES, 2003, p. 61-62).

Fundamentado em Gramsci na relação Estado e sociedade civil e considerando a gestão democrática, Sales (2003) trata da gestão na sociedade atual com as diferentes representações governamentais: os dirigentes dos grupos capitalistas e as organizações dos trabalhadores inseridos na dinâmica das funções do Estado ampliado. Chama a atenção sobre os interesses dos grupos capitalistas, os quais são geridos por seus representantes políticos nas esferas de governo, assim como dos aparelhos civis do Estado e das

organizações internacionais. Nessa lógica, “os agentes do capital assumem seus destinos e governam o governo (Aparelhos Governamentais do Estado), os trabalhadores ainda entregam seus destinos a ‘Salvadores da Pátria’ nas diferentes instâncias dos aparelhos governamentais do Estado.”.(SALES, 2003, p. 68).

Para o autor, as organizações dos trabalhadores confundem Estado com Governo e deixa a este a responsabilidade pela gestão dos interesses da sociedade, colaborando assim, para a perpetuação dos interesses dos grupos capitalistas.

De acordo com a concepção gramsciana, destaca a relação-distinção entre Estado e sociedade civil como didática, enquanto que para os liberais e neoliberais, Estado e sociedade civil são esferas autônomas, falseando a relação entre dirigentes e dirigidos.

É uma separação que reforça a tradicional identificação entre Estado e governo e escamoteia a função estatal da sociedade civil. [...] Em vez, então, de falar em Estado e sociedade civil como algo separado e com funções diferentes, seria mais adequado na perspectiva de Gramsci e aceita neste trabalho, falar em função estatal do governo e função estatal das organizações da sociedade civil. O Estado não é um ente, um substantivo, separado, fora e acima ou a serviço da sociedade. É uma função, ou seja, é a gestão de interesses e direitos, gestão que atualmente é feita por representantes governamentais e civis. (SALES, 2003, p. 69, supressão nossa).

Fundamentado no pensamento de Gramsci, é evidente na tese as organizações da sociedade civil como parte do Estado, co-gestoras de políticas públicas em conjunto com as organizações governamentais, ou seja, o aparelho governamental.

A discussão da tese é permeada pelo pensamento político de Gramsci, considerando a aproximação prática e teórica de Sales (2003) com o pensador, muito pouco utiliza citações no seu método de exposição, isso proporciona uma dinamicidade no tratamento das categorias em articulação com a realidade. É o que se observa quando discute a relação da sociedade civil e hegemonia no capítulo 2. Para o autor, a construção da hegemonia no pensamento de Gramsci a partir dos acontecimentos relacionados a atuação da burguesia na unificação da Itália, à burguesia francesa e à burguesia americana em assegurar a hegemonia internacional, assim como a tentativa de organização das classes subalternas (a Comuna de Paris, a Revolução Russa, as experiências dos Conselhos Operários de Turim). Na sua percepção,

Hegemonia não é algo abstrato. São relações concretas em situações históricas concretas. Gramsci, intelectual politicamente engajado na transformação revolucionária da Itália e na preparação dos operários para assumir e manter o poder, pensa a Hegemonia a partir de reflexões sobre as estratégias utilizadas por diferentes atores políticos em diferentes momentos para conseguir sua Hegemonia e seu poder real. (SALES, 2003, p. 71-72).

No debate da hegemonia, distinguem-se duas formas de exercício de poder: domínio e direção. O domínio “é uma imposição sem nenhuma preocupação com o consentimento de quem está ou vai estar sob o poder da classe”, a direção é entendida como “a tentativa que fazem classes, categorias ou grupos para conseguir o consenso nas diferenças”. (SALES, 2003, p. 73).

Na perspectiva de Gramsci (2002, vol. 5, p. 62-63), a supremacia de um grupo se manifesta como domínio e como direção intelectual e moral. O domínio é utilizado quando um grupo social “domina os grupos adversários, que visa a ‘liquidar’ ou a submeter inclusive com a força armada e dirige os grupos afins e aliados”. No que concerne à direção, Gramsci pontua que o grupo social “deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental [...] depois, quando exerce o poder e mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante, mas deve continuar a ser também ‘dirigente’”.

Um ator é fundamental na construção da hegemonia das diferentes classes: os intelectuais. Esse grupo é responsável pela difusão da ideologia, apoio administrativo, legitima os diferentes interesses dos grupos sociais os quais estão organicamente vinculados. Os intelectuais estão tanto a serviço das classes dominantes quanto das classes subalternas.

No debate da sociedade civil, Sales (2003) discute a democracia na perspectiva gramsciana, que diz respeito ao compartilhamento do exercício de poder pelos grupos sociais. Nos termos de Gramsci (2007, p. 287), “existe democracia entre o grupo dirigente e os grupos dirigidos na medida em que o desenvolvimento da economia, e por conseguinte, a legislação que expressa este desenvolvimento favorecem a passagem molecular dos grupos dirigidos para o grupo dirigente”. Aqui, há ênfase na construção do poder das classes subalternas. A democracia radical se expressa pela sociedade regulada, quando há a absorção da sociedade política pela sociedade civil organizada. Na sociedade regulada predomina o consenso e não a dominação, isso significa que o “[...] modo de atuação da sociedade civil absorverá e transformará em direção intelectual, moral e política, portanto

em consenso, o modo específico de coerção da sociedade política”. (SALES, 2003, p. 83).

No que concerne às especificidades da gestão democrática, traça diálogos com o Estado ampliado no sentido da democracia, em que as classes subalternas participem das decisões da sociedade ou participem da gestão estatal. Pressupondo o estágio atual do capitalismo, não há como alterar a democracia representativa “sem alterar o modo de organizar a base econômica do capitalismo”. (SALES, 2003, p. 110). Por essa razão, pensa-se na construção da hegemonia e da democracia das classes subalternas, que é possível com a transição da atual sociabilidade para uma sociedade em que tanto a produção quanto “o consumo, o poder e o saber” sejam também sociais.

As últimas discussões da tese perpassam as reflexões referentes à teoria da hegemonia em articulação com as questões de pedagogia e guerra de posição. Sobre a guerra de posição e a construção da hegemonia pelas classes subalternas se relacionam as estratégias de organização e conquista progressiva dos espaços existentes. Quanto à relação da hegemonia da pedagogia, pontua a necessidade de uma pedagogia das classes subalternas, não mecânica, que “não imporia temas, lógica, ritmo, objetivos, palavras de ordem, verdades, metodologia, modelo de gestão, etc”. (SALES, 2003, p. 136).

● **O Conselho Nacional de Saúde e os rumos da política de saúde brasileira: mecanismo de controle social frente às condicionalidades dos organismos financeiros internacionais:** a tese de Maria Valéria Costa Correia (UFPE, 2005) tem como objeto “a atuação do Conselho Nacional de Saúde enquanto mecanismo político formal de controle social, frente às orientações dos organismos financeiros internacionais” (p. 06).

Nos itens introdutórios da tese, a autora destaca o estudo da relação Estado e sociedade civil a partir dos clássicos Hobbes, Locke, Rousseau e Gramsci na qualificação da expressão controle social, adotando o último como referência de análise. Justifica-se o aporte gramsciano pela necessidade de “uma reflexão que leve em conta a relação entre as lutas políticas, que se dão na totalidade da estrutura social, especialmente nos mecanismos políticos de controle social, e os determinantes econômicos [...] na definição das políticas estatais.” (CORREIA, 2005, p. 18, supressão nossa).

Para a autora, no debate teórico da relação Estado e sociedade civil com a determinação econômica, faz-se necessário a articulação com a perspectiva gramsciana em função das interpretações dicotômicas e autonômas dessa relação na contemporaneidade.

Por essa razão afirma: “Investigamos a relação entre Estado e sociedade civil na perspectiva teórica de Gramsci, seus nexos com a estrutura econômica e situamos a perspectiva de controle social a partir da mesma.” (CORREIA, 2005, p. 19).

Apresenta-se no capítulo 01, *A relação Estado/Sociedade Civil e o Controle Social: fundamentos para o debate*, o debate da relação Estado e sociedade civil fundamentado em Gramsci. Aborda o controle social numa perspectiva classista, resgatando raízes da teoria marxista na “[...] tentativa de dar consistência teórica ao debate atual sobre o controle social que tem implicações nas práticas sociais, a partir do estudo da referida relação em várias matrizes teóricas.” (CORREIA, 2005, p. 25).

Após a exposição do debate da relação Estado e sociedade civil nos clássicos Hobbes, Locke e Rousseau, traz a concepção de Estado e sociedade civil em Gramsci e as perspectivas de controle social, recupera as aproximações gramscianas de sociedade civil disposta nos *Cadernos do cárcere*:

É preciso distinguir a sociedade civil tal como é entendida por Hegel e no sentido em que é muitas vezes usada nestas notas (isto é, no sentido de hegemonia política e cultural de um grupo social sobre toda a sociedade, como conteúdo ético do Estado) do sentido que lhe dão os católicos [...] (GRAMSCI, 2000, p. 225 apud CORREIA, 2005, p. 39).

Correia (2005, p. 41) polemiza a crítica gramsciana às reduções economicistas sofridas pela filosofia da práxis, assim como a crítica do “reflexo mecânico entre estrutura e superestrutura”. Na crítica ao economicismo, recupera a afirmação de Engels de que só em última análise, a economia é o motor da história assim como os homens adquirem consciência dos conflitos no terreno das ideologias. (CORREIA, 2005; GRAMSCI, 2007).

Aponta o resgate da força mobilizadora do marxismo, ressaltando a importância da organização das massas e da iniciativa política, o combate ao economicismo no campo teórico-político e a hegemonia como ético-política e econômica. Evidencia a centralidade política na obra gramsciana, concedendo a catarse o conceito de política em seu sentido amplo, isto é, “o momento de articulação entre o econômico ou ‘egoístico-passional’ e o ‘ético-político’ na consciência dos homens, passando a preponderar o interesse universal sobre o interesse particular, corporativo”. (CORREIA, 2005, p. 43).

A autora problematiza a relação entre Estado e sociedade civil com apontamentos da inovação de Gramsci ao conceito de sociedade civil, diferente do de Marx, Hegel e da

tradição jusnaturalista. Na sua visão, a sociedade civil, sociedade política e sociedade econômica compõem a totalidade social que se articulam dialeticamente. Correia (2005) concebe a teoria do Estado sob a ótica da complexificação das relações entre Estado e sociedade, observadas na época em que Gramsci formula o conceito de Estado no contexto das novas configurações do capitalismo.

Com base nos *Cadernos*, Correia (2005, p. 45, supressão da autora) aborda o significado de Estado a partir da explicitação de Gramsci:

Para Gramsci (2000, p. 244), ‘na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (no sentido, seria possível dizer, de que o Estado = sociedade política + sociedade civil. Isto é, a hegemonia couraçada de coerção)’. Assim, o Estado abrange a sociedade política e a sociedade civil, para manter a hegemonia de uma determinada classe sobre a outra. Para Gramsci a democratização das funções do Estado é essencial e imprescindível para a superação do Estado enquanto órgão de coerção e manutenção dos privilégios e desigualdades. Portanto, o Estado em Gramsci congrega além da sociedade política a sociedade civil com seus aparelhos de hegemonia que mantêm o consenso, ou seja, ‘Estado é todo o complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente não só justifica e mantém seu domínio, mas consegue obter o consenso ativo dos governados [...]’.

Salienta a distinção puramente metodológica e não orgânica da relação Estado e sociedade civil<sup>91</sup>, destacando que o Estado compreende o aparelho do governo e o aparelho privado de hegemonia. Toma a sociedade civil como espaço – logo, momento do Estado – privilegiado de disputa das diferentes hegemonias, assim como momento em que a hegemonia das classes subalternas pode vir a ser constituída. “A sociedade civil é o lugar onde se processa a articulação institucional das ideologias e dos projetos classistas. Ela expressa a luta, os conflitos e articula, contraditoriamente, interesses estruturalmente desiguais.” (CORREIA, 2005, p. 55). Por isso, não há como concebê-la sem a perspectiva classista, homogênea, sem contradições.

Segundo a autora, a sociedade civil é ainda um espaço de lutas dos interesses contraditórios. As lutas não são contra o Estado, mas de segmentos que representam interesses do capital e do trabalho, podendo ser também de desdobramentos deste último,

---

<sup>91</sup> A teoria liberal dicotomiza e autonomiza essa relação: “a mistificação da relação entre estrutura e superestrutura econômica e a superestrutura política, cortando os nexos estruturais que as interligam atribuindo um véu ilusório de isenção classista ao Estado, colocando-o como arbítrio imparcial da sociedade.” (CORREIA, 2005, p. 49).

como os interesses étnicos, religiosos, entre outras lutas específicas, logo, tais lutas ocorrem na sociedade civil e no Estado na busca pela hegemonia.

Na relação com controle social – objeto de estudo na tese –, Correia (2005, p. 46) argumenta: o controle social se concentra na “[...] disputa entre as classes para obter hegemonia na sociedade civil e impor seus interesses na condução das ações do Estado [...]”. Nessa direção, o controle social é o espaço dos interesses contraditórios das classes, que dependendo da correlação de forças, ora é favorável à classe dominante ora à classe subalternas, pois, é na alteração da correlação de forças que a classe subalterna pode construir sua hegemonia, é o espaço que possibilita tal classe estabelecer algum controle sobre as ações do Estado. O argumento do controle social na “corrente classista” não é o controle do Estado ou da sociedade civil, “mas das classes sociais” (p. 63).

A partir do referencial teórico de Gramsci em que não existe uma oposição entre Estado e sociedade civil, mas uma relação orgânica, pois a oposição real se dá entre as classes sociais, o controle social acontece na disputa entre essas classes pela hegemonia na sociedade civil e no Estado. Somente a devida análise da correlação de forças entre as mesmas, em cada momento histórico, é que vai avaliar que classe obtém o controle social sobre o conjunto da sociedade. Assim, o controle social é contraditório – ora é de uma classe, ora é de outra – está balizado pela referida correlação de forças. (CORREIA, 2005, p. 63).

No debate da dicotomia da relação Estado e sociedade civil, da autonomização das “[...] esferas do real, compartimentando-as em setores”, Correia recorre a Carlos Nelson Coutinho e Carlos Montañó na explicitação dessa relação. Na análise de Montañó sobre a teoria do terceiro setor, numa contraposição a perspectiva marxista, há oposição do Estado e sociedade civil, do público e privado. O Estado na condição de esfera política abarca o que é público e é considerado o primeiro setor; o mercado concentra o econômico, constituindo o segundo setor; e a sociedade civil, o terceiro setor. “De acordo com Montañó (2001, p.174) para os autores do ‘terceiro setor’, a oposição público/privado seria resolvida ‘com o surgimento de um novo ‘setor’, ‘público, porém privado’, que passaria a absorver cada vez mais o trato da ‘questão social’”. (MONTANO 2001, p. 174 apud CORREIA, 2005, p. 49).

A concepção liberal da relação Estado e sociedade civil se contrapõe a perspectiva gramsciana e também opera deturpação e equívoco da tradição marxista, principalmente devido ao período de ditadura militar vivenciado no Brasil, onde a sociedade civil tornou-se



sinônimo daquilo que se contrapunha ao Estado ditatorial, resultando na equação: tudo que vinha da sociedade civil era visto como positivo e tudo que vinha do Estado visto como negativo.

Destaca-se na tese de Correia (2005, p. 51) o princípio da totalidade em Gramsci na articulação dialética entre Estado e sociedade civil, evidenciando as interpretações equivocadas dessa relação no pensamento gramsciano, especialmente a interpretação de Norberto Bobbio, que atribui a Gramsci, “[...] a primazia do político sobre o econômico, ou seja, da superestrutura sobre a estrutura”. Embora, é no conceito de sociedade civil que Gramsci enriquece com novas determinações a teoria marxista de Estado. No tocante a totalidade, – “eixo de análise da realidade” –, apreendida no desenvolvimento do conceito de bloco histórico, é estabelecida a articulação dialética entre estrutura e superestrutura, subvertendo “os princípios do determinismo econômico, do politicismo, do individualismo e do ideologismo”.

Para Gramsci (1999, p. 250), o bloco histórico é formado pela estrutura e superestrutura, ou seja, “o conjunto complexo e contraditório das superestruturas é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção.”. Dito isto, existem determinações da totalidade social, não o determinismo.

Com vistas ao fechamento da discussão da tese, encontram-se ao longo do trabalho pequenas menções a Gramsci no diálogo com as propostas dos itens com referência a categoria Estado e/ou sociedade civil na abordagem do controle social, que no pressuposto gramsciano, é prenhe de disputas de interesses classistas.

● **A presença da Sociedade Civil nos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente na Paraíba: dilemas da formação e da participação:** a tese de Germana Alves de Menezes (UFPE, 2006) discute a presença da sociedade civil nos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente na Paraíba e as implicações políticas da participação da sociedade civil.

A questão da participação nos espaços de tomada de decisão é um processo de conquista que ocorre a partir de demandas da sociedade, resultado da conscientização política e conquistas sociais, principalmente das camadas médias e baixas da sociedade, “que buscam proximidade com o poder instituído e anseiam participar desse poder” (MENEZES, 2006, p. 27). Na dinâmica das relações de classes nos espaços decisórios, a

participação pressupõe poder, o quê na visão gramsciana, “implica construção de hegemonia”.

Na visão da autora, não é possível realizar estudos sobre a participação política sem apreender as mediações das categorias sociedade civil e cidadania. Assim, compreende os limites e possibilidades da sociedade civil através do resgate teórico do termo, a princípio, com a teoria jusnaturalista e seus principais expoentes (Hobbes, Locke e Kant). Posteriormente, aborda o termo sociedade civil na perspectiva gramsciana.

Menezes (2006, p. 32-33) discute o conceito de sociedade civil ancorada no diálogo de Carlos Nelson Coutinho. Menciona a diferença dessa categoria entre Marx e Gramsci: a ampliação do conceito de Estado feita por Gramsci comporta duas esferas – a sociedade política e a sociedade civil –, sendo que a primeira significa Estado em seu sentido restrito, “composta por um conjunto de mecanismos que favorecem o monopólio legal da repressão e da violência.”. A sociedade civil é também denominada de “aparelhos privados de hegemonia”, cujo destaque é a adesão voluntária dos indivíduos aos organismos de participação política.

Essa distinção é puramente metodológica e de identidade-distinção porque segundo Gramsci (2007 p. 282), a identificação é orgânica entre o indivíduo ou grupo social e o Estado ou a sociedade civil, “sua ação se identifica com os fins do Estado (ou seja, do grupo social determinado ou sociedade civil).”.

[...] a distinção entre essas esferas, no pensamento gramsciano, dá-se no plano da materialidade (social institucional) própria. [...] a sociedade política tem seus portadores materiais nos aparelhos repressivos de Estado (controlados pelas burocracias executiva e policial-militar), enquanto que a sociedade civil tem como portadores materiais os aparelhos privados de hegemonia. (MENEZES, 2006, p. 32, supressão nossa).

Assim, conclui a abordagem de que o “modelo gramsciano” de superestrutura compreende três aspectos: infraestrutura econômica, a sociedade civil e a sociedade política. Em relação à diferenciação Marx-Gramsci, pondera a superestrutura desdobrada em duas esferas distintas: “a da sociedade civil e a da sociedade política”. Importa mencionar que na relação direta com seu objeto – a participação da sociedade civil nos conselhos da criança e do adolescente – os interesses expressos nessa esfera são contraditórios, por isso afirma que a relação Estado-sociedade é um desafio, sendo permeada por disputas, de interesses divergentes.

Sua análise de sociedade civil na atualidade não versa sobre a perspectiva gramsciana propriamente dita, embora recorra a seu pensamento com menções a importância de suas reflexões sobre determinadas categorias, como a educação para a participação, para a organização social e política de pensadores e militantes.

No âmbito dos caminhos da educação para a participação sócio-política, discute a categoria supremacia, cuja manifestação é pela via do ‘domínio’ e da ‘direção intelectual e moral’. O domínio se manifesta quando o grupo dominante se impõe como dirigente e submete a força os grupos aliados ou adversários. Já a direção intelectual e moral “acontece pelo domínio das ideias e da cultura”, por meio dos aparelhos privados de hegemonia, “cuja função é a de inculcar nas classes exploradas a subordinação passiva e, conseqüentemente, a subalternidade política e cultural.” (MENEZES, 2006, p. 42).

Dessa forma, o consenso e a formação da base social ocorrem mediante convencimento. Comenta rapidamente da constituição de classe a partir da dialética “subalternidade/hegemonia”, isto é, a passagem da classe subalterna para a classe hegemônica, que designa a catarse. “Entendemos que a catarse consiste em um processo de tomada de consciência, a passagem da ‘classe em si’ para o da ‘classe para si’. Sua realização é um processo pedagógico, de aprendizado.” (MENEZES, 2006, p. 43). No sentido atribuído por Gramsci (1999, p. 314), a catarse é empregada “para indicar a passagem do momento meramente econômico [...] ao momento ético-político”. Na mediação desse processo cita a importância do papel dos intelectuais orgânicos, que dá homogeneidade e consciência ao grupo social vinculado.

Por fim, chama atenção para o consenso no espaço do conselho e articula com a hegemonia, que ocorre no plano econômico e principalmente no plano cultural, menciona também a prática política educativa dos conselheiros, sujeitos portadores do efeito multiplicador das ações nos espaços em que atuam.

- **A relação Estado-Sociedade Civil: uma análise da Rede Voluntária de Proteção no processo de inserção social dos usuários do Programa de Proteção à Vítima e Testemunha Ameaçada da Bahia:** a dissertação de mestrado de Laudicena Maria Pereira Barreto (UFPE, 2010) discute as tendências da construção de “Redes Voluntárias de Proteção” e a execução de “Políticas Públicas” no âmbito da sociedade civil, especificamente no processo de “inserção social” dos usuários do Programa de Proteção à

Vítima e Testemunhas Ameaçada – Provita, na particularidade da Rede Voluntária de Proteção (RVP).

O processo de estudo da realidade do Provita – inserido no contexto neoliberal – de proteção a testemunha nos seus limites operacionais, tem como fundamento a compreensão das determinações econômicas, sociais, históricas, políticas e ideológicas presentes na relação Estado-sociedade civil na contemporaneidade.

Parte de dois pressupostos na problematização da realidade da Rede Voluntária de Proteção: o primeiro diz respeito ao afastamento do Estado na garantia e efetivação dos direitos sociais no contexto neoliberal, na adoção do modelo das parcerias com a sociedade civil organizada e o segundo, o fortalecimento da ideologia da solidariedade neoliberal burguesa (BARRETO, 2010). A partir desses pressupostos, a perspectiva de análise teórica parte da relação Estado e sociedade civil em Gramsci, além de dialogar com seus intérpretes, tais como, Carlos Nelson Coutinho e Jorge Luis Acanda. Extrai do pensamento gramsciano as categorias metodológicas de Estado, sociedade civil e hegemonia no tratamento do objeto de estudo.

A autora reconhece Gramsci como o pensador que se preocupou em resgatar a “*filosofia da práxis*”, com ênfase na dimensão superestrutural e a perspectiva política das relações sociais sem negar a dimensão estrutural numa perspectiva dialética e da totalidade social. O domínio burguês se realiza não apenas por meio da coerção, mas pela capacidade de direção intelectual e moral, isto é, pela hegemonia da classe dominante. “Para Gramsci a hegemonia é capacidade de unificar através da ideologia e de conservar unido um bloco social que não homogêneo, mas sim marcado por profundas contradições de classe.” (BARRETO, 2010, p. 14). É através da esfera da sociedade civil que são difundidos a ideologia, os interesses e os valores da classe dominante; é espaço de articulação do consenso e da direção moral e intelectual; de formação da vontade coletiva; de consolidação da hegemonia dominante.

Destaca a relação dialética entre estrutura e superestrutura, em que Gramsci define como superestrutura a relação orgânica da sociedade política (Estado-coerção) e a sociedade civil. A trama da sociedade civil é composta por múltiplas organizações sociais de caráter cultural, educativo, religioso, político e econômico. Nesse aspecto, a Rede Voluntária de Proteção integra a sociedade civil, pois, imbrica-se ao Estado num reforço ao projeto “[...] neoliberal-burguês de manutenção da hegemonia e de reprodução do capital.”

(BARRETO, 2010, p. 15).

Quanto à elucidação dos processos sócio-políticos de transformação da relação Estado-sociedade civil na luta pelos direitos sociais na cena contemporânea, recorre ao pensamento de Gramsci no tocante ao entendimento da “[...] relação dialética entre estrutura e superestrutura e as condições ideológicas, políticas e culturais que conduzem à hegemonia da classe dominante [...]”. (BARRETO, 2010, p. 27). Assim, tenta aprofundar o conceito de hegemonia inserido nessa relação, pois, a hegemonia opera sobre as várias dimensões: na econômica, na política, no modo de pensar, na superestrutura político-ideológica.

Antes da abordagem gramsciana da relação Estado-sociedade civil, busca compreender essa abordagem no pensamento liberal clássico e no pensamento marxiano com o objetivo de entender as perspectivas dessa relação na contemporaneidade. Barreto (2010) recupera as bases político-filosóficas da teoria gramsciana na trilha da *“filosofia da práxis”* a partir da dimensão superestrutural.

Argumenta a crítica teórica gramsciana do marxismo economicista difundido pela II Internacional, na qual estabelece um aparato categorial no resgate do sentido original da obra marxiana. A luz do pensamento marxista, Gramsci interpretou os acontecimentos da sua época nas dimensões políticas, econômicas e sociais, as quais possibilitaram a estruturação do conceito de política articulada à base econômica. A apreensão do conceito de política permite a Gramsci “[...] construir o horizonte ético-político para o processo de revolução.” (BARRETO, 2010, p. 40).

Desse modo observa o conceito de política em dois sentidos: o significado amplo – grande política – associado ao sentido da universalidade, o qual é identificado como catarse, que abrange a totalidade das relações subjetivas e objetivas. O segundo significado é o da pequena política, isto é, à política do dia-a-dia, “[...] das relações de poder entre governantes e governados.” (BARRETO, 2010, p. 41).

O termo catarse significa o reconhecimento da passividade para a liberdade, da universalidade, é a superação da recepção passiva e se orienta consciente para a totalidade das relações subjetivas e objetivas. Gramsci (1999, p. 314) designa como “[...] a passagem do momento meramente econômico (ou egoístico-passional) ao momento ético-político, isto é, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens.”. A realização do momento catártico no sentido atribuído por Gramsci é o ponto de partida da

filosofia da práxis, pois, ela conduz a uma concepção de vida superior.

Barreto (2010) resgata os processos sociais, históricos e políticos, os quais possibilitaram a Gramsci desenvolver teoricamente a categoria de sociedade civil, diferenciando-a do pensamento liberal. Nesse período – final do século XIX e início do século XX – despontaram no cenário político conflitos que deixaram vulnerável a burguesia, as lutas políticas reclamavam os “‘direitos de cidadania’ para os não proprietários”. Diante desses processos, houve ampliação do espaço político e consequentemente, a configuração de uma esfera em que se manifestam os interesses contraditórios das diferentes classes.

A autora expressa a partir da análise de Luis Acanda : “Portanto, considerando o desenvolvimento da ‘politização’ da sociedade civil, como o ‘deslocamento’ da política para outros espaços, antes considerados ‘privados’, a estrutura do Estado tornou-se mais complexa, e consequentemente, trouxe a ‘socialização’ [...]”. (BARRETO, 2010, p. 44). É nesse contexto de transformações que Gramsci elabora a teoria da hegemonia, que opera no âmbito da estrutura econômica e da superestrutura ideológica, por meio da direção intelectual e moral. Nesse sentido, “[...] a hegemonia é para Gramsci a capacidade de unificar através da ideologia e de conservar unido um bloco social que não homogêneo, mas sim marcado por profundas contradições de classe [...]”. (BARRETO, 2010, p. 45-46).

São identificadas duas esferas que desenvolvem uma relação orgânica na trama dialética entre estrutura e superestrutura: a sociedade civil e a sociedade política. É, pois, a sociedade civil formada pelo conjunto de organismos que possibilita a direção intelectual e moral da sociedade por meio da formação de consenso e adesão das massas. Para a autora, o movimento da sociedade compreende a relação dialética entre Estado e sociedade civil, a hegemonia possibilita a direção político-ideológico da classe dominante através das organizações privadas, já que, “[...] o elemento essencial da hegemonia é justamente a sociedade civil.” (BARRETO, 2010, p. 47).

Comenta a crítica gramsciana a concepção de Estado guarda-noturno, visto ter se ampliado as funções do Estado, que não se limitavam somente a tutela da ordem pública e do respeito às leis.

A concepção do Estado gendarme-guarda-noturno [...] não será, afinal, a única concepção do Estado que supere as fases extremas ‘corporativo-econômicas’? Estamos sempre no terreno da identificação de Estado e Governo, identificação que é, precisamente, uma rerepresentação da forma

corporativo-econômica, isto é, da confusão entre sociedade civil e sociedade política, uma vez que se deve notar que na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (no sentido, seria possível dizer, de que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção). (GRAMSCI, 2007, p. 244).

Nesse sentido, o elemento que submete as classes subalternas a uma visão de mundo das classes dominantes é a ideologia, difundida às classes dominadas por diferentes meios, tais como a igreja, a religião, a mídia, etc., situados na esfera da sociedade civil, espaço de confronto, das aspirações e construções de projetos de classistas. Para Barreto (2010), nesse embate de manifestações das aspirações, o desafio da classe dominante consiste em cooptá-las ao seu projeto de hegemonia.

A autora observa a atualidade do pensamento gramsciano na compreensão dos desafios da sociedade contemporânea, marcada pela alienação política das classes subalternas e do controle ideológico da classe dominante, corroborando para um aparente conformismo social, no qual, a luz do pensamento gramsciano, é possível entender que:

Tendência ao conformismo no mundo contemporâneo, [é] mais ampla e profunda do que no passado: a estandardização do modo de pensar e de atuar assume dimensões nacionais ou até mesmo continentais. [...] o conformismo sempre existiu: trata-se hoje de uma luta entre ‘dois conformismos’, isto é, de uma luta pela hegemonia, de uma crise da sociedade civil. (GRAMSCI, 2007, p. 260 supressão nossa).

Gramsci (1999) argumenta que pela concepção de mundo, o indivíduo pertence a um determinado grupo social, no qual compartilha um modo de pensar e de agir. Por essa razão, o indivíduo é conformista de um conformismo, seja como homens-massa ou homens-coletivos. A concepção do primeiro tipo de homem não é crítica, é ocasional e desagregada. Já o homem-coletivo ao criticar a própria concepção de mundo, torna unitária e coerente, elevando o tipo de pensamento. Aqui, tem papel de destaque a filosofia da práxis que atua como superação da religião e do senso comum, “[...] capaz de unificar e de elevar as pessoas simples ao nível de uma visão superior, crítica e desalienada da realidade.” (BARRETO, 2010, p. 52). Ainda tem o peso do senso comum na condição de obstáculo na conformação de uma nova hegemonia revolucionária no cenário neoliberal, que provoca transformações e particularidades da relação Estado-sociedade civil.

Em um momento do estudo – na tessitura de crítica a sociedade civil na fala de um



dos entrevistados, no argumento de que na conjuntura atual, a sociedade civil atua de forma fragmentada e corporativa, não se pauta criticamente, com reivindicações estruturantes para a sociedade – destaca o fenômeno do transformismo a partir da inserção de militantes na esfera do governo, que no contexto da pesquisa significa “[...] a cooptação da sociedade civil para que esta não empreenda esforços na luta pela consolidação de Estado-democrático de Direitos.” (BARRETO, 2010, p. 162).

Quanto ao transformismo na perspectiva gramsciana e a configuração da sociedade civil, Barreto (2010, p. 162) entende também como assimilação pelo bloco dominante das frações rivais do próprio grupo ou de setores das classes subalternas e que “[...] a relação Estado-sociedade civil está permeada pela moeda de troca de política específicas.”. Nesse sentido pontua a questão do conformismo social da sociedade civil na atualidade, cujo caráter se revela contemporâneo (vide citação página anterior).

Amparada no pensamento de Jorge Luis Acanda, a “hegemonia libertadora” só pode ser construída pela aliança das classes e grupos que queiram a destruição do sistema capitalista e tenham capacidades materiais e espirituais em manifestar seus próprios interesses. Dadas as condições objetivas, a sociedade civil tem um papel importante na construção da nova hegemonia. Conforme Gramsci (2007) comenta, o Estado-coerção entra em processo de esgotamento ao mesmo tempo que se afirmam os elementos da “sociedade regulada”.

[...] para Gramsci uma classe que se ponha a si mesma como possível de assimilar toda a sociedade e, ao mesmo tempo, seja realmente capaz de exprimir este processo leva à perfeição esta concepção do Estado e do direito, a ponto de conceber o fim do Estado e do direito, tornando inúteis por terem esgotado sua missão e sido absorvidos pela sociedade civil. (BARRETO, 2010, p. 53).

A autora mantém o fundamento gramsciano da sociedade civil como superestrutura ideológica e locus privilegiado de conflito das classes sociais em seus projetos de sociedade, sempre na perspectiva dialética entre estrutura e superestrutura ao basilar as discussões das configurações da relação Estado-sociedade civil na contemporaneidade. Apresenta reflexões referentes às bases do surgimento do neoliberalismo, seus principais pensadores e o contexto econômico e político, situando a particularidade da implementação do neoliberalismo no Brasil nos anos 1980. Como resultante dessa configuração e sob a hegemonia neoliberal, evidencia a premissa da sociedade civil como um setor separado da



economia e do Estado, sendo denominada de terceiro setor, vista “[...] como uma esfera das virtudes cívicas e relações solidárias, transformando-a em um espaço acrítico, despolitizado, e, sobretudo, a-classista. (BARRETO, 2010, p. 54).

Pelo discurso hegemônico burguês, a sociedade civil é considerada parceira do Estado, capaz de resolver seus próprios problemas sem contradições, ou seja, não se configura como um campo de lutas ou oposições. Do ponto de vista da descentralização, a sociedade civil é mais o lugar da disposição cívica e da ética do que da política, do empreendedorismo, da iniciativa. Sob a relação dialética da estrutura e superestrutura numa perspectiva gramsciana, Barreto (2010) salienta que não há separação entre sociedade civil e Estado, mas, uma relação orgânica da sociedade política e sociedade civil, onde se desenvolvem os interesses da classe burguesa, logo, trata-se de um equívoco da burguesia ao conceber a sociedade civil como distante do Estado. Por essa razão, aponta que Gramsci não vê a sociedade civil como um espaço situado fora do Estado e do mercado, mas como um elemento do sistema hegemônico.

Em fins de conclusão, Barreto (2010, p. 166) pondera que da relação Estado-sociedade civil na contemporaneidade predomina a hegemonia do poder dominante e alerta para a necessidade da reorganização da sociedade civil na luta pelas garantias dos direitos sociais. Ainda assim, essa mesma sociedade civil tem o desafio “[...] de construir as bases para levar as massas e, numa perspectiva dialética, a própria sociedade civil do campo da esquerda, ao nível de uma visão superior, crítica e desalienada da realidade.”. Pensa tal perspectiva pela via da “*filosofia da práxis*”, que de acordo com Gramsci, é a crítica e superação da religião e do senso comum, só ela é capaz de unificar e elevar as pessoas simples ao nível de consciência e de visão superiores.

● **Lutas sociais e contradições dos sujeitos políticos coletivos no processo da Reforma Sanitária Brasileira:** a tese de doutorado de Alessandra Ximenes da Silva (UFPE, 2013) tem como objeto de pesquisa as lutas sociais e contradições dos sujeitos políticos coletivos no projeto da Reforma Sanitária Brasileira (RSB) na contemporaneidade enquanto projeto político-emancipatório.

A autora expõe o conceito de sujeitos políticos coletivos (Centro Brasileiro de Estudos de Saúde e Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva) por considerar a atuação desses sujeitos direcionada a construção de projetos e ações que

garantem uma determinada hegemonia, assim como para sua transformação ou manutenção. Para tal, analisa as concepções teóricas que fundamentam os movimentos sociais na contemporaneidade, aborda a trajetória política dos sujeitos coletivos da Reforma Sanitária e articula o debate ao conceito de sociedade civil na perspectiva gramsciana (SILVA, 2013).

A primeira categoria gramsciana presente na discussão do texto é a ideologia articulada à tentativa político-ideológica da resposta das classes dominantes às tensões derivadas das lutas da classe trabalhadora. Tais respostas são incorporadas nas propostas dos sujeitos coletivos do movimento sanitário no século XXI no contexto do neodesenvolvimentismo (governo Lula) na fase de recomposição da acumulação do capitalismo dependente. Considerando a luta dos sujeitos políticos coletivos do movimento sanitário, Silva (2013, p. 56) recorre ao conceito gramsciano de ideologia, considerada “[...] algo que se objetiva na realidade social, histórica e concreta.”. Na sua visão, a ideologia tem um papel decisivo na organização da vida social e é força material quando ganha a consciência das massas.

Silva observa em Gramsci a distinção das ideologias orgânicas e das ideologias arbitrárias. As primeiras são necessárias a certa estrutura, se apresentam como concepção de mundo e se manifestam implicitamente nas esferas da vida dos indivíduos e as segundas, são voluntaristas, cerebrinas. “Assim, se a ideologia pode ser definida como uma visão de mundo, com normas de conduta correspondentes, ela se encontra em todos os níveis: social, econômico, político, científico, artístico etc., em todas as manifestações de vida individuais e coletivas.” (SILVA, 2013, p. 56).

Em diálogo com Giovanni Semeraro (2006 apud SILVA, 2013) à noção de ideologia trata-se da manifestação concreta de como as pessoas compreendem o mundo, dessa forma, é instrumento tanto de dominação quanto de promoção dos grupos subalternos. As ideologias têm a função orgânica de aglutinar as diversas lutas no universo popular. Ressalta que a depender da visão de sociedade, a ideologia burguesa mistifica as relações sociais e apresenta os interesses particulares como sendo universais, isto é, como interesses de toda sociedade. Por isso, a tarefa é combater esta ideologia porque expressa uma hegemonia que naturaliza as relações sociais, dissimula a realidade e universaliza sua crença como inevitável.

Salienta a possibilidade de construção da ideologia da classe trabalhadora, que permita a unificação de suas lutas e torne visível seu projeto de sociedade, assim como constitua a expressão das classes subalternas na educação na arte de governar, de conhecer as verdades e evitar enganos com a classe superior.

A respeito da ideologia, a autora articula o entendimento à ideologia neodesenvolvimentista na América Latina no processo de revolução passiva através do fenômeno transformismo no momento de restauração do capitalismo em crise. Na sua visão, Gramsci chamou atenção para uma decorrência da revolução passiva: o transformismo como modalidade de desenvolvimento histórico, no qual coopta as lideranças das classes subalternas excluindo-as do protagonismo no processo de transformação social. “Gramsci entendia que o transformismo destruía a força política das classes subalternas decapitando suas lideranças, desarticulando os grupos antagonistas e semeando desordem no terreno adversário.” (SILVA, 2013, p. 57).

O Estado precisa formar o consenso na instauração da revolução passiva. Gramsci indica a formação do consenso ‘passivo’ pelas classes dominantes ao analisar o processo vivenciado na Itália, embora suas observações sejam válidas para as experiências de outros países e épocas históricas. Assim, identifica dois momentos: o transformismo molecular, no qual os indivíduos incorporam-se individualmente à classe política conservadora; o transformismo de grupos inteiros que passam ao campo moderado. (GRAMSCI, 2002a apud SILVA, 2013).

Em atendimento as mediações do objeto, o transformismo é pensado como fenômeno associado à revolução passiva na realidade brasileira, cuja característica é o movimento de mudança de posição dos sujeitos políticos, assimilados às frações da classe dominante. O referencial gramsciano acerca da revolução passiva é essencial na leitura da realidade brasileira e oferece as mediações necessárias para entender o que ocorre no capitalismo mundial e sua relação com o capitalismo periférico, assim como é fundamental no entendimento da relação Estado e sociedade civil nesta mesma realidade.

Silva recorre a Coutinho na análise de Gramsci sobre a revolução passiva relacionando-a aos eventos do *Risorgimento* na Itália, na interpretação dos fatos sociais complexos de outras épocas históricas, como a Restauração pós-napoleônica, o fascismo e o americanismo. Um dos elementos da revolução passiva é a ausência da participação das classes subalternas nos processos revolucionários, isto é, a revolução não se realiza a partir

de baixo no rompimento com a velha ordem social e política. Nesse processo de restauração, tem-se a “[...] reação conservadora à possibilidade de uma transformação efetiva e radical proveniente ‘de baixo’” – e da renovação, onde algumas demandas populares são atendidas através concessões da classe dominante (SILVA, 2013, p. 60).

Historicamente, uma época de revolução passiva se caracteriza pela existência da reação burguesa contra a revolução existente, a exemplo da Revolução de Outubro, quando a burguesia busca neutralizá-la adotando elementos de economia programática, se manifestando em dois principais fenômenos no pós Primeira Guerra Mundial: no fascismo e no americanismo.

Outro desdobramento da revolução passiva é a ‘hegemonia às avessas’ na análise da conjuntura brasileira, caracterizada pelas conquistas políticas, intelectuais e morais das classes subalternas que “fortalecem dialeticamente as relações sociais de exploração em benefício ‘dos de cima’”. (SILVA, 2013, p. 61). A hegemonia às avessas é uma estratégia da modernização conservadora, nova forma de dominação social, em que o avanço sempre nutre o atraso, característica dos limites inerentes à semiperiferia capitalista.

No tratamento conferido a hegemonia, o conceito de grande política e de pequena política se vincula com as relações de hegemonia na atualidade como ‘hegemonia de pequena política’, pois, compreende questões parciais e cotidianas no interior de uma estrutura já estabelecida. A grande política é o meio em que se realiza o momento catártico, isto é, a passagem do particular ao universal, do momento econômico-corporativo ao ético-político. Também é grande política tentar excluir a grande política do plano estatal e reduzir tudo a pequena política. Para a autora, existe hegemonia na pequena política quando a política é vista como uma esfera alheia à vida cotidiana dos sujeitos, isto é, quando deixa de ser pensada como arena de lutas por divergentes projetos na sociedade.

Com base em Gramsci, Silva (2013, p. 62) pensa o seguinte da hegemonia:

Hegemonia é consenso e não coerção. Existe hegemonia quando indivíduos e grupos sociais aderem consensualmente a certos valores. Para Gramsci (2002a), existe consenso ativo e consenso passivo. A hegemonia da pequena política se constitui no consenso passivo. Esse modo de consenso, não se expressa pela auto- organização, pela participação ativa das massas por meio de partidos e outros organismos da sociedade civil, mas simplesmente pela aceitação do existente como algo natural.

No que se refere aos sujeitos políticos coletivos, a autora busca a compreensão do conceito em Gramsci, o que implica a construção de projetos e ações para uma nova hegemonia, seja para manutenção ou transformação no âmbito das relações sociais. Os sujeitos políticos coletivos defendem interesses superiores aos interesses singulares e tem como estratégia a ação coletiva na consecução de determinados interesses. Desse modo, pela matriz gramsciana, esses sujeitos estão nos aparelhos privados da sociedade civil.

Em diálogo com Gramsci, “[...] os aparelhos privados de hegemonia como o conjunto de instituições da sociedade civil que educa o consentimento ativo e passivo da população para uma determinada concepção de mundo, por meio de uma reforma intelectual e moral [...]” (SILVA, 2013, p. 65). Os sujeitos políticos coletivos são vistos na condição de organismos culturais e ético-políticos que contribuem para a formação do consenso para uma determinada concepção de mundo.

Assim, pode-se afirmar a não homogeneidade da trama da sociedade civil, esfera de disputa de projetos, de lutas por interesses contraditórios. Na concepção da autora, a sociedade civil remete “[...] à construção e/ou desconstrução, de estreitamento ou ampliação de determinados espaços [...]” (SILVA, 2013, p. 90) que orientam a ação prática dos sujeitos políticos coletivos. A sociedade civil é formada por organizações sociais de caráter cultural, religioso, político, econômico e educativo, é através dela que são difundidas ideologias, interesses e valores da classe dominante, além de constituir um espaço de articulação do consenso e da direção intelectual e moral.

Apresenta o debate teórico da sociedade civil na modernidade, recuperando as tratativas liberal, hegeliana e marxiana/marxista. Analisa o conceito de sociedade civil em Gramsci, donde aponta a diferença entre o sentido atribuído a sociedade civil por este e o significado dado por Hegel e Marx (para quem a sociedade civil faz parte da estrutura, base material). Para Gramsci, a sociedade civil é um momento da superestrutura, lugar de constituição do poder ideológico, distinto do poder político, compondo um momento ético do Estado.

Na noção geral de Estado entram elementos que são remetidos à noção de sociedade civil, isto é, a sociedade civil + sociedade política significa hegemonia armada de coerção. Assim, o Estado é designado como o conjunto de atividades teóricas e práticas por meio das quais a classe dirigente mantém a dominação e obtém o consenso ativo dos governados (SILVA, 2013).

A autora também comenta as funções do Estado na criação do conformismo social, cuja mediação é o direito, conferindo sua dimensão ética e pedagógica para além das funções repressivas. Por meio do direito, o Estado torna homogêneo o grupo dominante e cria um conformismo social útil à proposta desenvolvimentista do grupo dirigente. A ampliação da teoria do Estado passa pela compreensão da relação estrutura/superestrutura, bem como se agregam dois níveis distintos: a sociedade política e a sociedade civil e seus respectivos papéis na sociedade. É nesse sentido e a partir do referencial gramsciano que Silva (2013) designa o Estado ético, compreendendo a função de elevação das massas a um nível cultural correspondente ao desenvolvimento das forças produtivas, citando as atividades estatais mais importantes que atuam em conjunto com as iniciativas privadas que formam o aparelho privado de hegemonia política e cultural dominantes, as escolas com sua função educativa positiva e os tribunais com a função educativa negativa.

Acerca da direção e dominação na sociedade moderna, a classe dominante se utiliza da força e também da liderança moral e intelectual, pois, é capaz de avançar para além dos interesses meramente econômicos. A hegemonia é consenso e existe quando os indivíduos e os grupos sociais aderem consensualmente a valores e normas. Ademais, a hegemonia não é somente legitimação, ela “Pode propiciar uma visão de mundo mais coerente e sistemática que não só influencia a massa da população, como serve como princípio de organização das instituições sociais.” (SILVA, 2013, p. 100). O nexo central da hegemonia é justamente “[...] o nexo entre a capacidade de construção de uma visão de mundo e a realização da hegemonia, que ocorre no cotidiano antagônico das classes [...]” (idem, *ibidem*), pensada também como instrumento de domínio ideológico, perpassando a lógica maior dos processos políticos.

Silva (2013) resgata as condições que propiciaram Gramsci a elaboração teórica de sociedade civil. Gramsci observa uma característica nova nas sociedades contemporâneas no início do século XX: o modo como a relação entre os homens e a luta de classes se aglutinavam nos aparelhos privados de hegemonia, organismos esses de adesão voluntária e de relativa autonomia em face do Estado estrito, “[...] que disputam diferentes visões de mundo, com diferentes propostas de Reforma Intelectual e Moral, visando consolidar uma vontade nacional-popular adequada a sua perspectiva.” (GRASMCI, 2002a, p. 38 apud SILVA, 2013, p. 102).

Para Silva, Gramsci nota que a hegemonia da classe subalterna não depende “da tomada de assalto ao aparelho de Estado”, mas de conquistas progressivas e da alteração da correlação de forças no âmbito da sociedade civil<sup>92</sup>. Com essa disposição, cita a expressão sujeito político coletivo associado ao sinônimo de aparelho privado de hegemonia por congregar a participação voluntária baseada no consenso. Por essa razão, a organização e a homogeneidade dos sujeitos políticos coletivos superam os diferentes momentos de consciência política coletiva, do momento econômico alcança o momento ético-político, já que “[...] as ideologias transformam-se em partido, ou seja, assumem uma unidade intelectual e moral.” (SILVA, 2013, p. 103).

Por fim, quanto ao debate da sociedade civil, reforça seu caráter contraditório e não homogêneo, cuja luta não é da sociedade civil contra o Estado, mas de sujeitos políticos com interesses diversos em busca de construir sua hegemonia. No sentido gramsciano, Silva (2013, p. 103) recorda tal espaço como momento do Estado ampliado, onde “[...] a sociedade civil é um momento da superestrutura político-ideológica, condicionada pela base material.”.

Outra categoria de interlocução com o objeto da autora é a categoria de intelectuais. No âmbito das ações dos sujeitos políticos coletivos na perspectiva da transformação ou da manutenção de uma determinada hegemonia, contam com intelectuais na formulação e difusão de ideologias e conceitos que circulam por meio de universidades, revistas, movimentos sociais, etc. Por isso Silva (2013) chama atenção para o papel preponderante dos intelectuais no processo de Reforma Sanitária Brasileira, seja em defesa do projeto de reforma formulado na década de 1980 ou na redefinição do projeto com vistas ao fortalecimento da direção de uma “terceira via”.

A partir dessa colocação, chama Gramsci para a discussão dos intelectuais ressaltando seu aspecto central, qual seja: “[...] são uma criação das classes sociais fundamentais para dar homogeneidade e consciência ao seu projeto de sociedade, nas dimensões econômica, social e política.” (SILVA, 2013, p. 104). Dessa forma, é atribuída aos intelectuais a organização da cultura. Também destaca a existência do grande

---

<sup>92</sup> A autora considera a clássica definição de sociedade civil, como a “formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura, etc.” (SILVA, 2013, p. 102).



intelectual, aquele que produz concepções universais de mundo e os pequenos e médios intelectuais, os que transmitem as grandes concepções do mundo ao povo.

A função dos intelectuais na criação e propagação de ideologias é dialogar com os simples. A autora comenta da formação dos intelectuais orgânicos pela classe burguesa, que ao desenvolver-se no seio do regime antigo cria uma série de intelectuais, tais como, o técnico da indústria, o advogado, etc, que conferem a classe fundamental consciência e homogeneidade da sua função. Esses também são os funcionários da superestrutura, responsáveis pela nova forma de Estado e da sociedade e moldam o mundo a partir da visão da classe fundamental.

No desenvolvimento histórico dos intelectuais orgânicos, se deparam com os do tipo tradicional, herdados de formações sociais anteriores, tais como clérigos, filósofos, juristas etc. Estes se veem como um forte sentimento de continuidade através do tempo e são independentes das relações sociais em luta. Mas as classes em disputas tendem a capturar os intelectuais tradicionais no processo de luta pela hegemonia. Para a classe operária, a autora dispõe o seguinte na assimilação dos intelectuais:

[...] a luta seria no sentido de afirmar um novo intelectual, não mais afastado do mundo produtivo ou encharcado de retórica abstrata, mas capaz de ser, simultaneamente, especialista e político. Em outras palavras, capaz de exercer uma função dirigente no novo bloco histórico. (SILVA, 2013, p.106).

Sobre as funções dos intelectuais é possível sinalizá-las a partir do que a autora elenca: na condição de criar e propagar ideologias, dialogar com os subalternos; a socialização do conhecimento; produção de hegemonia; formulação e disseminação das ideologias e práticas das classes fundamentais; na realidade brasileira, reforçam a hegemonia burguesa mundial. Ressalta também que a relação entre estes e o mundo da produção é mediatizada em diversos graus pelo conjunto das superestruturas.

A autora articula os intelectuais com os direcionamentos da saúde brasileira intermediada pelo Banco Mundial e outros organismos. Estes organismos se colocam como intelectuais de uma nova pedagogia da hegemonia. De acordo com Gramsci, esses profissionais tem a função social de organizar uma cultura que fortaleça uma determinada hegemonia, tendo em vista a correlação de forças presente no bloco histórico. Assim, afirma a partir de Gramsci (2000, p. 27 apud SILVA, 2013, p. 136)



[...] em vez de constituir em um grupo autônomo e independente, são uma criação das classes sociais fundamentais para dar homogeneidade e consciência ao seu projeto de sociedade, nas dimensões econômica, social e política. É nessa perspectiva abrangente que o autor atribui aos intelectuais a função social de organização da cultura.

Assim, os intelectuais são agentes cuja função pode ser de consolidação de uma concepção de mundo e de uma vontade coletiva. São responsáveis pela organização das atividades que sedimentam um tecido social em torno de senso comum a partir de uma “nova pedagogia da hegemonia”.

Outra categoria presente na tese é a vontade coletiva cuja reflexão se articula com o discurso pós-moderno da ideologia social liberal em construir consensos pelo apassivamento das lutas sociais, influenciando na forma como os intelectuais disseminam a leitura da realidade e orientam as práticas dos sujeitos políticos coletivos. Logo, a vontade coletiva tem fundamental importância na construção da ordem social, sendo entendida pela autora como um momento decisivo em articulação com as determinações da realidade objetiva. Dada as condições objetivas postas pela realidade histórica, os objetivos da vontade coletiva devem ser concretos, racionais e projetados. Em acordo com Gramsci, Silva (2013, p. 110) comenta:

Para Gramsci apenas em alguns aspectos a vontade coletiva é ‘criação ex novo’, já que é também, e ao mesmo tempo, ‘consciência operosa da necessidade histórica’. Temos aqui a articulação entre teleologia e causalidade, entre os momentos subjetivos e objetivos da práxis humana, da qual a vontade é elemento ineliminável. A vontade coletiva que se torna protagonista de um drama histórico real e efetivo – ou seja, que se torna um momento ontologicamente constitutivo do ser social – é aquela caracterizada por essa dupla determinação, subjetiva e objetiva.

Nesse sentido, a proposta gramsciana de vontade coletiva pressupõe uma atividade capaz de superar o idealismo e o materialismo mecanicista, assim como seu conceito se articula ao de reforma intelectual e moral, isto é, à noção de hegemonia. Em vista disso, a hegemonia se realiza no plano das instituições e do movimento e implica na construção de uma nova racionalidade.

Na relação com o objeto, Silva (2013) considera a Frente Nacional Contra a Privatização de Saúde como um sujeito político coletivo, cuja atividade é a construção de

ações e projetos para transformar uma hegemonia estabelecida, por isso é importante a disputa pelo projeto de Reforma Sanitária na atualidade no confronto com a hegemonia do capital financeiro, do agronegócio entre outros, tendo em vista a correlação de forças do próprio capital.

Considerando que a trama da sociedade civil é formada por diferentes organizações sociais de caráter diversos (cultural, educativo e religioso, etc.), existe a disputa em torno do processo da Reforma Sanitária Brasileira na sociedade civil, do mesmo modo, também com diferentes proposições e disputas de interesses no âmbito da política de saúde por meio dos sujeitos políticos coletivos. Desse modo o sujeito político coletivo representado pela CEBES no movimento de Reforma Sanitária Brasileira, difunde uma nova cultura, modo de pensar, através da publicação, divulgação de materiais, debates e livros. Como salienta Silva a partir de Gramsci,

[...] criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas originais; significa também e sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, socializá-las por assim dizer, e portanto, transformá-las em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral. (GRAMSCI, 1999, p. 95-96 apud SILVA, 2013, p. 140).

As últimas discussões presentes na tese fundamentadas no pensamento gramsciano são esparsas e servem como apoio às questões do objeto no sentido metodológico. Cabe sinalizá-las: a respeito da sociedade civil, resgata a questão da sua perspectiva na realidade no discurso pós-moderno, situada como espaço entre o aparelho do Estado e o mercado, vista como esfera de coesão e ação social, desprovida de conflitos.

Acerca dos intelectuais, enquanto representantes dos sujeitos políticos coletivos, têm um papel fundamental na organização da cultura, interpretada “como modo de pensar”. Considera que as lutas pela saúde são separadas de uma visão universal, por não colocar em discussão o domínio do capital, estas lutas podem ser assimiladas por ele, tendo em consequência desse processo, os encaminhamentos de contrarreformas ou de restauração, nos quais Gramsci define como transformismo, movimento em que as lideranças das classes subalternas são cooptadas e excluídas do protagonismo nos processos de transformação social.

Quanto aos canais de participação nas decisões governamentais, os conselhos são espaços contraditórios dos divergentes projetos em disputa. No entanto, ressalta essa

concepção como não homogênea nas pesquisas na área da saúde. Apesar do posicionamento da Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde, considera a luta articulada com os diferentes espaços de lutas (movimentos sociais, partidos políticos, conselhos). Nesse aspecto corrobora com Gramsci de que “[...] nas condições políticas de uma crescente intervenção do Estado na sociedade civil e do reformismo como resposta às demandas feitas na arena política [...] a forma de hegemonia muda e a burguesia se engaja no que se chama de revolução passiva”. (SILVA, 2013, p. 204 supressões nossa). Assim, a base material da hegemonia é constituída por reformas ou concessões, nas quais, se mantém a liderança de uma classe enquanto são atendidas as demandas de outras classes.

Por fim, os intelectuais da Frente de Luta Nacional Contra a Privatização da Saúde têm como ação junto aos sujeitos políticos coletivos a unidade na direção da radicalização da democracia e a vontade coletiva como norte para a construção de uma nova racionalidade, desse modo, tal conceito se estreita ao de reforma intelectual e moral, isto é, se articula a uma hegemonia.

As discussões das produções teóricas que perpassam a dimensão política e do exercício profissional encontram nestas obras gramscianas os fundamentos para os objetos de estudos: *Cadernos do cárcere – Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce* (vol. 1); *Os intelectuais. O Princípio educativo. Jornalismo.* (vol. 2); *Notas sobre o Estado e a Política* (vol. 3); *Temas de Cultura. Ação Católica. Americanismo e Fordismo* (vol. 4); *O Risorgimento. Notas sobre a história da Itália* (vol. 5); *Literatura. Folclore. Gramática* (vol. 6); *Os intelectuais e a organização da cultura; Obras Escolhidas; Concepção Dialética da História; Maquiavel, a Política e o Estado moderno; Conselhos de Fábrica; Cuadernos de La cárcel* (tomo 3, 4, 6) e *Cartas do cárcere vol.1 e 2.*

Quanto aos intérpretes de Gramsci, se localizam Jorge Luis Acanda; Carlos Nelson Coutinho; Edmundo Fernandes Dias; Domenico Losurdo; Giovanni Semeraro; Noberto Bobbio; Maria Lúcia Duriguetto; Ivete Simionatto; Lincoln Secco; Álvaro Bianchi; Ruy Braga; Guido Liguori; Lea Durante, Martin Carnoy e Valéria Correia que também auxiliam na compreensão das categorias gramscianas, subsidiando as reflexões do estudo.

Observa-se a categoria sociedade civil em articulação com as categorias Estado, consenso, intelectuais, política, estrutura, superestrutura, hegemonia, ideologia, vontade

coletiva, revolução passiva, transformismo, americanismo. Algumas categorias se relacionam às questões que envolvem a totalidade social, aos aspectos realidade brasileira, a exemplo do transformismo, visualizado no processo de cooptação de intelectuais das classes subalternas aos grupos dominantes. Ainda na dimensão política nota-se a participação ou ação dos sujeitos no âmbito do controle social como foco dos estudos.

Assim, verifica-se a discussão da sociedade civil inserida na relação com o controle social dos indivíduos em diferentes dimensões: conselho de políticas públicas, na participação da sociedade no controle dos investimentos públicos, gestão democrática, atuação do Conselho Nacional de Saúde, as lutas sociais dos sujeitos coletivos na Reforma Sanitária e ainda, a atuação da sociedade civil na proteção à vítima e testemunha.

A apreensão do termo sociedade civil nas teses e dissertações está assimilada a questão da atuação dos sujeitos coletivos nos diferentes espaços, a sua relação com o Estado, enquanto momento orgânico deste e principalmente, os elementos que conformam a esfera da sociedade civil, vista como espaço de manifestação e defesa dos diferentes interesses contraditórios, assim como ambiente de difusão das concepções de mundo da classe dominante e também o espaço privilegiado na construção de hegemonia dos grupos subalternos.

A análise das teses e dissertações por meio das categorias gramscianas indica em parte a apropriação dos conceitos a partir dos *Cadernos do cárcere*, bem como dos mais conhecidos intérpretes gramscianos da academia brasileira. Como alguns deles são da área do Serviço Social, da Ciência Política, da História e da Sociologia compartilham a teoria social crítica, pode-se concluir que a apropriação das categorias gramscianas pelas teses e dissertações não indicam contradições na interpretação conceitual e/ou teórica, exceto em algumas raras situações, em que foi possível destacar e indicar a reflexão conceitual de Antonio Gramsci.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O pensamento de Antonio Gramsci foi amplamente utilizado pelo Serviço Social a partir dos anos de 1970, no contexto de renovação do Serviço Social brasileiro. Tal influência resultou em diferentes estudos de vários pesquisadores no âmbito da academia, trazendo para o cerne da profissão novos conceitos que contribuíram para explicitar os processos sociais e analisar a intervenção profissional, tais como Estado, sociedade civil, filosofia da práxis, ideologia, classes subalternas, intelectuais. Do mesmo modo, a pesquisa evidencia a recorrência ao aporte gramsciano no subsídio de questões que envolvem os objetos de pesquisa das teses e dissertações. Portanto, constata-se a articulação de várias questões com as categorias gramscianas, nas quais a profissão discute e intervém.

A influência de Gramsci no Serviço Social decorre de sua aproximação com as áreas das Ciências Sociais no âmbito acadêmico, tais como a Filosofia, a Sociologia e a Política. É no lastro da construção de uma nova proposta expressa no projeto ético-político profissional, cuja marca é a possibilidade de reafirmação dos direitos e a construção de uma práxis profissional sustentada na teoria social crítica, que se percebe a influência desse pensador. Com o processo de renovação e da crítica ao Serviço Social Tradicional, a materialização do projeto ético-político se sustenta por ações, práticas profissionais e direção político-ideológica numa perspectiva crítica, vinculada a defesa intransigente dos direitos sociais e pautada na construção de uma nova sociabilidade. A aproximação com o marxismo e consequentemente com Gramsci contribuiu na superação de ações profissionais mecanicistas e voluntaristas, tendo como pioneiros no debate gramsciano dentro do Serviço Social durante o processo de redemocratização, as análises de Vicente de Paula Faleiros, Marina Maciel Abreu, Franci Gomes e Alba Pinto Carvalho.

A dissertação recupera o processo de inserção do pensamento de Gramsci no Brasil, a partir dos anos de 1960 com a tradução e publicação de suas obras, assim como a incorporação de suas categorias nos espaços universitários em diferentes áreas das Ciências Sociais e no campo político da esquerda. A inserção das obras de Gramsci no campo da esquerda ocorre num período influenciado pelo marxismo da Terceira Internacional, num período pós-varguista e de irrupção da Ditadura Militar. As referências gramscianas não são isentas de problemas teóricos, a exemplo da leitura humanista do marxismo e

compreensão equivocada dos termos gramscianos.

Para evitar confusões teóricas na análise das categorias discutidas nas teses e dissertações assim como para uma aproximação e conhecimento dos escritos de Gramsci, foram discutidas as categorias centrais de seu pensamento, tais como Estado, sociedade civil, hegemonia, intelectual e política, pontuando a centralidade das discussões que envolvem as devidas categoriais.

Os *Cadernos do cárcere* tratam-se de uma obra inacabada e fragmentária, mas nem por isso, a discussão e análise são descoladas da realidade, menos elaborados ou instigantes. A dialética da filosofia da práxis conduz o conjunto categorial a um rigoroso trato teórico dos movimentos contraditórios do desenvolvimento capitalista, dos sujeitos políticos envolvidos, sejam as organizações dos trabalhadores, sejam os representantes da burguesia, ou a própria burguesia na assimilação do consenso e na manutenção do poder, o que induz ao estabelecimento da relação com o contexto social.

Pode-se destacar a relação dessas categorias, por exemplo, o Estado, que em Gramsci envolve a socialização da política no contexto do desenvolvimento capitalista nos finais do século XIX e início do século XX. Tais fatos se associam ao surgimento de organizações sociais, partidos políticos, sufrágio universal, espaços de decisão, entre outros, que formam a sociedade civil, esfera onde se concentram os aparelhos privados de hegemonia. Embora se ampliem as funções do Estado no atendimento às demandas das classes subalternas, não anula seu caráter repressivo, identificada pela esfera da sociedade política, responsável por congregar os aparelhos repressivos de Estado. Assim, essas duas esferas (sociedade política e sociedade civil) formam o Estado ampliado.

A categoria hegemonia é considerada central no pensamento político de Gramsci e diz respeito à direção exercida por um grupo social sobre os demais. É na esfera da sociedade civil, considerada arena de luta entre os diferentes projetos que a hegemonia é obtida. Portanto, é uma categoria ampla que opera não apenas sobre a estrutura econômica, opera também nas formas de organização política, de pensamento, nas orientações ideológicas, por isso, a contundente afirmação gramsciana de que “a hegemonia nasce da fábrica”. De modo geral, essa categoria está relacionada à reforma intelectual e moral, a uma elaboração de uma nova civilização, uma nova cultura e ainda, na transformação da consciência das classes subalternas.

A partir dessa reflexão entra em questão o partido, que deve ser o organizador da

vontade coletiva em direção a uma civilização superior moderna. O partido, considerado elemento complexo de uma sociedade que tenha iniciado a concretização da vontade coletiva desenvolve o sistema de relações intelectuais e morais, mobiliza, organiza, torna homogênea – não significa exclusão as diferenças, mas a constituição de um norte político – e dá sentido as vontades particulares, unificando-as em torno da universalidade. Por outro lado, o partido também atua como intelectual, na medida em que conduz o conhecimento da totalidade social e organiza a vontade coletiva nacional-popular das massas, assim como estimula o grau de consciência que passa pelo conhecimento da estrutura, a qual não pode ser pensada como exterior as práticas das classes sociais. Apesar de salutar a diversidade de partidos no atual contexto brasileiro do século XXI, estes estão muito desacreditados, principalmente com a crise moral e política marcada pelos escândalos de corrupção. No entanto, eles ainda têm forte atuação no sentido da direção política e econômica, principalmente associados a interesses de grandes empresários e da burguesia nacional. Por outro lado, os partidos de esquerda ainda se mobilizam e pautam suas bandeiras pela defesa dos interesses dos grupos subalternos, embora, no atual estágio do capitalismo monopolista, não visualizam como programa de partido de esquerda, a luta pela superação do capital.

A categoria intelectual também se destaca no pensamento gramsciano dada a sua inserção nos processos sociais a partir da necessidade das classes fundamentais. Os intelectuais orgânicos, devido sua capacidade de pensar e organizar, são essenciais ao dar homogeneidade e consciência às funções das classes fundamentais. Para além da organização da estrutura, essa categoria dissemina valores, ideologias de classe em diferentes espaços sociais. Sinaliza-se que as classes dominantes através dos aparelhos privados de hegemonia e pela ação dos intelectuais contribuem para cimentar o vínculo no bloco histórico.

A centralidade da dissertação ora apresentada consiste na análise dessas categorias e sua articulação com os objetos de estudo presentes nas teses e dissertações dos programas de pós-graduação na área de Serviço Social no nordeste. Então, como as teses e dissertações resultam de produção de conhecimento na área de Serviço Social, sentiu-se a necessidade de pontuar aspectos da pós-graduação a partir do Relatório de Avaliação de Área da Capes, com destaque para a caracterização dos programas de mestrado e de doutorado nas Universidades Públicas (Federais e Estaduais) da região nordeste, sinalizando a quantidade de trabalhos identificados, o conceito atribuído pela CAPES, as

linhas de concentração, além do resgate de discussões pertinentes contidas nos últimos Planos Nacional de Pós-Graduação.

O panorama das categorias gramscianas nas teses e dissertações que não constituem a amostra do estudo (constituída para ressaltar a presença das categorias mais frequentes e para constituir uma análise mais substancial) evidencia o quanto Gramsci é central nas reflexões e discussões das questões que permeiam as políticas sociais, a exemplo da política de educação e da política de assistência. É evidente que os objetos das teses e dissertações requisitam sustentações teóricas e os autores encontraram em Gramsci o interlocutor para tal necessidade, não obstante, apesar dos *Cadernos do cárcere* se caracterizar como obra fragmentada devido a particularidade que lhe é inerente em função da prisão e morte prematura do pensador, seu pensamento fornece elementos condizentes com os complexos sociais e transformações societárias nos níveis da superestrutura sem desvincular da estrutura, numa concepção de totalidade.

Desse modo, observa-se a partir das temáticas definidas, a articulação das categorias gramscianas com as diferentes questões que envolvem as mais diversas áreas de interesse e de estudo do Serviço Social, assim como as questões da intervenção profissional. Por isso, é evidente a apropriação dessas categorias para o desvendamento da realidade brasileira em seus aspectos sociais, econômicos, políticos, culturais e ideológicos. Dada à variedade de trabalhos identificados nos programas que utilizaram as categorias gramscianas, constata-se a contemporaneidade do autor no desvendamento e reflexões de questões pertinentes aos complexos da totalidade social.

As teses e dissertações, enquanto material de análise da dissertação ora apresentada, trazem interlocuções nos níveis teórico-conceituais e de articulação das categorias com movimentos da realidade, especialmente da brasileira, a exemplo dos fenômenos do transformismo, da revolução passiva e da apropriação do termo sociedade civil no período de distensão da Ditadura Militar.

A forma de exposição dos trabalhos por categoria auxilia na compreensão do desenvolvimento teórico das categorias, revelando suas interconexões, assim como as interlocuções com diferentes questões referentes aos objetos de pesquisa dos trabalhos. Dessa forma, o esforço na dissertação foi analisar a interlocução dessas categorias nas devidas produção de conhecimento. Tal esforço revela a contemporaneidade do pensamento de Antonio Gramsci no âmbito do Serviço Social, atestando a validade de suas



categorias para a interpretação de diferentes questões contemporâneas e tão caras a profissão.

Desse modo, as interlocuções pautam-se em questões do exercício profissional, as políticas sociais, ao desenvolvimento capitalista, aos movimentos sociais, ao controle social, ao direito, aos meios de comunicação. Estas questões estão submersas na totalidade social da sociabilidade capitalista e o pensamento de Gramsci auxilia na apreensão desses fenômenos, pois, eles se traduzem em demandas apresentadas ao cotidiano profissional e na formação dos assistentes sociais, uma vez que as respostas profissionais e as possibilidades de atuação estão diretamente relacionadas à dinâmica dessas questões.

Por fim, ressalta-se a contemporaneidade do pensamento de Antonio Gramsci, pois, as questões da sociedade pensadas pelo autor no século passado permanecem atuais e complexificaram-se. Seus escritos fornecem possibilidades de organização das classes em prol da construção da vontade coletiva para superação dessa sociabilidade. Assim, cabe ao Serviço Social, enquanto profissão vinculada à teoria social crítica, pautada na defesa dos direitos sociais e humanos, na defesa dos interesses da classe trabalhadora e alinhada a construção de uma nova sociabilidade sem exploração de classes, a aproximação com as ideias de Gramsci para o exercício crítico e manter-se engajado na luta pela emancipação humana e política.

No contexto atual de aprofundamento do conservadorismo e da crise política, econômica e social, vivencia-se no Brasil uma situação delicada em vários campos da sociedade. São tempos difíceis e essencialmente na área da educação, a universidade pública sofre com sucessivos ataques, cortes de recursos e desmonte. Diante dessa realidade, observa-se no horizonte o obscurantismo para com o conhecimento, o prevalecimento do discurso (ideológico do governo) de ataque à ideologia crítica, aos professores, a universidade no atual governo (Jair Messias Bolsonaro), sem qualquer respeito aos direitos humanos e a democracia.

A crise política do governo Bolsonaro se agrava abrindo uma nova conjuntura em que torna possível a imposição de sua agenda reacionária. Na atual conjuntura (ano de 2019), constrói-se e torna-se resistência formada pelo povo trabalhador, a juventude e os oprimidos que estendem sua força nas ruas em todo o Brasil nos atos históricos (2019) em defesa da Educação, da Universidade Pública e da Previdência. Nada está garantido, o país persiste numa situação reacionária, mas vale a pena à luta para impedir que o projeto de

extrema direita destrua o futuro da juventude e da maioria do povo brasileiro.

Não poderia deixar de mencionar esses fatos nessa dissertação, pois, vê-se como um momento de resistência da produção de conhecimento, tão assombrada pelos ataques do governo. Não obstante, a proposta se dispôs a discutir a contemporaneidade do pensamento de Gramsci no âmbito do Serviço Social por meio do resultado da produção de conhecimento da pós-graduação, qual seja, as teses e dissertações, que tem revelado profunda interlocução com Gramsci na apreensão das diferentes particularidades da sociedade contemporânea.

Dentre essas e outras questões, o pensador italiano é referência indispensável para análise e ação política no momento de avanço do conservadorismo e de agravamento das expressões da questão social, em pensar estratégias de articulação política e desenvolvimento de intervenção que se vincule a formação de consciência crítica e de nova cultura dos sujeitos subalternos com vista ao horizonte da emancipação humana.

À guisa de conclusão, a hipótese formulada para a dissertação foi confirmada, atestando a apropriação dos aportes gramscianos no debate da profissão como interlocução necessária na apreensão das questões da realidade, bem como para o adensamento teórico-metodológico do Serviço Social. Em resposta as questões de pesquisa, a produção de conhecimento que resulta nas teses e dissertações vinculadas aos programas de pós-graduação na área de Serviço Social no nordeste revela a influência de Gramsci no âmbito do Serviço Social, com destaque para as reflexões que circundam as políticas sociais, exercício profissional entre outras questões presentes no curso das transformações da sociedade.

É evidente a ampla utilização do pensamento de Gramsci nas teses e dissertações identificadas, sendo mais frequente a apropriação das categorias de Estado, sociedade civil, política, intelectuais e hegemonia, cujo debate privilegia as articulações dessas categorias com os objetos de pesquisa, não sendo as categorias referenciadas, objetos de pesquisa, conforme uma das questões de pesquisa, mas são assimiladas como referência teórico-metodológica-política relacionadas à: ação e atuação dos sujeitos sociais; discussão das transformações sociais; e atuação dos assistentes sociais nos diferentes espaços sócio-ocupacionais e nas políticas públicas. Por fim, o pensamento do teórico e político Antonio Gramsci é extremamente necessário na formação profissional e na intervenção do Serviço Social.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEPSS. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro, 1996.

ABREU, Marina Maciel. **Serviço social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

AMARAL, Ângela Santana do. A política nacional de pós-graduação e suas relações com o Serviço Social. **Katálisis**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 230-238, jul/dez., 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v15n2/08.pdf>. Acesso em: 07 Mai. 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2010.

BRASIL. **Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2005-2010**. Brasília, 2004. Disponível em: [http://capes.gov.br/images/stories/download/editais/PNPG\\_2005\\_2010.pdf](http://capes.gov.br/images/stories/download/editais/PNPG_2005_2010.pdf). Acesso em: 06 Mai. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011-2020**. Brasília: CAPES, 2010. Disponível em: [https://capes.gov.br/images/stories/download/PNPG\\_Miolo\\_V2.pdf](https://capes.gov.br/images/stories/download/PNPG_Miolo_V2.pdf). Acesso em: 07 Mai. 2019.

BRASIL. Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10 ed. rev. e atual. Brasília: CFESS, 2012. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_CFESS-SITE.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf). Acesso em: 27 Ago. 2019

CARNOY, Martin. **Estado e Teoria Política**. Trad. PUCCAMP. 4 ed. Campinas: Papirus, 1994.

CAPES. **Documento de Área**. Relatório de Avaliação Trienal 2013. Disponível em: [https://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs\\_de\\_area/Servi%C3%A7o\\_Social\\_doc\\_area\\_e\\_comiss%C3%A3o\\_16out.pdf](https://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/Servi%C3%A7o_Social_doc_area_e_comiss%C3%A3o_16out.pdf). Acesso em: 31 Mai. 2019.

CAPES. **Relatório de Avaliação 2013-2016 - Avaliação Quadrienal 2017**. Disponível em: <http://capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/relatorios-finais-quadrienal-2017/20122017-Servico-Social-quadrienal.pdf>. Acesso em: 31 Mai. 2019.

CORREIA, Maria Valéria Costa. Gramsci e a crítica ao determinismo econômico na relação entre estrutura e superestrutura. In: **Gramsci em Perspectiva**. NASCIMENTO, Adriano; LEITE, Josimeire de Omena (Orgs.). Maceió: EDUFAL, 2017.

COUTINHO, Carlos Nelson. **A dualidade de poderes: introdução à teoria marxista de estado e revolução**. São Paulo – Editora Brasiliense: Coleção Primeiros Voos, 1985.

\_\_\_\_\_. Introdução. In: Antonio Gramsci. **Cadernos do Cárcere**, vol.1 Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio Henrique e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

\_\_\_\_\_. O conceito de sociedade civil em Gramsci e a luta ideológica no Brasil de hoje. In: **Intervenções: o marxismo na batalha das ideias**. São Paulo: Cortez, 2006.

\_\_\_\_\_. **Contra a Corrente:** ensaios sobre democracia e socialismo. 2 ed. revisada e ampliada. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. A presença de Gramsci no Brasil. **Revista em Pauta.** Rio de Janeiro: UERJ, n. 22, p. 37-44, 2009. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/50/49>. Acesso em: 31 Mai. 2019.

DIAS, Edmundo Fernandes. Hegemonia: racionalidade que se faz história. IN: **O Outro Gramsci.** Edmundo Fernandes Dias et. all (Orgs.) São Paulo: Xamã, 1996.

DIAS, Edmundo Fernandes. Intelectuais: para que e para quem? In: **Gramsci no limiar do século XXI.** LOMBARDI, José Claudinei; MAGALHÃES, Livia D. Rocha; SANTOS, Wilson da Silva (Orgs.). Campinas, SP: Librum Editora, 2013.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. A questão dos intelectuais em Gramsci. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.118, p. 265-293, 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo:Atlas, 2002.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno.** Trad. de Luiz Mário Gazzaneo. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do cárcere**, vol. 1: Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. Trad. de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do cárcere**, vol. 2: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Trad. de Carlos Nelson Coutinho, 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001a.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do cárcere**, vol. 4: Temas de cultura. Ação Católica. Americanismo e Fordismo. Trad. de Carlos Nelson Coutinho; Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001b.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do Cárcere**, vol. 5: O Risorgimento. Notas sobre a história da Itália. Trad. de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do Cárcere**, vol. 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política. Trad. de Carlos Nelson Coutinho, 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

\_\_\_\_\_. **O leitor de Gramsci:** escritos escolhidos 1916-1935. COUTINHO, Carlos Nelson (Org.) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci.** Trad. Carlos Nelson Coutinho. 4ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2000.

HOSTINS, Regina Célia Linhares. Os Planos Nacionais de Pós-graduação (PNPG) e suas repercussões na Pós-graduação brasileira. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 133-160, jan/jun., 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/10315/9578>. Acesso em: 06 Mai. 2019.

LARA, Ricardo. Pesquisa e Serviço Social: da concepção burguesa de ciências sociais à perspectiva ontológica. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 10, n. esp. p. 73-82, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802007000300008>. Acesso em: 01 Mai. 2019.

LIGUORI, Guido. **Roteiros para Gramsci**. Trad. Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto comunista**. Trad. Maria Lucia. 8 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

MIOTO, Regina Célia Tamasso; LIMA, Telma Cristiane Sasso de. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálisis**, Florianópolis, V.10, n.esp., p. 37-45, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/a0410spe.pdf>. Acesso em: 31 Mai. 2018.

NEGRI, Fabiana Luiza. **O pensamento de Antonio Gramsci na produção teórica do Serviço Social Brasileiro**. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, 2016.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012. (Biblioteca básica de Serviço Social; v.1).

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o Bloco Histórico**. Trad. de Angelina Peralva, 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

ROCHA, Janne Alves; COSTA, Maria Betania Buarque Lins. Gramsci: acercamentos às contribuições e o debate sobre Estado/Sociedade Civil. In: **Gramsci em Perspectiva**. NASCIMENTO, Adriano; LEITE, Josimeire de Omena (Orgs.). Maceió: EDUFAL, 2017.

SANTOS, Paulo Roberto Félix dos. **A construção dos direitos e a particularidade da polícia militar no Brasil: traços de uma trajetória inconclusa**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Faculdade de Serviço Social. Universidade Federal de Alagoas: Maceió, 2012. 136 fls.

SECCO, Lincoln. **Gramsci e o Brasil: recepção e difusão de suas ideias**. São Paulo: Cortez, 2002. (Coleção Questão de Nossa Época; v. 94).

SEGATTO, José Antonio. A presença de Gramsci na política brasileira. In: AGGIO, Alberto (Org.). **Gramsci: a vitalidade de um pensamento**. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1998.

SILVA, Sabrina Aparecida. **A produção do conhecimento no Serviço Social brasileiro a partir de Antonio Gramsci: um estudo dos Programas de Pós-Graduação na área de Serviço Social (2010-2015)**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

SIMIONATTO, Ivete. A influência do Pensamento de Gramsci no Serviço Social Brasileiro. **Trilhas**, Belém, v.2, n.1, p. 7-18, 2001. Disponível em:

[https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/32005311/a\\_influencia\\_do\\_pensament\\_o\\_de\\_gramsci\\_no\\_SS.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1559311964&Signature=oXSOrfNOhxIyniFzcdcAghvJApk%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DTrilhas.pdf](https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/32005311/a_influencia_do_pensament_o_de_gramsci_no_SS.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1559311964&Signature=oXSOrfNOhxIyniFzcdcAghvJApk%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DTrilhas.pdf). Acesso em: 31 Mai. 2019.

\_\_\_\_\_. Marxismo Gramsciano e Serviço Social: interlocuções mais que necessárias. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v.9, n.27, p.17-33. 2011a. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/2496>. Acesso em: 31 Mai. 2018.

\_\_\_\_\_. **Gramsci**: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social. 4ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011b.

## REFERÊNCIA DAS TESES E DISSERTAÇÕES CONSULTADAS

AGUIAR, Rafaela Silveira de. **Conflitos socioambientais e ocupação urbana**: questão social no bairro Serrinha. 2014. 133 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social). Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2014.

ALMEIDA, Luiz Júnio de Santiago. **Condições de ensino e trabalho na modalidade de ensino à distância nos cursos de graduação em Serviço Social na cidade de Mossoró/RN**. 2016. 107f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Faculdade de Serviço Social. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2016.

ALMEIDA, Rosely Anacleto de Jesus Moraes de. **O enfrentamento do trabalho precarizado na agenda sindical de assistentes sociais**. 2017. 204 f. Dissertação (Mestrado Serviço Social). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017.

BARRETO, Laudicena Maria Pereira. **A relação Estado-Sociedade Civil**: uma análise da Rede Voluntária de Proteção no processo de inserção social dos usuários do Programa de Proteção à Vítima e Testemunha Ameaçada da Bahia. 2010. 198f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

BESERRA, Maria dos Remédios. **Segregação socioespacial e planejamento urbano em Picos (PI)**: entre as demandas da população e as decisões do Poder Público Municipal. 2016. 213f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2016.

BUENOS AIRES, Fábila de Kássia Mendes Viana. **A participação da sociedade civil no controle das contas públicas municipais através da Ouvidoria do Tribunal de Contas do Estado do Piauí**. 2017. 243 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2017.

CAMPOS, Kamila de Mesquita. **O acesso à informação pública e as novas tecnologias de informação e comunicação sob o neoliberalismo no Brasil**: os Portais de Transparência como instrumento ideológico. 2015. 138f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas). Universidade Federal do Maranhão, 2015.

CARNEIRO, Elizângela dos Santos. **Serviço Social e terceiro setor**: considerações sobre as atuais relações e condições de trabalho para o assistente social em Natal. 2005. 138f.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

CARNEIRO, Reivan Marinho de Souza. **Controle de qualidade e qualidade de vida:** atuais formas de controle do capital sobre o trabalho na reestruturação empresarial brasileira nos anos 90. 2006. 213 f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

CARVALHO, Poliana de Oliveira. **Trabalho social com grupo de famílias na proteção básica da assistência social em Piripiri-PI:** fortalecimento da participação na perspectiva da emancipação social? 2017. 187f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2017.

COSTA, Neila Karla Fernandes da. **Controle democrático no capitalismo contemporâneo:** limites e contradições. 2011. 158f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.

COSTA, Priscilla Pereira da. **A radiofusão comunitária na luta pela democratização da comunicação:** a experiência em São Luís – Maranhão das rádios Bacanga FM e Conquista FM. 2016. 234 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas). Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2016.

CORREIA, Maria Valéria Costa. **O Conselho Nacional de Saúde e os rumos da política de saúde brasileira:** mecanismo de controle social frente às condicionalidades dos organismos financeiros internacionais. 2005. 342 f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

COUTO, Carlos Agostinho Almeida de Macedo. **Estado, mídia e oligarquia:** poder público e meios de comunicação como suporte de um projeto político para o Maranhão. 2007. 202f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas). Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2007.

DUARTE, Diana Ramírez. **A utopia da emancipação humana na Colômbia:** os sindicatos e os partidos de esquerda no período 2002-2010. 2014. 163f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas). Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2014.

LEITE, Josimeire de Omena. **As múltiplas determinações do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES nos governos Luiz Inácio Lula da Silva.** 2015. 544 f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

MARA, Eduardo. **Pacto social e hegemonia burguesa: a reforma do neoliberalismo na Era Lula.** 2016. 418f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

MARANHÃO, César Henrique Miranda Coelho. **O “novo” ciclo ideológico do desenvolvimento:** a reconstrução do projeto político burguês e as estratégias de desenvolvimento econômico e social no Brasil. 2009. 374f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

MARTINS, Shirlene Marques. **Processos religiosos e articulação de forças no movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST):** um estudo sobre o Assentamento



Pedro e Inácio – Nazaré da Mata/Pernambuco. 2004. 204f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

MATOS, Teresa Cristina Coelho. **Democracia direta como mecanismo de controle social e combate à corrupção**: a experiência da Força Tarefa Popular. 2015. 193f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2015.

MENESES, Carmen Gean Veras de. **Participação e construção democrática**: uma análise do conselho municipal de assistência social de Brasileira – PI. 2013. 132f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2013.

MENEZES, Germana Alves de. **A presença da sociedade civil nos conselhos municipais dos direitos da criança e do adolescente na Paraíba**: dilemas da formação e da participação. 2006. 183f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

MOREIRA, Taira Cris de Jesus. **O Serviço Social e a reprodução do conservadorismo**: análise da atuação profissional na Política de Assistência Social em Aracaju/SE. 2013. 195f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

MOTA, Marfisa Martins. **A relação de parceria entre a Ação Social Arquidiocesana (ASA) e o poder público municipal de Teresina na execução da política de assistência social**: a experiência do projeto Casa de Zabelê. 2009. 136f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2009.

NASCIMENTO, Élide Maria Oliveira do. **Dilemas da intersetorialidade na POLÍTICA de Assistência Social em tempos de SUAS**. 2009. 126f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

NASCIMENTO, Antonia Camila de Oliveira. **Divisão sexual dos brinquedos infantis**: uma reprodução da ideologia patriarcal. 2017. 177f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Faculdade de Serviço Social. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2017.

OLIVEIRA, Iranir de. **O controle social nas conferências nacionais de saúde**: concepções, avanços e limites. 2009. 129f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Faculdade de Serviço Social. Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2009.

OLIVEIRA, Ingredi Palmieri. **O exercício profissional do assistente social na política de educação em Aracaju/SE**: um estudo de demandas e respostas profissionais. 2014. 161f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014.

OLIVEIRA, Ana Cristina Almeida de. **Programa de Iniciação Profissional no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN/Mossoró**: avaliando sua efetividade (2016). 2017. 132f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Faculdade de Serviço Social. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2017.

PADILHA, Helena Maria Barros. **História da Escola de Serviço Social de Pernambuco**:



uma análise do projeto ideopolítico em articulação com a realidade pernambucana e brasileira dos anos 30 a 70 do século XX. 2008. 430f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

PEREIRA, Marcelo Sitcovsky Santos. **Estado e sociedade civil: o caso das parcerias na política de assistência social.** 2005. 144f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

PINHEIRO, Paulo Wescley Maia. **Serviço Social e neoconservadorismo religioso: a percepção dos/as estudantes e os desafios para o projeto ético-político.** 2013. 239f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social). Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2013.

PINHEIRO, Larissa Souza. **Movimento de mulheres camponesas: uma análise do feminismo camponês popular.** 2017. 132f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Faculdade de Serviço Social. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2017.

RAMOS, Sâmia Rodrigues. **A mediação da organização política na (re)construção do projeto profissional: o protagonismo do Conselho Federal de Serviço Social.** 2005. 332f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

SALES, Ivandro da Costa. **Os desafios da gestão democrática da sociedade (Em diálogo com Gramsci).** 2003. 161f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

SANTOS, Paulo Roberto Félix dos. **A construção dos direitos e a particularidade da Polícia Militar no Brasil: traços de uma trajetória inconclusa.** 2012. 136f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Faculdade de Serviço Social. Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2012.

SANTOS, Fernanda Maria de Lima. **Gestão do SUAS e rede socioassistencial: uma análise do serviço de acolhimento de idosos em Vitória de Santo Antão-PE.** 2017. 180f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

SEGUY, Franck. **Globalização neoliberal e lutas populares no Haiti: crítica à modernidade, sociedade civil e movimentos sociais no estado de crise social haitiano.** 2009. 219f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

SILVA, Adriano Nascimento. **A “via democrática para o socialismo” na obra de Carlos Nelson Coutinho.** 2003. 170f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

SILVA, Eliana Andrade da. **Os determinantes da atuação dos intelectuais do trabalho no capitalismo contemporâneo.** 2008. 274f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

SILVA, Alessandra Ximenes da. **Lutas sociais e contradições dos sujeitos políticos coletivos no processo da Reforma Sanitária Brasileira.** 2013. 253f. Tese (Doutorado em

Serviço Social). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

SILVA, Laurileide Barbosa da. **Contradições do controle social na realidade brasileira: o caso do Programa Bolsa Família**. 2014. 177f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

SILVEIRA Jr., Adilson Aquino. **A Pedagogia da Hegemonia na Assistência Social: crítica das ideologias governamentais dos Núcleos de Participação Popular em Fortaleza**. 2012. 216f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

SILVEIRA, Shaiane Vargas da. **Da “política de instante” à “política para o instante”:** uma crítica de Políticas Públicas de Lazer no Brasil. 2015. 249f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas). Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2015.

SOUSA, Josivânia Estelita Gomes de. **“Eu não consigo dormir antes da meia noite...nunca”:** precarização do trabalho docente e adoecimento no Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2015. 114f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

SOUSA, Adrielly Pereira de. **As práticas de atenção e cuidado destinadas à população em situação de rua:** os demarcadores de gênero na operacionalização dos serviços. 2017. 250f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2017.

TOMAZ, Marianna Andrade. **Política de Assistência Social no Brasil:** apontamentos sobre as tendências político-teóricas e metodológicas da produção em Serviço Social. 2014. 150f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

VIEIRA, Ticiane Pereira dos Santos. **Elementos para análise dos fundamentos ideoteóricos da Política Nacional do Meio Ambiente**. 2015. 112f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015.

VILLAR, Ana Eugênia de Vasconcelos. **Extensão Universitária:** concepções e ações na UFRN sob a temática direitos humanos e justiça no período 2008 a 2010. 2011. 138f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.